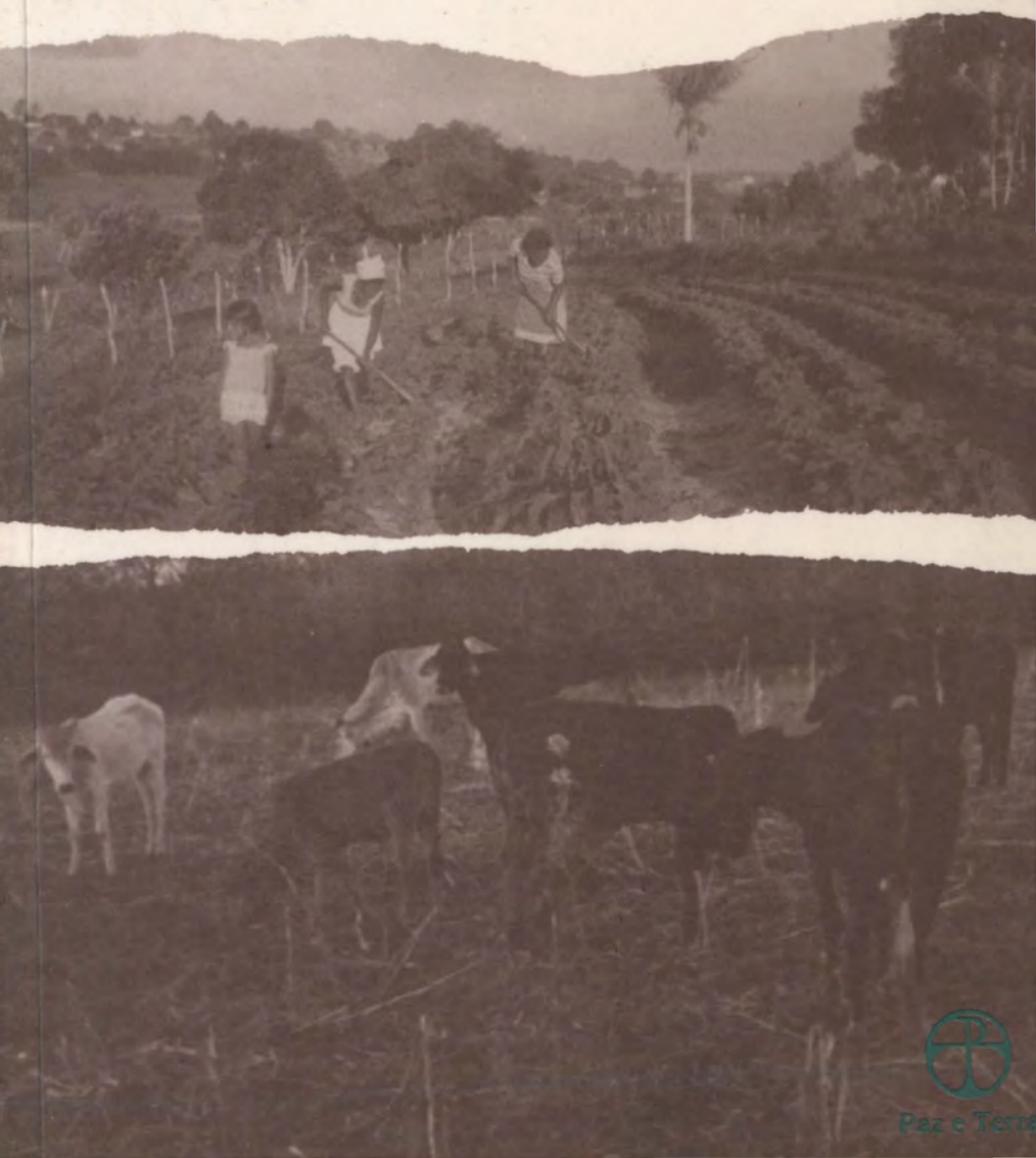


Afranio Raul Garcia Jr

# TERRA DE TRABALHO

Trabalho Familiar  
de Pequenos Produtores



Paz e Terra

Originalmente escrito como tese de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, (UFRJ), este livro reúne os resultados de um trabalho iniciado em 1972, na Zona da Mata de Pernambuco e analisa as condições de vida e trabalho de pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira.

Este estudo examina o outro lado do processo que compõe o movimento geral de expropriação do *morador* tradicional, o lado menos aparente do "encampesinamento" que é simultâneo à face transparente da proletarização. Ameaçado de expropriação e desaparecimento desde sua formação como grupo social, nas margens de uma região que historicamente sempre tendeu a excluir a possibilidade de pequenos produtores livres, este grupo desempenhou um papel fundamental na mudança social da região, tanto ao nível econômico como nas lutas políticas de fins dos anos 50 e início dos 60.

Neste sentido a própria escolha da expressão *terra de trabalho* para tí-

À Mãe Maria Lavea  
Com um beijo muito carinhoso, do  
filho moçoeno  
du'

**TERRA DE TRABALHO**

Coleção ESTUDOS SOBRE O NORDESTE

Vol. 8

Direção de:

Francisco de Oliveira

Roberto Maia Martins

Moacyr Palmeira

Aécio Alves de Oliveira

Ficha Catalográfica

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

G198t      Garcia Jr., Afranio Rau'.  
              Terra de trabalho / Afranio Garcia. – Rio de Janeiro  
              : Paz e Terra, 1983.  
              (Coleção Estudos sobre o Nordeste ; v.8)

Bibliografia.

1. Mudança social 2. Pernambuco – População rural  
– Condições sociais I. Título II. Série.

82-0368

CDD – 301.3509813

301.2409813

CDU – 301.175:301.185:333.38

EDITORA PAZ E TERRA

*Conselho Editorial:*

Antonio Candido

Celso Furtado

Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso

AFRÂNIO R. GARCIA Jr.

**TERRA DE TRABALHO**



Paz e Terra

*Copyright © by Afrânio R. Garcia Jr.*

Capa: Anita Slade  
Fotos: Waldir Afonso

Direitos adquiridos pela  
EDITORA PAZ E TERRA S.A.  
R. São José, 90 - 18º andar  
Centro - Rio de Janeiro, RJ  
Tel.: 221-3996  
Rua Carijós, 128  
Lapa - São Paulo, SP  
Tel.: 263-9539

1983

---

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

“Quem é Grande, nasce Cumprido”

(de um pequeno proprietário)

“Ao vencedor, as batatas”

(Machado de Assis, *Quincas Borba*)



## ÍNDICE

Prefácio .....	1
Introdução .....	10
<i>Capítulo 1</i>	
Situação do grupo estudado .....	21
1.1 - Histórico .....	21
1.2 - Trabalho familiar: autonomia e subordinação .....	58
<i>Capítulo 2</i>	
Trabalho familiar no roçado.....	101
2.1 - Condições materiais do roçado .....	113
2.2 - Tarefas e produtos do roçado.....	121
2.3 - Existência de um nível de consumo socialmente necessário ou nível de subsistência .....	136
<i>Capítulo 3</i>	
A casa e o consumo familiar .....	159
<i>Capítulo 4</i>	
Roçado e roçadinho: o ciclo de vida .....	191
<i>Capítulo 5</i>	
Terra de Trabalho e Terra de gado.....	209
Bibliografia .....	231



## PREFÁCIO

### -I-

A obra *Terra de Trabalho*, publicada agora como livro, já possui uma "pré-história" desde sua apresentação mimeografada como tese em 1975. Com efeito, o livro que ora atinge um público mais numeroso, foi durante os últimos seis anos referência dos especialistas em campesinato das mais diversas procedências, tanto em trabalhos de circulação restrita, quanto de artigos e livros publicados.

### -II-

*Terra de Trabalho* é um exemplo privilegiado de estudo que abre novos caminhos a um tema geral, o conhecimento do campesinato, a partir da pesquisa de um grupo social específico e delimitado. É somente pela mediação das *categorias de pensamento* e da observação continuada e sensibilizada por uma problemática teórica das *práticas e comportamentos* daquele *grupo camponês específico*, que Afrânio Garcia Jr. consegue desvendar a lógica daqueles relações sociais – e por aí mesmo trazer uma contribuição importante para a problemática teórica geral sobre o campesinato, e para o entendimento de outras situações camponesas.

Isso se dá na própria ordenação dos capítulos do livro. O primeiro capítulo, "Situação do Grupo Estudado", que em número de páginas ocupa mais de um terço do livro, tem o cuidado de demarcar de diversos ângulos a especificidade do grupo, caracterizando a sua formação histórica, a sua relação com outros grupos sociais da área, a variação de sua posição social conforme suas formas complementares de subsistência, as relações de subordinação a que está submetido, a sua visão da sociedade e da estrutura social. Há assim, nesse capítulo, o resgate e a exposição da história dos grupos e dos movimentos sociais da área no que ela tem a ver (envolvendo a sua participação ou sofrendo as conseqüências) com o grupo social dos pequenos produtores agrícolas marginais à *plantation* canavieira. Por outro lado, há uma relação entre a situação específica do grupo camponês estudado e a problemática geral do campesinato no país: o próprio estudo da economia camponesa dar-se com base em um grupo camponês marginal à *plantation*, que já ao constituir-se é um campesinato ameaçado de expropriação e desaparecimento, traz conseqüências. Esse estudo mostra, por detrás das aparências de uma proletarianização implacável e geral que a própria área da *plantation* canavieira sugere, o lado menos aparente do processo de "encampesinamento" que também compõe o movimento geral de expropriação do *morador* tradicional daquela área (1). Na busca do campesinato paradoxalmente constituído historicamente a partir do processo de expropriação das condições de reprodução do *morador* dos *engenhos*, o autor vai de encontro ao pequeno produtor onde ele mora e depara-se com o que ele próprio considera sua atividade principal, que lhe dá antes de tudo sua identidade social, sua atividade em *terras de trabalho* próprias ou arrendadas. A análise centra-se nessa atividade principal embora indique as possibilidades de trabalho alternativo de membros desse campesinato, seja *negociando* nas feiras, seja trabalhando *alugado* na área, seja trabalhando na safra da área da cana, seja trabalhando como operário de "origem rural" em São Paulo ou no Rio.

Feira essa *démarche* especificadora do grupo social em relação a outros grupos, no capítulo 1, o autor parte para uma análise interna aos pequenos produtores estudados, nos capítulos 2, 3 e 4. Essa internalização da análise, traz, por um lado, pelo trabalho teórico desenvolvido sobre uma situação específica – o produto de tal trabalho devendo ser entendido portanto como um "caso particular do possível" (Bachelard), ou como "uma configuração, dentre outras, de uma estrutura de relações" (Bourdieu) – efeitos estimulantes para o conhecimento geral do campesinato e portanto para o conhecimento de

(1) Este movimento geral de expropriação do *morador* é analisado por Moacir Palmeira e Lygia Sigaud nos seus trabalhos citados na bibliografia deste livro. Estes trabalhos incentivaram a realização de uma série de pesquisas interligadas nesta mesma área conforme menciona a seção de Agradecimentos da presente obra.

outros grupos camponeses; mas por outro lado não deixa de incorporar nessa análise teórica de âmbito mais geral os elementos especificadores produzidos no capítulo 1. É indicativo, a esse respeito, a passagem no texto, por vezes imperceptível, entre descrição etnográfica e utilização de instrumental teórico e mais abstrato. De fato, o trabalho monográfico produzido por Afrânio Garcia Jr. é construído a partir de problemas teóricos e é dentro da intencionalidade dessa construção teórica que têm lugar as descrições etnográficas. Inversamente, a utilização da teoria é fortemente influenciada pela sua pertinência e adequação para a explicação dos fatos e fenômenos sociais com que o autor se defrontou no trabalho de campo e em suas reflexões posteriores sobre o material de pesquisa. Aliás a Introdução situa bem para o leitor o processo de pesquisa por que passou esta obra, agora materializada em livro: a maturação e construção do objeto; as indicações detalhadas, para além das técnicas utilizadas, dos dilemas e escolhas no trabalho de campo; o controle da presença do pesquisador e seus efeitos na relação com o grupo estudado; a relação da pesquisa com a literatura que enfatiza a especificidade tanto de outros modos de produção que não o capitalista quanto das categorias analíticas utilizadas. É no entanto no decorrer do livro, e de forma não explícita para o leitor, que essa relação da teoria com os fatos sociais estudados incorporada no processo de exposição da obra dá resultados que devem ser ressaltados. O capítulo 2, "Trabalho Familiar no Roçado" alterna a descrição etnográfica do processo produtivo realizado pelo trabalho familiar à análise teórica sobre o sistema econômico camponês, utilizando-se dos esquemas abstratos de reprodução de Chayanov inspirados em Marx, e a discussão sobre o excedente e a subsistência na antropologia econômica. No capítulo 3, "A Casa e o Consumo Familiar", a descrição da habitação camponesa é orientada pela análise estrutural relacionando o universo simbólico do grupo à sua expressão espacial materializada na casa. Essa ligação entre a análise teórica e a descrição das relações sociais é completada em notas de pé de página, onde são dadas precisões teóricas e indicações bibliográficas suplementares que enriquecem e não prejudicam o andamento do texto. Por outro lado a análise teórica das relações sociais tem por suporte empírico não apenas o seu material principal, o material etnográfico, mas também um material estatístico que é tratado paralelamente ao texto, em apêndice, e que tem por efeito fornecer uma ilustração de alguns resultados da análise ao nível de unidades sociológicas mais gerais na medida em que são permitidas pelo recorte de categorias presente nas estatísticas disponíveis. Outras fontes de informação complementares são utilizadas, desde autores clássicos no estudo da região, como Manuel Correia de Andrade e Mário Lacerda de Mello, passando pela descrição proveniente de outros gêneros literários como a da casa sertaneja feita por Graciliano Ramos, até outro observador clássico e ator fundamental da área, publicado ainda no exílio, Francisco Julião. Finalmente, no capítulo 5, "Terra de Trabalho - Terra de Gado", encontramos uma ilustração marcante dos efeitos produzidos pelo

processo de exposição do texto e sobre a alternância entre a análise teórica abstrata e a análise colada a processos históricos concretos. Nesse caso, a análise estrutural do mito de fecundação da terra que tem esse grupo social, sistematizando uma série de dados dos capítulos anteriores sobre a concepção camponesa do trabalho e da terra, que inicia o capítulo 5, serve como que de anticlimax para a força com que aparece subsequentemente à disposição do processo de expropriação a que está submetido este campesinato pelo avanço das *terras de gado*. A força da contradição provocada nos pequenos produtores por essa forma de expropriação é repassada ao leitor, que pode avaliar a subversão na concepção do mundo dos camponeses a partir da progressão de uma forma de dominação que implica na extinção do próprio grupo dominado.

### -III-

Desde o início da década dos 70 que Afrânio Raul Garcia Jr., a começar do artigo "Trabalho Familiar e Campesinato" (2) vem abrindo um novo campo de investigação sobre o campesinato no Brasil. Primeiramente, ao trabalhar com a literatura da "Antropologia Econômica" (Polanyi e discípulos, Sahlins, etc.); com a literatura marxista da especificação histórica das categorias explicativas das sociedades, com especial atenção às não capitalistas (cf. Marx, Korsch, Hobsbawm, Godelier, Bettelheim); e particularmente dominando em detalhes a rica literatura sobre o "sistema econômico camponês" e a sociologia rural vinculada a autores da Europa do Leste como Chayanov, Tepicht, Galeski, Kula; em suma, *ao trabalhar de forma a dar conta teoricamente de um material empírico coínceto*, um grupo social camponês brasileiro, Afrânio Garcia Jr. valoriza praticamente esta literatura, dando-lhe vida e interesse, e desta forma introduz de fato tais contribuições na literatura brasileira sobre o campesinato. Com efeito, a introdução de fato desta literatura pressupõe uma assimilação real e um respeito às suas contribuições – pré-condições desta valorização prática que aprofunda tal literatura e evita o hábito difundido, tanto de uma etiquetagem simplista e imprecisa quanto de uma rejeição apriorística de contribuições por suspeitas tais como as de "populismo" ou "neopopulismo russo", ou ainda de utilização de instrumental econômico marginalista.

(2) "Trabalho Familiar e Campesinato", Afrânio Raul Garcia Jr. e Beatriz Heredia; *América Latina*, nºs 1-2, janeiro-julho de 1971, Rio, pp. 10-20. Este artigo inicial desemboca, como produto final, por um lado, no livro *Terra de Trabalho*, e, por outro lado, no livro de Beatriz Heredia, *A Morada da Vida, Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*, Paz e Terra, Rio, 1979; dois livros complementares nesta abertura de novos campos de investigação sobre o campesinato no Brasil.

No entanto, mais do que isto, *Terra de Trabalho* traz contribuições substantivas inéditas relativamente à própria literatura de que se vale o autor como ferramenta de trabalho. Tal é o caso da distinção analítica entre *casa* e *roçado*, permeando todo esse livro, onde autores como Shanin e Thorner, e mesmo Chayanov, tendem a subsumir em um só evento aquilo que através da observação etnográfica e da reflexão teórica desdobra-se em dois momentos do processo econômico camponês. Tal é o caso também do tratamento que é dado à discussão sobre os conceitos de *subsistência* e *excedente* quando aplicados a este grupo camponês, através do desvendamento analítico das relações sociais subjacentes à categoria de pensamento *mais do que o gasto* utilizado pelos camponeses, que supera as simplificações da oposição "subsistência versus mercado" ou o enigma do "excedente camponês" numa "agricultura de subsistência". A análise do *mais do que o gasto* revela uma forma de propiciar o consumo socialmente necessário através da realização valor de parte da produção. Assim, o *mais do que o gasto* ao contrário de ser uma forma de "excedente sobre o consumo", seria uma maneira específica de adequar o ciclo da produção ao ciclo em que se processa o consumo familiar. Estes resultados provocam uma requalificação das categorias analíticas *subsistência* e *mercado* (3).

Se o *mais do que o gasto* desmente a identificação do seu significado com o de um "excedente camponês", isto não implica na inexistência de "leis de movimento" nessa economia camponesa. Um outro resultado, propiciado por *Terra de Trabalho*, é o de mostrar como tanto a difícil virtualidade de uma "acumulação" camponesa quanto mais ainda as mais freqüentes "desacumulações" (aumento da auto-exploração do trabalho familiar para manter o nível de consumo) ou a reprodução com quantidades constantes merecem a mesma intensidade de investigação e esforço analítico. Por outro lado, o autor traz importantes precisões teóricas à utilização dos conceitos marxistas de *reprodução simples* e *circulação simples* para o entendimento da economia camponesa (cf. cap. II, 7ª nota de rodapé). Esses resultados, que desmentem a visão por parte de um "senso comum" "científico", mas não menos etnocêntrico, a propósito da "estagnação" camponesa, dizem respeito não somente ao processo produtivo no *roçado*, mas também, e particularmente, à *criação de animais*. A descoberta etnográfica do *roçadinho*, e da relação entre *roçado* e *roçadinho*, que é central no desenvolvimento do ciclo de vida do grupo doméstico, é outro elemento importante na análise desta *dinâmica* camponesa que *Terra de Trabalho* oferece a seus leitores, particularmente nos capítulos 2, 3 e 4. O estudo do processo de socialização dos membros infantis do grupo doméstico ilustra como são trabalhados nestes capítulos não somente o *tempo*, como também o *espaço* e a *divisão por sexo*: tanto a relação *roçado-roçadinho* materializa espa

(3) A ligação entre o campesinato e o mercado e ressaltada nos trabalhos, complementares a este livro, de Marie France Garcia.

cialmente o processo cíclico do trabalho familiar camponês, quanto também o faz a passagem da criança da *casa* para a *casa*, na esfera feminina, via roçadinho e criação de animais *de terreiro*, e a passagem da *çasa* para o *roçado*, na esfera masculina, via *roçadinho*, criação de animais, e freqüentação da *feira*.

Outra ilustração ainda deste trabalho com o tempo, o espaço e a divisão por sexo é a análise do universo simbólico do grupo social tal como se materializa na estrutura interna da casa, operando uma valorização prática do artigo clássico de Bourdieu, assim como, já no capítulo final, o é a análise estrutural do mito de fecundação da terra como modelo inconsciente do *trabalho* que tem esse campesinato (retomando aqui as análises de Leach e Bourdieu).

Este estudo das variações internas ao próprio grupo feito nos capítulos 2, 3 e 4, que pressupõe e reincorpora a análise da situação do grupo na estrutura social feita nos capítulos 1 e 5, contribui de forma fecunda no entendimento da problemática da *diferenciação interna do campesinato*. No livro são dados os elementos para o conhecimento tanto da diferenciação e das variações internas ao grupo de pequenos produtores estudados, quanto da diferenciação do campesinato de toda a área da *plantation* canavieira – abrangendo um espectro de grupos sociais que vai desde o *morador* de engenho, ao *trabalhador da rua*, *clandestino*, e incluindo os pequenos produtores periféricos (os quais podem ocupar também as posições do *corumba*, trabalhador safrista, e do feirante na área). A diferenciação interna do campesinato é tratada no livro não como o sinal da desagregação do campesinato, mas como relações sociais constitutivas da própria classe.

No entendimento da diferenciação do campesinato é fundamental o conhecimento das diferentes formas de dominação a que está submetido. Também neste campo, *Terra de Trabalho* traz uma contribuição substantiva da maior importância ao desvendar as determinações múltiplas que constituem a forma de dominação específica a que está submetido este campesinato. Já ameaçados de expropriação e desaparecimento desde a sua formação como grupo social nas margens de uma área que historicamente exclui a possibilidade da pequena produção autônoma, os camponeses estudados por Afrânio Garcia Jr., pela própria diversidade de fontes alternativas de trabalho e de atividades no roçado próprio, no roçado arrendado, no trabalho alugado, no trabalho sazonal da cana, na feira – estão submetidos a formas de dominação não concentradas num único grupo social dominante, mas dispersas pelas diferentes situações de trabalho em que se encontram. Ao contrário do *morador* tradicional, o pequeno produtor camponês marginal à *plantation* escapa a uma dominação totalizante e personalizada, mas os limites da sua “autonomia” constituem-se nesta dominação dispersa pela multiplicidade de atividades em que sobrevive. *Terra de Trabalho* mapeia e analisa essa dominação dispersa, – que aparece em relações envolvendo desde a apropriação direta do produto do trabalho, através do trabalho assalariado ou do arrendamento da terra, até a apropriação indireta que se dá via os preços e o mercado dos produtos agríco-

las – mostrando sua coerência e sua unidade subjacentes, sustentadas na sobredeterminação da *escassez de terra* a que pode ter acesso esse camponesinato. Escassez de terra que se aguçava com o avanço das *terras de gado*.

#### -IV-

A redação de *Terra de Trabalho*, terminada em 1975 mas com o seu trabalho de campo remontando a 1972, é um trabalho realizado numa época em que a pesquisa empírica direta com grupos camponeses ou de trabalhadores, além de comportar riscos, era excluída da hierarquia dos objetos de conhecimento, pois que os próprios sinais de significância pública desses grupos – reivindicações, conflitos, lutas – permaneciam abafados, e não alcançavam o campo de visibilidade dos observadores externos. *Terra de Trabalho*, ao incorporar como objeto de conhecimento a larga faixa de experiências vividas pelo camponesinato, que vão desde o seu trabalho e modo de vida cotidiano, às formas de dominação a que está submetido – e isto a partir do próprio ponto de vista do grupo social estudado – “inscreve-se contra a tendência à ausência de reflexão sobre os conflitos sociais nos seus momentos menos espetaculares e críticos quando são praticamente considerados inexistentes” (4).

Nesse sentido a própria escolha da expressão *terra de trabalho* para título do livro é sugestiva, pois além de fio condutor analítico de toda a obra, é também a chave da identidade social deste camponesinato ameaçado. Esta expressão adquire a força da denúncia e da reivindicação destes camponeses diante do avanço, absurdo para eles, da inversão entre homem e coisa que é o avanço das *terras de gado* sobre as suas fontes de sobrevivência.

De 1975 para cá o completo abafamento dos conflitos e reivindicações dos grupos subalternos foi relaxado e a manifestação das lutas dos camponeses ganhou a luz do dia e cresceu através de suas associações próprias, do movimento sindical dos trabalhadores rurais – do qual o autor deste livro, para além de suas atividades universitárias passou a colaborar como assessor – e da ajuda de outros setores da sociedade. Ilustrativo disto é a trajetória da expressão *terra de trabalho*, que de categoria de pensamento dos camponeses, registrada e elaborada como categoria analítica por pesquisadores (nesta obra e em pesquisa, independente desta, de Souza Martins no Centro Oeste e Norte do país, conforme referências publicadas em 1980), passa a ganhar uma ressonância maior para o conjunto da sociedade no contexto diverso em que aparece

(4) Cf. a “Apresentação” de Palmeira, Garcia Jr., Leite Lopes ao livro *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação (Estudos sobre Trabalhadores Urbanos)*, Rio, Paz e Terra, 1979.

(5) Martins, José de Souza, *Expropriação e Violência*, São Paulo, Hucitec, 1980, pg 58.

no importante documento de Itaici dos bispos brasileiros "Igreja e Problemas da Terra",

Assim, o livro *Terra de Trabalho* além de abrir novos caminhos para a pesquisa sobre o campesinato e para o ensino da prática das ciências sociais no meio universitário, encontrará o interesse e a acolhida de outros públicos, seja os que lidam diretamente com a agricultura e o campesinato, seja o público ligado à "educação popular" ou ao movimento sindical de trabalhadores rurais ou urbanos, seja um público mais indiferenciado interessado na relação entre a situação dos trabalhadores rurais, a sua cidadania e a democracia neste país.

Agosto de 1982

José Sergio Leite Lopes

## INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a esta tese teve por objeto o estudo dos pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira de Pernambuco. A transformação das relações sociais tradicionais entre o trabalhador da grande plantação e o grande proprietário, ocorrida em passado recente, esteve associada ao crescimento da pequena produção, e ressalta o papel desempenhado pelos pequenos produtores no processo de mudança social nesta área. Um dos pontos centrais desta transformação foi que os trabalhadores da cana perderam o acesso às formas tradicionais de obter sua subsistência, como a casa dentro dos engenhos, os lotes de terra para plantação por conta própria, e passaram a depender do salário obtido pelos dias trabalhados na cana, associado a outras maneiras de obter renda em dinheiro para garantir sua própria subsistência. Isto significou um poderoso estímulo ao crescimento das feiras da Zona da Mata, onde os trabalhadores passam a adquirir o necessário ao consumo de suas famílias e mesmo a ter nelas uma fonte de renda alternativa à venda da força de trabalho. Uma das condições de possibilidade deste processo é que haja expansão da produção dos bens consumidos pelos trabalhadores e que antes eram produzidos por suas famílias nos lotes que lhes eram atribuídos dentro da grande plantação. O crescimento da pequena produção na área res-

ponde, ao menos em parte, pela oferta crescente dos bens necessários ao consumo do trabalhador da cana e de sua família. Por outro lado, isto só pode acontecer porque houve uma liberação de parte do estoque de terras em poder da grande plantação, ali onde os proprietários entravam em decadência, como forma dos proprietários diminuírem a fração de seu capital imobilizado em terras, ou mesmo para facilitar o próprio processo de expulsão dos trabalhadores residentes, dando-lhes, a título de compensação, a propriedade de um lote de terra. A expulsão dos moradores dos engenhos não é, portanto, um processo que implique apenas na proletarianização dos moradores tradicionais, mas supõe que o crescimento de pequenos produtores independentes, enquanto camponeses, represente a outra face do processo de proletarianização dos trabalhadores da cana.

Mas não foi só do ponto de vista econômico que os pequenos produtores tiveram importância nas mudanças ocorridas na Zona da Mata. Fundamental foi o papel político desempenhado por parte deste grupo, sobretudo aqueles conhecidos por *foreiros*, nas lutas sociais que têm início na segunda metade da década de 50. Lutando contra o processo de expulsão da terra por eles ocupada, ou simplesmente contra a volta dos grandes proprietários que tinham abandonado o controle da propriedade em época anterior, os *foreiros* vão dar início ao movimento de trabalhadores da área da cana, que terá como resultado a conquista da "cidadania" para os trabalhadores da cana, a aplicação da legislação civil já existente nas relações trabalhador-proprietário, a vigência do salário mínimo, o pagamento do repouso remunerado e outras conquistas quanto à legislação trabalhista, além da organização de sindicatos de trabalhadores rurais bastante atuantes. O movimento levantou também a questão da grande concentração da propriedade da terra e a necessidade da quebra do monopólio de uso da terra em mãos de uns poucos.

Estas eram as razões que nos levaram a tomar os pequenos produtores como objeto de estudo. Contudo, estudar as determinações do processo de mudança sobre um grupo específico foi uma opção que supôs elaboradas as hipóteses fundamentais sobre o próprio processo e a inserção desta pesquisa num conjunto mais amplo, em que os outros grupos sociais fossem objeto de pesquisas paralelas. Na verdade, as hipóteses acima delineadas eram resultado da pesquisa desenvolvida desde 1968 por Moacir Palmeira, bem como dos resultados da pesquisa desenvolvida por Lygia Sigaud sobre os moradores da grande plantação canavieira.<sup>1</sup> Inscreve-se ao lado de seis outras pesquisas de-

1 Estas idéias estão formuladas em Palmeira (1971b), Palmeira (1971), Sigaud (1980).

envolvidas por colegas do Programa de Pós-Graduação, que estudaram outros grupos sociais ou pontos-chaves no processo de mudança.<sup>2</sup> Evidentemente que, sem a cooperação e as discussões constantes travadas por este grupo de pesquisadores, seria impensável trilhar os caminhos tentados por minha pesquisa. Cabe, no entanto, fazer referência especial a duas pesquisas, cuja realização, dados, procedimentos e análises estiveram tão próximos de minha pesquisa que é difícil dizer o que devo a elas sem lhes fazer profunda injustiça. Foram as pesquisas de Marie France Garcia sobre "Feira de Usina" e de Beatriz Heredia, também sobre os pequenos produtores. Com Marie France fizemos todo o trabalho de campo, dividindo nosso tempo entre a visita aos *sítios*<sup>3</sup> de pequenos produtores durante a semana e a frequência às feiras aos sábados e domingos; as entrevistas, em qualquer um dos locais, podiam ter como objeto os interesses de uma ou de outra pesquisa. Enquanto realizávamos nossas pesquisas na Mata Sul de Pernambuco, Beatriz Heredia realizava semelhante pesquisa à minha, entre os pequenos produtores da Mata Norte, onde os *foreiros* constituem até hoje categoria social importante. A colaboração com Beatriz Heredia começou na fase de preparação de campo. No campo pudemos trocar idéias, e dos estudos e discussões posteriores é que saíram todas as idéias mestras desenvolvidas aqui.<sup>4</sup> Beatriz Heredia morou por mais de um mês e meio com a família de um pequeno produtor. Suas observações e o material por ela coletado são de uma riqueza sem par. Sem eles dificilmente poderíamos ter confrontado as hipóteses que levantávamos com o material já coletado.

<sup>2</sup> As pesquisas são as seguintes: José Sérgio Leite Lopes, sobre os trabalhadores da parte industrial das Usinas; Vera Echenique, sobre resolução de conflitos na Zona da Mata; Luís Maria Gatti, sobre Sindicatos de Trabalhadores Rurais; Roberto Rinquet, sobre os "corumbas", trabalhadores que migram durante a safra para a área da cana; Beatriz Heredia, sobre os pequenos produtores da Mata Norte; Marie France Garcia, sobre Feira de Usina. Na mesma época, Moacir Palmeira prosseguia com sua pesquisa sobre Feiras e Barracões na Zona da Mata, e Lygia Sigaud iniciava o estudo sobre trabalhadores da rua, os moradores expulsos que passam a residir nas cidades da Zona da Mata.

<sup>3</sup> Assim são designados os locais de residência e de trabalho agrícola.

<sup>4</sup> Voltando do campo, escrevemos dois trabalhos conjuntamente e esboçamos um terceiro, trabalhos que foram apresentados e discutidos em seminários coordenados por Moacir Palmeira, em que os assistentes eram as pessoas que tinham participado das pesquisas na Zona da Mata, o que incluía Rosilene Alvim entre as pessoas citadas. Um dos trabalhos escritos com Beatriz Heredia foi publicado (Heredia e Garcia 1971), quando apresentamos, pela primeira vez, as idéias que continuamos a desenvolver. A data do artigo refere-se à edição da revista, sendo anterior ao momento em que o trabalho foi escrito (primeiro semestre de 1972).

A pesquisa de campo foi realizada de janeiro a abril de 1972. A pesquisa desenvolvida por Moacir Palmeira sobre a Feira de Palmares tinha permitido mapear regiões de concentração de pequenos produtores, cuja produção era importante para o abastecimento daquela feira. Nosso objetivo, já ao sair do Rio de Janeiro, era nos instalarmos em uma destas regiões para poder estudar em profundidade um conjunto de pequenos produtores. Contudo, não era nosso propósito realizar um estudo de comunidade em moldes clássicos, que poderia exigir, conforme as circunstâncias das redes de solidariedade local em operação, a análise de outras categorias sociais além dos pequenos produtores. Visávamos a economia do pequeno produtor, o estudo de sua origem social e histórica. Precisávamos, no entanto, delimitar um conjunto de pequenos produtores cujas determinações particulares nos fossem conhecidas, para que nosso estudo pudesse precisar as determinações comuns aos pequenos produtores para além dos limites do grupo observado. Ambas as determinações só podem aparecer no próprio processo de pesquisa, onde o arbitrário do corte analítico, que precede a pesquisa de campo para delimitar seus objetivos e seus procedimentos, é confrontado com a existência de relações sociais que nem se chegaria a supor antes da realização da pesquisa, e com as possibilidades concretas do pesquisador ao se situar frente ao grupo que deseja estudar. Tentamos várias vias de acesso ao que pensávamos ser os pequenos produtores, cada uma destas vias tendo implicações práticas diferentes, bem como levando a cortes diferentes do grupo pesquisado. Nossos esforços se concentraram sobre pequenos produtores de dois municípios: Bonito e Belém de Maria. Em Belém de Maria, depois de entrevistas com as autoridades municipais, tentamos ir diretamente aos *sítios* dos pequenos produtores. Acompanháva-nos um funcionário da prefeitura, que nos apresentava aos pequenos produtores e nos guiava pelas trilhas que levam aos *sítios*. Este funcionário, uma espécie de mensageiro entre a sede municipal e o interior do município, é uma das poucas pessoas que conhece todo o território municipal e serve um pouco para tudo: convoca pessoas para comparecer à sede municipal, foi o entrevistador responsável pelo Recenseamento de 1970 e por outros inquéritos realizados pelo IBGE, avisa a cobrança dos impostos, transmite mensagens, etc. Embora ele fosse benquisto pela população, a acolhida foi fria, tendo as entrevistas resultado em pouco mais do que já se obtinha nas conversas durante as feiras. É provável que o motivo do receio dos entrevistados tenha sido nossa identificação com agentes do fisco. Duas outras vias deram resultados bem melhores, sendo que uma delas só foi acionada já no final da pesquisa, quando não havia mais recursos para prolongar a estada na área. A primeira foi entrevistar os pequenos produtores na Feira de Palmares, explicar

o interesse em visitar os *sítios* e combinar, então, a visita. Esta via deu resultados bem melhores, mas supunha um tempo maior porque só há feiras aos sábados e domingos e ainda dividíamos o tempo entre a Feira de Palmares e uma Feira de Usina. Efetivamente, nesta Usina, os pequenos produtores, que a freqüentavam enquanto feirantes, vinham principalmente de Bonito, e não encontramos nenhum de Belém. Finalmente, tentamos ir a Belém através de um senhor que nasceu e se criou na área, que residia, na época, em Palmares e que já havia colaborado com a pesquisa sobre Feira de Palmares, ele mesmo já tendo sido feirante, administrador de engenho e ajudante de barraqueiro. Sua apresentação abriu as portas para percorrer vários *sítios*, porém tínhamos que encerrar a pesquisa de campo, por esta época, por falta de recursos.

Em Bonito, as coisas se passaram diferentemente. Aí usamos a trajetória feira-sítio, e esta se constituiu na via fundamental de acesso aos pequenos produtores. As entrevistas que fizemos durante a realização da feira possibilitaram um tipo de relação que nos permitiu a visita aos *sítios* dos pequenos produtores de forma bastante descontraída; fomos convidados a tomar refeições e a dormir em suas casas. A partir do contato com os pequenos produtores que feiravam no mesmo local, já em seus locais de residência, foi possível entrevistar outros pequenos produtores a eles ligados por relações de parentesco, compadrio, vizinhança ou amizade, tendo, portanto, as redes de solidariedade locais articulado as pessoas entrevistadas. Note-se que não acreditávamos que a qualidade dos dados e/ou hipóteses da pesquisa dependessem da realização do maior número possível de entrevistas. Como desconhecíamos a vida do grupo e também sua ideologia, enquanto categorias e regras em que vive e pensa sua existência, formular perguntas relevantes dependia do conhecimento que pudessemos adquirir sobre esta vida. Privilegiávamos, portanto, a entrevista em profundidade com os pequenos produtores e, sobretudo, o convívio tão prolongado quanto possível. Contudo, aqui nos autolimitamos, pois a hospitalidade dos pequenos produtores era infinita, mas sua pobreza era grande. Nossa relação com determinadas famílias não chegou ao estágio de permitir participar das despesas regulares da casa sem que esta proposição os ferisse, ou ao menos julgamos assim. Nossa contribuição material se limitava a presentes em áreas que sabíamos considerarem como despesas menos prioritárias, que, portanto, podiam ser objeto de dom como mostra da gratidão, sem significar que julgávamos passarem por dificuldades. Assim, não nos estabelecemos em casa de uma família, passando apenas dois a três dias ora com uma, ora com outra, embora visitando a todos regularmente toda semana. A dívida de gratidão contraída com estas famílias é difícil de ser expressa e impossível de ser saldada.

É claro que a categoria pesquisador não tem sentido algum para os grupos estudados, cuja maior parte tem dificuldade de pôr seus filhos em escolas primárias e muitos deles são analfabetos. A própria consecução da pesquisa dependia, entretanto, de que entendessem por que estávamos ali e o que queríamos. Nossas explicações visavam forçar o entendimento da categoria pesquisador ou o que entendemos por isto. Explicávamos que éramos professores no Rio de Janeiro e que estávamos ali para aprender como era a vida naquela região, para depois podermos contar, na volta, tanto oralmente como por escrito, o que víamos. Sobretudo, inicialmente, a tentativa foi de nos enquadrar nas categorias que eles têm para designar certos membros das classes dominantes, com quem nos parecíamos no físico, nas roupas, nos gestos, na palavra, e que se interessavam pelos assuntos que nos interessavam, principalmente os comerciantes e os fiscais governamentais de cobrança de impostos. Contudo, também, não é pelo que se diz que este grupo "pesquisa" os eventuais pesquisadores, mas por suas atitudes e pela correspondência entre o que diz e as atitudes que podem observar. O convívio prolongado revela comportamentos do grupo a nós, mas não menos os nossos comportamentos ao grupo. O que se diz ou se permite observar, como em tudo na vida, depende de a quem se diz e em que circunstâncias, e de quem observa e em que circunstâncias. Sob este aspecto nós causávamos estranheza, pois compartilhávamos de sua comida, de suas condições de vida, "sem fazer luxo", e estávamos interessados em ouvi-los e mesmo registrar o que diziam. Isto nos diferia face ao comportamento habitual das classes dominantes locais. Entretanto, é óbvio que isto não nos identificava a eles, apesar de nos aproximar deles. A explicação mais recorrente, que reinterpretava a explicação fornecida habitualmente por nós, foi a seguinte: éramos enviados do Presidente da República, de quem éramos empregados - portanto, daí tirávamos nosso sustento - e que queria, assim, saber como era realmente a vida por ali, por tomar as providências adequadas. Muitas vezes perguntaram o que mudaria depois de realizada a pesquisa. Nossa resposta foi sempre que não tínhamos nenhuma força especial, que tudo o que podíamos prometer é que "contaríamos as coisas direito", com o máximo de fidelidade.

Durante a pesquisa de campo, as técnicas utilizadas na coleta e no registro de informações variaram de acordo com as circunstâncias da entrevista e da observação em jogo. A maior parte das entrevistas foi aberta, isto é, não seguiu um esquema rígido de perguntas predeterminadas, nem a ordem em que foram formuladas é essencial. As entrevistas realizadas nas feiras não tinham duração acima de uma hora e, quando realizadas durante o horário da feira, eram entrecortadas por transações mercantis e assistidas por pessoas as mais diversas, que en-

travam por vezes "na conversa". Eram registradas posteriormente no caderno de campo. Este registro serviu ainda para as observações sobre a vida do grupo estudado e sobre as vicissitudes da própria pesquisa de campo e da vida dos pesquisadores. Fizemos também uso de gravador, porém apenas em entrevistas nas residências dos pequenos produtores. As entrevistas aí tinham grande duração, podendo ser interrompidas por idas às plantações e por refeições. O uso de gravador foi sempre submetido à apreciação do entrevistado, tanto antes quanto depois das entrevistas, quando ouvíamos juntos, no todo ou em parte, aquilo que havia sido registrado. Fizemos ainda entrevistas com outras categorias sociais além dos pequenos produtores, para podermos melhor delimitar o grupo estudado e suas particularidades.

A realização da pesquisa de campo só aguçou nosso interesse pela importância da divisão familiar do trabalho na vida do pequeno produtor. Na prática, a presente tese é, sobretudo, um estudo de caso de pequenos produtores que busca analisar certas determinações básicas ao trabalho familiar camponês. Efetivamente, antes da pesquisa de campo, a leitura de Godelier (1968) e Bettelheim (1970) nos tinha chamado a atenção para a necessidade de estudo da racionalidade específica a outros modos de produção que não o capitalista, e que a análise do cálculo econômico das unidades produtivas poderia se constituir em importante ponto de partida. No entanto, marcar a especificidade da economia camponesa significava analisar categorias econômicas que lhe seriam próprias e tentar apreender, através destas categorias econômicas específicas, suas leis próprias de funcionamento e de movimento. A leitura de Chayanov (1966) veio completar o quadro de referências, porque sua tentativa foi a de mostrar que, na ausência de uma das categorias próprias à operação do sistema capitalista, toda a articulação entre as outras categorias econômicas se encontrava modificada; e seu ponto central foi mostrar que o trabalho familiar impunha categorias econômicas particulares e levava a leis de funcionamento e de movimento particulares. De Chayanov tiramos a indicação de que o estudo da especificidade da economia camponesa está na importância que aí assume o trabalho familiar.

É preciso dizer que afastávamos, de saída, uma falsa categorização que muito tem prejudicado o estudo do campesinato: a oposição agricultura de subsistência x agricultura de mercado. Em geral, esta oposição privilegia o segundo termo em detrimento do primeiro, o que significa: só há leis econômicas quando há mercado. Portanto, "subsistência" não quer dizer existência de leis particulares, mas ausência de tais leis, quicá as "leis do mercado" em negativo. Sob este aspecto, *mercado* (e certas categorias que lhe são solidárias, como moeda, comércio) passa a ser uma categoria de conteúdo dado, que pode definir

qualquer sistema econômico, senão a única questão relevante a observação do grau de presença do mercado. Além do trabalho de Godelier (1968), veja-se a contundente crítica de Polanyi (1947) sobre este procedimento e do que ele revela, pelo "etnocentrismo teórico" implícito nesta posição, sobre os autores que o usam. Note-se, entretanto, que usamos a categoria *subsistência* ao longo de nosso trabalho, mas num sentido bem particular. *Subsistência*, aqui, tenta voltar à acepção clássica, sobretudo em Marx e Ricardo, isto é, aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família. *Subsistência* não é, portanto, um dado, um mínimo abaixo do qual a existência física não seria possível, mas uma categoria social que permite estabelecer que padrões e normas de reprodução são socialmente aceitáveis; por conseguinte, um conceito que também se move de sistema para sistema e que está tão submetido às leis de um sistema determinado como qualquer outro. Ressalte-se que, à falta de nomenclatura melhor, usamos a oposição "lavouras comerciais" x "lavouras de subsistência". Porém, o sentido desta oposição é explicitado ao longo dos capítulos da tese. Não pressupõe que haja negação da circulação mercantil nas "lavouras de subsistência", muito pelo contrário. Usou-se a oposição porque ela servia para designar o fato de que formas específicas de circulação dos produtos têm conseqüências sociais diferenciadas.

A elaboração da tese está baseada na concepção da especificidade do modo de produção camponês, assim como o concebem Galeski (1972), Tepicht (1973), Kula (1970). Isto supõe particularidades da economia camponesa devido ao fato que tanto a unidade de produção quanto a de consumo são constituídas por regras de parentesco, e que o caráter familiar da divisão do trabalho é responsável por muitas de suas especificidades. Entretanto, isto não implica nenhuma forma particular de circulação do produto, muito menos que a circulação seja diretamente da unidade de produção para a unidade de consumo. Duas qualificações se impõem quanto à concepção do campesinato como um modo de produção. Ambas se referem ao *status* teórico do modo de produção camponês, que não seria um modo de produção como concebemos o capitalismo, mas um modo de produção subordinado, que pode se articular com vários outros modos de produção, ou que se insere em formações sociais diferenciadas, cujo movimento é dado por outro modo de produção, dito dominante. Aqui usamos modo de produção em seu sentido restrito, isto é, uma unidade precisa entre forças produtivas e relações de produção. Sob este aspecto, o modo de produção camponês é compatível com variações de forças produtivas que não rompem com as relações de produção que lhe são próprias que, a grosso modo, poderiam estar localizadas no trabalho

familiar. O caráter subordinado do modo de produção camponês impõe um outro tipo de questão: que leis e categorias são genéricas, e que leis e categorias supõem a articulação deste modo de produção com um modo de produção determinado? Não temos resposta definitiva a esta pergunta e, por isto mesmo, é importante notar as qualificações que fazemos no capítulo I sobre o grupo estudado, pois o momento em que o observamos é quando se articula com o desenvolvimento do capitalismo no campo. Contudo, como tentamos mostrar, as descontinuidades que podem ser pensadas sobre as transformações das relações trabalhador-proprietário na grande plantação se articulam sobre certas continuidades, que podem ser traçadas a partir de certas características da economia camponesa. Usamos o conceito de campesinato marginal à *plantation* para tentar especificar a subordinação que lhe é própria, ou seja, como os movimentos da *plantation* influem sobre o campesinato, e como seus movimentos influem no desenvolvimento da *plantation*. Por outro lado, como ressalta Tepicht (1973), o conceito de modo de produção camponês não apresenta uma contradição antagônica fundamental, que especifique uma classe dominante, nem permite dar conta da estrutura política em que está imerso; não é, portanto, para empregar seus termos, "um gerador de formação". Esta segunda qualificação clarifica melhor porque só podemos considerá-lo como modo de produção em sentido restrito<sup>5</sup>. Compreende-se também que um estudo concreto do modo de produção camponês implique na especificação das formas de subordinação em que está imerso. Subordinação não significa, entretanto, que suas leis de movimento sejam irrelevantes para o desenvolvimento do modo de produção dominante; apenas apontam os limites que a dominância impõe. Em particular, subordinado ao capitalismo, pode ter uma influência decisiva no desenvolvimento deste modo de produção, dependendo das formas como se articulam (Velho, 1973).

A tese, porém, baseia-se na concepção do modo de produção camponês, mas não é um estudo do modo de produção camponês. O que procuramos fazer foi partir da análise etnográfica das representações e dos modelos de comportamento de pequenos produtores determinados sobre sua prática econômica, para então tentar reconstruir a economia do pequeno produtor. As classificações e categorias ideoló-

<sup>5</sup> A concepção do modo de produção camponês visa também acentuar sua especificidade em relação ao artesanato, pois muitas vezes ambos são categorizados como modo de produção mercantil simples. Para um estudo concreto de artesãos, partindo-se do conceito de modo de produção, ver Alvim, 1972.

gicas dos agentes são nosso ponto de partida, porque são elas que os inserem em suas práticas. Não se tratava de ver a racionalidade de comportamentos dada *a priori*, mas de conhecer a racionalidade dos comportamentos efetivos. É claro que as classificações e categorias imediatas não explicam estas práticas, no sentido de sua explicação científica pois sua realidade seria então transparente. Porém, é através delas que se pode saber o que se relaciona com o que, a menos que se queira impor um modelo de relações próprias à ideologia do pesquisador. Godelier (1968) difere as regras de um sistema das leis de um sistema, e a racionalidade intencional dos agentes da racionalidade inintencional do sistema. As regras estão no nível da racionalidade intencional, consciente, dos agentes. É através destas regras que os agentes se inserem em suas práticas sociais, como pensam e vivem sua existência. Repertoriá-las e observar os comportamentos para que apontam é condição necessária para tentar apreender as leis do sistema em que estes agentes estão inseridos. Regras e leis não se confundem, e o procedimento analítico é um momento necessário na passagem de umas às outras, porém o procedimento analítico não pode prescindir do conhecimento das regras. Quando o faz, cai numa racionalidade formal, que expressa mais o lugar do pesquisador do que do agente pesquisado.

A análise etnográfica constituiu o fundamental de nossas elaborações. No entanto, usamos outros tipos de dados, cada qual com suas particularidades. Para tentar delinear as origens sociais e históricas dos grupos estudados, apenas a memória social era insuficiente. Buscamos dados históricos nos historiadores regionais consagrados, como Pereira da Costa, Manuel Correia de Andrade, e também nos foram muito úteis as informações de historiadores locais, pessoas que mantêm registros próprios dos fatos municipais, como foi o caso de Bonito, explicitado no Capítulo I. Fizemos, durante a pesquisa de campo, um levantamento de cartório para documentar a partilha de terras de antigos engenhos, restrito a um só caso por exigüidade de tempo e recursos. Os dados estatísticos apresentam uma diferença importante. Eles foram usados quando possibilitavam precisar certas tendências nas áreas cobertas pela pesquisa de campo que o texto analisava. Por outro lado, foram também usados quando ressaltavam certas características da economia camponesa, mesmo quando o referente não era as regiões estudadas. Servem, então, para ilustrar a importância de certos mecanismos analisados, e apontam para os limites de sua generalização. Note-se que, em todos os casos, as categorias estatísticas foram submetidas à crítica semelhante à dos dados etnográficos. A recorrência estatística, de qualquer forma, não funciona como prova de nada *a priori*, pois qualquer inquérito força uma recorrência, na medida em que apresenta as mesmas alternativas determinadas para

um determinado conjunto de pessoas. Para usar os conceitos já apresentados, pode-se constatar uma regra verdadeira para 100% dos agentes, sem que isto signifique que se conheça a lei que explica o mesmo fenômeno. Usamos ainda a comparação com dados etnográficos de estudos sobre outros grupos camponeses, ou escritos que podiam ter este lugar, como a descrição de Graciliano Ramos de uma casa sertaneja.

Há um fio condutor em toda a tese, que é a análise da estrutura interna, do funcionamento e do movimento da economia do pequeno produtor. Efetivamente, se o caráter familiar do trabalho lhe dá especificidade, fomos buscar nas classificações sobre as atividades exercidas pela família os fundamentos da divisão do trabalho familiar. Logicamente, nem toda atividade familiar tem o mesmo significado; todas as atividades se apresentam estruturadas. Particularmente a categoria *trabalho* não é usada indiferenciadamente para qualquer atividade, e perseguir os contextos e os significados de manipulação da categoria permitiu explicar a posição das pessoas dentro da família e como este grupo se insere dentro da sociedade. No capítulo I tentamos situar o grupo estudado, esboçando elementos históricos que permitam delimitá-lo e analisando seu sistema de referências em relação aos outros grupos sociais. Do capítulo II ao IV estão as análises sobre a estrutura interna da economia do pequeno produtor e seu movimento. No capítulo V tentamos apreender o significado da categoria *trabalho*, tal como é usada por este grupo social, e a importância que tem na definição deste próprio grupo, já que o avanço do gado dos grandes proprietários sobre terras que antes podiam ocupar, uma grande ameaça, é vivido como o fim do *trabalho*. Como os camponeses ingleses antes da Revolução Industrial, o gado lhes rouba as terras que cultivam com suas famílias. Os pequenos produtores têm uma expressão para isto: estão acabando com as *terras de trabalho*.



## CAPITULO I

# SITUAÇÃO DO GRUPO ESTUDADO

### 1.1 - *Historico*

A grande plantação de produtos agrícolas valorizados no mercado internacional, em particular a plantação de cana-de-açúcar, foi a forma dominante de ocupação do espaço no Nordeste (Furtado, 1969; Prado Jr., 1969 a). As relações entre os proprietários e os trabalhadores diretos são caracterizadas por formas de trabalho forçado, onde a escravidão aparece como forma mais importante e como símbolo de dependência pessoal do trabalhador direto ao grande proprietário de terras. No entanto, mesmo para os trabalhadores não-escravos, o *status* jurídico de homem livre não parece estar associado à independência frente aos grandes proprietários. Os trabalhadores agrícolas, juridicamente livres, que residiam nas grandes propriedades, também faziam parte da rede de subordinação pessoal ao grande proprietário de terras. O acesso à terra, que permitisse a produção necessária à reprodução do trabalhador e de sua família, era mediado pela relação com um grande proprietário. A grande plantação aparece, portanto, como excludente de um campesinato livre, isto é, de trabalhadores agrícolas que tenham acesso direto à terra, dela extraíndo, mediante o trabalho familiar, o produto necessário à sua existência. Contudo, a grande

plantação sempre conheceu em sua periferia um "campesinato marginal" e, como vem sendo acentuado recentemente na literatura brasileira, a existência tradicional de pequenos produtores livres tem sido bastante subestimada.<sup>1</sup> Há notícia de pequenos produtores livres onde as terras eram menos férteis para a lavoura comercial; por suas propriedades naturais ou porque já se esgotara; em terras onde o litígio entre grandes proprietários tornava livres; em terras de patrimônio da Igreja; em terras atribuídas como prêmio a famílias de ex-trabalhadores da grande plantação; em terras onde a crise da lavoura comercial se aprofundava. Predominam as explicações do tipo: houve pequenos produtores livres em terras não ocupadas pela grande plantação.

Contudo, houve áreas despovoadas, sem que isto significasse que essas áreas fossem palco da livre expansão da pequena agricultura. O uso destas terras, teoricamente "livres", também esteve subordinado aos movimentos da grande plantação. Por outro lado, a grande plantação, como a de cana-de-açúcar, conheceu fases em que caiu a rentabilidade da lavoura comercial devido a flutuações de preços e quantidades comercializadas no mercado internacional. Estas fases podiam estar associadas à contração no cultivo da lavoura comercial, porém isto não significou uma alteração do monopólio do uso da terra em mãos dos grandes proprietários, de maneira a alterar a relação entre trabalhadores agrícolas e grandes proprietários (Palmeira, 1971). Predominaram os casos onde não chegou a haver fracionamento da terra controlada pelo grande proprietário; porém, mesmo quando o fracionamento das terras ocorreu, isto não parece ter criado obstáculos intransponíveis à reconcentração posterior (Prado Jr., 1969b). As "crises" por que passaram as grandes plantações não representaram um avanço irreversível da pequena agricultura, muito menos uma destruição dos laços de subordinação que uniam os trabalhadores agrícolas a grandes proprietários.

A especificidade das relações entre trabalhadores agrícolas e grandes proprietários nas grandes plantações pode ser pensada pelo modelo da *plantation*, como indica Moacir Palmeira (1971b). O estabelecimento da *plantation*, enquanto estabelecimentos agroindustriais cuja produção principal é mercantil, baseados em relações de trabalho "não-livres",<sup>2</sup> exige a subordinação dos trabalhadores diretos aos

1 Em especial ver os trabalhos recentes de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1974) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973).

2 Por "trabalho livre" entendemos aqui as relações entre trabalhador e proprietário dos meios de produção específicas ao capitalismo, acepção que parece ter sido corrente

proprietários, passando todos os "recursos" utilizados pela mediação do proprietário, mesmo quando estiver em jogo apenas a reprodução da força de trabalho. Assim é implantada a "cultura de exportação" em larga escala. O ponto central da expropriação do trabalhador das condições sociais de produção é a terra. Fechar o livre acesso à terra é condição *sine qua non* da imobilização da força de trabalho necessária à reprodução das relações sociais próprias à *plantation*.<sup>3</sup> A *plantation* imprime à formação social em que se encontra uma "lei de uso da terra" adequada a seus movimentos particulares. Garante, desta maneira, sua possibilidade de expansão em épocas de mercado favorável, e sua reprodução em épocas desfavoráveis. Entretanto, deve-se distinguir claramente duas faces da "lei de uso da terra". Uma coisa é cada grande proprietário ter terra além do que é requerido pela área de cultivo, o que pode ou não ocorrer, e só tem conseqüências ao nível da concorrência entre os grandes proprietários. Outra coisa é a impossibilidade ou dificuldade de livre expansão de pequenos produtores independentes na fronteira agrícola. O último fato é pré-requisito da operação da *plantation*, importante tanto em fases de expansão quanto de contração. Pode exigir mesmo medidas ao nível do poder político que tenham vigência fora da área onde a *plantation* se localiza. A questão, neste caso, é garantir as condições de imobilização da força de trabalho. Já no primeiro caso, a rentabilidade positiva da lavoura comercial pode conduzir a que a área detida pelos proprietários de *plantation* seja insuficiente para atingir a área explorada desejada, e isto levar a uma expansão das terras sobre controle direto da *plantation*. Com isto queremos acentuar que, se a dominação sobre o campesinato marginal é um fato constante da *plantation* (Steward, 1959), a expulsão do campesinato marginal da área por ele ocupada é um fato casual. Note-se que os movimentos de contração e expansão da *plantation* podem liberar ou exigir a drenagem da força de trabalho do campesinato marginal, o que também está associado à disponibilidade de terras com que conta este campesinato. Pois é a insuficiência relativa de terras cultiváveis pela força de trabalho familiar que obriga este campesinato a trabalhar na área da *plantation*.

nos primórdios do capitalismo europeu (Marx, 1967). Separado dos meios de produção, o trabalhador só poderia garantir sua reprodução mediante a "livre" venda de sua força de trabalho.

3 Otávio Velho (1976) analisa a importância da condição de fechamento ao nível político da fronteira agrícola para o estabelecimento e reprodução das formas de trabalho forçado específicas às grandes plantações (*labour-repression system*, na versão original), partindo das análises de Marx (1967, chapitre 33), baseadas em Wakefield, sobre as repercussões da fronteira aberta nos Estados Unidos.

As hipóteses acima delineadas permitem ordenar certos fatos ocorridos nas áreas objeto de pesquisa de campo. Efetivamente, a região estudada só foi povoada no final do século XVIII,<sup>4</sup> e a expansão da grande plantação canavieira atinge a área apenas em meados do século XIX. Pereira da Costa (1965, vol. 9, p. 512) transcreve parte do edital da Câmara Municipal de Bonito, de 11 de novembro de 1833, quando esta povoação foi elevada à categoria de vila por resolução do Conselho Geral da Província (em 17 de maio de 1833), que permite situar o início da ocupação do território do município por volta de 1780. Ainda segundo documentação deste historiador, o povoamento tem origem em populações vindas do Agreste, do município de Bezerros, e não da Zona da Mata. Esta população parece ter sido composta predominantemente por pequenos agricultores, que tiravam seu sustento do cultivo de cereais, provavelmente as lavouras ditas "de subsistência", como milho, fava, feijão, e do cultivo do algodão (Pereira da Costa, 1965, vol. 9, p. 514). Note-se que este historiador refere-se à repartição das terras de Bonito pelo Governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro em datas de sesmarias apenas em 1814-1815. Por conseguinte, a repartição das terras ocorreria 30 anos depois de iniciado o povoamento da região. Os dados apresentados pelo historiador referem-se a datas de "léguas em quadra" e de "meia légua", grandes propriedades, portanto. Assim, a existência de pequenos produtores na região supunha a coexistência com grandes propriedades, ao menos a partir do começo do século XIX. Note-se que grande propriedade não significa necessariamente grande exploração agrícola,<sup>5</sup> mas simplesmente o domínio de grandes proprietários

4 A referência precisa é ao território atual do município de Bonito, embora a pesquisa tenha sido realizada também no município contíguo, Belém de Maria. Mas o território do município de Bonito conheceu várias alterações desde a data de sua criação, e uma parte ao menos do atual município de Belém de Maria, situada no atual distrito de Batateiras, parece ter feito parte dos limites iniciais do município de Bonito. De qualquer forma, os dados mais precisos sobre Bonito servem para situar mais precisamente a questão, sem que isto indique que o significado desses fatos se esgote na órbita municipal. O movimento de populações e da grande plantação canavieira parece ser característico de toda sub-região em que esses municípios se inserem, conhecida por Agreste Úmido ou Agreste Setentrional.

5 É freqüente a confusão entre unidade de propriedade e unidade de produção (Bettleheim, 1970). Se isso não é válido nem para a indústria moderna (com a centralização do capital), é na agricultura que tais confusões obscurecem fenômenos importantes. Uma "grande propriedade" pode ter como forma de exploração vários processos de trabalho de natureza familiar (parceria, por exemplo). A "pequena propriedade" pode ser apenas parte de um processo de trabalho de natureza familiar, tanto quanto ser palco de um processo de trabalho organizado em moldes capitalistas. É tanto mais paradoxal que essa confusão permaneça, quando o fato é "redescoberto" a cada pesquisa estatística.

sobre o uso da terra na região. Não parece ter havido grandes alterações nos cultivos fundamentais do município por esta época. Só por volta de meados do século XIX há clara indicação da existência de engenhos da área, fazendo Pereira da Costa menção à existência de 38 engenhos de açúcar em 1857 (Pereira da Costa, 1965, vol. 9, p. 514), todos movidos a água ou por animais. Havia, então, 33.000 habitantes no município, sendo 28.000 livres e 5.000 escravos. O cultivo da cana-de-açúcar em grandes propriedades foi, desde então, a forma dominante de exploração da terra na parte do município mais próximo à Zona da Mata, até os anos 1940-50. A existência de pequenos produtores independentes nesta área do município parece ter sido bem restrita durante este período de tempo. A localização dos pequenos produtores concentrou-se na área do município mais próxima ao Agreste, denominada *brejo*. Desde o final do século XIX, desenvolveu-se nesta área o cultivo do café, lavoura cuja exploração esteve associada aos cultivos ditos "de subsistência", como a mandioca, o milho, o feijão, a fava, e também ao algodão, bem como partilhava as terras das grandes propriedades com o gado bovino. O cultivo do café era realizado tanto pelas grandes propriedades como pelos pequenos produtores, sendo que ambos recebem a denominação de *sítios*. Os *sítios*, neste contexto, opõem-se tanto aos *engenhos*, propriedades dedicadas ao cultivo da cana-de-açúcar, predominantes na Zona da Mata e na parte setentrional do município, quanto às *fazendas*, propriedades dedicadas à criação de gado. Esta classificação parece apontar para algo mais do que a simples designação do produto principal explorado dentro da propriedade. Por um lado, *sítio* pode designar um estabelecimento que não é uma grande propriedade, seja *engenho* ou *fazenda*, cujas dimensões são compatíveis com o cultivo mediante o uso da força de trabalho familiar. Por outro lado, mesmo se tratando de grandes propriedades, o *sítio* não supõe necessariamente uma única exploração, um processo de trabalho unificado, mas é compatível com explorações em bases familiares. Em outras palavras, o processo de trabalho tinha frequentemente cunho familiar mesmo dentro das grandes propriedades, cada família sendo responsável por *tocar um sítio de café*. O proprietário das terras controlava, nesses casos, a circulação mercantil dos produtos do *sítio*, mas não a produção. Há ainda um terceiro componente

---

Particularmente, não parece ser outra a razão da não comparabilidade dos dados do Censo de 1970 (unidade de coleta de informações é o "estabelecimento" - tentativa de operacionalizar a "unidade de exploração") com os dados das Estatísticas Cadastrais do INCRA de 1972 (unidade de coleta é o "imóvel" - operacionalização da unidade de propriedade). Para desenvolvimento deste ponto e de suas implicações, ver capítulo II.

que marca a particularidade dos *sítios*: é que essas propriedades eram objeto de partilha entre herdeiros, o que parece não ter sido o caso nem dos *engenhos*, nem das *fazendas*.<sup>6</sup> A configuração espacial do que hoje é o território do município parece ter permanecido desta forma desde o final do século XIX até a década de 1950: de um lado, a grande plantação de cana-de-açúcar, em continuidade com as grandes plantações da Zona da Mata, com raros pequenos estabelecimentos; de outro lado, *sítios* grandes e pequenos, com poucas *fazendas* de gado, na área mais próxima ao Agreste.

De fato, o território do município está situado numa região de transição entre as condições naturais próprias à Zona da Mata e aquelas próprias ao Agreste semi-árido, sendo classificada como parte do Agreste subúmido pernambucano, uma região de brejo.<sup>7</sup> Mas é importante observar que a transição das condições naturais não se associa mecanicamente à passagem do predomínio dos *engenhos* ao predomínio dos *sítios*. Estas condições naturais apenas possibilitam o cul-

6 Mário Lacerda de Mello e Manuel Correia de Andrade realizaram, em 1960, uma pesquisa sobre o Brejo de Camocim de São Félix, município contíguo a Bonito, em direção ao Agreste. Fornecem indicações sobre Bonito, sobretudo em sua região mais próxima a Camocim, onde também predominava o cultivo de café por esta época. A descrição que fazem dos *sítios* em Camocim é provavelmente válida para esta área de Bonito:

"Bastantes expressivas são, a respeito, as designações existentes. Os tratos de terras pertencentes a determinados donos chamam-se, simplesmente, *propriedades*. O vocábulo *sítio* (diferentemente de sua acepção generalizada) exprime a grande propriedade primitiva, cujas terras foram retalhadas e subdivididas até formar as propriedades atuais de tamanho grandemente variado. A fragmentação por sucessão hereditária não contou com um elemento que a contivesse: nem a grande lavoura monocultura, como na Mata, nem o pastoreio extensivo, como no Agreste semi-árido e no Sertão". (Lacerda de Mello M. e Correia de Andrade, M. 1960, p. 29) (grifos do original).

7 Mário Lacerda de Mello e Manuel Correia de Andrade (1960) distinguem as características geográficas desta região, que podem ser aproximadas das prevalecentes na Zona da Mata, e as formas sociais particulares aí encontradas, que poderiam ser obscurecidas pela constatação da importância do cultivo da cana-de-açúcar. Não é raro tomar Zona da Mata por região cultivada com cana-de-açúcar e vice-versa. Veja-se a advertência destes autores: "Nas alturas de Bonito e de Barra do Guabiraba, ela (a região brejosa, úmida, fértil, densamente povoada) emenda com a região oriental do Estado, onde o característico ocupacional dominante é representado pela presença da cana-de-açúcar. Assim, sob o ângulo fitogeográfico, representa a área em estudo uma penetração para oeste, com alguma variação da faixa ou zona dita da Mata. A analogia fitogeográfica entre esta área e a zona Oriental, ou da Mata, ou canavieira, ligada naturalmente às condições de pluviosidade, não é, porém, correspondida no tocante às formas de ocupação humana e uso da terra. Elementos de diferenciação também às formas de ocupação humana e uso da terra. Elementos de diferenciação também existem e são os que prevalecem. Sob sua influência é que se individualiza a região do brejo quanto aos fatos devidos à presença e aos labores do homem". (Lacerda de Mello, M. e Correia de Andrade, 1960, p. 9, 10).

tivo de cana na área, se bem que em condições piores que os da Zona da Mata propriamente dita. Mas os *engenhos* de cana-de-açúcar não são apenas propriedades onde se realiza este cultivo, mas estabelecimentos que pressupõem determinadas relações sociais entre trabalhadores e proprietários. Assim, aponta-se que a existência de trabalhadores escravos, no século XIX, foi limitada à área dos *engenhos*.<sup>8</sup> A transformação de área do *sítio* em área de *engenhos*, ou vice-versa, implica em alterações significativas na relação trabalhador-proprietário. Mesmo para o trabalhador juridicamente livre, a situação não parece ter sido equivalente dentro dos *engenhos* ou nos *sítios*. Se todo trabalhador residente em uma grande propriedade, designado normalmente por *morador*, implica em uma relação de dependência pessoal frente ao proprietário de terras, o conteúdo desta relação variava grandemente. Em particular, a lavoura canavieira foi predominantemente um cultivo organizado em bases coletivas, estando o processo de trabalho sob o controle do proprietário de terras ou de um preposto. A situação de *morador*, embora longe de ser uniforme, implicava em algum tipo de participação nas tarefas coletivas. Note-se que um fato comum a qualquer situação de *morador* era receber lotes de terra que pudesse cultivar com sua família, para garantir seu sustento. O trabalho na cana opunha-se, assim, ao trabalho no lote que recebia. Em contraposição, o cultivo do café na região parece ter sido realizado principalmente em bases familiares, até mesmo quando realizado por *moradores*. O lote de terra atribuído ao *morador* implicava no cultivo das “lavouras de subsistência”, como mandioca, milho, fava e feijão, e no cultivo do café. O proprietário de terras tinha, então, o monopólio da comercialização dos produtos. Controlava toda a circulação mercantil do café, ou mesmo de outras “lavouras comerciais” porventura produzidas, como o algodão, porém era comum permitir a livre circulação mercantil das “lavouras de subsistência”. A subordinação do trabalhador residente ao proprietário se dá, neste último caso, no processo de circulação dos produtos, enquanto na cana se dá, geralmente, no próprio processo de

8 Em Bonito, entrevistamos o Sr. João Germiniano Soares Pereira, que teve a paciência de nos prestar importantes informações sobre a história deste município e da região vizinha. Este senhor, há muito tempo, escreve sobre a história e costumes do município, bem como guarda a documentação pertinente ou sua referência. Gentilmente ele nos deu acesso a seus escritos, que não se encontram publicados. Ele é descendente (neto) de um dos primeiros senhores de engenho do atual município, e sua esposa é descendente (bisneta) do Capitão-Mor responsável pela criação da Comarca (Pereira da Costa, 1965, vol. 9, p. 512). Ele foi agente estatístico do IBGE até a década de 1960, no município, e trabalhou no Cartório de Registro de Imóveis; foi ele também quem escreveu o verbete sobre o município na *Enciclopédia Brasileira de Municípios*. Neste caso, como em outros pontos deste capítulo, baseamo-nos em suas informações.

trabalho. Evidentemente, a existência em larga escala de pequenos produtores independentes, no caso dos *sítios de café*, favorece o estabelecimento de um corte ainda mais nítido entre “a cana” e “o café”,<sup>9</sup> pois neste caso há produção independente e livre circulação dos produtos. Portanto, a transformação de *sítios* em *engenhos*, ou vice-versa, podendo significar alterações na relação trabalhador-proprietário, não era ponto pacífico. Em particular, podia levar à submissão de um pequeno estabelecimento até então autônomo, ou à liberação da produção familiar até então subordinada.

É interessante notar que, onde os pequenos estabelecimentos conseguiram se implantar, sobretudo ali onde tiveram acesso à propriedade jurídica da terra, observa-se, ao longo do tempo, um processo de partilha da terra controlado pelo estabelecimento original. Esta partilha não encontra limites numa dimensão mínima, fato freqüentemente descrito como queda dos pequenos estabelecimentos a “níveis anti-econômicos”. Observando o momento e a razão da partilha, verifica-se que esta se dá, muitas vezes, antes mesmo da morte dos pais de família, quando os descendentes da família original casam-se e estabelecem-se por conta própria. Nestes casos, a morte dos pais apenas consagra a divisão anterior e estabelece definitivamente os novos limites, podendo haver rearranjos entre irmãos por esta época. Este fato só corrobora a limitação do acesso à terra por parte dos pequenos agricultores, pois se a terra fosse um “bem livre”, o novo estabelecimento obteria terras sem desfalcicar aquele de que se origina. É quando a alternativa real é ser *morador*, com a conseqüente subordinação pessoal ao proprietário de terras, que o fracionamento se apresenta como melhor alternativa.<sup>10</sup> E isto ocorreu tanto entre os pequenos produtores vizinhos aos *engenhos* quanto entre os pequenos produtores das áreas onde predominavam os *sítios de café*.

9 Mário Lacerda de Mello e Manuel Correia de Andrade (1960) apontam o cultivo do café, em Camocim de São Félix, como lavoura que não era restrita a um tipo de propriedade; o que possivelmente também era o caso da área limítrofe de Bonito, na mesma época:

“São os cafezais envolvendo as casas e outras culturas, circundando a cidade, penetrando pelos quintais e terrenos urbanos, constituindo lavoura de gente rica, de gente média e de gente pobre, sem olhar tamanho de propriedade, sendo o produto de todos, que todos têm nele seu principal arrimo ou, pelo menos, seu arrimo mais estável.” (Lacerda de Mello e Correia de Andrade, 1960, p. 21).

10 Uma das áreas estudadas, em Belém de Maria, onde hoje predomina o cultivo de mandioca, milho, feijão, batata, cará (“produtos de subsistência”), em pequenas propriedades conhecidas por *sítios*, era área ocupada por engenhos até por volta de 1950. Em entrevista com o maior proprietário da área, ele mesmo filho de senhor de engenho, ao tentarmos estabelecer o paralelo entre a situação atual e a da época em que os enge-

Na verdade, mesmo o acesso direto à terra não garantiu aos pequenos produtores da região a autonomia frente à grande plantação canavieira. Os recursos de que dispunham, e sobretudo a terra, eram insuficientes para que se pudesse obter, durante todo o ano, o produto necessário ao consumo familiar. Parece ser muito antigo o costume dos pequenos produtores de migrar sazonalmente para a área da cana e trabalhar durante a safra, assim obtendo os meios necessários à complementação do consumo familiar durante uma parte do ano. A migração para a área canavieira se dá no *verão*, época em que pouco chove, período que se estende de setembro-outubro a fevereiro-março, retornando à casa no *inverno*, período de chuvas abundantes, onde se concentra o grosso das tarefas agrícolas, período que se estende de março-abril a agosto-setembro. Conhecidos na área canavieira por *corumbas* ou *curaus*, esta oferta de força de trabalho nas épocas de pico do ciclo agrícola da grande plantação de cana é necessária à consecução da safra (Correia de Andrade, 1964). Para os pequenos produtores, o dinheiro obtido durante a permanência na área canavieira pode servir tanto como única forma de propiciar o consumo familiar por esta época, como de fonte de recursos para a aquisição de mercadorias mais dispendiosas, ou mesmo como fonte de acumulação.<sup>11</sup> Vender a

---

nhos dominavam, foi-nos contado um caso de ex-trabalhador que teve acesso à terra fora do engenho, a qual, depois de sua morte, foi partilhada entre seus descendentes. Fica claro, que houve uma época em que só havia partilha nos pequenos estabelecimentos, mas não nos engenhos, tendo a situação mudado por fatores de que trataremos adiante. O trecho da entrevista é este:

"P - Aqui tinha muito engenho. Agora, tinha sítio também?

I - Sítio também, sítios pequenos tinham.

P - Já tinham?

I - Já tinha, já.

P - E era deste tamanho de agora ou era...?

I - Deste tamanho, ou mesmo maiores, que se tornaram menores

P - E nestes sítios plantava-se o quê?

I - Mandioca, milho, feijão, isto mesmo.

P - Mas, ao lado do engenho?

I - Sim. Fora. Terra do engenho é do engenho, né? E fora do engenho, encostado, tem sítios pequenos. Assim mesmo, quem roda aqui tem muitos sítios pequenos.

P - Bom, tem agora. Mas nesta época, tinha também?

I - Tinha também. Aquele terreno encostado ao engenho era de um negro que foi trabalhador aqui, depois comprou um terrenozinho por cem mil réis. Cem mil réis! (ri). Ele morreu, ficou partido. Morreu, partiu, cada um ficou com uma morada. Cada um ficou com um pedaço pra se fazer uma morada.

P - Agora, os engenhos se partiam também?

I - Não! Nessa época, não. Agora, hoje, depois, foi que veio, que eles vêm se acabando. O engenho que moía, não!"

11 Maiores detalhes são fornecidos no Capítulo II.

força de trabalho durante o *verão* na área da cana é fato muito comum e muito antigo nas áreas cobertas pela pesquisa de campo.

Por outro lado, é interessante notar que os produtos plantados pelos pequenos produtores desta região sempre foram basicamente os mesmos produtos plantados nos lotes atribuídos aos moradores da grande plantação canavieira. E os lotes guardam denominações semelhantes: o *roçado* e o *sítio*. Para ambos os grupos de trabalhadores predominam os cultivos ditos de "subsistência", isto é, cultivos que fornecem produtos normalmente consumidos pelas famílias dos trabalhadores, como mandioca, feijão, milho, fava, etc. Essas lavouras são cultivadas pelas famílias dos trabalhadores e normalmente os cultivos das várias lavouras estão associados. O produto obtido pode servir, no caso do pequeno produtor, tanto para o consumo familiar quanto para a venda, o que pode ocorrer também com o morador, embora isto dependa de concessão do grande proprietário. Estes cultivos de ciclo curto, feitos com o uso de força de trabalho familiar, são normalmente designados por *roçado*. Do *roçado* pode constar, como é regra para o pequeno produtor, um produto destinado apenas à venda, que proporcione à família as mercadorias que consome, mas não produz. Este é, por exemplo, o caso do *algodão*, recebendo então esta plantação a denominação de *roçado de algodão*. Quando há árvores plantadas, os terrenos cultivados são designados por *sítios*. Se o *roçado* é uma plantação que ocupa a terra por breve espaço de tempo, o *sítio* implica uma ocupação prolongada do mesmo espaço. Na área canavieira, ter *sítio* era privilégio de certos moradores, uma concessão que marcava os laços duradouros que uniam a família do morador à família do grande proprietário. Contudo, o *sítio* deste morador reunia várias qualidades de árvores frutíferas, não sendo cultivo sistemático de um só produto. Nas áreas de *brejo* estudadas, *sítio* designava tanto a reunião de árvores frutíferas em determinado local, como o plantio sistemático de pés de café. Falava-se tanto de *sítio de café* de um pequeno produtor, quanto de *sítio de café* de um morador. Mas o poder da família do pequeno produtor sobre o que plantar no *roçado* e/ou no *sítio* difere do poder da família do morador, o mesmo acontecendo com a liberdade da apropriação do produto. Sobretudo no caso dos "cultivos comerciais", cuja produção destina-se sempre à venda, o morador devia entregar o produto ao grande proprietário para que este o comercializasse, enquanto o pequeno produtor podia vender diretamente sua própria produção. Para além destas diferenças, um ponto deve ser ressaltado, que aproxima os *roçados* da área canavieira dos *roçados* dos pequenos produtores. É que o ciclo dos trabalhos agrícolas do *roçado* é complementar ao ciclo da cana-de-açúcar no espaço anual, isto é, os picos do ciclo agrícola da cana ocorrem nas épo-

cas de vazio do ciclo agrícola do roçado, e vice-versa.<sup>12</sup> Portanto, as épocas de maior disponibilidade de braços para os pequenos agricultores coincidem com as de maior necessidade de braços na lavoura canavieira. É curioso que os pequenos produtores não tenham desenvolvido cultivos que ocupassem a força de trabalho familiar durante todo o ano, apresentado um esquema de vida, sob este ponto de vista, semelhante ao dos moradores da grande plantação canavieira. Mesmo o cultivo do café parece não ter alterado este esquema;<sup>13</sup> o *sítio* de café tem, portanto, papel análogo ao do *roçado*.

Deve-se levar em conta que os pequenos produtores do *brejo*, ou mesmo aqueles vizinhos dos *engenhos*, também serviam ao abastecimento das grandes plantações da área canavieira, principalmente no tocante aos "produtos de subsistência", ou seja, os produtos que serviam ao consumo dos trabalhadores da grande plantação e também ao

12 O plantio de cana era feito de molde a haver em cada unidade agrícola, num ano dado, duas safras para cuidar: uma que será moída no ano de referência e outra que será moída no ano seguinte. O corte da cana se estende de setembro de um ano até março ou abril do ano seguinte. Durante este período, há ainda os trabalhos de limpa da cana que não está sendo cortada. É, pois, o período mais sobrecarregado do calendário agrícola. De março ou abril a junho-julho há limpas na cana e o preparo de terrenos para o plantio, ou seja, a derrubada de mato para deixar a terra nua. Como o plantio só é feito em junho-julho, o preparo de terreno podia ser conjugado ao cultivo de lavouras como do milho e do feijão, cujo ciclo vai de março-abril a junho-julho. A cana dá várias safras (conhecidas por "socas") e, portanto, o preparo de terrenos não se dá na mesma extensão que a área de colheita anterior. É, assim, a fase do ciclo agrícola de março-abril a setembro, quando há um menor volume de trabalho na cana. A fora o milho e o feijão, a mandioca também é plantada em março-abril, bem como vários outros produtos que compõem a dieta do trabalhador. Eventualmente, há novo plantio de milho e feijão em julho, para ser colhido em setembro. Para maior detalhamento das "lavouras de subsistência", ver capítulo II. A complementariedade dos ciclos agrícolas é apontada por Manuel Correia de Andrade - 1964, p. 71-6).

13 Tratando das migrações sazonais para a área da cana, Mário Lacerda de Mello e Manuel Correia de Andrade fazem as seguintes observações: "Em Camocim sente-se bem o fenômeno. A favor das migrações sazonais atuam o regime pluvial e, em consequência, o calendário agrícola. As atividades da agricultura, em sua maior parte, têm lugar no período de chuvas, a partir de março-abril. Quando, em setembro, se inicia o período seco, vem a falta de trabalho no brejo. A própria colheita do café, que utiliza mão-de-obra feminina, faz-se também no "inverno". Passada esta quadra do ano, começa o deslocamento para a região onde a safra da cana espera o costumeiro suprimento de mão-de-obra vindo do Agreste. São os "corumbas" que descem. Diz-se nas regiões de procedência que eles vão "para o Sul". É que, em relação à principal área de onde se deslocam (Bezerros, Caruaru, Brejo da Madre de Deus, Taquaritinga), fica efetivamente ao Sul (ou sueste) a zona principal onde buscam trabalho (Catende, Palmares, Água Preta, Gameleira, Rio Formoso, Barreiros, etc)". (Lacerda de Mello e Correia de Andrade, 1960, p. 38).

consumo dos proprietários de terra. Em Bonito, havia feira desde o século XIX, e donos de *engenho* vinham aí comprar alimentos, até mesmo para seus escravos.<sup>14</sup> Os *engenhos*, tradicionalmente, organizavam a produção própria de "lavouras de subsistência" que fornecessem o necessário ao consumo da força de trabalho ali existente. Os pequenos produtores tinham, assim, apenas um papel suplementar à produção própria dos *engenhos*,<sup>15</sup> que poderia também dar maior flexibilidade aos movimentos de expansão e contração de cultivo de cana, sem que isso afetasse necessariamente a reprodução da força de trabalho ali existente.

Se o cultivo da cana-de-açúcar predomina nas terras de Bonito mais próximas à Zona da Mata e em boa parte do atual território de Belém de Maria, desde meados do século XIX, por volta dos anos 1940-1950 os *engenhos* desta região vão conhecer uma séria crise. Esta crise dos *engenhos* liberou terras para pequenos produtores e mesmo permitiu a passagem de famílias de moradores à condição de pequenos produtores independentes. Ela permitiu, portanto, a emergência de um "neocampesinato" marginal à grande plantação canavieira.

A crise dos *engenhos* é produto das transformações ocorridas com o advento das *Usinas*. Na verdade, a tentativa de modernização do processo industrial de produção de açúcar data do final do século XIX, com os Engenheiros Centrais (Correia de Andrade, 1964, p. 87),

14 Informação prestada pelo Sr. João Germiniano Soares Pereira (ver nota 8). Note-se que Manoel Correia de Andrade fala da existência de feiras na região intermediária entre a Zona da Mata e o Agreste semi-árido desde o século XVIII.

15 Dentro dos *engenhos*, a produção e circulação de produtos como a mandioca, o feijão, o milho se dava de forma diversa da produção e circulação da cana. A cana era uma produção diretamente mercantil, cuja renda monetária revertia em favor do proprietário do *engenho*. As lavouras, como a da mandioca, eram produzidas com vistas ao auto-abastecimento da propriedade, podendo ser vendidas se o proprietário assim quisesse ou consentisse. A oposição "lavoura comercial x lavoura de subsistência" poderia conotar que a última não pode circular de forma mercantil, o que acontecia tanto para compras como para vendas. Do ponto de vista dos pequenos produtores, as "lavouras de subsistência" circulavam de forma mercantil, embora também sua circulação estivesse submetida a leis diversas das dos cultivos que se destinavam diretamente à venda, como o café e o algodão (ver Capítulo II). O ponto central aqui não é a importância do "mercado", mas sim das relações sociais em jogo na circulação mercantil dos produtos ou na circulação segundo outros princípios, como o da redistribuição (Polanyi, 1957), em que os produtos circulam de baixo ao topo de uma hierarquia por força da hierarquia, e depois do topo para baixo para que sejam consumidos. Usando esta terminologia, por exemplo, poderíamos dizer que a cana era regida pelo "princípio de mercado", enquanto que as lavouras de subsistência eram regidas pelo princípio da redistribuição dentro dos *engenhos* e pelo princípio de mercado em transações fora da propriedade. A idéia de que as formas de circulação dos produtos se liguem à subordinação específica dos trabalhadores aos proprietários de *plantation* vem de Moacir Palmeira (1971a) e está na base de sua pesquisa, da qual este trabalho é um subproduto.

mas começa a ter sucesso quando os mais ricos entre os proprietários de *engenhos* passam a operar grandes instalações industriais que ficaram conhecidas por *Usinas*. Se o projeto dos Engenhos Centrais dissociava o estabelecimento agrícola do industrial, as *Usinas* reconstituíram a unidade agroindustrial. Enfrentando dificuldades em conseguir cana-de-açúcar suficiente para usar toda a nova capacidade instalada, porque isto significava que o *engenho* que lhe venderia a cana deixaria de moê-la em suas próprias instalações, a estratégia empregada pela *Usina* foi garantir diretamente boa parte da cana que moeria. Isto originou um processo de concentração de terras em poder das *Usinas*, chegando algumas da Mata Sul a ter 20 ou 30 *engenhos* próprios. Significativamente, a palavra *engenho* deixa de corresponder a estabelecimento agroindustrial, para se referir apenas a estabelecimento agrícola. Muito freqüente também foi a expressão *engenho de fogo-morto* para designar o abandono destas instalações de beneficiamento de cana-de-açúcar.

Entretanto, a resistência oposta pelos *senhores de engenho*, de *engenhos bangüês*, como eram conhecidos, ficou longe de ser efêmera. Manuel Correia de Andrade nota com muita propriedade: "Interessante, porém, é salientar a capacidade de resistência do bangüê(...) A reação do bangüê fez-se com tal energia que, apesar de sua fraqueza econômica e das vantagens conseguidas pelos usineiros perante as instituições governamentais, só no fim da década de 1951/60 veio praticamente a extinguir-se. Assim, o bangüê reagiu por mais de 70 anos à investida das usinas, para só baquear, realmente, depois de 1950. Para citar apenas alguns exemplos, salientamos que, em 1914, exatamente 30 anos após o estabelecimento dos primeiros engenhos Centrais em Pernambuco, só 490 engenhos, isto é, 17,5% dos bangüês do Estado estavam de "fogo-morto", dominados pelas 49 usinas existentes" (Correia de Andrade, 1964, p. 103). Na verdade, deixar de moer a própria cana significava mais do que perder um "lucro industrial", pois levava a subordinação do proprietário de engenho ao proprietário de Usina. Isto reordenava o próprio sistema político.

Frente à expansão das Usinas, os senhores de engenho responderam de diferentes maneiras, o que explica a diversidade de caminhos de transformação dos engenhos bangüês das áreas estudadas. Uma das formas foi tornarem-se simplesmente *fornecedores de cana*, desmobilizando o equipamento industrial. Variantes próximas foram vender as terras para *Usinas*, retirando-se da produção, ou perder o acesso à terra quando muito endividados, os credores passando o controle da terra às *Usinas* ou a novos *fornecedores*. Outra possibilidade foi tentar a mudança da exploração comercial, o que muitas vezes foi tentado com o algodão, o café e o gado. Por último, mas não menos importan-

te, os senhores de engenho podiam se retirar da produção, deixando suas terras com os antigos trabalhadores, em geral sob a forma de *aforamentos*. O aforamento, neste contexto, significava que o trabalhador podia cultivar livremente o lote de terra a ele destinado, pagando apenas uma taxa anual em dinheiro, o *foro*, ao proprietário de terras. Muitas vezes, o momento decisivo do fim dos engenhos foi a morte do antigo senhor, o desinteresse ou a disputa de seus descendentes, o que provocava a venda, o arrendamento ou o abandono da terra. Não se trata, por conseguinte, de um processo concentrado num curto espaço de tempo, embora seja um processo contínuo.

Note-se que as terras que foram sendo concentradas pelas Usinas eram aquelas de maior fertilidade ou cuja localização era próxima aos estabelecimentos industriais, enquanto as terras liberadas para os pequenos produtores eram aquelas menos propícias ao cultivo de cana. Sob este ponto de vista, tinham grande importância as vias de comunicação entre o engenho fornecedor e a parte industrial da Usina. A expansão de Usinas esteve associada também à expansão de estradas de ferro que permitissem um transporte rápido da cana. As áreas onde os *engenhos* continuaram a moer foram, assim, áreas que permitiam menor rentabilidade no cultivo da cana, tendo em vista as novas formas de beneficiamento da matéria-prima. Este fato paradoxal pode ser explicado pela reorientação dos mercados consumidores de açúcar dos engenhos, que produziam variedades ainda consumidas no Agreste e no Sertão, ou passavam a destilar o mel para o fabrico de aguardente. Caindo a lucratividade, o fim dos últimos engenhos da Mata Sul se dá entre 1950 e 1960. Note-se que o processo de falência dos engenhos é contínuo; mais próprio seria dizer que é o fim deste processo que se dá neste período.<sup>16</sup> Os engenhos que vão conhecendo seu fim ou se trans-

16 Em Bonito, onde os dados do Censo são disponíveis, a produção de cana-de-açúcar apresenta uma queda acentuada. Em 1940 havia declaração de 59 estabelecimentos produzindo um total de 75.422 toneladas, sendo que 63.390 toneladas eram transformadas no próprio município por 24 estabelecimentos que prestaram declaração. Em 1950, havia declaração de 38 estabelecimentos produzindo um total de 32.477 toneladas, sendo que 8.229 toneladas eram transformadas no próprio município por 20 estabelecimentos que prestaram declaração. Assim, se a lavoura de cana regrida entre 1940 e 1950 (- 131%), é na transformação da cana que a redução é maior (- 670%). É interessante contrapor que os estabelecimentos que declararam cultivar cana caíram de 55%, enquanto que os que declararam transformar cana caíram apenas de 20%. Como não houve Usinas no município, pode-se inferir que, neste período, alguns engenhos bangüês se transformaram em fornecedores; a percentagem menor de cana moída no próprio município (84% em 1940 e 25% em 1950) deve-se à entrega da cana para moagem em Usina localizada em outro município. Assim se consumava a primeira etapa da quebra dos bangüês: deixar de moer (o que ficou conhecido por engenho de "fogo morto").

formam em engenhos fornecedores ou em *sítios*. Esta transformação em *sítios* se processa de várias maneiras. Em primeiro lugar, os proprietários *aforam* suas terras aos trabalhadores, alguns chegando a retirar-se e indo viver nas cidades. Outros vendem suas terras de forma parcelada em lotes, em geral de tamanho inferior a 10 ha de terra. Por último, os próprios engenhos, ao se transformarem em *sítios*, passam a ser partilhados entre os herdeiros quando da morte do proprietário. Há, portanto, modificação das lavouras cultivadas e modificação nas formas de acesso à terra. Muda a própria significação social dos estabelecimentos, sendo o "cultivo das lavouras de subsistência" em larga escala uma das características destes *sítios*. A terra usada para o cultivo das "lavouras de subsistência" pelo trabalhador e sua família é designada por *terra de trabalho*. A quebra dos engenhos permite a expansão das *terras de trabalho*, como deixa claro a entrevista de um proprietário de *sítio*, filho e neto de senhor de engenho, cujas terras estão situadas em Belém de Maria. Esta área foi ocupada por engenhos até a década de 1950, e hoje lá predominam os *sítios*.

"P - E o açúcar era muito?"

I - Ah! Nos Engenhos. Aqui, em Ba., So., São F., aqui em A.A. (nomes de vários engenhos locais). Não é mais, é tudo terra de roça, de criação de gado. C. também era M."

P - M. também?

I - Também. Mo.

P - M. é tudo sítio?

I - É tudo sítio. O velho morreu, passou para herdeiros e os herdeiros foram vendendo, retalhando a propriedade em terras pequenas. Hoje tem muitos moradores ali, pequenos, tudo proprietário pequeno. Eram dois engenhos emendados, M. e C.. Adiante tinha J., que era do coronel Z.C. Também em grande engenho, fazia muito açúcar. O T. do lado de Bonito.

P - Hoje...

I - Hoje é tudo terra de trabalho. Tudo deixaram de moer. E daqui abaixo (direção de Recife), os que foram vendendo às Usinas. Uns foram plantando, aí não deu em coisa, eles terminaram vendendo pras Usinas, não é? A Usina R. comprou muitos engenhos."

Houve compras de engenhos partilhados, mas considerar apenas este fenômeno seria subestimar o processo de desconcentração do uso da terra e, sobretudo, perder de vista como uma parte dos ex-

17 As partilhas em M. e C. foram objeto da presente pesquisa, que recolheu dados de cartório expostos adiante.

trabalhadores de engenho chegaram a acumular renda suficiente para que oferecessem melhor preço que aquele que vigoraria caso a propriedade fosse vendida indivisa. O fundamental foi que os trabalhadores conseguiram terras em maior quantidade para *botarem roçados*, ou seja, a unidade produtiva em bases familiares se expandiu em larga escala,<sup>18</sup> A forma de acesso à terra variou e, com ela, a subordinação política dos trabalhadores residentes em relação aos grandes proprietários. Esta dupla autonomia, quanto ao processo de trabalho e face ao grande proprietário, é que permitiu a acumulação deste grupo. Deste ponto de vista tiveram importância especial os pequenos produtores denominados *foreiros*.

18 Pode-se observar em Bonito que os estabelecimentos de menos de 10 ha foram os que mais cresceram entre 1940 e 1960.

Estabelecimentos Rurais e Área Total - Bonito, 1940, 1950, 1960

Classe do estabelecimento	Estabelecimentos			Área		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
0 - 10 ha	819	861	1503	2964	3235	4974
10 - 50 ha	234	219	252	4365	5261	4451
50 - 100 ha	52	49	47	3225	3610	3101
100 - 1000 ha	59	55	47	17632	20777	13571
1000 - ha	1	3	1		5273	
TOTAL	1165	1187	1850	28186	38156	26097

FONTE: IBGE - Censo Agrícola - 1940, 1950, 1960.

Note-se que o número de estabelecimentos de 10 ha cresce de 84% entre 1940/60, e a área por eles controlada, de 67%. São eles os responsáveis pelo aumento do número de estabelecimentos no município, as categorias intermediárias (entre 10 - 100 ha) praticamente constantes (com ligeiros acréscimos ou decréscimos), e as categorias de mais de 100 ha com decréscimos acentuados. Enquanto há aumento da área controlada pelos estabelecimentos de menos de 10 ha, a área controlada por todos os estabelecimentos do município decaiu (-8% entre 1940/60 e -46% entre 50/60), sendo que esta queda se deve, sobretudo, aos estabelecimentos de mais de 100 ha, onde seguramente estavam os engenhos. Entre 1940/50 há um grande acréscimo da área controlada pelo conjunto dos estabelecimentos (+35%), devido, sobretudo, àqueles acima de 100 ha (+48%), o que poderia sugerir que, no período, os grandes estabelecimentos conhecessem uma forte expansão. O mais provável é que, com a partilha das terras, oficializada juridicamente, só se fez durante a década de 1950, os grandes estabelecimentos tenham sido declarados pela área de propriedade. O próprio Censo de 1950 traz uma outra informação, a da área de colheita, que revela que a existência de "grandes estabelecimentos" não implicava a existência de "grandes explorações agrícolas". Verifica-se no quadro abaixo que só 8 estabelecimentos tiveram uma área de colheita acima de 100 ha:

Um dos efeitos da crise dos engenhos na região intermediária foi o abandono da propriedade pelo senhor de engenho, deixando suas terras *aforadas* a seus trabalhadores. A relação de "aforamento" não era nova, era uma das formas da relação de *morada*, sendo mesmo comum na grande plantação canavieira. O fato novo e fundamental foi a

estabelecimentos por Grupos de Área de Colheita - Bonito, 1950.

Classe do estabelecimento	Número de estabelecimentos	% do total de estabelecimentos com declaração
0 - 10 ha	988	87
10 - 50 ha	123	11
50 - 100 ha	11	1
100 - 1000 ha	8	1
1000 - ha		-
Estabelecimentos com declaração	1130	100
Total de estabelecimentos recenseados	1137	

FONTE: IBGE - Censo Agrícola 1950

É verdade que 57 dos estabelecimentos recenseados não declararam a área de colheita, mas 38 estabelecimentos declararam produzir cana e forneceram a tonelagem produzida (cf. nota 16) e 20 declararam transformá-la, e não devem estar incluídos nos 57. Por este último quadro nota-se que, com área de colheita abaixo de 10 ha, estão 87% dos estabelecimentos, e 98% dos estabelecimentos estão com área de colheita abaixo de 50 ha. De qualquer forma, a "expansão dos estabelecimentos" não tem a ver com a expansão da cana. Além do já exposto, a área de produção de cana declarada foi de 1592 ha, apenas 4% da área total, ou mesmo 6% da área controlada pelos estabelecimentos de mais de 100ha. Pelos dados censitários, a cultura de maior expansão foi a de mandioca e de aj-pim, passando de 8898t em 1940 a 17283t em 1950 (+94%), cultura típica de *roçado*. Nem o café, nem o algodão conheceram progressos. Por outro lado, a pecuária parece ter crescido rapidamente, pois as áreas de pastagem aumentaram de 60% entre 1940/50, o rebanho quintuplicando. Como as áreas de pastagem recuam a 97% da área de 1940 em 1960, é provável que a pecuária tenha cumprido a função de produto comercial para os grandes estabelecimentos, conhecendo o mesmo refluxo da área dos grandes estabelecimentos. Para Belém não se dispõe de dados, pois só na década de 1960 passou à condição de município, formado a partir de dois outros. Sua área principal pertencia ao município de Catende, onde até hoje há uma das maiores Usinas do Estado, tanto em tonelagem moída como em terra controlada. Considerar os dados de Catende seria altamente problemático. É um caso interessante, sem dúvida, de ser avaliado, se pudessemos ter acesso a dados desagregados, pois o que acontece na maior parte do município produz efeitos opostos em um de seus distritos. Aliás, isto põe em relevo um dos problemas da análise sobre Bonito, pois os dados são produzidos por unidade administrativa, o que não coincide com a região onde se produzem os fenômenos descritos.

relação proprietário – trabalhador perder a dimensão de dependência pessoal, porque a dominação do proprietário deixou de materializar-se e reduzir-se ao pagamento de um *quantum* de dinheiro pela terra utilizada. Assim, a relação aproximou-se do simples arrendamento e a situação do *foreiro* aproxima-se da do pequeno estabelecimento, e, em particular, da do pequeno proprietário. Este crescimento dos *foreiros* está assim descrito por Manoel Correia de Andrade:

“A crise do açúcar e a conseqüente baixa dos preços fez com que muitos senhores de engenho encerrassem suas atividades industriais. Quando próximo a estes bangüês de “fogo-morto” havia usinas, eles se tornavam fornecedores; quando, porém, não havia, eles costumavam dividir os engenhos em pequenos sítios e alugar a *foreiros*. Dizia-se, então, que o engenho estava “aforado” e que seu proprietário ia viver de “foros”. Este fato ocorreu sobretudo nas áreas que, além de distantes das usinas, ficavam também distantes das principais estradas. Dava-se também, de preferência, naqueles engenhos próximos à encosta da Borborema, com terras férteis para a cultura de fruteiras e de lavouras de subsistência. Municípios como Vitória de Santo Antão, Amaraji e Bonito, em Pernambuco, prestaram-se muito a estes aforamentos. Estes engenhos, divididos em grande número de pequenos estabelecimentos, logo se tornaram famosos pelo abastecimento das cidades que, em crescimento contínuo, consumiam a produção dos mesmos e davam margem ao desenvolvimento de uma pequena classe média no campo” (Correia de Andrade, 1964, pp. 109/110).

Tradicionalmente o *foreiro* era um *morador* que recebia uma casa em terras de grande proprietário e um lote para plantio, onde podia cultivar não só as “lavouras de subsistência” como árvores frutíferas. Plantadas com árvores, estas terras eram conhecidas por *sítios*. A casa que recebia compreendia mais que o local da habitação, o terreno contíguo servindo para a família criar pequenos animais, como porco, galinha, peru, pato, marreco, cabra, local conhecido por *terreiro*. Eventualmente, junto à casa, também se plantava “lavouras de subsistência”, mas era em torno da casa, e especialmente na parte da frente, que havia sempre árvores frutíferas dos mais variados tipos. O *foreiro* devia pagar uma soma anual ao proprietário, o foro, e dar alguns dias por ano de serviço gratuito ao proprietário para conservação da infraestrutura da propriedade, como estradas, açudes, etc. serviço conhecido por *cambão* ou *congá*.<sup>19</sup> Na grande plantação canavieira, nas épo-

19 Julião, líder das Ligas Camponesas, que teve na abolição do *cambão* um de seus principais objetivos, aponta este caráter tradicional do *cambão*: “Les propriétaires prétendaient que le *cambão* était une sorte d'impôt perçu pour l'entretien des prises d'eau, des chemins, et autres installations de la propriété” (Julião, 1968, p. 78).

cas de maior volume de trabalho, o *foreiro* era ainda chamado a trabalhar na cana; estes dias eram pagos pelo proprietário segundo a taxa salarial que se dispusesse a oferecer. Nas áreas onde o cultivo comercial era o café, o *foreiro* associava estas lavouras ao *roçado*, e seu dever era entregar o "produto comercial" para ser comercializado pelo proprietário, que podia determinar também o que e quanto plantar. A situação de *morador-foreiro* se opunha à situação de *morador de condição*, que tanto na área da cana quanto nas áreas de café tinha obrigação de dar 3 a 4 dias por semana ao grande proprietário, em troca de um salário inferior ao que seria pago ao pequeno produtor e cujos direitos, em termos de lote de subsistência, eram inferiores aos dos *foreiros*.<sup>20</sup>

A ausência do proprietário homogeneizava a situação dos trabalhadores segundo a categoria de processo de trabalho mais autônoma, que era a dos *foreiros*. Nestas condições, processo de trabalho mais autônomo não significava um prêmio ou concessão a *morador*, mas passava a ser a situação normal de todo trabalhador dentro da propriedade. Significava, assim, uma independência real desse pequeno estabelecimento, cujo dever em relação ao proprietário passava a se resumir no *foro* que pagava anualmente. Como mesmo o pequeno proprietário tinha que fazer uso constante de terras arrendadas a grandes proprietários, onde *botavam* seus *roçados*, formalmente a situação de *foreiro* e a de *pequeno proprietário* se aproximavam.

A decadência dos grandes proprietários não implica necessariamente na sua ausência da propriedade. Este é apenas um caso limite. Como tal, serve para pôr em relevo o caráter da mudança na área. Porém, por vezes, o proprietário ficou em suas terras, com exploração própria ou sem, ou apenas se retirou para a cidade sede do município, controlando a propriedade diretamente ou através de um preposto. As terras não deixavam de ser *aforadas* em grande parte ou na totalidade. Embora a autonomia do *foreiro* não chegasse a ser completa, ela aumentava consideravelmente, ao mesmo tempo em que a parte oposta se enfraquecia. Assim, a imposição em alguns lugares resumiu-se ao *foro*, em outros ao *foro* e *cambão*, em outros ainda a restrições quanto

<sup>20</sup> Na grande plantação canavieira houve ainda outras formas de *morador*, como os *eiteiros* e, em certa época, os *lavradores*. Para análise dessas várias situações de *morador* dentro da grande plantação açucareira e do significado desta diferenciação, ver Palmeira, 1976.

ao produto plantado. Em todo caso, a situação de *foreiro* passava a significar mais do que uma variante da situação de *morador*.<sup>21</sup>

Esta redução da relação de *foreiro* ao pagamento anual de uma quantia de dinheiro, mesmo ali onde o proprietário continuava presente, permitiu o livre desenvolvimento deste pequeno estabelecimento. É interessante notar que é esse caráter livre do *foreiro* que ficou na memória social, sobretudo depois que esta categoria desapareceu na região estudada. A entrevista de uma senhora de mais de 60 anos, ela mesma neta, filha e viúva de *foreiro* da região do café, hoje residindo na cidade, apontou este aspecto como fundamental na caracterização desta categoria no passado da região:

P - E agora, o proprietário da terra não tinha nenhuma plantação dele?

I - Da gente, de obrigação da gente?

P - Não, não. Por exemplo, a senhora morava na terra de propriedade, não é? Tinha os *foreiros*...

I - Só tinha os *foreiros*.

P - Só tinha os *foreiros*?

21 Julião distingue explicitamente esta categoria como fundamental desde o início das Ligas Camponesas. Em trabalho recente (Julião, 1968), ele descreve a categoria: "Parlons maintenant du fermier. Dans le Nordeste on l'appelle *foreiro* parce qu'il paye le *foro*, ou loyer. Il coexiste avec l'esclave nègre et se multipliera d'une façon extraordinaire après la loi d'abolition. Avec la décadence des moulins à sucre, les propriétaires en vinrent à céder davantage de terres aux paysans en échange d'un fermage annuel. Ceux qui parvinrent à continuer la fabrication de sucre brut et de la cachaça louèrent une partie de leurs terres, réservant le reste aux travailleurs agricoles. Beaucoup n'avaient même pas d'ouvriers salariés ou *eiteiros* comme on les appelle dans Nordeste, et préféraient louer la totalité de leurs terres et aller vivre à la ville voisine ou même plus loin. Je citerai comme cas typique le moulin Galiléia, situé à 60Km de Recife et dont les 500 hectares étaient affermés à 140 familles de paysans. On n'y comptait pas un seul salarié quand fut fondée la première ligue paysanne, dont le premier président se trouva être Zéze de Galiléia, jusque là régisseur du moulin. La coutume était de payer le fermage fixé par le propriétaire le 8 décembre de chaque année. De plus si le patron l'exigeait, le fermier devait quelques jours de travail gratuit dont le nombre variait avec la bonté du latifundiste, entre quatre et dix, dans la région, j'ai déjà dit que dans le Nordeste on leur donnait le non de *cambão*. Le fermier n'était pas tenu de rendre le *cambão* en personne sauf si le propriétaire l'exigeait pour caprice ou pour irriter un fermier dont il voulait se débarrasser. On pouvait y envoyer son fils ou encore payer quelqu'un pour remplir l'odieuse obligation. Le propriétaire prétendait que le *cambão* était une sorte d'impôt perçu pour l'entretien des prises d'eau, des chemins et autres installations de la propriété. Mais avec le temps ce qui était de règle devint une exception car les fermiers finirent par travailler avec des salariés à la préparation des terres, au plantage, au lavage et à la récolte. Il faut dire que les jours exigés représentaient bien peu dans l'année entière, le problème n'était pas là, mais bien plutôt dans l'humiliation née d'un travail forcé et non rémunéré, au bénéfice d'un patron à qui il payait un loyer pour la terre. Des exigences imposées au paysan du Nordeste on peut affirmer sans crainte que si le *cambão* était la plus légère matériellement, elle était la plus blessante et la plus humiliante" (Julião, 1968, p. 74).

- I - É.
- P - Não tinha nada do... proprietário?
- I - Do patrão, não.
- P - Do patrão não tinha nada?
- I - Não. O direito do patrão era somente chegar e levar o dinheiro do foro. Muito bem. Onde é que nós vamos trabalhar este ano? Tá faltando o que pra você se agradar? Era assim.
- P - Agora, o patrão morava aqui em Bonito ou...?
- I - Morava, morava. Na propriedade dele. A casa dele já sabe como é que é, né? Lá pros cantos bem bom, bem asseado. E a cabroeira, é como se diz, é lá pros recantos, pros matos. Lá fazia a casa de palha. Morava. Trabalhava, criava (...). Só tinha direito a pagar o foro. Morava tranquilo. Criava muita cabra, criava muita galinha, criava o que podia. Porco, tudo criava. Não tinha obrigação com nada."

Note-se, neste caso, que não há desaparecimento da figura do proprietário, nem ao nível da propriedade, mas reduz-se a relação *foreiro* - proprietário ao simples pagamento do foro. Efetivamente, o livre controle do processo de trabalho e de circulação dos produtos é consequência desta autonomização dos *foreiros*. Mesmo que, na prática, a autonomização só se desse completamente com uma parte dos *foreiros*, ela passava a ser o ponto de referência para os demais, forçando a que a tendência fosse nesse sentido. Se a imagem atual idealiza a situação passada, ela o faz obedecendo à lógica pela qual a situação de *morador foreiro* se diferenciou das demais situações de *morador*, e fornecendo uma chave importante para atender o processo de mudança econômica e política na região.

O crescimento dos pequenos estabelecimentos teve, por contrapartida necessária, a expansão da "oferta de produtos de subsistência", sendo a comercialização da produção feita, sobretudo, através das *feiras*. A possibilidade de comercializar a própria produção leva ao aumento do próprio potencial produtivo do trabalhador, que passa a ter interesse em intensificar o trabalho seu e de sua família porque lhe é garantida a apropriação do resultado deste esforço. Ao vender sua produção, ele pode ter acesso em maior escala aos bens que não produz, e mesmo chegar a acumular para poder ter acesso à terra enquanto proprietário. Este aumento da oferta dos "produtos de subsistência" se fez muitas vezes acompanhado da diminuição das "lavouras comerciais", mas nunca de sua extinção cada vez que a "lavoura comercial" podia ser associada às "de subsistência".<sup>22</sup> Ter uma "lavoura

22 Para elaboração da lógica de uso da "lavoura comercial" ou da "lavoura de subsistência" por este campesinato, ver capítulo II.

comercial sempre foi a forma de obter renda monetária para fazer face às despesas em dinheiro com as mercadorias de que não se é produtor. Na medida em que o pequeno produtor podia realizar o valor de sua própria produção, o cálculo sobre uso da força de trabalho familiar e os recursos de que dispõe se altera qualitativamente. Em certo sentido, o próprio fato da expansão dos circuitos de comercialização se dar em *feiras* é significativo, pois nessas praças de mercado<sup>23</sup> é o próprio produtor direto que tem possibilidade de realizar o valor de seu produto.

Este aumento da produção dos pequenos estabelecimentos da região intermediária permitiu, muitas vezes, a acumulação de recursos que possibilitaram o acesso à propriedade jurídica da terra e a consequente estabilidade. Podendo realizar livremente o valor de sua própria produção, muitas famílias conseguiram renda monetária suficiente para comprar terra dos engenhos que entravam em decadência. Note-se que a renda monetária que conseguem provém da vendá tanto de "produtos de subsistência" como dos "produtos comerciais", e a criação de pequenos animais e mesmo de gado bovino teve grande importância como forma de acumulação.<sup>24</sup> A modificação maior foi a intensificação do trabalho familiar, e não se alteraram os padrões produtivos de forma significativa para obter aumento de produção. O que se alterou significativamente foram as relações entre o proprietário de terras e os trabalhadores diretos, ou melhor, o acesso à terra por parte das famílias dos trabalhadores.<sup>25</sup> Importante também foi a ampliação

23 Seguimos aqui a terminologia de Dalton e Bohannon (1965) e Mintz (1959), que opõem mercado, como princípio de circulação, e praça de mercado, local onde se efetuam trocas mercantis com uma periodicidade dada.

24 Estes pontos do cálculo econômico do pequeno produtor são elaborados nos capítulos subsequentes.

25 Aqui estamos tratando de um caso específico. Porém, a importância da expansão da pequena agricultura por esta época é característica de toda a região Nordeste. É interessante que o estudo estatístico de George Patrick (1972) para o IPEA venha justamente chamar a atenção para isto. Dedicando uma seção do capítulo "A Terra no Nordeste" ao "Papel do Pequeno Estabelecimento" e baseando-se nos dados censitários, ele afirma: "Conforme sugerido acima, o rápido aumento do número de estabelecimentos de menos de 10 hectares, especialmente os inferiores a 5, constitui característica importante na agricultura do Nordeste. Em 1960, 62% deles tinham menos de 10 hectares de área e apresentavam 75% dos "novos" estabelecimentos criados no período 1940/60" (p. 123). E, mais adiante: "Tudo indica que as pequenas fazendas desempenharam um papel de relevo no aumento da produção das lavouras, no período 1940/60. Demonstrou, aliás, a análise anterior que o aumento da produção foi praticamente proporcional à expansão da área. Embora as informações sobre os aumentos das áreas cultivadas dos pequenos estabelecimentos possam ter sido superestimadas, sugerem os dados do Censo que eles foram responsáveis por cerca de um terço do aumento da produção. Nota-se

da circulação mercantil dos "produtos de subsistência", o que, sob muitos aspectos, é uma das faces da questão anterior, embora não se reduza a ela. De qualquer forma, a autonomização dos pequenos estabelecimentos possibilitou a acumulação de recursos monetários, com os quais ex-trabalhadores tornaram-se demandantes de pequenos lotes de terra, ao lado dos pequenos proprietários, mesmo aqueles das áreas de cultivo de café, que tentavam, assim, contrabalançar o tradicional fracionamento do patrimônio familiar de terras.

A falência dos engenhos bangüês criava, por outro lado, a possibilidade de oferta de terras. É interessante notar que esta oferta de terras não se deu de forma a transmitir a propriedade indivisa, mas que partilhar a terra em pequenos lotes se constituiu na alternativa mais rentável. Efetivamente, os trabalhadores estavam dispostos a pagar um alto preço pelos lotes de terra que comprovam, já que isto lhes garantiria a independência. Fato é que áreas de grandes engenhos, alguns perdurando até a década de 50, tornaram-se áreas de pequenas propriedades. Em Bonito, foi possível consultar dados de um dos cartórios do município, onde estão concentradas as vendas de terra quando da partilha de dois engenhos, M. e C., que chegaram a ocupar juntos mais de 3000 ha até por volta de 1940. Estes engenhos pertenciam a um dos ramos da família do Sr. João Germiniano Soares Pereira, que era compadre de um dos antigos senhores de engenho. A informação sobre a área que chegaram a ocupar foi prestada por ele. Segundo seu depoimento, foi com a morte dos senhores de engenho que os herdeiros começaram a vender a terra em pequenos lotes, fato confirmado pelos dados do Cartório que registram as transações em nome da esposa e dos filhos.<sup>26</sup> Pelos livros de cartório, o início das vendas de terras se dá em 1953. Porém, o próprio titular nos informou que não há necessariamente coincidência entre a transação comercial e seu registro imediato. Contudo, os marcos iniciais de partilha não devem ser muito diferentes. O marco final é 1966, provavelmente porque, a partir desta época, o INCRA proibiu o registro de transações com terras inferiores a um módulo,<sup>27</sup> expressamente para evitar o processo de "minifundização". Os dados coletados são apresentados em anexo.

---

uma tendência para ignorar ou minimizar a importância da produção dos pequenos estabelecimentos, desde que parte deles talvez seja de subsistência; mas o fato inegável é que tiveram papel relevante no aumento da produção agrícola nordestina". (p. 128/129).

26 Graças as suas indicações e apresentação é que pudemos localizar os dados de cartório da partilha dos engenhos.

27 Isso não significa que deixe de haver compra e venda de lotes de terra inferiores a um módulo. Apenas deixam de ser registradas em cartório.

## ENGENHOS - VENDAS EFETUADAS DE 1953 A 1966, POR TAMANHO DA TERRA TRANSACIONADA.

	1953-54		1955		1956		1957		1958		1959		1960		1961		1962		1963		1964		1965		1966		Total geral	
	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha	Nº	ha
0 -- 1 ha		-		-	1	0,650		-		-		-		-		-		-		-	1	0,650	1	0,650	2	0,860	5	2,810
1 -- 2 ha	10	13,400		-	12	19,045	3	3,630		-	5	6,655	11	13,915	9	13,915	6	7,260	11	15,125	1	1,210	1	1,300	4	5,929	73	101,384
2 -- 5 ha	23	71,700		-	21	67,840	4	10,406		-	5	16,335	3	7,260	8	27,225	2	7,260	2	5,023	2	4,660	2	4,840	7	21,075	79	243,624
5 -- 10 ha	7	41,990	2	11,050	13	91,895		-		-	3	18,150	1	6,050	2	13,915	2	15,730	2	14,520		-	2	12,100	5	38,791	39	264,191
10 -- 20 ha		-		-	1	11,495	2	23,595		-		-		-		-		-		-		-		-		-	3	35,090
20 -- 50 ha		-		-	2	61,105		-		-		-		-		-		-		-		-		-		-	2	61,105
TOTAL	40	127,090	2	11,050	50	252,030	9	37,631		-	13	41,140	15	27,225	19	55,055	10	30,250	15	34,668	4	6,520	6	18,890	18	66,655	201	708,204

Sabemos que os registros de cartório subestimam o volume de terras transacionadas para fugir aos impostos. Mesmo levando este fato em consideração, é notória a predominância das transações com terras de tamanho inferior a 10 ha durante todo o período. As exceções à regra ocorreram entre 1956 e 1957. De qualquer forma, este quadro pode referendar a hipótese de que as compras de terra foram feitas por pequenos produtores. Recorremos também à agência local do IBGE para obter dados estatísticos sobre a área onde se localizavam. Por várias razões, entre as quais o sigilo exigido por esta agência oficial, obtivemos apenas a repartição dos estabelecimentos em 1970 no *setor censitário* (unidade mínima de controle da coleta de dados do Censo, escolhidos aqueles onde se localizavam até a década de 1950). Esses dados também servem de suporte às hipóteses levantadas. No setor X<sup>28</sup> localizava-se boa parte das terras do engenho M., toda a área sendo conhecida por este nome (M). Veja-se o quadro II.

Observa-se que há 50 proprietários de menos de 50 ha (65% dos estabelecimentos de proprietários), que controlam 121,7 ha (24% das terras de proprietários). Até 10 ha há 67 proprietários (87%), controlando 236,7 ha (47%), não havendo nenhuma propriedade de mais de 100 ha. Por outro lado, as categorias censitárias de *arrendatários* e *ocupantes* localizam-se nos estabelecimentos até 10 ha. No todo, os estabelecimentos de até 10 ha constituem 89% dos estabelecimentos do setor e controlam 49% da área.

No setor Y, contíguo ao setor X, localizavam-se as sedes do engenho M. e do engenho C. Veja-se o quadro III.

Observa-se que há 105 estabelecimentos de proprietários de menos de 5 ha (64%), controlando 223, ha (16%), e 143 estabelecimentos de menos de 10 ha (87%), controlando 467,3 ha (33%). Há 4 grandes estabelecimentos de mais de 100ha, e é interessante notar que o maior deles é de arrendatário. Há um corte nítido (mesmo ao nível do quadro) entre este tipo de arrendatário e os de menos de 10 ha. Como neste setor encontravam-se as sedes dos dois engenhos, localizando-se aí, portanto, até hoje, as construções e principais benfeitorias, as terras em torno são as mais valorizadas e as que dificilmente se chega a partilhar. Considerando-se, porém, que tais engenhos chegaram a controlar uma área contínua de 3000 ha de terra em fins da década de 40 (o que supera a área dos dois setores censitários), pode-se avaliar pelos quadros acima a importância da partição dessas propriedades.

28 Em Bonito, havia 34 setores censitários em 1970, sendo 24 deles considerados rurais e 10 urbanos.

## QUADRO II

Distribuição dos estabelecimentos por área controlada - Bonito - Setor X - 1970

Classe de estabelecimento Condição do responsável	0 - 0,5 ha		05, - 1 ha		1 - 2 ha		2 - 5 ha		5 - 10 ha		10 - 50 ha		50 - 100 ha		100 -		Total	
	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha
Proprietários	-	-	1	0,5	14	17,5	35	103,7	17	115	8	125,5	2	142	-	-	77	504,2
Arrendatários	-	-	4	2,37	5	6	3	7	-	-	-	-	-	-	-	-	12	15,37
Parceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocupantes	-	-	1	0,5	2	2,5	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	5	7
Total	-	-	6	33,7	21	26,0	40	114,7	17	115	8	125,5	2	142	-	-	95	526,57

FONTE: IBGE - Agência local (baseado no Censo de 1970)

QUADRO III

Distribuição dos estabelecimentos por área controlada - Bonito - Setor Y - 1970

Classe de estabelecimento Condição do responsável	0 - 0,5 ha		0,5 - 1 ha		1 - 2 ha		2 - 5 ha		5 - 10 ha		10 - 50 ha		50 - 100 ha		100 -		Total	
	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha	Nº	Ha
Proprietários	1	0,1	4	2	33	47,7	62	173,5	38	243	16	174	3	170	3	585	165	1395,3
Arrendatários	4	1,33	6	3,4	23	23,5	8	16	-	-	-	-	-	-	1	480	42	524,23
Parceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocupantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	51	-	-	1	51
Total	5	1,43	10	5,4	61	71,2	70	189,5	38	243	16	174	4	221	4	1065	208	1170,53

FONTE: IBGE - Agência local (baseado no Censo de 1970)

O exemplo ilustra uma das possibilidades da trajetória dos pequenos estabelecimentos, seja consolidando a autonomia conseguida, no caso dos *foreiros*, mediante o acesso, por compra, à propriedade jurídica da terra, seja pela ampliação das terras em poder das famílias de pequenos proprietários, o que lhes permite contrabalançar o fracionamento do patrimônio familiar. Contudo, boa parte dos *foreiros* não chegou a se tornar pequeno proprietário. Neste caso, o uso da terra como mercadoria lhes dificultou as condições de existência. Alguns grandes proprietários passaram a aumentar o *foro* seguindo a inflação do pós-guerra, principalmente na década de 50. Tradicionalmente isto não acontecia porque o *foro* era uma das dimensões da relação do morador com o proprietário, e não o "preço da terra". Interessava ao proprietário o uso da força de trabalho do *foreiro*, e não o sobretrabalho materializado no pagamento anual. O aumento contínuo do *foro* veio dificultar enormemente a vida dos *foreiros*. É exatamente da luta contra o aumento constante do *foro* que vão nascer as Ligas Camponesas (Callado, 1964). Este foi o caso do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, onde os *foreiros* se associaram para entreajuda no pagamento do *foro* e na tentativa de resistirem ao seu aumento constante. A resistência se deu no primeiro momento, levando para a justiça civil o conflito com o proprietário. Controlando o processo de trabalho e tendo acumulado alguns recursos (materializados, em geral, em pequenos animais ou em uma ou outra cabeça de gado), os *foreiros* agüentavam o longo tempo em que se desenrolava a resolução da questão nos tribunais (Julião, 1962, item V). Como a associação horizontal entre moradores, além de levar os proprietários a tribunais, punha em xeque os padrões de dominação dos proprietários, a reação destes foi violenta. O acirramento do conflito iria levá-lo a provocar a transformação das relações entre proprietários de terra e trabalhadores em toda a região.

Recusando-se a pagar um *foro* aumentado, o trabalhador era mandado embora da propriedade.<sup>29</sup> Muitas vezes foi a luta contra a expulsão da propriedade o detonador dos conflitos. Lembre-se que perder o acesso à terra, para os *foreiros*, era perder a condição básica que permitia manter a si e a sua família. Outras vezes, o antigo proprietário ou seus herdeiros tentavam voltar a controlar a exploração da propriedade e tentavam reacionar antigas formas de trabalho forçado. Em particular, tentou-se usar o *cambão* no trabalho agrícola, além de

29 Baseamo-nos, aqui, nas informações disponíveis sobre os conflitos que atingem *foreiros*; não dispomos de dados precisos sobre as áreas visitadas. Elas também conheceram esses conflitos, mas a reconstrução feita aqui é por via indireta.

procurar estender o tempo em que era obrigatório. Tanto quanto o aumento do *foro*, isto desrespeitava a própria definição social desta relação e com isto ilegítimava a ação do proprietário aos olhos dos trabalhadores. A resistência se dá pela recusa a cumprir as exigências do proprietário e, posteriormente, quando este tenta expulsá-lo,<sup>30</sup> pela ida aos tribunais. Como a simples aplicação da lei civil existente ilegítimava as ações dos proprietários, várias vitórias foram conseguidas nos tribunais. Com isto, o movimento de resistência dos *foreiros* exproibiu-se rapidamente na segunda metade da década de 50.<sup>31</sup>

A região intermediária entre a Zona da Mata e o Agreste, onde se localizava boa parte dos *foreiros*, foi o palco principal dos primeiros núcleos das Ligas Camponesas (Camargo, 1973, p. 171), e as áreas estudadas estão aí incluídas. Note-se que a vitória a que nos referimos acima não significava necessariamente que o *foreiro* se mantivesse na terra. Muitas vezes isto quis dizer apenas que o *foreiro* era indenizado por "benfeitorias" ao deixar a propriedade. Outras vezes, conhecendo diretamente uma questão em sua propriedade ou não, o proprietário só deixava ficarem as famílias já estabelecidas, mas os filhos, ao casarem, tinham que deixar a propriedade. De qualquer forma, os proprietários tentavam se desembaraçar de todo laço que os pudesse levar a indenizar os trabalhadores de sua propriedade. Assim, as formas mais diversas de expulsão foram empregadas, ou simplesmente diminuía-se os lotes de terra para plantio, proibia-se plantar árvores (pois só as "lavou-

30 O processo de expulsão dava-se frequentemente de forma violenta, usando o proprietário de formas como ameaças, destelhamento da casa, destruição do *roçado*, morte dos pequenos animais, etc. Julião narra uma série de casos concretos (Julião, 1968).

31 Já em "Que são as Ligas Camponesas?", Julião se preocupava em explicar por que os membros das Ligas eram os *foreiros*, mais próximos da categoria "camponeses" do que de "assalariados" (Julião, 1962, item 4). Neste trabalho, ele explicava isso pelo potencial de luta maior e por já haver legislação adequada (Código Civil). Mesmo depois do movimento ter atingido os assalariados da cana na década de 1960, Julião reafirma as características básicas das primeiras lutas:

"Le secret de notre succès parmi eux est simple; nous avons vécu tout le temps avec eux sans jamais les tromper avec des promesses longues à réaliser. C'est pourquoi pendant des années, je me suis limité à lutter pour deux revendications: abolir de "cambão", s'opposer à toute augmentation du fermage. Notre lutte incessante avait pour but d'arracher le paysan à son conformisme, produit d'idéologies et des mystiques accumulées au cours des siècles dans l'inconscient collectif (...) Pourquoi avons-nous commencé par le "cambão" et le fermage. Parece que la Ligue de Galilée ou d'ailleurs rassemblait exclusivement des paysans qui avaient avec le grand propriétaire des relations de locataire ou de salarié. Parce que, aussi, il nous fallait tenir compte du légalisme paysan: le paysan éprouve un respect mystique pour la Loi qui ne vient pas de lui et qui joue contre lui de manière systématique, continue, implacable" (Julião, 1968, p. 96).

ras permanentes" eram consideradas "benfeitorias" passíveis de indenização), ou cada vez que um trabalhador morria ou ia embora sua casa era derrubada. Em outras palavras, das mais diversas formas não se reproduzia a relação de *foreiro*. Efetivamente, durante a pesquisa de campo, não encontramos *foreiros* nas áreas estudadas, e toda referência a *foreiros* apontava para o passado da região. Encontramos apenas pessoas que falavam que seus pais ou avós tinham sido *foreiros*, ou que seu marido era *foreiro*, no caso de viúvas, mas ninguém que se classificasse como *foreiro*<sup>32</sup>. Aparentemente, os *foreiros* ou foram para a rua, perdendo acesso ao sítio, ou compraram terra e tornaram-se pequenos proprietários.

As disputas entre *foreiros* e grandes proprietários, concentradas sobretudo em áreas periféricas à grande plantação canavieira, vão atingir, num segundo momento, toda a área canavieira, passando o movimento social dos trabalhadores a ter nos moradores desta região seu componente fundamental, então estruturados em torno dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (Palmeira, 1974 e Camargo, 1973). O movimento vai atingir seu auge em 1963, com o governo de Miguel Arraes, quando seu eixo não é mais garantir os *foreiros* contra a expulsão da terra que ocupam, mas regular contratualmente o trabalho dos moradores dentro da grande plantação canavieira. Não é o caso que, hoje, todo trabalhador do campo da região canavieira date o aparecimento dos *direitos* do governo Miguel Arraes (Sigaud, 1970, 1972). Por *direitos* refere-se ao pagamento do salário mínimo, ao pagamento de férias e de repouso semanal remunerado, ao benefício de mecanismos da Previdência Social, ao pagamento do 13º mês, à indenização, caso tenha que abandonar a propriedade, assim como às formas institucionais (Sindicatos, Justiça do Trabalho e Civil), que garantem a efetivação destes direitos (Sigaud, 1972). É interessante notar que, dos *direitos*, só o pagamento do 13º mês não era lei desde a década de 40. O *décimo* foi conseguido no final de 1962, quando chegou a haver uma greve geral em toda a região canavieira (Callado, 1964), praticamente na mesma época em que os trabalhadores urbanos conquistavam esse benefício de forma análoga. Assim, a luta principal, na área canavieira, foi pela aplicação da legislação existente e pela institucionalização das formas que a garantiriam. Celso Furtado chama a atenção para a rapidez com que a aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, votado em inícios de 1963 pelo Congresso Nacional, foi aplicado na Zona

32 Nesse sentido, o processo na Mata Sul tem uma cronologia diferente da Mata Norte, pois na pesquisa de campo Beatriz Heredia encontrou vários *foreiros*.

da Mata de Pernambuco (Furtado, 1964, p. 148, 149). Como a legislação trabalhista era burlada mesmo nas grandes cidades nordestinas, como acontecia com a lei do salário mínimo, muitos previam a não aplicação imediata das leis sobre o trabalhador das áreas rurais. Furtado aponta expressamente como novas condições políticas, como a existência de um movimento social de trabalhadores no campo, estruturado em organização de classe e políticas, permitiram que a aplicação das leis se fizesse imediatamente e em larga escala.

Entretanto, se o movimento começa e ganha força na área periférica à grande plantação canavieira, paradoxalmente, aí não se implantam os *direitos* com a força que conhecem na área da cana. Assim, o salário mínimo é pago na região canavieira, mas não na região intermediária entre a Zona da Mata e o Agreste,<sup>33</sup> como acontece nas grandes propriedades da região estudada que não plantam cana. Não se deve esquecer que nesta região o movimento foi, sobretudo, de *foreiros* e pequenos proprietários, ligando-se à posse da terra. As conquistas nestas áreas foram principalmente as desapropriações de certas propriedades onde a luta entre trabalhadores e proprietários tornava-se violenta,<sup>34</sup> assim como indenizações quando da expulsão do trabalhador de uma propriedade. Fato é que, hoje em dia, só os proprietários de *engenho*, sejam *usineiros* ou *fornecedores*, pagam os *direitos*, mas não os grandes proprietários da região intermediária, sejam eles *fazendeiros* (de gado) ou proprietários de *sítio* (exploração de café, algodão, frutas). Um pequeno proprietário do brejo, que negocia semanalmente em feira da área canavieira, que já trabalhou como *corumba*, aponta a diferença:

"I - E eu morando com o sennor aqui, dois ou três anos, quero ir me embora mesmo, não tenho direito a nada na vida. Aqui o pessoal fala em Sindicato e tal, esses direitos que o Governo marcou, mas esses direitos sabe quem vem pagando eles e fa-

33 O salário correspondente à *conta*, medida local da área a ser trabalhada numa jornada de trabalho, era, em 1972, na época da pesquisa, de Cr\$ 4,20 em qualquer engenho. Para o resto da área pesquisada, a diária mais freqüentemente encontrada foi de Cr\$ 1,40 a morador, outros Cr\$ 3,00 a trabalhador de fora da propriedade, mas nenhum pagando salário mínimo (Cr\$ 5,04).

34 Em Bonito há uma propriedade controlada pelo INCRA que foi desapropriada por ser "área de tensão social", cobrindo por volta de 1.300 hectares de terra. Se considerarmos os limites do município até a década de 1960, há ainda outra propriedade sobre controle do governo estadual. Note-se que as terras desapropriadas não parecem ter sido entregues apenas a seus antigos ocupantes ou a todos os seus antigos ocupantes, pois, ao menos num dos casos, uma parte dos terrenos (25%, segundo o agrônomo local) foi entregue a imigrantes vindos diretamente do Japão.

zendo? Só o Usineiro. Aqui no nosso Pernambuco só o Usineiro vem pagando. Entendeu? Aqui no nosso Pernambuco só quem vem pagando os direitos é o Usineiro, coitado! É quem vive impensado, segurando a maioria do mundo... (...) É quem tem que segurar a humanidade, desse mundo aqui todinho. São eles. Esse sai pra P. (uma Usina refere-se a seu irmão), eu saio pra S. (Usina). Agora, eu e muitos. Pra P. desce muitos. Entendeu? Logo, esse negócio é bom pra gente. Porque lá ganha, o salário deles é certo, o que o Governo marca, a gente recebe o salário. Agora, aqui, por esse trecho, é que não tem salário, não senhor. O salário daqui, sabe qual é? Os direitos daqui, o salário, sabe qual é? O salário daqui é dois cruzeiros, dois e quinhentos, de três abaixo. E os direitos daqui, sabe qual é? O pé da ponte. Se aleijar, cegar ou se danar, vai pedir esmola no inferno! O direito daqui é esse. Se o Governo consagrou essa história desses direitos, mas só está vivo em Usina, em empresa. Em toda Usina ele tá vivo, tá criado, tá formado. Mas fazendeiro, proprietário aqui de sítio, essas coisas, esse não foi criado ainda”.

Embora não sejam aplicados hoje, os *direitos* não deixam de se constituir num marco fundamental nas relações sociais da área, em particular as relações entre os grandes proprietários de terra e os trabalhadores diretos. Este marco é expressamente reconhecido tanto pelos trabalhadores, sejam eles pequenos proprietários ou moradores, quanto pelos grandes proprietários, comerciantes, autoridades administrativas locais. Periodiza-se a história da área em “antes” e “depois” dos *direitos*. Localiza-se o início dos *direitos* no governo de Miguel Arraes. É que os *direitos* marcam a ruptura das relações econômicas e políticas entre os trabalhadores diretos, sejam *foreiros*, *moradores*, pequenos proprietários, e os grandes proprietários, válida tanto para a área canavieira propriamente dita como para a região do brejo. Esta ruptura provoca uma série de efeitos que vão alterar profundamente a existência dos pequenos produtores. Examinemos, então, cada um desses efeitos para melhor nos darmos conta da ruptura apontada pelo surgimento da categoria *direitos*.<sup>35</sup>

Vejamos em primeiro lugar como os *direitos* reforçaram a economia do pequeno produtor da região intermediária. Na região canavieira

35 Lygia Sigaud (1972, 1980) mostrou como a categoria *direitos* marca a percepção do tempo para os moradores da grande plantação canavieira. Sua análise de como a categoria é manipulada demonstra que assim pode dar conta da especificidade da ruptura das relações entre o trabalhador direto e o proprietário de terras.

ra, chamada de *Sul* pelos habitantes da região intermediária, o *salário* passou a ser o equivalente valor da subsistência do trabalhador da cana, e a *feira* passou a significar o meio de acesso fundamental aos produtos que compõem seu consumo socialmente necessário. Forma-se, assim, uma demanda atomizada em larga escala, que vai permitir ao pequeno produtor da área intermediária comercializar sua própria produção junto ao "consumidor final" e ter no comércio uma atividade semanal que lhe proporcione uma renda monetária. É interessante notar a clara oposição, no calendário semanal, entre as feiras na área da cana, que têm lugar aos sábados e/ou domingos, e as da área intermediária e do Agreste, que têm lugar durante os "dias úteis" da semana. O pagamento dos trabalhadores da cana é feito todos os sábados; por isso, o sábado e o domingo são os dias de feira no *Sul*. As feiras durante a semana são características das regiões da pequena produção que abastece o *Sul*, servindo tanto para que os pequenos produtores comprem o necessário ao consumo semanal como para que alguns comprem mercadorias que venderão em alguma feira no *Sul*. Feirar no *Sul* dá a possibilidade de usar o comércio como forma de obter renda monetária, que tanto serve para dar acesso aos produtos que o pequeno produtor consome, mas não produz, quanto serve para contrabalançar as eventuais dificuldades da pequena produção, como má colheita ou escassez de terra.

Se o "salário certo" no *Sul* propicia uma demanda constante para a pequena produção da região intermediária, ele também vigora quando o pequeno produtor "desce para o Sul" nas épocas de pico do ciclo da cana-de-açúcar. Assim, quando vende sua força de trabalho sazonalmente, o pequeno produtor se beneficia de todos os *direitos* implantados na Zona da Mata. Sob este aspecto, os *direitos* facilitam o cálculo econômico do pequeno produtor, porque lhe permite saber, com antecedência, quanto deverá receber caso venda sua força de trabalho na cana nas épocas em que não trabalha em seu *roçado*. Contudo, a expulsão dos moradores dos *engenhos*, com a consequente localização nas cidades da Zona da Mata, vai criar uma maior competição quanto à venda de força de trabalho, já que os *trabalhadores da rua*, como são conhecidos, vão depender basicamente da constante venda de sua força de trabalho para garantir sua subsistência.<sup>36</sup> Estes últimos trabalhadores chegam, por vezes, a aceitar trabalhar por preço abaixo do salário vigente, quando o proprietário do *engenho* utiliza um interme-

<sup>36</sup> O estudo dos *trabalhadores da rua* da região canavieira foi feito por Lygia Sigaua, e é objeto de sua tese de doutoramento. Algumas observações feitas ao longo do texto se beneficiaram de seus relatórios preliminares.

diário no recrutamento, supervisão e pagamento da força de trabalho, o empreiteiro. Há, portanto, um efeito contraditório, pois o salário torna-se "certo" no *Sul*, mas o emprego nem sempre é "certo", exatamente o oposto do que ocorria no passado.

É interessante notar que, assim como na área da cana, os *direitos* marcam o tempo "em que os proprietários ficaram ruins" (Sigaud, 1971). A relação pessoal entre *morador* e proprietário é rompida. O proprietário se sente desobrigado da assistência que devia tradicionalmente ao seu *morador* quando este atravessava épocas difíceis (como assistência médica, assistência em época de má colheita, ajuda quando de partos, etc). Não há mais "troca de favores" com o proprietário, e a relação tende a se reduzir à possibilidade e obrigações quanto ao processo de trabalho. Os lotes de terra para plantio são reduzidos ou cortados, o plantio de árvores é estritamente proibido, a criação de animais é restringida ou interdita, os *moradores* são expulsos da propriedade.<sup>37</sup> Não menos importantes foram as modificações nas formas de acesso à terra, mesmo para os grandes proprietários. Essas modificações também são datadas dos *direitos*, e significaram uma limitação à expansão deste grupo social e mesmo a dificuldade da simples reprodução das unidades produtivas já existentes.

Já vimos anteriormente que, antes das lutas sociais, houve três formas pelas quais houve a emergência de um novo campesinato marginal. Foram elas: o debilitamento das relações *patrão-morador foreiro*, a compra de terras parceladas de engenhos decadentes, a ocupação de terras não exploradas de grandes propriedades. Elemento recorrente nestas três formas é a decadência do grande proprietário e/ou o abandono da propriedade. É interessante observar aqui um ponto que

37 A expulsão dos moradores das grandes propriedades não significava que estes trabalhadores deixassem de depender do trabalho agrícola para sua sobrevivência. A mudança do local de residência, por esta época, liga-se seguramente à mudança na relação entre trabalhadores e grandes proprietários. Mas mudança do local de residência não significa que a atividade ocupacional mude. Os trabalhadores expulsos passaram, muitas vezes, a contar apenas com o salário que obtinham na venda de sua força de trabalho junto às grandes propriedades para garantir sua subsistência. Quando possível, tentavam arrendar um pequeno lote de terra, entre abril e julho, para aí "*botarem roçado*". Se a relação entre trabalhador e grande proprietário se altera qualitativamente, isto nada tem a ver com "liberação de mão-de-obra da agricultura". Os dados censitários podem servir de indicadores desse processo. Observa-se que é entre 1950/70 que a população classificada de "rural" decresce acentuadamente, a um *rítmo superior* ao decréscimo da "população economicamente ativa na agricultura". Esta chega, por vezes, a aumentar. É tanto mais notável este fenômeno quando se constata que em 1970 há subestimação da população economicamente ativa na agricultura, pois há, nesse ano, uma percentagem muito maior de indivíduos pesquisados, mas não computados, por estarem suas atividades mal declaradas ou mal definidas (o que por si só é significativo, já que a situação de trabalhador expulso não é uniforme, pois está num contexto de transição). Isto pode

se constituiu num paradoxo no início da pesquisa de campo. Ao realizar entrevistas nas áreas das cidades onde se localizavam as famílias de *ex-moradores* e *ex-foreiros*, percebemos que muitas dessas áreas foram ocupadas no início da década de 50 ou mesmo antes, e que os traba-

ser observado tanto na área da cana-de-açúcar quanto no Agreste. Veja-se o quadro abaixo, onde são apresentados os números para as micro-regiões homogêneas e para os municípios estudados na região intermediária, comparados a municípios contíguos.

*Comparação entre evolução da população rural  
e da população economicamente ativa na agricultura  
1950/1970 - Base 1950 = 100*

Classificação		População rural e urbana			Pop. economicamente ativa	
		Declarantes/ população	População rural	População urbana	Declarantes /PEA total	Pop. econom. ativa-agric.
Local/Ano						
Mata úmida	1950	100%	100	100	92%	100
	1970	72%	61	309	43%	92
Agreste Setentrional	1950	100%	100	100	93%	100
	1970	71%	76	321	48%	109
Bonito	1950	100%	100	100	87%	100
	1970	77%	75	353	46%	101
Belém	1950	100%	100	100	-	-
	1970	49%	44	332	-	-
Palmares	1950	100%	100	100	93%	100
	1970	89%	53	357	42%	63
Catende	1950	100%	100	100	93%	100
	1970	83%	34	288	39%	75
Lagoa dos Gatos	1950	100%	100	100	95%	100
	1970	43%	36	119	42%	82

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1950, 1970.

Nota: não há informação.

lhadores marcavam esta ida para a *rua*, antes dos *direitos*, como fato altamente positivo. Era depois dos *direitos* que marcavam os problemas da *rua*. É que estas áreas eram propriedades agrícolas até esta época, sendo então também parceladas por venda ou simplesmente ocupadas. Tornam-se, assim, "áreas livres", para onde correm muitos trabalhadores para sair da submissão da *morada*. Não deixavam, contudo, de se relacionar com os grandes proprietários, pois desta relação dependia o acesso à *terra de trabalho*. Havia mesmo *foreiros* nesta situação. Ir para a *rua* melhorava a posição do trabalhador agrícola, dando-lhe maiores condições de barganha frente ao grande proprietário.

Depois das lutas sociais, fenômeno cristalizado na memória social como o surgimento dos *direitos*, não deixou de haver um crescimento dos pequenos estabelecimentos e mesmo das pequenas propriedades. De um lado, porque alguns grandes proprietários se arruinaram e venderam suas terras. De outro, porque o poder público, ora estadual, ora federal, chegou a desapropriar algumas poucas propriedades. Houve mesmo proprietários que levaram a cabo o processo de expulsão de seus antigos moradores pagando-lhes a indenização sob forma de terra.<sup>38</sup> Entretanto, a transformação da terra em mercadoria vai representar também um freio à expansão das terras controladas pelos pequenos produtores. Efetivamente, a terra cedida em pequenos lotes transforma-se em mercadoria não só para as operações de compra e venda (cessão por tempo ilimitado), como para as operações de arrendamento (cessão por tempo limitado). É muito clara, na área estudada, a oposição entre *foro* e *renda*. A *renda* apareceu quando a terra deixou de ser *aforada*. Ela implica em limites explícitos de tamanho do lote, do tempo de uso do lote e da forma de pagamento pela cessão do lote. A *renda* implica um acordo singular entre um trabalhador e um grande proprietário, e não como no caso do *foro*, um momento na relação permanente entre trabalhador e proprietário. Assim, são criadas condições para o aumento constante do preço da terra. O aumento do preço da terra é impulsionado pela demanda gerada pelos trabalhadores expulsos. Para estes, ter acesso a um pedaço de terra é poder controlar diretamente a produção de uma parte fundamental de sua subsistência. A expansão da oferta de terras em pequena escala, por parte de grandes proprietários decadentes, passa a ser superada por um incremento da demanda. Este crescimento da demanda por lotes em pequena escala teve a estimulá-lo duas outras componentes no

38 Muitas vezes, mesmo quando isto não acontecia, a indenização em dinheiro servia a este propósito. O efeito é equivalente. Quanto às desapropriações ocorridas nas áreas estudadas, ver nota 30.

período. Uma foi a demanda de terras para residência secundária por parte de elementos de classe média urbana, acoplada por vezes com alguma produção comercial. Outra foi a demanda de lotes de terra por empregados de Usina, funcionários locais e pequenos comerciantes varejistas para instalar produção de "lavouras de subsistência", usando trabalho assalariado.

Contudo, a maior ameaça aos pequenos produtores das regiões estudadas foi a tendência recente à introdução de um tipo de pecuária que provoca uma escassez crescente de terras onde se possa *botar roçado*. Esta introdução deu-se na segunda metade da década de 60, quase simultaneamente ao tempo em que se erradicou o café na região. A erradicação do café, decidida e implementada pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), parece ter contado com a aprovação dos grandes proprietários locais, devido a possíveis problemas com trabalhadores, já que café é cultura permanente e o *sítio* de café pode ser passível de indenização.<sup>39</sup> Em muitos casos relatados, mesmo pelo prefeito de uma das áreas estudadas, a expulsão de *moradores* das grandes propriedades associava-se à erradicação do café. Praticamente na mesma época, ganha impulso a formação de pastos para criação de bovinos. Para isto, os grandes proprietários contaram com apoio do Banco de Desenvolvimento Estadual, que lhes forneceu crédito abundante a taxa de juros negativa, se levarmos em conta a inflação do período. Este crédito farto não só acarretou uma utilização diferente das próprias terras já em poder dos grandes proprietários, como parece ter sido utilizado para comprar terras de pequenos proprietários, num novo movimento de concentração de terras.

A própria formação de pastos, introduzindo-se na área o *capim pangola*, foi feita manipulando a escassez de terra para a pequena produção. O grande proprietário atribuía um lote de terra para uma família ali *botar roçado* durante dois anos consecutivos. No final deste período ela devia semear o pangola, formando o pasto. Assim, a *fazenda* reduzia seus gastos, e toda a força de trabalho empregada na formação de pastos era obtida por uma "renda trabalho", em que o trabalhador é quem paga ao proprietário, e não o inverso. Esta forma de arrendamento é vista com maus olhos pelos pequenos produtores, não pela quantidade de sobretrabalho que é fornecida ao grande proprietário (derrubada do mato, limpa, plantio de semente), mas porque elimina terras onde tradicionalmente podiam *botar roçado*, as *terras de traba*

39 Se os pés de café foram plantados por um trabalhador; que deles cuidou desde então, estes são considerados "suas benfeitorias", como tal, passíveis de indenização caso este trabalhador seja mandado embora da propriedade.

lho. Normalmente, só cultivavam um determinado lote de terra por dois anos, abandonando-o em seguida por um outro que não tivesse sido utilizado no ano anterior. Mas a terra coberta de "mato" era sempre uma terra onde se poderia vir a *botar roçado*. Quando a terra "é coberta de capim", não há mais possibilidades de aí vir a *botar roçado*. Como o pequeno estabelecimento, mesmo entre os pequenos proprietários, depende de arrendar terra em grandes propriedades para poder se reproduzir, este fato veio representar uma ameaça direta à própria sobrevivência deste campesinato. Se já surgiu ameaçado, por não ter acesso livre à terra suficiente para se implantar e se expandir, este campesinato conhece, no espaço de três gerações, a ameaça de extinção. A ameaça de seu próprio fim é vivida por este campesinato como fim das *terras de trabalho*.

### 1.2 - *Trabatho Familiar: Autonomia e Subordinação*

Procuramos até aqui esboçar as condições históricas em que emergiu e situou-se o campesinato marginal à grande plantação canavieira. Examinou-se as condições (e/ou dificuldades) de existência de pequenos produtores livres, apoiados sobretudo na utilização da força de trabalho de suas próprias famílias. Se esta autonomia no processo de trabalho os distingue dos outros trabalhadores agrícolas, a análise anterior já deixou transparecer como sua situação aproxima-se das outras, seja porque também vendem sua força de trabalho a grandes proprietários, seja porque dependem de terras arrendadas por grandes proprietários, seja porque produzem os mesmos "produtos de subsistência", seja porque têm nas feiras uma fonte de renda. Sobretudo, a expansão da pecuária atinge a todos. Trata-se, agora, de examinar mais em detalhe esta situação do grupo estudado em relação a dos outros trabalhadores agrícolas, e em relação às outras posições na estrutura social. Isto nos permitirá visualizar melhor o que singulariza este grupo e o que o aproxima de outras posições sociais, bem como delimitar melhor as possibilidades com que conta para fazer frente ao processo de expropriação a que está sendo submetido. Possibilita mesmo uma visão mais clara do próprio processo, pois algumas posições sociais distintas podem ser vistas como momentos lógicos de um mesmo processo que atinge a todos os trabalhadores.

Numa primeira abordagem, a "pequena produção" se caracteriza pelo cultivo das "lavouras de subsistência". Não se trata apenas de uniformidade dos produtos plantados, mas da forma como é feito o cultivo. Utiliza-se a força de trabalho do grupo doméstico e as técnicas de cultivo são semelhantes.<sup>40</sup> Assim, o *roçado*, como são designadas

40 Estes pontos estão desenvolvidos no Capítulo II.

estas plantações, caracteriza a "pequena produção".<sup>41</sup> Se todo trabalhador tenta *botar roçado*, porque assim garante diretamente parte do necessário à subsistência familiar, o acesso desigual à terra e mesmo o poder ou não dispor do próprio uso de sua força de trabalho colocam importantes elementos que diferenciam as situações nas quais se *bota roçado*. Pode-se distinguir três situações básicas entre os trabalhadores que *botam roçado*: os pequenos proprietários, os *moradores*, e os trabalhadores residentes na cidade (na *rua*).

Em todas estas situações, é através do uso da força de trabalho familiar que as tarefas agrícolas são cumpridas. Dispondo de um lote de terra, o trabalhador pode materializar no *roçado* a força de trabalho de sua unidade familiar (Apêndice Estatístico/1). Assim, ele garante uma produção que serve para o consumo desta mesma unidade familiar, seja ela diretamente apropriada com tal finalidade, seja vendida para, com o dinheiro obtido, poder obter o necessário ao consumo familiar. O *roçado* fornece os meios materiais para o consumo da *casa*. São os habitantes de uma mesma *casa* que trabalham em um mesmo *roçado*. Tanto no *roçado* como na *casa*, todos os membros de uma mesma unidade doméstica colaboram nas tarefas aí desenvolvidas. Mas as tarefas não são indiferenciadas dentro do grupo doméstico, de tal modo que qualquer membro "faça de tudo". Há diferenças de sexo e idade nas tarefas executadas, bem como há normas explícitas de autoridade dentro do grupo doméstico que define quem decide sobre o quê. É ao homem, *pai de família*, que cabe organizar as tarefas do *roçado* para prover a *casa*. É à mulher, *mãe de família*, que cabe organizar as tarefas da *casa* que possibilitam o consumo do grupo doméstico.

### 1.2.1 - Os pequenos Produtores: um grupo específico

Entretanto, o próprio poder de utilizar a força de trabalho do grupo doméstico difere nas três situações antes apontadas, assim como a própria autoridade de que dispõe o *pai de família*. O pequeno proprietário tem sua *casa* em terra própria e dispõe de alguma terra onde pode *botar roçado*. Isto o difere do *morador*, para quem tanto o acesso à *casa* como ao *roçado*, dependem da relação com um grande proprietário, a quem fica subordinado também no uso da força de trabalho, sua e de sua família. O trabalhador residente na *rua* difere do *morador* por não estar em *casa* sob o domínio de um grande proprietário e, portanto, tem garantida a livre disposição da força de trabalho de seu gru-

41 O *roçado* não é apenas uma plantação de "lavouras de subsistência". Nele há sempre uma "lavoura comercial". Mas são as "lavouras de subsistência" que especificam o *roçado*, em particular a mandioca, o feijão e o milho.

po doméstico. Sob este aspecto ele se aproxima do pequeno proprietário. Contudo, a situação atual restringe as possibilidades de terra para *roçado* e perde também o livre acesso a vários elementos que são constitutivos da situação do pequeno proprietário, como água, capim para os animais de transporte, lenha, etc. Para este grupo, a modificação das formas de uso da força de trabalho do grupo doméstico se coloca de forma mais dramática. A própria dificuldade que tem para efetuarla é reflexo de uma situação em que perderam a forma anterior de inserção no mundo do trabalho, seja como pequenos proprietários, como *moradores* ou *foreiros*, sem que haja uma nova forma de inserção que permita absorvê-los, como operários industriais, por exemplo. Continuam referidos ao trabalho agrícola, o que repercute na situação dos pequenos proprietários e dos *moradores*, pois isto influi no mercado de terras em pequena escala, no "mercado de trabalho" e no mercado de "produtos de subsistência". Se ter terra opõe o pequeno proprietário às outras duas categorias, a própria escassez de seu patrimônio faz com que estas duas situações constituam pontos de referência obrigatórios em seu discurso, enquanto virtualidades de sua própria posição, que encontra dificuldades de ser reproduzida.

Tradicionalmente, o pequeno proprietário opõe-se ao morador. Por menor que seja a terra que controle, a diferença da situação de pequeno proprietário é não estar subordinado pessoalmente a um grande proprietário determinado. Como possui pouca terra, o pequeno proprietário também tem que entrar em relação com os grandes proprietários para garantir sua subsistência. Porém, o conteúdo da relação que o subordina aos grandes proprietários é diferente da relação própria ao *morador*, em função do lote de terra de que já dispõe. O morador está, necessariamente, numa relação de dependência pessoal com um grande proprietário, cujos termos variam. Na área estudada, os deveres dos moradores são especificados pelas categorias *sujeição* e *obrigação*. A *sujeição* se refere à obrigatoriedade de trabalhar para o grande proprietário, sob as ordens deste, segundo uma periodicidade dada, submetendo-se ao pagamento que o grande proprietário se dispuser a oferecer. A *obrigação* refere-se aos deveres quanto ao destino da produção própria à unidade doméstica do morador, seja de lavouras, seja criação de animais. Ambas as categorias significam limitações quanto à livre disposição da força de trabalho da unidade familiar e/ou do produto por ela obtido. Para o pequeno proprietário, ter terra pode significar não ter que se submeter a este tipo de dependência. Num *sítio* onde a partilha da terra entre os herdeiros, por três gerações sucessivas, levou a que cada unidade doméstica disponha de menos de 1 ha de terra, diz um pequeno proprietário:

"I - As terras boas daqui é dos ricos criar gado, que nem eu lhe amostrai. Dr. J. F., Dr. J., Dr. E., Z. V., é dos ricos daqui, são esses que têm por aí. Mas as daqui (refere-se às suas terras e às de seus irmãos) é um trecho de estrada também, só para não morar com eles, pra não ser sujeito a eles. Pra ganhar uma mixaria, que eu lhe falei, pro camarada ganhar Cr\$ 3,00, um pai de família por dia, para plantar de um tudo... Bem, nós se irrita é disso que nós não mora no pé da ponte."

Note-se que é bem marcada a inviabilidade da pequena produção em seus próprios termos, pois refere-se à terra controlada por si próprio e seus irmãos como "um trecho de estrada". Como tal, serve apenas para aí terem suas *casas*, mas não para aí *botarem roçado*. Nem por isso deixa de se opor à situação de *morador*. Residir no seu "trecho de estrada" evita que seja *sujeito* a um grande proprietário. Isto significa que pode dispor de sua própria força de trabalho e da de seu grupo doméstico como lhe aprouver. Caso não esteja conseguindo produto e/ou renda para assegurar a subsistência de sua família segundo os padrões socialmente estabelecidos, o pequeno proprietário pode tentar obter o complemento necessário vendendo sua força de trabalho ou através do pequeno comércio. Ao morador, estão vedadas as formas de intensificação do uso da força de trabalho familiar fora do domínio da grande propriedade.

Além da escassez de terra, a sazonalidade do trabalho agrícola implica em momentos do ano em que o pequeno proprietário tem de lançar mão de outras alternativas de uso da força de trabalho de seu grupo doméstico. Pode migrar com um filho mais velho para a área canavieira, pode trabalhar na diária nas propriedades de sua localidade, pode entrar no pequeno comércio, pode trabalhar em obras de construção em outra região, etc. Estas possibilidades não são exclusivas de sua condição de pequeno proprietário, mas a supõem e a tornam viável. Muitas vezes a renda é obtida quando ele lança mão destas alternativas, que permitem reequilibrar sua própria situação de pequeno proprietário. São elas que lhe permitem fugir da situação de privação temporária. A *morada* implica, ao contrário, que a utilização da força de trabalho da família do morador dependa da relação *morador-patrão*.

Em Bonito, à exceção da área da cana, a regra é que o morador tenha que trabalhar de três a quatro dias sob as ordens do *patrão*. Estes dias são pagos por um salário que depende da vontade do *patrão*, que é inferior ao salário-diário que o *patrão* pagará, caso utilize o trabalhador nos dias restantes da semana (no 5º ou 6º, por exemplo).<sup>42</sup>

42 Esta forma é localmente designada por *condição*. Em outros lugares, os dias obrigatórios chegam a ser gratuitos.

Mesmo fora dos dias em que o *morador* deve trabalhar para o *patrão*, ele não pode ir vender sua força de trabalho em outro lugar sem antes obter a permissão do *patrão*.<sup>43</sup>

Não é apenas quanto à venda da força de trabalho que a *sujeição* marca para o pequeno proprietário a situação de privação do *morador*. *Feirar* é, para o pequeno proprietário, uma possibilidade importante, e a ela não tem acesso o *morador*. Não que o *patrão* proíba o *morador* de exercer esta atividade, mas simplesmente não lhe dá condições para fazê-lo. O pequeno proprietário localiza este impedimento no seguinte fato: ao *morador* é vedada a posse de animais de carga. Efetivamente, ter cavalos ou burros é condição básica de qualquer feirante. As grandes distâncias são, em geral, feitas em transporte rodoviário, mas o animal de carga é fundamental tanto nas compras das mercadorias quanto para levá-las até o ponto em que o veículo apanha os feirantes. Não ter *animais*, como são designados os cavalos e burros, significa grandes dificuldades em ter na feira uma fonte de renda. A entrevista de um pequeno proprietário deixa isto claro, quando ele vê como inviável que um compadre seu, que vive de *feirar*, seja *morador*, ao invés de residir na *rua*, onde tem uma casa própria:

43 Esta situação do *morador* está diretamente relacionada à obtenção de força de trabalho barata. Esta relação entre contrato de *morador* e disponibilidade de força de trabalho barata é apontada por Ruy Muller Paiva (1969, pp. 188/190) ao tratar da "abundância de mão-de-obra" na "agricultura tradicional". É interessante observar que ele ressalta que uma das condições formais para que o trabalhador aceite aumentar o trabalho fornecido ao grande proprietário é que o lote atribuído ao trabalhador seja sempre inferior ao que seria necessário para garantir o consumo seu e de sua família. Sob este aspecto, pode-se notar o paralelismo com as condições descritas por Kula (1970, p. 33) para a submissão do camponês ao proprietário de terras:

"Abundância de mão-de-obra - A mão-de-obra no Brasil também contribui para que os produtos tradicionais mostrem uma oferta elástica. Primeiro, porque é muito abundante e continua a se expandir em número (...) E, segundo, devido ao grau de flexibilidade adotado no uso dessa mão-de-obra agrícola. Para melhor compreendermos essa flexibilidade, é preciso examinarmos as características do contrato de trabalho usado nas áreas de agricultura mais tradicional do país, conhecido por *agregados* ou *moradores* (grifo no original). Neste sistema, o proprietário dá aos trabalhadores um pequeno lote de terra para produzir alimento para seu próprio consumo, e fica com o direito de chamá-lo para os serviços de lavoura da propriedade 2 ou 3 dias por semana, pagando-lhes diária em dinheiro. Este sistema favorece, em princípio, um certo grau de desemprego dentro da propriedade agrícola. Isto porque o proprietário prefere dar ao *morador* uma área de terra menor do que ele pode cuidar, de modo que se decidir aumentar a área plantada ele pode fazê-lo chamando os trabalhadores por mais 2 dias por semana, sem que estes tenham interesses em protestar. Com tal sistema, o proprietário, sempre que julgar lucrativo, pode aumentar a área plantada, melhor utilizando o tempo disponível da sua própria força de trabalho e sem afetar o volume de alimentos produzidos pelos trabalhadores em seus próprios lotes"

"I - Ele vai morar com quem? Porque, se ele for arrumar morada em qualquer canto, ninguém não quer ele com aquela besta. E o ramo dele é aqueles animais. Se ele vai pegar morada pra quê? Ele vai morar no que é dele, que ele tá no que é dele, né? E ele vai procurar morada pra dar quatro dias aí pra ganhar quanto? Quatro dias pra ganhar, ganhar... oito cruzeiros. Ele vai passar quatro pra ganhar oito cruzeiros se deixar o que é dele. Deixar vai? Pode ter jeitô? É isso aí a história."

Se o pequeno proprietário marca uma oposição frente ao morador quanto à livre disposição do tempo de trabalho, ele também marca uma oposição frente ao morador quanto à liberdade de dispor sobre a produção. O pequeno proprietário é aquele que não tem *obrigação*. Por *obrigação* são designados os deveres dos *moradores* quanto a lavouras ou criação de animais. O *patrão* pode determinar que produtos serão plantados pelo *morador* no lote atribuído a este, ou aqueles produtos que não podem ser cultivados. Além disso, a comercialização da produção é esfera própria do *patrão*. No caso de o *patrão* atribuir um lote de terra para um morador *botar roçado de algodão* e a venda do algodão ser feita pelo proprietário, o algodão é dito *obrigado ao patrão*. Plantações em parceria ou meiação caem, em geral, nesta categoria. Mas também pode haver limitações ou cobranças quanto à criação de animais. O morador pode ter que ceder uma fração dos filhotes dos animais tratados por sua família. Uma cabra ou uma vaca *de meia*, por exemplo, são aquelas em que metade das crias pertencerão ao *patrão*, metade ao morador. Assim, se a *sujeição* marca para o pequeno proprietário o dever do *morador* trabalhar para o *patrão* sob o comando deste, a *obrigação* marca os deveres do morador para com o *patrão*, mesmo quando ele faz uso apenas da força de trabalho de sua própria família.

Tradicionalmente, o *morador* tinha acesso a uma série de "benefícios" concedidos pelo *patrão*: ajuda em caso de falta do que comer, ajuda material ou financeira quando de doença ou parto, ajuda quanto à educação dos filhos, etc. Contudo, disto não fala o pequeno proprietário; ou, quando o faz, é para frisar que o *patrão* não cumpre mais nenhum desses preceitos. A razão parece estar em que, depois dos *direitos*, os proprietários modificaram seu comportamento, de tal modo que a situação do *morador* continua a ser determinada por regras tradicionais quanto a seus deveres, sem que os proprietários cumpram seu papel como no passado. É interessante notar que o próprio rompimento das "regras tradicionais" é que marca para o pequeno proprietário a precariedade dos níveis de vida do *morador*. A relação de *moradia* tinha, como contrapartida necessária, que a reprodução do trabalhador e de sua família era assegurada pelo proprietário. Assim, uma

das possíveis “vantagens” da situação de *morador* era a segurança de sua reprodução por oposição ao pequeno proprietário, que tinha de consegui-la por um esforço continuamente renovado. Porém, mesmo sob este prisma, a situação inverteu-se depois dos *direitos*, e nada mais ameaçado que a posição de *morador*. Fato é que nada parece relativizar, aos olhos do pequeno proprietário, a posição inferior do *morador*.

Entretanto, o pequeno proprietário dispõe de muito pouca terra para que possa *botar roçado* continuamente em seus próprios domínios. Tem necessidade de entrar em relação com os grandes proprietários locais para, de uma forma ou de outra, conseguir terra para plantio. Neste contexto, o pequeno proprietário vê sua situação como próxima do *morador*, já que a terra que possui não é suficiente para garantir sua própria independência em relação aos grandes proprietários. Diz um pequeno proprietário, a propósito das terras onde realizou seu plantio:

“Eu moro no... eu moro no que é meu. Eu moro no... eu moro na minha... no meu terreno. Por causa de que... De que serve eu morar no que é meu? Eu moro no que é meu... Botei um roçado ali no Dr. E., que eram 6 contas, nas terras do Dr. E. Botei um roçado aqui nas terras do meu padrinho Z., que tem 32 contas de terra. Botei um roçado na terra de Cumpadre S. de 25 contas. Taquinho de roça. Botei na terra de X. 25 com 12,37. Botei 37 contas de terra na terra de outro proprietário. E botei 20 contas aqui de novo, taquinho de roça. Diga, de que serviu morar no que é meu?”

A pergunta final ilustra bem o problema do pequeno proprietário. Se o terreno que possui é suficiente para aí ter uma *casa*, segundo os padrões locais,<sup>44</sup> não é suficiente para *botar roçado*. Sua própria situação de pequeno proprietário só pode ser reproduzida mediante o acesso renovado às terras dos grandes proprietários. Por conseguinte, também os pequenos proprietários estão submetidos aos grandes proprietários. Mas os próprios termos em que essa submissão se dá são diferentes dos termos em que se dá a submissão do *morador*. A citação anterior, por exemplo, seria praticamente impensável na boca de um *morador*, pois implicaria no acesso do *morador* a vários padrões, enquanto a *morada* implica necessariamente numa relação personalizada entre um *morador* e um *patrão*. Se o acesso à terra para *roçado*, onde se usa a força de trabalho familiar, é mediado pela relação com os grandes proprietários – o que aproxima a situação do pequeno proprietário

44 A casa compreende um terreno, em torno, com árvores na parte da frente e espaço onde são criados pequenos animais (o *terreiro*).

da situação do morador – a posição na qual este acesso se dá permanece distinta. E, logicamente, isso tem profundas repercussões sobre o poder que o *pai de família* tem sobre o uso da força de trabalho do grupo doméstico em uma ou outra categoria.

Há ainda um outro referente obrigatório no discurso do pequeno proprietário. São aqueles que hoje moram na *rua*. Como os pequenos proprietários, suas casas estão em terreno próprio, e não estão numa relação de dependência pessoal com um grande proprietário. Podem, assim, dispor “livremente” da força de trabalho de seu grupo doméstico. Nestes contextos, eles se aproximam dos pequenos proprietários. É interessante notar que grupos de feirantes em determinada cidade da área canavieira, que viajam juntos, por exemplo, incluem pequenos proprietários e os trabalhadores residentes na *rua*, mas não os *moradores* das grandes propriedades. Mas se “morar no que é dele” aproxima a situação dos trabalhadores residentes na *rua* dos pequenos proprietários, estes consideram a situação de “morar na *rua*” como de privação. Normalmente, não falam de *ex-moradores* ou de *ex-foreiros* que aí residem, mas marcam uma oposição nítida àqueles pequenos proprietários que venderam seus lotes aos grandes proprietários. Neste contexto, vêem os pequenos proprietários que aquiesceram em vender os seus lotes como co-responsáveis pela expansão das fazendas de gado e pelo fim das *terras de trabalho*. Julgam, mesmo, que a situação de grandes dificuldades para conseguir o sustento da família, que alguns atravessam, é um castigo pelo que fizeram.<sup>45</sup>

Na verdade, são múltiplos os contextos em que o pequeno proprietário compara sua situação com a dos trabalhadores que residem na *rua*, comparação esta que é feita em termos da oposição *sítio-rua*. É nos *sítios* que residem os pequenos proprietários, e são os padrões de vida aí existentes que servem de referente para pensar as condições da *rua*. Note-se que, cada vez que vem à tona esta oposição, referem-se à época de *depois dos direitos*. O acesso à terra para *botar roçado* torna-se mais difícil para todos, mas este fato tem repercussões diferentes segundo se more nos *sítios* ou na *rua*. Para quem está na *rua*, o acesso à terra de grandes proprietários não é algo complementar ou alternativo ao uso da terra própria, mas a única maneira de ter *roçado*. Por outro lado, o “terreno” do pequeno proprietário implica em muitas outras coisas, além de servir para plantio. Assim, nos *sítios*, a água vem das *cacimbas*,<sup>46</sup> consegue-se lenha em algum *mato* próximo; também é as-

45 Ao caminharmos para sua casa um pequeno proprietário ia mostrando os locais de uma fazenda de gado, onde há pouco tempo, havia pequenos proprietários. Dizia e repetia: “Parece que estão passando fome na rua. Bem feito! Quero que morra tudinho!”

46 *Cacimbas* são reservatórios d'água de origem natural.

sim que se obtém *capim* para os animais de carga, e há espaço para a criação de pequenos animais. Na *rua*, tudo isto se modifica; havendo maior dificuldade para se obter qualquer uma dessas coisas.<sup>47</sup> São estes os pontos acentuados pelo pequeno proprietário, quando ele quer marcar a situação daqueles que habitam a *rua* como pior do que a sua. O diálogo seguinte entre o pesquisador e um pequeno proprietário é significativo sob este aspecto:

"P - Mas, pra quem negocia em feira, assim como o senhor, é melhor morar no sítio ou na rua?

I - Morar aqui no sítio. Não posso com rua, não. Rua tudo é mais ruim pra mim.

P - É mais ruim como?

I - É. Não cria uma galinha, não planta um leirão de coentro

P - Senhor?

I - Não planta um leirão de coentro, não cria galinha, somente especular. Bem. Até pra criar os próprios bichos fica mais difícil. Não dá. Não dá nem pra mim, nem pra ninguém. Dá pra quem não tem outro canto, que nem Compadre J., mesmo que tem aquela fazenda na rua. Ele só pode estar ali mesmo."

Aqui, a *rua* e vista como lugar onde estão aqueles "que não tem outro canto". Não é uma alternativa ao *sítio*, mas lugar para onde se vai quando não se tem mais acesso a um *sítio*. Embora o pequeno proprietário também tenha dificuldades em reproduzir suas condições tradicionais de existência, é a situação daqueles que estão na *rua* que materializa a negação destas condições. Esta percepção é tanto mais eficaz quanto a ida para a *rua* não implicou, para estes trabalhadores, mudanças nas formas de obter sua subsistência. Na prática, a maior parte é obrigada a lançar mão das mesmas formas que os pequenos proprietários.

A oposição *sítio-rua* ganha este contorno depois dos *direitos*, em que o acesso a pequenos lotes de terra para *roçado* torna-se cada vez mais difícil. Esta oposição parece ser muito antiga, porém seu significado não era o mesmo. Tanto *foreiros* como pequenos proprietários podiam residir na *rua*, ao invés de residir nos *sítios*, sem que isso significasse que os que residiam na *rua* tivessem formas diferentes de obter a subsistência. Havia em jogo estratégias diferentes quanto ao local de residência, mas isto não implicava em ruptura dos padrões comuns de existência. E quando a expulsão dos moradores das grandes propriedades ganha em intensidade que a *rua* ganha outro significado: a *rua*

47 Normalmente, estas coisas exigem atividades adicionais na *rua*, como transporte até o lugar onde estão disponíveis ou fazer um cercado para criação de animais. Acontece mesmo que esses bens se tornam mercadoria, como a água, que passa a ser vendida.

passa a significar a negação, relativa ou absoluta, das formas de existência nos *sítios*. Em verdade, é possível que no passado a oposição não fosse *sítio-rua*, mas, sim, *brejo-rua*. A *casa* do pequeno produtor poderia estar no *brejo* ou na *rua*, mas seu *sítio*, enquanto terreno que cultivava com sua família, se localizava necessariamente no *brejo*. Pois só no *brejo* há terras para *roçado*. São as novas condições vigentes na área que vão fazer com que aqueles que estão na *rua* não tenham acesso a *sítio*, ou dificuldades crescentes para *botar roçado*, e não possam reproduzir os tradicionais padrões de *casa*. De qualquer forma, os pequenos proprietários falam da possibilidade de existência de pequenos produtores como eles que residam na *rua* e que tenham as mesmas concepções sobre as formas de se obter a subsistência familiar. Sob este aspecto, é interessante observar o seguinte trecho de uma entrevista com um pequeno proprietário, em que este considera a possibilidade de um pequeno produtor tenha um *sítio* no *brejo* e uma *casa* e uma *venda* na *rua*. A *venda* é um pequeno estabelecimento comercial, e sua existência na argumentação poderia explicar por que o pequeno produtor localizaria sua *casa* na *rua*: a localização da *venda* exige um número razoável de *casas* em seu redor, e a *rua* realiza estas condições mais perfeitamente que qualquer ponto do *brejo*.

"I - Porque se o camarada tiver um sítio no brejo, entendeu? Se o camarada tem um sítio no brejo e tem uma venda na rua, quer dizer que ele pode deixar um filho, uma filha, uma mulher na venda no correr do dia. E ele entra pro brejo, pro sítio dele, trabalhar o dia. Então ele, cinco horas, chega em casa. Ai, então, até oito, nove da noite, aliás, até dez ele está dentro da venda e a mulher está na obrigação dela. De cinco da manhã vai-se embora pro brejo de novo, pro serviço, e ela fica de novo na venda, entendeu?"

Note-se que a *venda* não é encarada como a forma principal do pequeno produtor obter sua subsistência, mas preenche apenas o mesmo papel complementar que o pequeno comércio tem para o pequeno produtor. O pequeno proprietário empresta a este personagem fictício suas próprias normas de divisão familiar do trabalho. Durante o dia o homem cuida do *roçado*, enquanto a mulher fica em *casa* para cuidar das *obrigações*. Tendo um *filho*, cabe a este cuidar da *venda*, e não tendo estas tarefas caberão às mulheres do grupo doméstico. A posição em que coloca a *venda* ressalta seu caráter suplementar ao obter a subsistência: ocupação do homem só quando finda a jornada de trabalho agrícola; ocupação da mulher se não há filhos para desempenhá-la e apenas enquanto o homem trabalha no *sítio*.

Mesmo o pequeno proprietário não tem terra suficiente para poder viver só do produto de seu próprio *roçado*. Assim, ao explicitar de

que vive, ele faz menção a várias atividades que lhe permitem "dar de comer à família". Se todas elas permitem obter o necessário à subsistência, isto não quer dizer que sejam igualmente percebidas ou valorizadas. O exame destas atividades permitirá aprofundar os contextos em que os pequenos proprietários se aproximam e/ou se diferenciam dos outros trabalhadores desta região.

### 1.2.2. - Formas Complementares à Subsistência Familiar

Uma das formas comuns de se complementar a subsistência familiar é obter dinheiro através do *trabalho alugado*. Esta categoria aplica-se quando um trabalhador (ou seu filho solteiro) executa um serviço sob as ordens de outrem mediante o pagamento em dinheiro (usado geralmente para os serviços agrícolas). As tarefas que compõem o *alugado* são combinadas previamente entre o trabalhador e quem contrata seus serviços, e são pagas com base em *diárias* também acertadas previamente. O montante da *diária* paga ao trabalhador *alugado* é sempre superior à diária paga por um grande proprietário a seu morador.<sup>48</sup> Este fato é constantemente ressaltado pelo pequeno proprietário ao comparar sua situação com a do morador, sob este aspecto. Mas a própria ênfase revela a situação ambígua em que está o pequeno proprietário, ao depender da venda de sua força de trabalho para garantir a subsistência familiar. Trabalhar *alugado* significa, por outro lado, reconhecer a insuficiência do trabalho familiar materializado no *roçado*. O *alugado* tem, assim, um caráter vergonhoso, que manifesta a privação da família que a ele se submete. Isso não significa que não seja praticado por boa parte das famílias de pequenos proprietários, pois é, ao contrário, largamente difundido. Não perde por isto, contudo, a conotação negativa, e é este fato mesmo que serve aos pequenos proprietários para exemplificar a situação de privação em que estão. Estas palavras, de um pequeno proprietário, a propósito do trabalho de seu filho solteiro, ressaltam a conotação fortemente negativa do *alugado*:

"I - É ali perto (o roçado do filho). Quando tá apertado que ele, botei uma conta ali pra ele, não sabe? Trabalho dele. Mas alugado não. Mas o esforço de todo mundo é trabalhar alugado. Agora ele não trabalha alugado que... com vergonha, né? Que aqui todo mundo tem vergonha. Precisa, mas tem vergonha."

48 A explicação dos pequenos proprietários é que não estão *sujeitos* aos grandes proprietários; portanto, têm que receber mais do que os moradores. A afirmação é válida sobretudo em relação aos 3 ou 4 dias de *condição* que o morador tem que dar ao grande proprietário.

Esta conotação negativa do *alugado*, para o pequeno proprietário, liga-se aos vários aspectos em que esta forma se contrapõe à imagem do que seja o *trabalho por conta própria*. Em primeiro lugar, o que reúne as pessoas participando de um mesmo processo de trabalho deixa de ser os laços de parentesco, com suas regras correspondentes de autoridade e de divisão de tarefas, para ser a subordinação a quem possa pagar em dinheiro a jornada de trabalho. Em segundo lugar, o trabalho familiar do pequeno produtor supõe o ciclo completo das tarefas agrícolas, ao contrário do *alugado*, que participa de determinada tarefa do ciclo agrícola. É a própria noção de tempo que está em jogo aqui. O trabalho familiar não ganha sentido por realizar uma ou outra tarefa conjuntamente dentro do ciclo agrícola, mas, sim, porque a família permite realizar todas as tarefas do ciclo agrícola. E é o produto deste trabalho coletivo, ao longo do ciclo, que permite reproduzir a unidade familiar. A descontinuidade do tempo só é marcada pelos vários momentos do ciclo agrícola. Já no caso do *alugado*, a relação entre o trabalhador e quem o contrata tem uma duração determinada, subdividida, por sua vez, em jornadas de trabalho diárias. O trabalhador *alugado* não tem sua reprodução ligada ao produto final de todo o ciclo agrícola, mas aos dias em que vendeu sua força de trabalho. Por outro lado, a própria quantia paga como contrapartida do *alugado* é insuficiente para que o *pai de família* possa proporcionar aos seus o nível de subsistência socialmente prescrito.<sup>49</sup>

O uso de trabalho *alugado* não é restrito às grandes propriedades. Os pequenos proprietários também chegam a usar o *alugado*. Em ambos os casos, o *alugado* refere-se aos serviços prestados por um trabalhador por um dia, contra pagamento em dinheiro. Esta é a forma básica pela qual um grande proprietário pode aumentar o número de trabalhadores à sua disposição para além do uso da força de trabalho de seus próprios moradores.<sup>50</sup> Este não é o caso dos pequenos proprietários, que podem fazer uso da *troca de dia*, caso o número de trabalhadores necessário ao desempenho de uma certa tarefa seja maior que a

49 Diz um pequeno proprietário, avaliando o montante de dinheiro que proporciona uma semana de *trabalho alugado*: "Pra ganhar uma miaria, nem adianta. Que adianta um homem trabalhar cinco dias pra ganhar 15 cruzeiros? Ora, 9 cruzeiros é um quilo de charque. E um pai de família só dá pra passar 2 dias! Só mesmo roendo. O homem ganha dentro de 5 dias 15 cruzeiros. Dá nove num quilo de charque, sobra o quê? Seis, né? Seis cruzeiros, se ele não tiver roça, dá numa cuia de farinha. Agora cadê dinheiro pra feijão, cadê dinheiro pra... essas coisas que falta. Ave Maria! Quer dizer que sendo assim, convém ninguém não trabalhar. Que pra viver assim imprensado, melhor é não trabalhar"

50 Com a expulsão dos moradores das grandes propriedades, a tendência é o uso crescente de *trabalho alugado* por parte dos grandes proprietários.

força de trabalho familiar. A *troca de dia* dá-se quando um membro de uma determinada unidade familiar (A) trabalha no *roçado* de uma outra unidade familiar (B), sob as ordens do chefe desta última (B). Não recebe por isto nenhuma contrapartida em dinheiro, mas assegura que membros desta outra unidade familiar (B) farão o mesmo quando for necessário. Esta forma está baseada nas redes de solidariedade locais, sejam elas definidas por parentesco ou por grupos de vizinhança. O uso do *alugado* significa, assim, o enfraquecimento dessas redes de solidariedade, pois, para uns, só mediante dinheiro conseguem trabalhar, e, para outros, o trabalho sob as ordens de outrem só tem sentido se for pago em dinheiro. Se a *troca de dia* manifesta uma simetria entre as unidades familiares, embora quem forneça os serviços se submeta à autoridade do detentor do *roçado* onde trabalha temporariamente, o *alugado* manifesta uma assimetria entre quem usa o trabalhador *alugado* e quem fornece o trabalho *alugado*. Neste sentido, o *alugado* marca a situação de precariedade de quem o fornece. E importante notar que também é percebida a outra face da moeda, isto é, que o *alugado* pode marcar a situação de enriquecimento de quem o usa. Não é à toa que em todo contexto em que esta idéia poderia transparecer, mesmo que só implicitamente, os pequenos proprietários faziam questão de explicitar que o uso do trabalhador *alugado* era devido ao fato de que o "serviço era muito" e que o pequeno proprietário "não daria conta" só com a família dele.

Objetivamente, uma diferenciação entre os pequenos proprietários se manifesta: os possuidores de *sítios* menores fornecem trabalho para os pequenos proprietários com *sítios* maiores. Se isto aparece claramente em certos contextos, não leva os menores dos pequenos proprietários a identificar os detentores dos *sítios* maiores com os grandes proprietários. A unidade entre os pequenos proprietários é reafirmada por práticas determinadas que diferenciam o *alugado* numa grande propriedade ou numa pequena. Assim, o fato de o trabalhador *alugado* comer junto com o pequeno proprietário que o contrata. Note-se, também, que um pequeno proprietário procurará trabalhar *alugado* fora destas redes de solidariedade local, sejam parentes e/ou vizinhos. Portanto, o trabalho *alugado*, nestas condições, manifesta a fraqueza das redes de solidariedade, mas não necessariamente materializa seu rompimento. Note-se que, instalado a falar sobre o *alugado*, o pequeno proprietário tem tendência a localizar esta relação como própria à relação pequenos proprietários/grandes proprietários, aqueles como vendedores de força de trabalho e estes como compradores de força de trabalho.

Se o *alugado* é categoria que designa a venda de força de trabalho localmente, a questão se coloca de forma bem diversa quando o pe-

queno proprietário fala da migração sazonal para o *Sul*, para a área da cana. Observe-se que o trabalho *alugado* é sempre realizado numa determinada distância, que permite ao trabalhador retornar à sua casa ao fim de cada jornada. *Trabalhar no Sul* é ir para a área canavieira, no início da safra, geralmente em setembro, e lá ficar de seis a oito meses. Na área da cana recebem a designação de *corumba* ou *curau*. Não se deslocam com toda a família, mas só o pai de família e os filhos homens, normalmente os maiores de dez anos. Nos *engenhos do Sul* residem em *ranchos*, como são designadas as habitações coletivas onde os *corumbas* estendem suas redes para dormir, onde cozinham e comem. As mulheres, as filhas e os filhos pequenos ficam em *casa* durante este tempo, e executam certos trabalhos no *roçado*, como *limpas*.<sup>51</sup> A casa pode ser abastecida com o dinheiro que o *pai de família* obtém no *Sul*, e que manda regularmente para sua família. Durante este tempo, o *pai de família* não retorna à casa, ou, se o faz, é algo esporádico. O dinheiro é remetido por algum outro pequeno proprietário que *feira* no mesmo município, ou seja, viaja para esta cidade na sexta-feira, aí negociando sábado e/ou domingo, estando de volta seguramente na segunda-feira. O *trabalho no Sul* se destina tanto a garantir o consumo de alimentos da família durante este período do ano, quanto a permitir acumular um certo montante em dinheiro que pode servir para gasto em roupa e calçados ou para compra de animais que aumentam o patrimônio familiar.<sup>52</sup>

*Trabalhar no Sul* não tem, contudo, a mesma conotação vergonhosa que o *alugado*. Na prática, *trabalhar no Sul* faz parte da história de vida de quase todo pequeno proprietário, que é pensada invariavelmente nas formas descritas acima. Há mesmo uma conotação de "fato natural" em migrar sazonalmente para a área da cana. Como a migração se dá nas épocas em que o trabalho exigido pelo *roçado* é menor, esta possibilidade permite mesmo ser pensada segundo a preocupação do pequeno proprietário de utilizar plenamente sua força de trabalho familiar. Esta complementariedade anual dos ciclos agrícolas do *roçado* e da *cana*, sendo tradicional nesta região, faz com que o trabalho na cana não seja visto como alternativo ao do *roçado*. Nem mesmo *trabalhar no Sul* significa precariedade dos níveis de vida da própria família de pequeno proprietário. Se o "roçado deu resultado" naquele ano, o

51 A periodicidade dos produtos do *roçado*, como o milho e o feijão, limita-se geralmente ao *inverno*, ao período entre março-abril e setembro-outubro. Mas este não é o caso da mandioca, cujo ciclo produtivo é, em média, de dezoito meses. Diminui a intensidade das tarefas do *roçado* por esta época, porém não deixam de existir. Para maiores esclarecimentos, ver capítulo II.

52 A relação entre acumulação da família camponesa e animais está desenvolvida no capítulo IV.

pequeno proprietário pode "descer para o Sul" apenas com a finalidade de comprar certos bens considerados menos essenciais e/ou de acumular algo para fazer face a despesas em épocas menos favoráveis. Talvez a própria dificuldade do acesso à terra para *botar roçado* explique porque nem se chegue a colocar a possibilidade de um uso da terra tal que empregue a força de trabalho familiar durante o ano inteiro.<sup>53</sup> É interessante notar que sua passagem no *Sul*, embora renovada por anos sucessivos, é vivida como algo de provisório, um tempo em que tenta acumular algo. A imagem do *corumba* na Zona da Mata referenda este fato, pois são vistos como pessoas que trabalham muito (tanto intensamente como em longas jornadas), mas que têm o pensamento voltado para "os agrestes": quando batem as primeiras chuvas, voltam para suas casas para *botarem roçado*. Também as entrevistas com pequenos proprietários apontam estas características ao "descerem para o Sul": jornadas de trabalho longas, tentando acumular algum dinheiro enquanto não chega o *inverno* (épocas das chuvas), para então *botar o roçado*.

Hoje em dia há um outro fator fundamental na percepção positiva do *trabalho no Sul*. É que no *Sul* se paga o salário e os *direitos*, o que não acontece no *alugado* local. Aí é pago o *salário de leis*, o que "o Governo marcou". A privação de quem depende do *alugado* para assegurar, mesmo que temporariamente, sua subsistência é vista como sendo resultante da diferença entre a diária correspondente ao salário mínimo e a diária do *alugado*. Neste contexto, o *salário* é percebido como um valor indiscutível, cujo montante permite atender as despesas do trabalhador e de sua família, e que serve, portanto, para avaliar a situação desfavorável em que são obrigados a vender a força de trabalho localmente.<sup>54</sup>

Entretanto, *trabalhar no Sul* refere-se sempre à migração sazonal de seis a oito meses por ano, nunca se confundindo com *ir para o Sul*, isto é, tornar-se morador na área da cana. É bem verdade que a pró-

53 Como já foi explicitado na primeira parte, se a exigüidade da terra do pequeno estabelecimento parece ter sido uma constante histórica, esse fato tem assumido proporções muito maiores depois dos *direitos*.

54 É interessante notar que os *corumbas*, dentro da Zona da Mata, parece não se terem mobilizado enquanto tais durante as lutas sociais do período 1955-64. O motivo apontado é que seus interesses fundamentais estavam no Agreste e não na Zona da Mata (Carmargo, 1973), o que deve ter uma certa correspondência com a ideologia do grupo. Note-se que isto se dá numa época em que ambas as regiões conhecem lutas sociais de monta. Um raciocínio simplista, que considerasse apenas o fato de que passam de 1/2 a 2/3 do ano na Zona da Mata, poderia assimilá-los a "protomoradores" dos engenhos, deixando de perceber processos importantes ao nível econômico, político e ideológico.

pria possibilidade de arrumar *morada* nos engenhos, hoje, é algo muito difícil, devido ao processo de expulsão dos moradores. Mas não é como uma aspiração difícil de ser atingida que se referem a este fato. A situação do morador na área da cana, tradicionalmente é vista "nos agrestes" como o símbolo mesmo da subordinação do morador ao patrão, e é este referente negativo que serve ao *corumba* para contrapor sua "independência". É interessante observar que o pequeno proprietário reserva para o morador da área da cana a designação de *cativo*. A subordinação do morador ao patrão na área da cana é pensada em termos de *cativeiro*, enquanto fora da área da cana fala-se de *sujeição e obrigação*. O *cativeiro*, neste contexto, designa uma posição de disponibilidade completa do morador e de sua família, de quem, a qualquer momento, o *usineiro* ou *senhor de engenho* pode exigir os serviços. Designa também que estes serviços só dependem da vontade do patrão, que pode fazer cumprir suas ordens por meio da força física.<sup>55</sup> Há em jogo ainda o próprio caráter coletivo do trabalho a que se está submetido, por oposição ao trabalho familiar. O *cativeiro* representa, assim, uma das formas da *morada* em que são acentuados os traços de dependência do morador à vontade do patrão. É ressaltada também a força dos *usineiros*, que sempre se constituíram nos grandes proprietários mais poderosos de todo o Estado.<sup>56</sup>

55 Neste sentido são particularmente ressaltadas as *pisas*, surras dadas pelos prepos- tos do proprietário, e os assassinatos dos moradores que entraram em disputa com o pa- trão.

56 A viúva de um *foreiro*, hoje residindo na *rua*, estabelece uma comparação entre a vida no *Sul* e na sua região, em que acentua a autonomia frente aos grandes proprietá- rios como ponto fundamental de sua avaliação:

"P - A senhora foi para o Sul, para onde? Palmares, Catende?"

I - Não, já fui para Palmares para casa de minha filha passear. Em Catende passei de passagem, no ônibus, nunca morei lá.

P - A senhora gostou do Sul?

I - Não gostei não, sr., Deus me livre! Um canto que só tem cana! Só tem o mandão

P - O mandão?

I - Sim! Tem 4 ou 5 pessoas conversando, quando: Olhe! Ali vem o homem! Aquilo ali morreu tudo.

Sobrinha de I - Fica todo mundo calado.

P - Por quê?

I - Respeitando o mandão. Lá só tem ele.

P - E quem é o mandão?

I - O encarregado da Usina, né? É o mandão.

P - Por que todo mundo fica calado?

I - Porque se falar apanha.

Sobrinha do I - Porque se falar perde o serviço na Usina.

I - Vai! Apanha que faz gosto. Chh..! Um chicote dessa grossura. minha filha.

P - O pessoal não falava na frente do mandão?

É deste ponto de vista que os pequenos proprietários pensam como vantajosa a venda sazonal da força de trabalho, mas não a migração definitiva para a área da cana. Se isto nunca foi algo desejado,<sup>57</sup> a questão não se colocou em outros termos depois dos *direitos*. A expulsão dos moradores dos engenhos anulou o eventual efeito positivo do pagamento do *salário* e dos *direitos*, de tal modo que *morar no Sul* não chegou a ser reavaliado. Se no *Sul* se data o fim do *cativeiro* com o advento dos *direitos*,<sup>58</sup> o modelo do *cativeiro* serve ainda ao pequeno proprietário para marcar a contiguidade da valorização da situação do *morador do sul* como inferior à sua. O que marca para o pequeno proprietário o efeito positivo dos *direitos* é o que toca a sua própria situação de *corumba*. Ao descer para o *Sul*, o salário passa a ser *certo*, e ainda terá *direitos*.<sup>59</sup>

Note-se que a migração sazonal para a área da cana é comum também aos trabalhadores residentes na *rua*. Os grupos de *corumbas* que “descem juntos para o Sul” incluem tanto os pequenos pro-

I - Falava o quê? Quem era doido de apanhar? Não, senhor. Estava tudo conversando, vem fulano, ali tudo se acabou. A conversa. Eu não gostei do Sul por isso, porque lá, só quem fala e grita é um. Cada Usina tem um.

P - Cada usina tem um?

I - Tem um mandão.

P - E por aqui como é que é?

I - Aqui todo mundo grita.

P - Todo mundo grita?

Sobrinha do I - Aqui todo mundo fala, não tem medo um do outro.

I - Aqui todo mundo é forro, não tem nenhum cativo. Todo mundo mora no que é seu, tudo fraquinho, mas tudo dono. Só tenho medo do Governo, porque se o Governo quiser arrancar essas casas todinhas, tem que arrancar e fazer em outro canto.

P - Tem muita gente que sai daqui pra trabalhar no Sul?

I - Vai, vai, muita gente vai trabalhar, né? No tempo das Usinas moer vai o povo todo pra lá, a metade que quer ir. Pra trabalhar. Mas quando chove, vai se embora pra casa. Agora, morando lá, já sabe como é, tem que agüentar na estica de emprego.”

57 Um pequeno proprietário, para acentuar o quão disposto estava de casar com sua mulher atual, disse que, se o pai dela não consentisse o casamento, “fugiria com ela para o Sul”. Possibilidade extrema, que bem exprime como é valorizada por este grupo social.

58 C.F. Sigaud, 1972.

59 Um pequeno proprietário, vivendo do pequeno comércio, que já foi *corumba* e que hoje uma hérnia o impede de realizar este tipo de trabalho, apresenta a questão da seguinte maneira: “Trabalhei muito no Sul, muito. Hoje num trabalho não é porque não preciso, é porque não posso. Mas, se eu pudesse, o negócio o melhor que tem no mundo é trabalhar em empresa hoje em dia. O camarada ganha cento e tantos, cento e tantos contos por semana. Aqui, qual é o homem que ganha esse dinheiro? Nem negociante de nós aqui ganha aqui esse dinheiro”.

prietários como estes outros trabalhadores, e para ambos esta é uma atividade tradicional. O que há de novo para os últimos, por onde vivem as dificuldades da presente situação, não é ter que realizar esta migração sazonal, mas é a dificuldade de terem acesso a *roçado*, que permita o uso da força de trabalho familiar em outra época do ano e fornecia o necessário à subsistência familiar. Interessante observar que, muito mais que os pequenos proprietários, este grupo social se defronta com a premência de vender sua força de trabalho, mas é suporte dos mesmos valores quanto a trabalhar *alugado* ou como *co-rumba*.

Para ambos os grupos se coloca uma outra forma de ganhar dinheiro para garantir o sustento familiar: o *negócio*. Concretamente, referem-se à atividade de vender certos produtos de consumo dos trabalhadores agrícolas nas *feiras do Sul*. A situação de pequeno proprietário, ou de detentor de um pequeno estabelecimento (como o *foreiro*), sempre teve como uma de suas componentes centrais a possibilidade de livre comercialização de sua própria produção. *Fazer negócio*, no sentido de tratar da venda de seus produtos diretamente, sempre se constitui em atividade comum para o pequeno produtor. A venda podia-se efetuar junto a sua *casa* ou ao *levar para a feira*. Esta última forma permite um maior acesso à informação sobre preços e quantidades dos produtos que se quer vender, e também confrontar com os preços e quantidades dos produtos que se terá de comprar. *Feirar* é algo muito comum entre os pequenos produtores. A expansão das feiras permitiu ao pequeno produtor realizar ele próprio o valor de sua produção.

No caso apontado atrás, o *negócio* é atividade complementar ao *trabalho no roçado*. Porém, a insuficiência do *roçado* está associada não à diminuição do *negócio*, mas à sua intensificação. A questão que se coloca para parte dos pequenos proprietários e para trabalhadores que residem na *rua* é *viver de negócio*, isto é, que a atividade de comprar localmente para revender em alguma feira do *Sul* lhes proporcione uma renda que cubra gastos com a subsistência familiar. Se no primeiro contexto o *negócio* é um prolongamento natural da situação do pequeno produtor, no segundo contexto revela a precariedade desta situação.<sup>60</sup> Note-se que os produtos transacionados são, geralmente, aqueles objeto da produção e do consumo da pequena produção.

*Feirar* pode representar uma alternativa à venda da força de trabalho, sobretudo ao *alugado*. Pode significar uma forma temporária

60 A importância da distinção entre vender a produção da própria unidade doméstica e servir de intermediário é apontada por Dalton e Bohannon (1965) no estudo de praças de mercado africanas.

de fazer face às despesas com a subsistência familiar. Pode significar também uma forma de fazer face ao próprio processo de expropriação a que está sendo submetida a pequena produção. Isto porque o *negócio* viabiliza, por um lado, continuar vivendo em terras insuficientes para *roçado* e, por outro, supõe a condição de pequeno proprietário em suas bases materiais. A compra de mercadorias é feita com animais de carga que todo pequeno proprietário possui, as mercadorias são estocadas na sala de entrada das *casas*, o conhecimento da qualidade dos produtos e das flutuações da produção está relacionado à sua condição de produtor daqueles mesmos bens. A falta de dinheiro que possa funcionar como "capital comercial" é contrabalançada pelo uso alternativo que os elementos que compõem o cotidiano do pequeno proprietário permitem. Neste sentido, *viver de negócio* assume uma conotação positiva, sobretudo porque permite "se defender do alugado".<sup>61</sup>

Mesmo que o *negócio* forneça a maior parte da renda familiar que permite atender aos padrões de subsistência, o pequeno proprietário continua a se identificar pela atividade agrícola que exerce e não pela função de pequeno comerciante. Os pequenos proprietários opõem *trabalho* a *negócio*, explicitando que consideram que *negócio* não é *trabalho*.<sup>62</sup> Por *trabalho* entende-se, neste contexto, as tarefas desenvolvi-

61 Esta formulação é muito comum entre os pequenos proprietários, quando o *alugado* é associado à precariedade do nível de vida. Observe-se este trecho da entrevista com um pequeno proprietário que tem no *negócio* uma fonte de subsistência importante: "I - Que eu, nesse ramozinho de *negócio*, cansado, arrumo um quilo de açúcar. Entendeu? Não vou para o *alugado*. Mas muitos que não têm um animal não têm queda para o *negócio*, sim, agora vai *trabalhar alugado*, entendeu? Trabalha segunda, terça, quarta, quinta, sexta. Então, na sexta, recebe aquela mixaria e vai pra Bonito. Aí faz aquela lezeirazinha de compra, feira não, aquela lezeirazinha e vai passar a semana. Bem e aí, o que acontece é isso".

Contudo, encontra-se formulações semelhantes entre os trabalhadores residentes na *rua*. Veja-se este trecho da entrevista com um *verdureiro* em feira no *Sul*, que trabalhava como *corumba* até recentemente, ele mesmo filho de *foreiro*:

"I - Agora, o sujeito que tem um ramo qualquer de *negócio*, quer dizer, que já se defendeu desta vida de *alugado*, não é?

P - O quê?

I - O sujeito que já tá no ramo de qualquer *negócio* se defendeu desta vida de *alugado*, quer dizer que não vai para o *alugado*.

Cunhada do I - É como gente daqui. Passa uma semana a gente não trabalha, mas aquele *negócio* lá na Usina (ela e o marido feiram numa Usina da Zona da Mata) que dá pra viver, não é?

I - Quer dizer que aqui não se preocupa com outro trabalho, não. O trabalho aqui, de segunda até sexta, ninguém aqui trabalha. Quando é na sexta-feira já sabe pra onde ir, né? Já sabe pra onde vai. Lá vai de caminhada. Esse, eu passo a semana toda não trabalho. Mas quando é na sexta-feira já sabe pra onde vai. Vai arranjar o pão. Quer dizer que eu posso dormir a segunda, a terça, a quarta, entendeu?

das em relação à terra, desde a derrubada do mato até a colheita. São estas atividades que permitem que da terra se obtenha os meios materiais para o consumo, como na concepção de trabalho da escola fisiocrática. As transações mercantis são vistas como não criando nada, apenas mudando de mãos o controle do produto. Contudo, esta troca mercantil põe em jogo duas pessoas que procuram obter algo mais do que aquilo que fornecem em contrapartida, ou seja, uma relação de reciprocidade negativa na conceituação de Sahlins (1969). O *ganho*, que o *negócio* possibilita, é assim diretamente proporcional à habilidade que tenha o comerciante em dominar esse tipo de situação. Neste contexto, é sempre enfatizada a importância do *juízo*, categoria que designa a capacidade de realizar cálculos e tomar decisões, de tal maneira que quem opere uma troca mercantil não saia perdendo, mas atinja seus objetivos. O objetivo, normalmente, é obter a renda equivalente ao consumo familiar, e nesse sentido o *negócio* é legítimo. O *negócio* permite obter um produto a que o trabalho deveria dar acesso, mas não o faz porque não há terra em que possa se materializar. Mas não deixa de ser observado que, pelo *negócio*, alguém se apropria do produto de *trabalho* de outrem, o que dá ao *negócio* uma conotação negativa. Por vezes isso é enfatizado ao aproximar o *negócio* de *roubo*, acentuando-se o caráter da relação onde se busca tirar tudo do outro, sem se dar nada em contrapartida. Veja-se este trecho da entrevista de um pequeno proprietário, que tem no *negócio* uma fonte importante de renda, em que aproxima *negócio* de *roubo*, mas tendo o cuidado de tornar esta característica própria aos grandes negociantes:

"I - E eu posso trabalhar sete dias? Porque eu queria arranjar um canto que desse pra eu viver e Deus me desse saúde, mode ver se eu queria saber desses negocinhos safado! (...) Negócio de hoje em dia só quem faz é esses homens de muito negócio, porque rouba mais que ganha! Rouba mais dó que ganha! Não tem um negociante que não seja ladrão! O mais rico que tem nesse mundo todinho, que é negociante, é ladrão."

---

Agora da quinta até sábado eu tenho que me virar, entendeu? 30 a 50 contos que eu tiro da minha feira. 'Al termino a feira, chego assim, é quanto eu trago da feira do Sul. Chego assim segunda-feira em casa".

62 É interessante notar que esta oposição entre *trabalho* e *negócio* não é particular aos pequenos proprietários, mas é também encontrada entre *moradores* da área canavieira. No recenseamento da feira de uma das principais cidades de Mata Sul de Pernambuco, para a pesquisa desenvolvida por Moacir Palmeira, foi extremamente comum responder com um enfático - "Não, eu trabalho" - à pergunta: "O senhor vive de negócio?" Shepard Forman (1970, p. 109) faz menção da mesma oposição na região canavieira de Aia-goas.

Note-se que ele liga em primeiro lugar a falta de condições materiais para *trabalho* à realização de *negocinhos safados*. Ao explicitar o caráter negativo do *negócio*, ao aproximá-lo de roubo e quem vive de *negócio* de *ladrão*, passa a falar dos grandes negociantes e não mais de seu próprio grupo. Não deixa de acentuar ser o caráter de busca da troca não equivalente do *negócio*, o que caracterizaria esta atividade. Mas acentua, por outro lado, que este *negócio* não é aquele que pratica, mas é próprio de outra categoria social. É que o *negócio* que os pequenos proprietários praticam não lhes permite uma acumulação de riquezas como para os grandes comerciantes, mas apenas complementar à renda necessária à subsistência familiar. Toda a ambigüidade na valorização do *negócio* vem da própria situação em que se encontram os pequenos proprietários, que têm nele não uma forma de romper com sua situação, mas uma forma de lutar pela manutenção desta situação. O *negócio* chega a assumir o lugar do *trabalho* enquanto atividade que permite obter o necessário à subsistência familiar. Mas isto mesmo é sinal, para o pequeno proprietário, da escassez de terra com que se defronta. Pelo *trabalho*, todos podem tirar da terra o necessário ao seu sustento. Dificultada esta possibilidade, a luta do *pai de família* não pode ser para aumentar o produto de trabalho, mas para conseguir o necessário para sua unidade doméstica, o que só pode ser feito às custas de alguém.

A caça e a pesca também são atividades praticadas pelos pequenos proprietários, e seu produto serve diretamente ao consumo familiar. Contudo, não são socialmente consideradas como *trabalho*. Não são atividades exercidas com uma regularidade determinada, mas, ao contrário, o tempo a elas dedicado depende do "tempo livre" que as outras atividades que provêm o sustento da família deixam aos homens. Encontramos uma só referência à pesca como *trabalho* e, significativamente, referia-se ao tempo em que um pequeno proprietário tinha migrado para o litoral e lá participava de pesca em jangada. Mesmo aí diferenciava claramente duas coisas: a pesca local em rios e a pesca no mar. Por outro lado, há em jogo a oposição entre "atividades extrativas" e atividades que exigem a interferência humana prévia. Ou seja, o produto do *roçado* exige *trabalho* durante todo o ciclo agrícola, enquanto pela caça e pela pesca apropria-se de coisas que a natureza fornece.<sup>63</sup>

Outra ocupação familiar tradicional é o artesanato doméstico. O objeto deste artesanato é a produção dos mais variados bens necessá-

63 Esta mesma classificação de caça e pesca como atividades que não são *trabalho* foi encontrada por Alfredo Wagner entre colonos na Amazônia (Wagner, 1974). A abundância ou escassez dos animais não parece ser a única questão em jogo.

rios ao trabalho agrícola ou ao transporte em animais, no caso dos homens, e dos bens que compõem o consumo das famílias ou que propiciam este consumo, no caso das mulheres: cerâmica para preparo e exposição de alimentos, construção dos fogões a lenha, artigos em palha trançada como *abanos*, roupas, beneficiamento e preparo de alimentos para consumo prolongado, etc. São atividades que podem ser feitas visando apenas o consumo familiar, ou podem ser feitas com vistas à venda. Em geral, são realizadas nos momentos em que os trabalhos agrícolas são menores.

As condições em que se realiza este artesanato têm-se modificado ao longo do tempo, seja pela concorrência de produtos finais de origem industrial, seja pela própria possibilidade de acesso às matérias-primas que utiliza. Deve-se distinguir, contudo, o deixar de realizar certo artesanato destinado à venda, da substituição de certa atividade antes realizada pela família pela compra de produto equivalente como mercadoria. Aquela suprime uma fonte de renda adicional da família, esta exige uma renda adicional, pois o que antes era feito internamente ao grupo doméstico, passa a ser comprado. Isto permite entender por que certas atividades continuam a ser realizadas na esfera doméstica, quando já há mercadorias socialmente aceitas como substitutas.<sup>64</sup> De maneira geral, a produção industrial vem eliminando as várias formas de artesanato que possibilitam uma renda adicional para as famílias. Na área estudada, isto foi particularmente claro no caso do beneficiamento da castanha do caju, que passou da produção autônoma das unidades familiares à produção industrial em fábrica, passando pela produção a domicílio controlada por comerciantes que forneciam matéria-prima e máquina de beneficiamento. Outras vezes, a impossibilidade de continuar a atividade artesanal deriva da modificação no acesso à matéria-prima. Um exemplo disto, na área estudada, foi o artesanato em barro, pois o acesso à matéria-prima adequada foi cortado pelas transformações na grande propriedade. Antes dos *direitos*, era livre a retirada do barro, passando a ser proibida, posteriormente, pelos grandes proprietários.

Contudo, se as unidades familiares se vêm na contingência de abandonar um determinado tipo de artesanato, isto não significa que abandonem toda e qualquer atividade artesanal. Muitas vezes deslocam-se apenas a atividade artesanal de um tipo para outro, sempre se reapropriando, como fonte de renda, atividades tradicionalmente desenvolvidas no âmbito da unidade doméstica.<sup>65</sup> O próprio desenvolvi-

64 É bom não esquecer que há em jogo valores e hábitos de consumo, embora não seja este ponto que estamos enfatizando aqui.

65 Como no *negócio* em feiras, trata-se de reaproveitar elementos que já estão implícitos na condição de família de pequeno proprietário.

nento industrial pode criar as bases para este novo artesanato, como é o caso da máquina de costura, que possibilitou a muitas mulheres de pequenos proprietários "costurar para fora", obtendo, assim, uma fonte de renda adicional.

A escassez crescente de terra com que conta a pequena produção faz com que o artesanato passe, por vezes, a ocupar um lugar fundamental na obtenção da subsistência familiar. Isto inverte o próprio lugar que ele ocupava nas atividades familiares, pois a ele eram reservados os momentos de vazio do trabalho agrícola. Não é também por acaso que é na *rua* que a preocupação com o artesanato é mais frequente do que nos *sítios*. É na *rua* que encontrar formas de obter renda, para poder atender ao consumo familiar, se coloca de forma mais premente.<sup>66</sup>

Na verdade, o processo de expropriação da terra não foi acompanhado localmente pelo crescimento de outras formas de trabalho assalariado que não o *alugado*. Num dos municípios estudados implantou-se, na segunda metade da década de 60, uma grande fábrica de sucos de fruta e outros produtos alimentares. Há também algumas fábricas pequenas de produtos alimentares ou de ração para animais. Mas o trabalho fabril não chega a se constituir numa alternativa garantida de obter a subsistência familiar. A disponibilidade de força de trabalho é tão grande que, periodicamente, é renovado o contingente de trabalhadores. Muito comum mesmo na fábrica de grande porte é a contratação de um contingente de trabalhadores durante a safra de um produto agrícola determinado, sendo todos despedidos no fim da safra deste produto. Isto não quer dizer que a fábrica pare de funcionar, como é o caso das *Usinas do Sul*. Apenas muda o produto agrícola que está sendo processado, e esta mudança não provoca o deslocamento de trabalhadores de um processo para outro, mas procede-se ao corte destes trabalhadores. Assim, se o trabalho industrial apresenta a vantagem de pagar o salário mínimo e possibilitar um *ganho* certo no fim do mês, porque há trabalho em todo dia útil, sua característica dominante para o trabalhador é a instabilidade ao longo do tempo. Mesmo para aqueles que residem na *rua* e que têm como estratégia empregar-se na fábrica, manter um pé na pequena produção é condição indispensável para garantir a subsistência familiar no horizonte de tempo anual. Com mais razão esta alternativa se torna ainda mais remota no

66 Isto deve levar a modificações na própria estrutura familiar, a mulher e os filhos assumindo um papel mais relevante do que no caso da pequena propriedade.

67 Nestes casos não se vende a terra, mas esta fica em poder de um irmão. Caso haja necessidade, há sempre a possibilidade de retorno. O fato será explorado em mais detalhes no capítulo V.

caso do pequeno proprietário, pois além disto haveria a questão da distância entre o local de residência e a fábrica. Nos casos encontrados, em que pequenos proprietários ou seus filhos chegaram a trabalhar em fábrica, eles foram residir temporariamente na *rua*.<sup>67</sup> O trabalho industrial local não chega a ser algo de permanente nem para aqueles que já residem na *rua*, quanto mais uma possibilidade segura de garantir a subsistência familiar para o pequeno proprietário.

Com dificuldades crescentes de obter o necessário para a subsistência familiar segundo os padrões tradicionais, coloca-se ainda a possibilidade da migração. Sem dúvida alguma, o lugar de destino de que mais se fala é São Paulo. A migração é uma tentativa de melhorar de vida, e é realizada, em geral, como uma estratégia familiar. Migra primeiro um filho solteiro ou o próprio pai, e este membro avalia as condições de vida no local de destino, assim como as formas de se obter a subsistência familiar. É quando julga que já há condições para assegurar trabalho e moradia para os membros, da família, que viajam os outros membros da unidade doméstica. Este processo pode ser feito em mais etapas, sobretudo quando a migração é dos filhos solteiros. A migração, mesmo para São Paulo, não é algo de novo na área, e as histórias de vida de pequenos proprietários apresentavam este fato frequentemente. Mesmo quando migram todos os membros de uma determinada unidade doméstica, isto não significa que haja venda da terra, ou seja, que cortem definitivamente os vínculos com o local de partida. Deixá-la com irmão ou parente é uma garantia adicional frente a eventuais problemas no local de destino. A migração não se coloca, portanto, como um fato irreversível. Contudo, seja porque as dificuldades recentes levaram à sua intensificação, seja porque retornar se torna cada vez mais problemático, fato é que a migração serve de ponto de referência para o pequeno proprietário pensar o próprio processo de expropriação. A migração, neste contexto, não é vista como uma tentativa de melhorar uma determinada situação em que se está, mas como forma de contrariar a deterioração da condição de vida que fatalmente acontecerá. Este trecho de uma entrevista com dois pequenos proprietários é particularmente ilustrativo. Ressalte-se que um dos entrevistados viajaria naquele mesmo ano para São Paulo, onde já estava seu filho mais velho.

<sup>67</sup> I<sub>1</sub> - Esse daqui de frente mesmo da minha casa foi-se embora para o Paraná (...). Com dez filhos, tudo pequeno. Oito meses que ele foi-se pra São Paulo. Com 10 filhos, tudo pequeno. Saiu daqui, foi-se embora para o Paraná. Por quê? Porque não pode mais viver, foi-se embora pro Paraná pra ver se lá dava um pão. A quele M.A. também foi-se embora. Toda semana tá indo-se embora

---

gente. Toda semana, toda semana. Por causa que a situação aqui é dura, viu?

I<sub>2</sub> - Não tem onde trabalhar.

I<sub>1</sub> - Tem não! É a perdição só é porque não tem onde a gente trabalhar."

Migra-se porque não há mais condições de se "viver", ou seja, os padrões tradicionais de subsistência não podem mais ser mantidos pelo trabalho familiar. "Não ter onde trabalhar", aqui, refere-se especificamente a não ter terra onde se possa materializar o trabalho familiar. É a própria condição de pequeno produtor por conta própria que está em jogo. Nesse sentido, a migração do pequeno proprietário, mesmo frente a um processo de expropriação, pode diferir da migração de um morador ou da de um trabalhador residente na *rua*. A migração pode visar reproduzir no local de chegada a situação de pequeno proprietário ou, se isso não for possível, acumular recursos suficientes para se estabelecer posteriormente. Fica claro que a situação objetiva do ponto de chegada pode levar à homogeneização da situação de pequeno proprietário com a dos outros trabalhadores já proletarizados. Mas a estratégia do pequeno proprietário se coloca diferencialmente, e conta objetivamente com a possibilidade de retorno face a uma situação mais difícil.<sup>68</sup> A migração de pequenos proprietários, ao provocar a diminuição da quantidade de parentes e vizinhos de cada pequeno produtor, fornece uma boa imagem para o processo de expropriação. É desta maneira que se ouve falar dela freqüentemente. Mas, quando está em jogo sua própria estratégia ao migrar, percebe-se que o pequeno proprietário não viajará porque "nada mais resta a fazer", mas, sim, para tentar lutar contra o processo de expropriação. De seu pequeno lote de terra, mais do que nunca "inviável economicamente", mesmo para seus próprios padrões, tenta obter, como sempre, a viabilidade de assegurar a subsistência familiar em qualquer eventualidade.

### 1.2.3 - Grandes e Pequenos, Pobres e Ricos

Examinamos até aqui a situação do pequeno proprietário em relação à situação dos outros trabalhadores da área estudada. Resta examinar como o pequeno proprietário se situa frente as outras posições na estrutura social, particularmente frente às classes dominantes.

A propriedade da terra aparece como elemento fundamental na percepção da estrutura social. A escassez de terra da pequena proprie-

68 Otávio Velho chama a atenção que, frente a um mercado urbano em que a oferta de força de trabalho é bem superior à demanda, a migração para as áreas de fronteira aberta é uma alternativa plausível à migração para as cidades (Velho, 1976).

dade contrasta de maneira flagrante com a extensão de terra da grande propriedade. Além disto, as terras dos grandes proprietários são mais férteis e se encontram junto às estradas. A própria extensão de terra controlada serve de imagem das posições sociais. <sup>69</sup> Neste sentido, os pequenos proprietários se vêem como *pequenos*, ou *fracos*, por oposição aos *grandes*. Ao chamar a atenção para o tamanho das grandes propriedades, o pequeno proprietário ressalta a situação de privação em que está por controlar tão pouca terra.

Mas se a extensão de terra controlada fornece uma imagem de posições opostas na estrutura social, é que este próprio fato realça a forma diferente de exploração da terra. De um lado, o pequeno proprietário faz uso da força de trabalho de sua própria família e não tem terra suficiente para fazê-lo adequadamente; de outro, o grande proprietário explora a terra mediante a força de trabalho de terceiros. A terra que este possui não tem nada a ver com as possibilidades de trabalho de sua unidade familiar. Neste contexto, o grande proprietário é designado por *patrão*, personagem que pode se apropriar do produto da terra por ele possuída, mas que não foi ele quem cultivou. Não é necessário que o grande proprietário seja o organizador da produção para que seja designado por *patrão*. Todos os relatos sobre os *foreiros* opunham esta categoria a *patrão*, mesmo quando ressaltavam que o único dever do *foreiro* era o pagamento anual do *foro*. A categoria *patrão* supõe sempre que haja uma categoria oposta que designe o trabalhador, qualquer que seja o tipo deste trabalhador, seja ele *morador* ou *alugado*. Isso significa que não é socialmente considerado que o *patrão* trabalhe. Trabalhar é cultivar a terra. O *patrão* tem acesso ao produto da terra não porque a cultive, mas porque o terreno que outros cultivaram é de sua propriedade.

Isto não quer dizer que o *patrão*, necessariamente, não tome decisões sobre o que se faz em sua propriedade ou sobre quem nela se encontre. Por oposição a *morador*, a categoria *patrão* designa uma posição de poderes muito mais amplos do que o estrito domínio do processo de trabalho. Este pode, ao contrário, ser deixado ao encargo do *morador* e de sua família, ou seja, não é este o fato que especifica a relação. A relação *patrão-morador* é vista pelo pequeno proprietário como

69 Numa primeira visita ao *sítio* de um pequeno proprietário, desde que deixamos a estrada que leva à cidade, ele ressaltava que "aquele mundo todinho era terra de um só". Da mesma maneira situou as grandes propriedades contíguas, todas fazendas de criação de gado. Quando surgiram os *sítios* dos pequenos proprietários, formulou que era "seu canto": "Fraco, mas é nosso". Note-se que havia outra dimensão espacial sem ser a proximidade da estrada. As fazendas de gado ficavam em terreno plano, os *sítios* em morros.

uma relação em que os *moradores* estão subordinados à vontade do *patrão*. Sua própria situação de pequeno proprietário pode ser oposta a cada um dos termos desta relação, não se enquadrando em nenhum dos dois. Se podemos identificá-lo com o *morador*, porque ambos são trabalhadores, dele se distancia por não estar subordinado a ninguém. Se é responsável pelo que acontece nas terras que controla, como o *patrão*, o pequeno proprietário concebe viver de seu próprio trabalho e não do produto de trabalho de outrem. Mesmo quando há em jogo apenas o controle do processo de trabalho, a diferença permanece: o *patrão* só "dá ordens", não trabalha. Já o pequeno proprietário trabalha em seu próprio *roçado*, e nesse contexto os outros membros da unidade familiar, que ali estão sob suas ordens, estão apenas *ajudando*.

O pequeno proprietário estabelece distinções entre vários tipos de *patrão*, segundo a exploração principal da propriedade. Neste sentido, usará as categorias que especificam cada um desses tipos: *usineiros* e *senhores de engenho* para a exploração de cana-de-açúcar, *fazendeiro* para a criação de gado bovino, *proprietários de sítio* para a exploração de café e de algodão. Aparentemente, a distinção aponta apenas para o produto da propriedade, mas esta classificação serve para confrontar a relação entre o *morador* e seu *patrão* em cada um desses tipos de propriedade, bem como o poder que possui cada um deles. É interessante notar que a enumeração dessas três categorias de *patrão* aponta o espaço em que se dá a vida deste pequeno proprietário, pois se fazendeiros e *proprietários de sítio* são personagens do mesmo município em que está a terra do pequeno proprietário, o *usineiro* não o é. E que este próprio grupo social pressupõe a grande plantação canavieira em sua própria vida, definindo suas condições de existência por relação a ela. Viver nos *Agrestes* é escapar da dominação dos *usineiros* no *Sul*, mas o *Sul* é parte integrante da vida dos *Agrestes*.

Os *direitos* vão assinalar, também para o pequeno proprietário, um corte na relação entre *patrão* e *morador*.<sup>70</sup> A partir dos *direitos*, "os patrões ficaram ruins" e não assistem mais seus moradores nas horas em que estes necessitam.<sup>71</sup> É também, a partir dos *direitos* que os *patrões* não querem mais moradores. Mas os *direitos* aparecem para os

70 Este corte é datado desta maneira pelos *moradores* da grande plantação canavieira e pelos trabalhadores da *rua* (Sigaud, 1970, 1972).

71 Observa um pequeno proprietário, a propósito do que acontece numa grande propriedade próxima de suas terras:

"I - Morador que tem aí, que tiverem morrendo de fome, doente, que tem um aí que faz três semanas que não dá num prego, que não pode, doente, caído numa cama. Porque tá mesmo. Pergunta se ele (o patrão) já saiu da casa dele ou já mandou um pra dizer: vai levar essa bóia pra aquele miserável passar a semana, mais a família que ele tem! Um menino desse tamanho, nu, rasgado, com um mulambo de roupa que quando veste não dá pra nada no mundo, não dá pra cobrir nada na vida."

pequenos proprietários como algo de paradoxal: eles são cumpridos pelos *patrões* do Sul, os *Usineiros*, mas não pelos *patrões* dos *Agrestes*, os *fazendeiros* e *proprietários de sítios*. Sua própria vida bipartida entre os *Agrestes* e o Sul, em virtude da feira ou do trabalho como *corumba*, o faz perceber esta diferença. O modelo que tem dos *direitos* como algo que foi dado pelo *Governo*, e não como uma conquista de lutas dos trabalhadores, só aguça o paradoxo, porque ele não vê razão para que uns *patrões* obedeçam ao *Governo* e outros não. Nesse sentido, formula que sua própria situação de não encontrar terra para *roçado* pode ser fruto do mesmo problema: os grandes proprietários locais "não escutam as ordens do Governo".

A avaliação dos *direitos* pelos pequenos proprietários é ambígua em função de sua própria situação. Como vendedores sazonais de força de trabalho, os *direitos* representaram um salário certo, acrescido de um certo montante (correspondente a repouso semanal remunerado, férias, etc). Sob este aspecto, avaliam o surgimento dos *direitos* de forma positiva. Contudo, como proprietários de terra, vêem a indenização quando um morador é mandado embora da propriedade como uma ameaça. Esta dupla avaliação apareceu mesmo numa só entrevista com um pequeno proprietário, com alguns minutos de diferença em que tratou de outras questões. Este pequeno proprietário trabalhou como *corumba* no Sul por muito tempo, e hoje tem na feira uma fonte de renda importante. Os trechos da entrevista são os seguintes:

- 1º: I - Bem, sei que então ficou esses direitos, né? Ficou esse direitos desde o tempo de Miguel *Arraia*. Bem. Eu acho que seja um direito bom. Eu acho. Eu sou analfabeto, mas eu acho que foi bom. Agora, sim. Não tá afundado, como diz a história, esses direitos no mundo todo. Porque o Governo e o Presidente só são dois. Cada um são uma pessoa. Não pode corrigir o mundo brecha por brecha não. (...)
- 2º: I - Botar em questão é isso. (imita fala) - "Mas depois dei muito serviço pra nada. Porque eu já dei muito, aqui. Pei! Pei! Pei! Começa aquela fofoca danada, sabe como é? Aquela zoada e coisa e tal. O Governo e o Presidente marcando esses direitos desde o tempo do Miguel *Arraia*, sabe como é? Ele marcando esses direitos. Então, aí, pronto. Procura aqui, procura acolá, acha. Vai pro Instituto (INPS), vai pro sindicato, essas coisas assim. Então, pronto. Encontra aqueles direitos mesmo. Que ele não tira que nem ele quer. Mas tira uma coisa avultado. Eu nunca quis. Eu nunca quis questão com o que é de ninguém. Porque o meu eu só dou se for na ponta da faca. Que num dê fuga a eu de qualidade nenhuma. Mas pra eu dar de bom gosto, porque o camarada passa três dias mais eu, o cara chegar, aqui botar uma questão, tomar essas coisas aqui preu dar pros

meus filhos? Nós vai se pegar que nem duas pestes. Morre, sai daqui mortinho. Por Deus! Entende como é que eu digo? Agora, o camarada morar com um, bem, quando for no fim do ano, o que ele trabalhar não tava faltando. O que ele arrumar é dele com a família, tá comendo. Se ele botar roçado e lucrava digamos três, quatro milhão, ele... ele recebia aqueles três, quatro milhão e não ia: - Meu patrão, vou ajudar meu patrão. Vou mandar pra meu patrão guardar esses dois milhão. Ele não incomoda que chegou a pedir que chegou a pedir morada aí. Eu sou pobre. Pobre, não, fraco. Mas não dou esses direito não. Quede o dinheiro para o patrão guardar? Nós come, bebe, estraga, farrá, faz o que quer fazer. Quando vai-se embora, ainda quer tomar conta da metade do que é do patrão. É uns direitos desmantelados da bexiga! Derna que deu esses direitos, eu queria que acabasse tudinho de fome! E vai se acabar mesmo! Entrou esses direitos, vai se acabar a pobreza todinha de fome!

No primeiro trecho, o pequeno proprietário, logo após contar em detalhes como viu o surgimento dos *direitos* no Sul, durante o governo de Miguel Arraes, *valora positivamente este fato. Como já havia ressaltado, então "folgou dinheiro pro meio do mundo", e mais do que nunca trabalhar no Sul possibilitou que acumulasse alguns recursos.* Vendose como trabalhador, os *direitos* se apresentam como uma remuneração adicional que foi concedida ao trabalhador para fazer face a todas as suas despesas. No segundo trecho, o referente não é mais o pagamento do salário e de seus adicionais, mas quando surge a disputa entre *trabalhador* e *patrão* é que é resolvida na Justiça (a *questão*<sup>72</sup>). Aqui vê os *direitos* da ótica do *patrão*, como algo que é de propriedade do *patrão* e que é tirado pelo trabalhador por força das leis e instituições estabelecidas pelo Governo. Note-se que fala primeiro da prática do *alugado*, em que assume o papel de *patrão*: "porque o camarada passa três dias mais eu". Posteriormente é que seu discurso refere-se à relação *morador-patrão*: "Agorá, o camarada morar com um (...)". Contudo, em todo o tempo está marcada sua própria posição de ambigüidade, como no momento em que assume a perspectiva de um *patrão* frente a seu *morador*, mas lembra: "Eu sou pobre, pobre não, fraco. Mas não dou esses direitos". É que aqui estão em jogo duas questões fundamentais para o pequeno proprietário. A primeira delas é quanto ao próprio poder dentro dos limites de sua propriedade. A *questão* é a passagem da disputa da órbita interna à propriedade para a esfera pública. A *questão*, por si mesma, é vista como uma diminuição do po-

72 Para análise dos conflitos na Jusuça, ver os trabalhos de Vera Maria Echenique (Echenique, 1974).

der de livre disposição das coisas de sua propriedade. Por outro lado, a possibilidade de pagar quantias não previstas é uma ameaça suplementar ao atendimento da subsistência familiar. Mesmo se a *questão* para o pequeno proprietário é uma possibilidade mais remota, ela não deixa de ser percebida como uma ameaça.

Na verdade, a estratégia do pequeno proprietário não só tem no seu pequeno lote de terra um elemento fundamental, como ela está centrada em tentar atender à subsistência familiar pela intensificação de seu próprio esforço. E, neste sentido, como já foi analisado, as alternativas em que não dependa de alguém são as preferidas. Sua situação difere profundamente, sob este aspecto, daquela do morador, em que toda possibilidade de obter sua subsistência passa pela mediação, de sua relação com o *patrão*. A ambigüidade do pequeno proprietário frente aos *direitos* reflete o próprio lugar que ocupa o trabalho assalariado em sua vida. Não é o pagamento dos *direitos* que o aproxima do *morador*, mas o fato de que ambos estão perdendo a possibilidade de ter terra para *botar roçado*.

Se os *direitos* mudaram as relações entre *patrão* e *morador*, esta mudança vai se manifestar na própria forma de exploração da grande propriedade, onde a expansão da pecuária vem de encontro à diminuição do estoque da força de trabalho. E isto vai significar uma grande ameaça aos pequenos proprietários, que contam com arrendamento das terras das grandes propriedades para poderem *botar roçado*. Neste contexto, a transformação de *proprietários de sítio* em *fazendeiros* ou o crescimento dos *fazendeiros* é que vai contar com a oposição dos pequenos proprietários.<sup>73</sup>

As alterações na relação *morador-patrão* não provocaram, contudo, mudança num ponto básico na percepção da categoria *patrão*, que

73 É interessante notar que, para enfatizar a oposição aos *fazendeiros e proprietários de sítios*, os pequenos proprietários comparam as dificuldades do *Usineiro* ao pagar os *direitos* com a situação dos *fazendeiros e proprietários de sítio*, que não pagam os *direitos* e, mesmo assim, expandem a pecuária por cima das antigas *terras de trabalho*. Veja-se o seguinte trecho de uma entrevista a um pequeno proprietário:

"1 - Dr. J. mesmo. Qual é os direitos que Dr. J. paga? Paga pros trabalhador. Qual é, que eu não sei? Dr. J.F.? Qual os direitos que ele paga aí? Porque não chegou um tempo de fazer assim. Esses homens chegou um tempo: pagar agora, esse pessoal, décimo terceiro mês, a mulher não! Esses homens pagam é a diarinha deles de três contos. Bem. Quatro. É assim. Aqueles homens não pagam.

P - Por quê?

1 - Eu não sei. Porque é mais bonito de que os outros. E mais bonito que o *Usineiro*. Porque o *Usineiro* sofre. O *Usineiro* sofre a moléstia dos cachorros. E o homem da agricultura, o homem que nasceu pra sofrer mais é o *Usineiro*."

é o fato de que o *patrão* "dá ordens", mas "não trabalha". Se há uma descontinuidade na forma como obtém sua força de trabalho, com menor recurso à *morada* e o recurso crescente ao *alugado* nos *Agrestes* e o fim da *morada* no *Sul*, o que traça a continuidade no uso da categoria é o fato de que o *patrão* se limita a "dar ordens". Neste sentido o pequeno proprietário toma como ponto de referência o trabalho familiar independente e o confronta com o trabalho subordinado às ordens do *patrão*, qualquer que seja a forma pela qual o *patrão* obtém a sua força de trabalho e haja ou não intervenção sua no próprio processo de trabalho. Nem mesmo é necessário que o *patrão* esteja presente na propriedade, pois sua figura pode ser materializada por um mediador. Este mediador é conhecido por *empregado*.

Para os pequenos proprietários, os *empregados* também não trabalham e limitam-se a "dar ordens" aos trabalhadores. Os *empregados* têm um *ganho* certo, porque recebem salário mensal, independente das flutuações do ciclo produtivo, e são pessoas da estrita confiança do *patrão*. Se os *empregados* podem dar ordens aos trabalhadores, todo o poder que têm lhes é conferido pelo *patrão*. Em qualquer contexto, são sempre os mediadores entre o *patrão* e os trabalhadores. Este próprio fato pode servir para que as decisões tomadas, que se julga prejudicarem os trabalhadores, sejam imputadas aos *empregados*. Com isso, atenua-se a oposição *patrão*-trabalhador, atribuindo-se ao *empregado* a responsabilidade por não ter cumprido com os desígnios verdadeiros do *patrão*.

Esta característica do *patrão* como aquele que "dá ordens" é importante para se compreender como o pequeno proprietário redefine a classificação dos grandes proprietários. Efetivamente, quando está em questão o tamanho das propriedades ou quando fala especificamente dos grandes proprietários, a tendência é só falar dos maiores proprietários das redondezas. Neste contexto, é muito comum citar estes grandes proprietários nominalmente, enumeração que não vai além de dez nomes. Os casos que se escolhe para contar, como especialmente significativos, se passam nas propriedades destas pessoas. Porém, quando delimita aqueles que vivem como ele, o pequeno proprietário tem como elemento fundamental o cultivar a terra, pois os pequenos proprietários sempre *trabalham*. Mesmo que a propriedade de alguém seja pouco maior que a sua, o fato de ser explorada pelo uso da força de trabalho de terceiros é suficiente para que seja classificada como grande. Neste particular, é curioso observar a classificação dos *sítios* maiores, casos limites na delimitação dos contornos do grupo social. Os pequenos proprietários enriquecidos, que mesmo empregando trabalhador *alugado* continuam a cultivar a terra com suas próprias famílias, são percebidos como *trabalhadores*, sobretudo quando confrontados

com donos de *sítios*, até com áreas menores, mas que os cultivam totalmente pelo uso do *alugado*. Embora em número muito reduzido, há *sítios* onde se cultivam as "lavouras de subsistência" só através de *alugado*, de propriedade de comerciantes estabelecidos, de *empregados* e de herdeiros de senhores de engenho do passado.

Já ao exprimir sua condição de vida, tanto pela maneira como lhe é possível obter a subsistência de sua família quanto pelos vários componentes deste nível de subsistência, o pequeno proprietário vai opor sua situação de *pobre* à situação dos *ricos*. Esta oposição aparece frequentemente em seu discurso, ao notar que a precariedade do nível de vida dos *pobres* corresponde a uma ostentação do luxo e do supérfluo na vida dos *ricos*. No dizer de um pequeno proprietário:

"I - A pobreza aqui veve por baixo do pé, que nem tamanco. A pobreza aqui é por baixo do pé, que nem tamanco. Aqui. A gente morre aqui, se acabando aqui, se espiando, e gente acolá com quinhentos, seiscentos hectares de terra. Criando gado gordo, vendendo e luxando, e comprando de mês a mês, comprando os carros... comprando outro, cada qual um mês. Este aqui num quero mais não, quero de outra qualidade, doutra cor. Aquele vende. Aquele não presta mais não. Aqui é assim. Aqui no... O próprio Dr. J. é um, Dr. J.F. O que ele tem, a família dele consome. O que ele ganha, dá pra cavar um buraco do tamanho do meio do mundo e encher dentro de pouco tempo. Oxe! É o que eu sei. Dr. J. deve (refere-se a um empréstimo bancário). Bem. Mas é um débito que já tirou o débito dele e tá com o gado dele no cercado todinho pra ele e ele tá aí. E o pobre que se dane na bainha da besta fera."

A categoria *pobre* aparece toda vez que quer dar conta da precariedade de sua própria situação. A dificuldade de vida do *pobre* opõe-se à facilidade de vida para os *ricos*. Nos *pobres* estão compreendidos mais do que os pequenos proprietários, assim como nos *ricos* o referente pode ser mais amplo que os grandes proprietários e englobar *empregados*, grandes comerciantes e todos aqueles que, na cidade, apresentam nível de vida semelhante. Como o acesso aos objetos de consumo e também aos meios de produção são mediados por compra e venda a dinheiro, *ter* ou não *dinheiro* marca um dos cortes entre *pobres* e *ricos*. Neste sentido, marcam apenas o poder de compra das pessoas, não sendo ressaltado como ele é obtido. Mas não é só o *dinheiro* que marca a facilidade de vida para os *ricos*, pois há benefícios sociais,

como possibilidades de consultas médicas e hospitalização, da qual os *pobres* estão excluídos.<sup>74</sup>

A condição de *pobre* é bem marcada e pode-se estabelecer a distinção a cada momento da vida social. No próprio convívio diário, a distinção entre *ricos* e *pobres* aparece, como formula um pequeno proprietário: "Os ricos se misturam com o pobre? Não. O rico é o rico, eu sou o pobre. É que aqui tem essas coisas assim". Estas distinções apareciam como relevantes no fato de o *rico* não dirigir a palavra ao *pobre* nem cumprimentá-lo regularmente, não comer da mesma comida nem beber da mesma água, etc. Neste contexto, não se trata apenas de maior ou menor possibilidade de acesso aos mesmos bens, mas da percepção de que há diferentes modos de vida em jogo que só se manifestam na confrontação imposta pelo dia-a-dia. A percepção da diferenciação entre *ricos* e *pobres* remete, neste caso, às práticas sociais correntes que materializam as oposições sociais.

Se é difícil manter os padrões tradicionais de subsistência, ainda mais difícil é pensar sair da condição de *pobre*. Note-se que é frequentemente dito que "todo pobre tem vontade de ser rico", observação acompanhada, por vezes, de alguma ironia, por ser isto uma ilusão. Mesmo havendo esta vontade, é ressaltado que há empecilhos muito concretos, que fazem com que um *pobre* permaneça *pobre*. É o caso da citação abaixo, em que um pequeno proprietário fala do estudo como possibilidade de melhorar de vida:

"1<sub>1</sub> - E o filho de pobre se forma de quê? O filho de pobre se forma uma menina de moça, um menino de rapaz. Doutra coisa não se forma. O filho de pobre, não. Ele pode responder que nem uma bexiga. Pode botar um filho de um rico e o filho ser um meu. Bem. Se assim estudou três tantos do filho do rico, bem, o senhor vê o filho do rico com muito menos saber se formar, seja lá de que bexiga for, e o senhor sai de lá rapaz."

Formar-se significa que o *estudo* é incorporado à condição social do indivíduo, e assim lhe dá, seguramente, acesso a um emprego. Isto representará um *ganho* certo, que permite à família ter um nível de vida bem superior ao habitual entre os pequenos proprietários. Mas a condição de *pobre* se manifesta na impossibilidade da sanção justa ao seu esforço: estuda muito, mas não se forma. O *menino* passa a *rapaz*, a *menina* à *moça*, categorias que exprimem o ciclo de vida "natural",<sup>75</sup>

74 A extensão do Funrural aos pequenos proprietários só veio em data posterior à realização da pesquisa de campo.

75 Para análise das diferentes etapas do ciclo de vida, ver capítulo IV

isto é, aquilo que fãtalmente aconteceria sem a intervenãõ da escola.

Nãõ é por acaso que as referências às possibilidades de deixar de ser *pobre* aparecem em negativo. Muito mais concreta que a possibilidade de "melhorar de situaãõ" é a deterioraçãõ. *Pobre*, neste contexto, significa dificuldade de atingir padrões mìnimos de existênciã para seus prõprios valores. O uso desta categoria pode apontar, assim, uma situaãõ de privaãõ "absoluta". Por isso mesmõ o pequeno proprietãrio aponta muitas vezes outras posiãões sociais, que julga inferiores à sua, como referente à categoria *pobre*, excluindo seu prõprio grupo de referênciã de fazer parte dos *pobres*. Em particular, é muito comum a referênciã a *moradores* neste sentido. Ao denotar apenas a dificuldade de sua situaãõ e a de outros trabalhadores por oposiãõ aos *ricos*, ele usará *pobre* em relaãõ a todos; mas, ao enfatizar o grau de privaãõ da vida dos *pobres*, se exclui do referente da categoria. Neste ùltimo caso, nãõ padece dũvidas de que sua situaãõ de pequeno proprietãrio seja inferior a dos *ricos*; ele apenas tenta desvinculã-la do carãter humilhante de uma situaãõ de notõria privaãõ.<sup>76</sup>

Esta dificuldade em atingir padrões de vida considerados mìnimos é freqũentemente percebida em funãõ da oposiãõ *pobres* e *ricos*. É ressaltado que o *rico* nada faz para ajudar ao *pobre* que passa privaãõ. Essa ausênciã de laços de solidariedade entre *ricos* e *pobres* nãõ é uma constante histõrica, mas é particular à època posterior aos *direitos*. Efetivamente, em vãrias entrevistas apareceram relaãões entre pequenos e grandes proprietãrios em que estes ajudaram a famìlia do pequeno proprietãrio em algum momento difìcil no passado. Esta ajuda nãõ era vista como algo de episõdico, mas como um momento numa relaãõ permanente. Havia, assim redes de solidariedade que articulavam certos *pobres* a certos *ricos*. Sãõ estas redes que deixam de funcionar como antes dos *direitos*. Normalmente, este tipo de solidariedade jã estã implìcito na relaãõ *morador-patrãõ*. Assim, é atravès de exemplos com *moradores* que os pequenos proprietãrios falam muitas vezes de sua prõpria situaãõ. O que no caso dos *moradores* é apenas uma das dimensões da relaãõ com o *patrãõ*, relaãõ que permanece, mesmo que esta dimensãõ deixe de vigorar, no caso dos pequenos proprietãrios esta dimensãõ é que articulava sua relaãõ com os grandes proprietãrios. O fim desta dimensãõ é percebido como o fim da prõpria

76 Neste sentido preciso, ou seja, de privaãõ total, é usada a categoria *favelado*, referindo-se àqueles que "nãõ tẽm nada" e "vivem de esmola". Especificamente, aqueles que dependem completamente dos outros para assegurar sua subsistênciã e que nãõ obtẽm mediante seu prõprio trabalho. Do mesmo sentido sãõ as referências àqueles que nem tẽm local de residênciã, que por isso estãõ no "pé da ponte".

relação. Note-se que pode marcar o fim da relação por ato de vontade seu, e não dos *ricos*. Isto porque é justamente quando não vigora mais a relação que os *unes* que pode exprimir todas as contrapartidas eventuais, implícitas ou explícitas, onde aparece que o *rico* passa a ter certo grau de controle sobre sua família ou os recursos controlados por ela. É o caso da seguinte declaração de um pequeno proprietário:

"I - Agora você vê protegendo muito o pobre, tá doido pra se amigar com a mulher dele ou com a filha dele. É o que eu vejo aí. Dessa proteção eu não quero! Dessa proteção nós vai longe! Sociedade desse jeito eu não quero com ninguém! Passando!"

O próprio fato de ressaltar o interesse da parte oposta marca a negação da relação como de solidariedade, vendo-a como uma troca, em que cada parte tem objetivos opostos e busca atingi-los uma à expensa da outra.<sup>77</sup> Ao dizer exatamente o que buscam os *ricos* ao auxiliarem os *pobres*, ele já afastou a possibilidade de se tratar de *ajuda*. Não é à toa que a degradação moral da família possa significar um referente particularmente apropriado para a recusa desses laços de solidariedade. Neste caso, a contrapartida da *ajuda* frente a situações difíceis seria colocar a família numa situação ainda mais difícil.

Se não podem contar com a solidariedade dos *ricos*, também a solidariedade entre os *pobres* é vista como insuficiente. Este fato aparece como justificável aos olhos dos pequenos proprietários, porque "quem não tem, não pode dar". Estando todos em situação parecida, não há renda disponível<sup>78</sup> de uns que possa ser transferida para aqueles em pior situação. Note-se que a concepção de solidariedade aqui está intimamente ligada à maneira como os pequenos proprietários estão centrados na vida familiar. Em primeiro lugar, a *ajuda* só aparece quando uma família passa necessidade e então outras unidades familiares lhe prestam auxílio. Em segundo lugar, o limite do auxílio que cada chefe de família pode prestar é dado pelos compromissos que tem de assu-

77 Pensamos aqui como a forma de cada relação de troca entre dois personagens sociais está associada ao caráter da relação que os *unes*, como propõe Sahlins (Sahlins, 1969).

78 Sob este aspecto, veja-se a imagem precisa de um pequeno proprietário: "Porque o miserável do camarada que for se parar num pau que não tem sombra, o pau que não tem folha, faz sombra pra gente se parar? Aí, com o sol quente, nós vê um pé de árvore no canto, se ele tiver pelado, tem sombra? Se ele tiver sem folha, tem sombra? Se ele tiver folhado, tem uma sombra boa, calor brabo, descansa um bocado, é que nem gente. Tudo mesma coisa. Agora, escora num pior do que eu, não tá adiantando. Não tá me adiantando de qualidade nenhuma. É o que digo. É isso aí."

mir para garantir a subsistência de sua própria família nuclear. O parentesco e a vizinhança, como redes de solidariedade locais, operam dentro desses limites. Como todos são vistos como *fracos*, sem muitos recursos, é socialmente legítimo que a ajuda mútua seja de pequena monta. Isto não significa que estas redes não operem de maneira eficiente, quando um de seus membros atravessasse dificuldades efetivas. Ao contrário, estas redes de solidariedade parece terem sido acionadas de forma crescente nos últimos anos, os laços horizontais entre *pobres* passando a suplantar laços verticais entre *pobres* e *ricos*. Mas estas redes são insuficientes para conter e contrabalançar os efeitos do processo de expropriação sobre a deterioração do nível de vida.

Há ainda uma outra dimensão do discurso do pequeno proprietário em que a autoclassificação como *pobre* designa uma posição de exclusão: é no plano do poder político. Regra geral, há três personagens que encarnam o poder: o *Presidente*, o *Governo*, o *Papa*. Estas três figuras é que são responsáveis pela criação das *leis*, normas a que todos têm de obedecer, e que zelam por sua aplicação. Se regulam o comportamento social, é porque são pessoas que têm este atributo. Nenhuma referência é feita à concepção destas posições sociais como cargos para os quais são eleitos periodicamente seus ocupantes. Assim, também não vêm em nenhum dos três personagens um mandatário seu. Excetuando Miguel Arraes, não se cita nominalmente um presidente determinado, um governador ou um papa, e sistematicamente a referência é feita nos seguintes termos: o *Presidente*, o *Governo*, o *Papa*. O artigo definido antes da categoria denota bem que o significado é um só, e que a variação dos indivíduos titulares da função ou nem chega a ser percebida ou não é relevante. De qualquer forma, não se vê qualquer uma dessas funções pelo modelo representante/representado.

Contudo, o papel desses personagens é bem definido: eles devem criar *leis* e vigiar se elas são cumpridas, para que todos possam viver bem. No caso de haver problemas imprevistos, como uma seca, por exemplo, cabe a eles tomar providências. Isto é, ocupar-se diretamente da assistência aos que passam privação. A concepção do papel do *Presidente*, do *Governo* e do *Papa* está freqüentemente articulada à concepção ordenadora do mundo. Segundo esta concepção, que tem no cristianismo sua fonte básica, *Deus* é o criador de todas as coisas, dos elementos da natureza e dos homens. Poder mesmo só *Deus* tem, pois é o único personagem que, por ato de vontade, pode modificar qualquer regra da natureza ou da vida humana, atributo que é associado à sua condição de criador. Mas o mundo em que se vive, a *Terra*, não é o mundo onde vive *Deus*, o *Céu*. As regras segundo as quais se vive na *Terra* devem conformar-se aos desígnios de *Deus*, mas são criadas e aplicadas por homens. Os homens que criam estas regras e zelam por

sua aplicação são justamente o *Presidente*, o *Governo* e o *Papa*. Estas figuras são vistas como os homens mais *ricos* que há no mundo, e que podem impor sua vontade porque têm *força*. Note-se que *força*, aqui, opõe-se a *poder*, privilégio de *Deus*, que pode derrogar todas as regras da natureza e do mundo dos homens. Observe-se os seguintes trechos de entrevistas de um mesmo pequeno proprietário:

"I - Porque Deus é grande, Deus pode e Deus combate com tudo. Com tudo Jesus pode. O Presidente é rico, é um homem de força. Aqui na terra, o que ele quiser fazer ele faz. O Governo não faz tudo que ele quiser não, porque ele é mandado pelo Presidente; mas o Presidente, o que ele quiser fazer ele faz. Deus consentindo, ele faz mesmo. Aqui na terra ele faz. Ele não faz dessas terras pra riba. Mas aqui na terra eu sei, entendo que ele faz."

"I - Porque no céu Jesus e a Mão de Deus. E na terras o Governo, o Presidente, o Papa, essa história assim. Esses homens que, como diz a história, que pode. Porque se não for esses homens aqui, tá acabado mesmo. Nós não sabe fazer dinheiro. Se fizer, apanha no rim. Se aparecer um jeitoso que fizer dinheiro aqui, morre. Tem que aparecer um tal de Governo, Presidente, pra construir uma nota de dinheiro."

"I - Isso é pra Governo, Presidente. Esse saber chega na cabeça desses três homens. que são três homens de força.

P - Que que é três homens de força?

I - Três homens de força é os homens que têm força. Eles querendo fazer, Deus consentindo, eles faz."

Se esta concepção sacraliza, por um lado, os detentores do poder político, ao fazê-lo, ela cria contornos nos quais as ações desse poder são pensadas como legítimas. O *Presidente*, o *Governo*, o *Papa* são mediadores entre *Deus* e os homens. Como tal, têm *força* para impor sua vontade. Mas esta vontade está circunscrita pelo próprio papel de mediação: caso suas ações concretas venham a prejudicar os homens, é sempre possível pensar que não estão cumprindo os verdadeiros desígnios de *Deus*. A sacralização do poder político denota, por um lado, a exclusão desse grupo social dos mecanismos do poder, a quem se está subordinado como um fato inquestionável e sem limites no tempo. Por outro lado, fornece um meio simbólico de tratar os efeitos desse poder, que tem necessariamente de estar circunscrito às idéias comumente aceitas como o *hem*.

Exemplo da *força* que tem estas figuras é o fato de que foram elas as responsáveis pela criação dos *direitos*, marca fundamental na vida de todos os *pobres* da região. Os *direitos* não são vistos como uma conquista dos trabalhadores através de suas lutas, mas como um dom des-

tes tres homens de força.<sup>79</sup> Foram eles que se reuniram e *construíram* as *leis* que dão origem aos *direitos*. Outro fato fundamental que demonstra a *força* destes personagens é que eles têm o monopólio da emissão de *dinheiro*. Controlam, assim, o mediador básico pelo qual os *pobres* adquirem sua subsistência. Neste sentido, estes personagens associam-se diretamente à riqueza, pois controlam o instrumento que dá acesso a qualquer bem. É também neste sentido que são considerados como responsáveis por ajudar a quem precisa, pois são os que mais têm; portanto, os que mais podem dar. Outro fator responsável pela força e riqueza do *Presidente* e do *Governo* é que são os únicos que podem cobrar *imposto*, quantia paga em dinheiro pela terra ou na feira. Além disto, o *Presidente* e o *Governo* têm o poder de coerção física (mandar prender, dar surras), e mesmo de decidir sobre a vida e a morte das pessoas.

Note-se que nem sempre a referência aos personagens detentores do poder engloba o *Presidente*, o *Governo*, o *Papa*, ou que eles apareçam no mesmo plano. A figura recorrentemente apontada como detentora do poder na *terra* é o *Presidente*. O *Governo* aparece ou junto ao *Presidente*, em alguma decisão especialmente importante (como os *direitos*), ou como figura subordinada ao *Presidente*. Não há referência a espaços diferentes nos quais se exerce o poder, sendo apenas uma questão de *força*: o *Presidente* tem mais *força* que o *Governo*. A referência ao *Papa* nunca apareceu isoladamente, sempre associada a *Presidente* e *Governo*. O contexto em que aparece junto às outras duas figuras é quando há criação de *leis* em jogo, especialmente no caso dos *direitos*.

O *Presidente* e o *Governo* são considerados homens *ricos*, mas quem estão subordinados todos os outros homens *ricos*. Isto porque têm *força*, atributo que lhes permite impor sua vontade aos demais. Além disso, são considerados como os homens mais *ricos* do mundo. Mas nem todos os homens *ricos* acatam as *ordens* do *Presidente* e do *Governo*. O fato é ressaltado especialmente em relação aos *direitos*. A propósito de um *patrão* local que não paga o *salário* a seus *moradores*, diz um pequeno proprietário:

"I - Um nojento que não queria que o mundo tenha dono, que o mundo tenha... que abaixo de Deus, o mundo não tenha outro homem, outro que tome as providências nem nada. Por

79 Lygia Sigaud (1980) analisou esse tipo de percepção do surgimento dos *direitos* entre os *moradores* de grande plantação açucareira. Os *direitos* apareciam como um dom do *Governo*, e não como uma conquista das lutas dos trabalhadores.

quê? Ele não escuta ordem. Z.V. não escuta ordem de Governo, nem Presidente, não senhor! Escuta não! Escuta não porque. Óia: vai aumentar o ganho do salário, pei, pei, pei! Salário dele é um só. É essa micharia aí."

O fato de que haja *ordens* do *Presidente* e do *Governo* que não sejam cumpridas pelos *ricos* é percebido como uma das razões da privação por que passam os *pobres*. Assim, são os *ricos* os causadores dos problemas vividos pelos *pobres*. Este comportamento dos *ricos* é ainda mais ilegítimo porque aparece como rebeldia frente aos *homens de força*, frente às *providências* que tomaram para que os *pobres* não passassem necessidade. Mas há aí um paradoxo na própria concepção do poder político: como dar conta de que haja *ricos* que tenham *força* suficiente para não cumprir as *ordens* dos *homens de força*?

A explicação apontada é que o espaço em que atuam o *Presidente* e o *Governo* é muito maior do que poderiam percorrer periodicamente. Existe, assim, a possibilidade de que haja *brechas*, isto é, locais onde não se cumprem suas determinações. Por isto existem empregados, indivíduos pagos pelo *Presidente* e pelo *Governo* para fazer cumprir suas *ordens* ou para assinalar onde há *brechas* a serem eliminadas.<sup>80</sup> Todo o problema estaria em que os *empregados* não fazem o que lhes é determinado, e assim as *brechas* persistem. A culpa é, assim, atribuída aos *empregados*. Muitas vezes é dito expressamente que os *empregados* passam a cuidar de seus próprios interesses<sup>81</sup> e mesmo que recebem *bola*, ou seja, dinheiro para que não denunciem o não cumprimento das *leis*. Outras vezes é ressaltado que os *empregados* também são *ricos*, por seus interesses e condição de vida, estando, portanto, do lado dos *ricos*.

80 Observe-se estas palavras de um pequeno proprietário:

"Bem, sei que então ficou esses direito, né? Ficou esses direito desde o tempo de Miguel Arraia e tal. Bem. Eu acho um direito bom. Eu acho. Eu sou analfabeto, mas eu acho que foi bom. Agora, sim. Não tá afundado, como diz a história, esses direito no mundo todo. Porque o Governo e o Presidente só são dois. Cada um são uma pessoa. Não pode corrigir o mundo brecha por brecha, não. Que o mundo tem muita brecha pra gente andar dentro dele. O mundo tem muita brecha pra nós andar dentro dele. Cidade por cidade, vila por vila, essas coisas, tou calado. Mas brecha são os brejos."

81 Esta função de mediação dos *empregados*, em que não fazem cumprir as leis, pode ser observada no seguinte trecho de uma entrevista com um pequeno proprietário:

"I - Agora eu vejo falar que Governo, Presidente, Papa, essas coisas, constituiu uma lei bem, para os pobres, para proteger os pobres. Mas ela nunca chegou aqui, não. Pra nós, não! Eu vejo falar da lei. Eu vejo falar. Mas o Presidente tá no canto dele, o Governo tá no canto dele e os empregado dele é que tá pelo meio do mundo. Não é? Não tão ligando nessas coisas, não. Quem cai nas graças, ou já tem, essas coisas... E mesmo quando vem, vem pro rico, pro pobre não vem não."

É interessante notar que há referência à *eleição*, e que estas se dão com uma periodicidade regular. Porém, a *eleição* é vista apenas como um momento em que os *ricos* locais tratam bem aos *pobres*, e mesmo lhes dão coisas, como roupas, para poder indicar em quem os *pobres* devem votar. A *eleição* é coisa dos *ricos*, cujo sentido para os *pobres* está em poder ser bem tratado e receber alguns favores. O único cargo que efetivamente é discutido como passível de mudança através do voto é o de *prefeito*. Neste caso, compara-se o que um determinado prefeito já fez, ou como um *rico* local se comporta em relação aos *pobres*, para saber se merecem o apoio em época de eleição. Note-se que a barganha com o *rico* é feita pelo chefe de família, mesmo no caso em que este não vote, por ser analfabeto, e que só seus filhos o façam. Na verdade, não se fala em *eleição*, mas, sim, em *tempo de eleição*. É a época em que o *rico* corteja o *pobre* porque dele precisa. Por isto, a ação dos *ricos* por esta época serve de modelo para pensar a falta de solidariedade que demonstra no período entre as eleições. Como comentam dois irmãos pequenos proprietários:

- "11 - Pobre acha graça; pobre só acha graça aqui em tempo de eleição. Pode gravar e... desgravar e sair dizendo até pelos infernos o que eu tô dizendo aqui. Até ao Presidente que eu sustento. Tempo de eleição, pobre não pisa no chão, não. De jeito nenhum! Quando o cabra é Uuuuh! Ói! Pronde vai? Pronde você quer ir? Vai no carro. Lá vai. Aí, depois da eleição, fim. (...)
- 12 - Aí vai caçar, encontra um carro, vai esbarrando. Pronde vai? Vamo praqui...
- 11 - Aí vai três carros, lá vai levar. Nós vai caçar preá, mais dois ou três cachorros, magros da peste, rabujentos, quando o camarada vem: Bora, entra aqui! Aqueles cachorro bota dentro. Na época de eleição. Quando passou a eleição, oxe! Não saia do caminho não, pra não matarem!"

Em *tempo de eleição*, os *pobres* recebem objetos materiais, como roupas, calçados, dinheiro, conseguem transporte gratuito, recebem comida, mas também importante é que são cumprimentados pelos *ricos* e com eles conversam. Como na citação acima, realidade ou força de expressão, o fato é que a prodigalidade das épocas eleitorais contrasta com o comportamento cotidiano dos *ricos*. É possível que esta representação sobre o comportamento dos *ricos* quanto às eleições esteja também associada ao momento em que os laços entre *ricos* e *pobres* se enfraqueceram, depois dos *direitos*. Na verdade, o que é ressaltado é que os *ricos* só procuram os *pobres* em tempo de eleição.<sup>82</sup>

82 Quanto à periodicidade e a forma como os pobres são procurados pelos ricos, veja-se a seguinte declaração de um pequeno proprietário:

Isto só reforça a representação de que a eleição é coisa de *rico*, assim como o mundo a que dá acesso. No entanto, não deixa de ser percebido que o apoio do *pobre* é fundamental na competição entre os *ricos*. É este paradoxo que faz com que o *pobre* se sinta lesado pelo *rico* na barganha eleitoral. A eleição dota o *rico* de uma força que ele não tinha antes, que pode ser usada para enriquecê-lo ainda mais, embora não se resuma a isso. É dito, assim, que a eleição serve para o *rico* subir. No entanto, se o *pobre* ajuda o *rico* a subir, pouco recebe em contrapartida. E ainda mais problemático, que chega por vezes a ser formulado explicitamente, é que o *rico* pode usar desta força para utilizá-la contra o *pobre*. O seguinte comentário de um pequeno proprietário ressalta o lado interessado e não permanente da ajuda do *rico* em época de eleições, e como é usado para que outros *subam*:

"I - A união é nós, que nós se dá bem um com o outro, entendeu? Que nem abraço vosmecê, bem, que nunca se vimos, se vimos pela primeira vez naquela outra semana, bem, é como abraço ele, como abraçaria um, como o pai vem me abraçando. Só mesmo o rico. O rico não abraça pobre, não senhor. O pobre, pro rico, é que nem falam por aí: quando é tempo de eleição, bem, ei, seu fulano de tal! Oi, seu fulano! Seu fulano, venha cá! Sai agarrado com o senhor. Que o senhor dá o voto que é pra eles subir. Eu digo assim pra ver se sobe. Eu mando fazer uma bomba deste tamanho amarrado nele, que eu faço fogo, que ele sobe que se dana. Mas no meu espinhaço, não. Quero ver é de meio pro fim (...) Quem quer ser grande, nasce cumprido! Digo isto pra eles todinho, pode chegar até o Presidente que eu digo esta moléstia! Que adianta pegar um peso pra botar na minha cabeça pra cima, que ele caia, pra matar-me, pra me soterrar!"

Excluído dos mecanismos de poder local, enfrentando a escassez crescente de terra para *roçado* gerada pela expansão da pecuária em

---

"I - Quando o rico vem e tal e coisa, e tempo de eleição, eu, pou, já virei a cara. Só sei chegar em eleição, eleição é de quanto, é de quatro em quatro anos, não é? Só sei chegar de quatro em quatro anos, é? Oxe! Deus me livre! Aliás, que minha família tudo vota, tudinho vota, mas não tem um que tenha camisa que, que eleitor, que deu voto de eleitor. Negócio de ser eleitor deles, pra eles ganhar. Vou dar uma camisa a seu fulano, um sapato. Eles não trabalha quando precisa! Minha mãe mesmo, coitada, tá se acabando no Recife, lavando roupa de ganho. Bem. Mas quando é na época dela votar, é, é, ela só não paga um carro porque eles pra dizerem que é, tem o carro grátis, pra ir ver lá. Porque ela vem votar aqui, quer dizer, ela vem votar em Bonito. O que sei dizer. Pode pedir a eles qualquer uma coisa aí: seu V., seu (prefeito), que eles dão. Qualquer uma coisa não, o que for possível. Dá uma amassadinha e coisa, mas dá. Se pedir uma calça eles dão, porque aí tem caboclo que não vai votar nu!"

terras dos *ricos*, o pequeno proprietário sente que sua participação periódica nas eleições se limita a fazer com que um grande proprietário vença outro. A terra possuída, ou a riqueza, aqui também lhe serve de imagem para dar conta deste fato. O que pode fazer é que um *cumprido* torne-se *grande*. E se pode recusar seu apoio, não pode mudar, desta maneira, os termos do problema. A fórmula que emprega frequentemente o pequeno proprietário da citação acima exprime uma fatalidade. Mas ela anuncia, de forma clara, os verdadeiros termos de seu problema: a relação entre poder e propriedade da terra, entre poder e riqueza: "Quem quer ser grande, já nasce *cumprido*. Que nem filhote de baleia"

#### Apêndice Estatístico

I - Esta importância do trabalho familiar na agricultura pode ser percebida por dados estatísticos. Dispomos apenas dos dados do Censo Agrícola de 1960 a nível estadual, e dados de uma pesquisa por amostragem feita pela Fundação Getúlio Vargas entre os anos 1962/64 (Características Econômicas das Explorações Rurais 1962/64 - Pernambuco - Maio 1974-Centro de Estudos Agrícolas-FGV). Tais dados se baseiam na relação entre o número de trabalhadores ligados ao responsável pelo estabelecimento por laços de parentesco e o total de pessoal empregado. Esta classificação se opõe a relações assalariadas entre os trabalhadores e o responsável pelo estabelecimento, mas parece referir-se apenas aos trabalhadores permanentes (temporários excluídos). Note-se que a categoria estatística utilizada em ambos os casos é de "membros não remunerados da família", ou seja, só estão computados os que têm acesso ao produto familiar ou à renda familiar pelas regras que presidem a distribuição do produto e/ou renda segundo critérios de parentesco, não havendo nenhuma relação necessária entre trabalho desempenhado e produto e/ou renda obtida. Contudo, não há nenhuma especificação do tipo de tarefa desempenhada (comando ou trabalho direto, fase do ciclo agrícola, etc), nem do tempo trabalhado, nem da intensidade do trabalho, nem das qualificações exigidas, etc. Assim, não se pode saber o porquê do trabalho familiar, nem o que significa este trabalho familiar, mas pode-se perceber que é importante e onde a incidência aparece como mais relevante.

#### QUADRO I

Percentagem de trabalhadores familiares no total de pessoal empregado por classe de área - Responsável e membros não remunerados da família sobre o total - Pernambuco - 1960

	Total	Homens	Mulheres
0 - 10 ha	83%	80%	88%
10 - 100 ha	54%	50%	63%
100 - 1000 ha	14%	9%	22%
1000 - ha	6%	5%	9%

IBGE - Censo agrícola - 1960.

## QUADRO II

Percentagem de trabalhadores familiares no total de trabalhadores por classe de área -  
Pernambuco - 1962/1964

	Total	Responsável	Esposas	Filhos
0 - 5 ha	75,57%	28,98%	5,68%	39,77%
5 - 10 ha	57,71%	22,39%	3,98%	27,36%
10 - 50 ha	47,97%	13,65%	1,28%	30,49%
50 - 100 ha	46,43%	13,39%	0,89%	30,36%
100 - 1000 ha	7,57%	2,66%	0,1 %	4,47%
1000 - ha	3,03%	1,89%	0	1,44%
Total	28,01%	9,49%	1,2 %	16,06%

FGV - Características econômicas das explorações rurais.

Fica claro que a maior importância da categoria estatística referente ao trabalho familiar concentra-se nos estabelecimentos de menos de 10 ha, sendo que os dados de FGV deixam transparecer que, ainda mais relevantes, são os de menos de 5 ha. Há um corte nítido, ao nível estatístico, entre os estabelecimentos de menos de 100 ha e os de mais de 100 ha. Só acima de 100 ha é que perde realmente em importância a categoria estatística de trabalhador familiar. Na área estudada, o *roçado* não tinha dimensões que excedessem 10 ha de terra, sendo muito mais freqüente abaixo de 5 ha. Esta era até, segundo várias entrevistas, apontada como "dimensão ideal" por pequenos produtores. Não dispomos de estatísticas para corroborar tais afirmações, embora já tenhamos visto que a mensuração da área de colheita (que pode ser uma aproximação para tamanho do *roçado*) em 1950, a nível estadual, ressaltou a importância dos estabelecimentos de menos de 10 ha (ver nota 18). De qualquer forma, pelo menos uma tendência estatística poderia ser inferida: quanto menor o tamanho do estabelecimento, maior o emprego de trabalhadores familiares. A razão e o significado disto não podem ser extraídos dos dados estatísticos. Estes permitem apenas avaliar que o caráter familiar do trabalho na agricultura é relevante e concentra-se no pequeno estabelecimento.

## CAPÍTULO 2

# TRABALHO FAMILIAR NO ROÇADO

Se o chefe de família, pequeno produtor, tem a responsabilidade de prover a subsistência de seu grupo doméstico, isto não quer dizer que o faça só a partir de suas próprias atividades. Ao contrário, é organizando as tarefas desenvolvidas pelos membros de sua família no *roçado* que ele desempenha o seu papel. Como é o produto do *roçado* que abastece a *casa*<sup>1</sup>, são as atividades do *roçado* designadas por *trabalho*. Que o fato de o *trabalho* ser realizado por membros de uma mesma família (pai, mãe, filhos) pode ser oposto a processos de trabalho em que os participantes são reunidos segundo outras relações, como trabalho assalariado (*alugado*) ou relação de *morador*, é algo percebido pelos próprios informantes. As relações de solidariedade entre os membros de uma mesma família, na produção doméstica, são de outra natureza (econômica e social) que as que estão em jogo nestes outros tipos de processo de trabalho. Nas palavras de um informante, filho de um pequeno proprietário, ele mesmo já casado e vivendo na *rua de negócio* em feiras na Zona da Mata e no Agreste:

1 Seja diretamente pelo autoconsumo, seja pela venda dos produtos e, com o dinheiro obtido, a aquisição posterior do necessário ao consumo familiar.

1 - Mas, nessa época, ele (seu pai) trabalhava 5 quadros, mas já tinha a gente (seus filhos). Turma pequena, tá certo, mas a gente trabalhava, todos ajudavam, os filhos. Então, os que ajudavam, que era uma despesa mais diferente, não era como indo esses trabalhadores pra trabalhar. Porque se ele botava, vamos dizer, 5 trabalhadores, tinha 5 filhos que trabalhavam também, quer dizer, aqueles filhos que trabalhavam, que ficavam em casa. Não ia pagar trabalhador. A despesa é outra. Justamente, como um homem que tinha um roçado aqui, plantava lavoura, ele tinha 2 ou 3 filhos e a mulher, então todinhos trabalhavam. Pra todo efeito, no fim do ano ele lucra, é menos, mas a despesa também é menos, não tem despesa, não pagou trabalhador. Se pagou, pela uma casualidade, uma vez ou duas, não é como na cana."

Há em jogo, nesta citação, uma oposição entre uma unidade de produção constituída por laços de parentesco, em que os membros são o homem, a mulher e os filhos, e uma unidade de produção em que os membros são pagos em dinheiro pelo trabalho que fornecem ("então, os que ajudavam, era uma despesa mais diferente, não era como indo esses *trabalhadores pra trabalhar*"). Esta diferença se marca, em primeiro lugar, pelo quantum de trabalho ("5 quadros", "turma pequena, tá certo"), quantum que depende do número de membros da unidade familiar e de sua composição por sexo e idade<sup>2</sup>. Assim, o *trabalho dos filhos* não é equivalente, porque varia segundo sexo e idade, daquele de um *trabalhador* pago. Mas, se o esforço por unidade de tempo que pode ser obtido por trabalhador não é o mesmo, nem, por conseguinte, a quantidade produzida correspondente às despesas com produção são menores ("era uma despesa mais diferente", "não ia pagar trabalhador"). Neste sentido, acentua que os *filhos ajudam*, pois o esforço despendido não tem como contrapartida imediata um pagamento em dinheiro, como no caso do *trabalhador* pago. Isto porque cada *trabalhador* contratado tem que receber, sob a forma de pagamento em dinheiro, o equivalente valor da reprodução sua e de sua família, por unidade de tempo trabalhada (por exemplo: dia trabalhado). Mas não é este o caso de um membro da família de um pequeno produtor (a *mulher* ou os *filhos*). Cada membro da família só tem acesso ao produto do *roçado* segundo as regras que presidem o consumo familiar. Confrontados a um *trabalhador* pago, o esforço dos *filhos* aparece como gratuito, uma *ajuda* que é prestada ao *pai*, pequeno produtor.

O produto do *roçado* pode ser consumido diretamente pela unidade familiar ou vendido e, com o dinheiro obtido, comprados os produ-

2 As formulações teóricas que inspiram a maior parte desta análise e as que se seguem vêm de Chayanov (1966).

tos que vão ser consumidos. Mas cada membro da família não "compra" sua reprodução diária pela participação no processo de trabalho, como é o caso de um assalariado. Assim, a despesa que tem lugar na unidade familiar é a despesa com o consumo familiar socialmente necessário, que depende do número e composição dos consumidores de uma unidade familiar. A própria periodicidade dessa despesa depende das necessidades de consumo, não das de produção. Já no caso de o organizador da produção ter *trabalhador* contratado, o número de *trabalhadores*, e o número de dias trabalhados, portanto também a produção que ele obterá no fim do processo produtivo dependerão diretamente do montante de dinheiro de que possa dispor para pagá-los sob a forma de salário. Terá, assim, dois tipos de despesas: um com o consumo de sua família, outro com a produção que organiza (seu capital). Porque não tem esse segundo tipo de despesa, o chefe da unidade familiar "não tem despesa, não pagou trabalhador", ou, como tinha dito mais precisamente antes, "era uma despesa mais diferente".

Efetivamente, se para conseguir um determinado quantum de determinados produtos, para fazer face à subsistência familiar, o chefe de família precisa de  $x$  unidades de tempo de trabalho no *roçado*, ele tenta obtê-las pelo esforço dos membros de sua família. Com a colheita, ele terá o produto que, *in natura* ou passando por sua realização valor, será distribuído aos membros da família na forma própria ao consumo familiar. Caso "botasse trabalhador", as coisas se passariam diferentemente, pois as  $x$  unidades de tempo de trabalho teriam que ser pagas em dinheiro. Assim, mesmo com unidades produtivas de mesmo tamanho, a diferença de relações entre os membros da unidade e seu "chefe" marca uma distinção radical entre a unidade familiar e a unidade baseada no trabalho pago. Portanto: "porque, se ele botava, vamos dizer, 5 trabalhadores, tinham 5 filhos que trabalhavam também, quer dizer, aqueles filhos que trabalhavam, que ficavam em casa. Não ia pagar trabalhador. A despesa é outra"

Fica patente na citação que, mesmo no caso de haver, épocas do ano em que o trabalho exija mais membros que o estoque disponível de trabalhadores da família, e que sejam contratados trabalhadores mediante pagamento em dinheiro, isto não apaga as diferenças. É interessante que, para explicitar isto, ele contraponha o *roçado* à cana (Apêndice Estatístico, II). É que na cana o processo de trabalho é coletivo e a participação de cada *trabalhador* neste processo se faz contra pagamento em salário (sobretudo depois dos *direitos*, em que o salário é certo). Então: "Se pagou, pela uma casualidade, uma vez ou duas, não é como na cana". Note-se que este *trabalho* contratado tem a marca da "casualidade", e não é um fato a ser reproduzido normalmente. Como já tratamos no primeiro capítulo, há prática do *alugado* nessas

condições. Ela se opõe à da *troca de trabalho*, em que o fato de o trabalhador ser parente ou vizinho só confirma o caráter da unidade de produção.

O que marca, portanto, a especificidade da unidade produtiva é seu caráter familiar. Ou seja, a participação de cada membro depende de sua inserção nas relações de parentesco. Potencialmente, todos os membros da unidade familiar são trabalhadores (“todos ajudavam, os filhos”... “um homem que tinha um roçado aqui, plantava lavoura, ele tinha 2 ou 3 filhos e a mulher, então todinhos trabalhavam”). Mas isto não quer dizer que todos sejam efetivamente trabalhadores. As regras de pertencimento à unidade de trabalho não se confundem com as regras de pertencimento à família. Isto se marca na citação quando o informante precisa que os *filhos* que *ajudavam o pai* no *roçado* eram aqueles que “ficavam em casa”. Pois, como na história de vida desse próprio informante, pode haver migração temporária, deixa-se então de pertencer à unidade de trabalho, mas não à família<sup>3</sup>. Assim, os membros que podem fazer parte da unidade de trabalho são aqueles que também se reproduzem conjuntamente num dado tempo (ano), o que é materializado por morarem numa mesma *casa*. Mesmo assim, fica claro que, dependendo do sexo e da idade, as pessoas podem estar excluídas ou incluídas em determinadas tarefas produtivas. Mas cabe aqui assinalar que não há nenhuma relação direta e imediata entre o desempenho de cada membro no processo de trabalho e seu nível de consumo. Se algum membro da família, por exemplo, não pode ou não quer *trabalhar*, isto não quer dizer que ele não obterá o necessário à sua reprodução (o “se não trabalhar não come” é verdade para um assalariado, não para um membro de uma unidade de trabalho familiar).

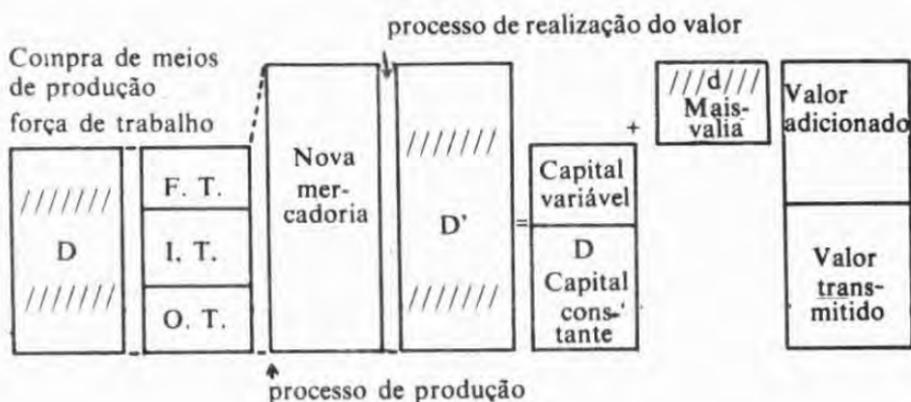
Retomaremos aqui os esquemas formulados por Chayanov (1966, pp. 196/197), para visualizar as diferenças significativas entre características centrais do processo de trabalho em unidades de produção capitalistas e em unidades camponesas submetidas ao capitalismo<sup>4</sup>. Esta análise de Chayanov parte da fórmula empregada por Marx em *O Capital* (Marx, 1966, Livro I, deuxième section, Chapitre IV), para apresentar a forma de circulação específica ao capital. O objetivo básico da circulação de um capital é a acumulação de valor, expresso na fórmula  $D - M - D'$ , isto é, dinheiro que é trocado por uma mercadoria, que é trocada novamente por dinheiro, porém o último termo é

3 É verdade que a efetivação desta relação pode passar a se manifestar no envio de dinheiro, por exemplo.

4 Na verdade, o que é suposto nos esquemas que se seguem é que haja produção mercantil generalizada e que o próprio campesinato se insira nesta produção mercantil. É suposto também que haja propriedade privada da terra e que também a terra seja uma mercadoria.

quantitativamente maior que o primeiro. Tal fórmula, básica em nossa sociedade, só tem sentido se houver uma mercadoria que, comprada, possa gerar mais valor do que o que contém. Esta mercadoria é a força do trabalho, porque é comprada pelo seu valor, ou seja, o valor dos produtos necessários à sua reprodução; mas seu uso pelo comprador desta mercadoria, isto é, o trabalho a ser efetivamente realizado, pode gerar mais valor do que o quantum pelo qual foi comprada. Esta geração de novo valor, tanto para reproduzir o valor inicial quanto para aumentá-lo, só pode ser feita no processo de produção, onde o trabalho se materializa numa atividade concreta e socialmente útil. É lógico que, para tal, o trabalho se faz com a ajuda de algo, os instrumentos de trabalho, e sobre algo que transforma, os objetos de trabalho. Portanto, o dinheiro tem que ser trocado por três tipos de mercadoria: *força de trabalho*, *instrumentos de trabalho* e *objetos de trabalho*. Combinados no processo de produção, a força de trabalho produz uma nova mercadoria. Esta nova mercadoria incorpora o valor transmitido, pelo trabalho, dos instrumentos de trabalho e dos objetos de trabalho, e o valor adicionado pelo trabalho. Sua venda reproduz, então, o valor do dinheiro inicial, porque reproduz o valor dos instrumentos de trabalho, dos objetos de trabalho e da força de trabalho, e mais um novo valor (a mais-valia), porque o valor adicionado pela força de trabalho é superior ao seu próprio valor como mercadoria. Assim:

Esquema 1

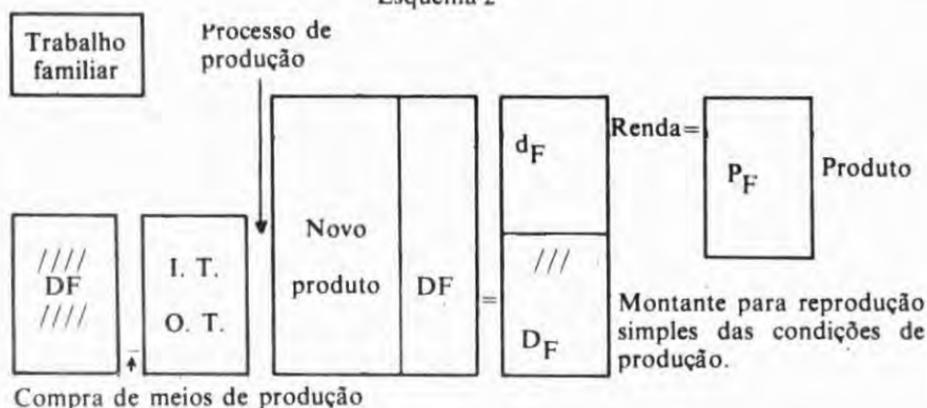


Do novo valor "d" ou seja, a mais-valia, sai parte para o consumo próprio e da família do proprietário do dinheiro "D", e parte para nova acumulação, isto é, novas compras de instrumentos de trabalho, de objetos de trabalho e de força de trabalho. Reproduz-se o sistema em escala ampliada.

A unidade familiar camponesa necessita também, para trabalhar, de instrumentos de trabalho e de objetos de trabalho. Suponhamos, que para facilitar o raciocínio, não produza diretamente nem uns, nem outros, e que a forma de acesso a ambos seja por troca mercantil<sup>5</sup>. Tem que ter uma soma de dinheiro DF que possibilite adquirir os instrumentos de trabalho e os objetos de trabalho, para serem combinados com o trabalho familiar no processo de produção. O montante de trabalho é dado pelo potencial da família, e não é obtido por troca mercantil.

O resultado do processo de produção, o produto, tem que ser suficiente para cobrir as despesas futuras com instrumentos de trabalho e com objetos de trabalho e também para cobrir as necessidades do consumo familiar. Assim:

Esquema 2



Do produto  $P_f$  ou do valor que lhe é equivalente,  $d_f$ , é que tem que sair o consumo familiar. Mas também fundamental é que o produto seja superior, em valor, a  $D_f$ , isto é, que possa comprar os instrumentos de trabalho e objetos de trabalho de que precisa para materializar o trabalho familiar no período de produção seguinte.

Caso o produto ( $P_f$ ), ou a renda que lhe é equivalente ( $d_f$ ), sirva apenas para o consumo familiar, teremos reprodução simples das condições de produção. Mas nada mais falso, embora frequentemente su-

5 Caso já possuísse algum destes, como a terra (objeto de trabalho), o fato de ser mercadoria possibilita considerá-lo como valor que lhe é equivalente. Note-se que, a rigor, só a unidade de trabalho familiar conhecida por *Farmer* estaria nesta condição, pois, neste caso, todos os meios de produção são adquiridos de forma mercantil e toda sua produção é, diretamente, uma produção mercantil.

posto, de que a reprodução simples seja inerente à unidade de trabalho familiar<sup>6</sup>. Em primeiro lugar porque, como já foi observado, o estoque de trabalho da unidade familiar varia com sua composição por sexo e idade, isto é, fatalmente varia durante o ciclo familiar (sem falar das possibilidades como migração). Em segundo lugar, porque as necessidades de consumo podem aumentar ou diminuir, seja por maior ou menor número de consumidores na família, seja por novas necessidades culturais. E, para satisfazê-las, o esforço de trabalho da família terá que aumentar. Em terceiro lugar, porque novos instrumentos de trabalho podem surgir, fazendo com que a uma mesma unidade de esforço de trabalho despendida corresponda uma produção maior; assim, um certo montante para o consumo familiar pode ser obtido com um desgaste menor de força de trabalho familiar. Pode haver, portanto, tanto reprodução simples quanto reprodução ampliada das condições de produção, e as leis que presidem tal fenômeno diferem das leis

6 Frequentemente esta suposição é produto da confusão entre duas questões diferentes quanto às possibilidades de acumulação por parte do campesinato. Uma coisa é a impossibilidade de acumulação de unidades camponesas devido à sucção de sobretabalho por parte dos setores que dominam o campesinato. Esta questão remete à forma como o campesinato se articula com o modo de produção que o domina, no caso, o modo de produção capitalista. Portanto, estas condições podem variar ao longo do desenvolvimento do modo de produção dominante, e as consequências disto podem ser decisivas para o próprio desenvolvimento capitalista, como ressalta Otávio Velho (Velho, 1974). Outra coisa é a lei de acumulação própria às unidades camponesas, isto é, suas formas próprias de desenvolvimento. Nada indica, deste ponto de vista, que haja alguma tendência para que mantenha o mesmo volume de produção. Outra forma de se perceber esta confusão é observar que se identifica comumente o conceito de *circulação simples* (Marx, 1966, chapitre IV, p. 153) com o conceito de reprodução simples (Marx, 1966, chapitre XXIII), o que não é correto. A *reprodução simples*, exposta em *O Capital*, supõe que haja produção de *mais-valia*, e que a circulação mercantil permita a realização do valor do capital empregado no processo produtivo e da *mais-valia*. A *circulação simples*, expressa na fórmula  $M - D - M$ , supõe meramente que os produtos do trabalho sejam mercadorias, mas não que haja produção de *mais-valia*. Ao contrário, a fórmula  $M - D - M$  é apresentada no capítulo IV de *O Capital* para ser contraposta à fórmula específica ao capitalismo, que é  $D - M - D'$  (cf. Marx, 1966, chapitre IV). A *circulação simples* descreve uma forma de processo de circulação de mercadorias, enquanto a *reprodução simples* descreve a reposição das condições sociais de produção capitalista sem que se alterem seus elementos quantitativos. Se esta idéia, que preside o conceito de *reprodução simples*, pode ser repensada para outros modos de produção, estendendo seu campo de aplicação, nada indica que ambos os conceitos passem a cobrir o mesmo "espaço teórico". A *circulação simples*, por exemplo, é aplicável no caso da venda da força de trabalho e da aquisição posterior de sua subsistência, quando há *reprodução ampliada* do modo de produção capitalista. Assim, também, se a *circulação simples* descreve como o camponês troca o produto de seu trabalho (vende sua mercadoria e, com o dinheiro obtido, adquire valores de uso que não produz), nada implica que haja *reprodução simples* das condições sociais de produção camponesa.

de circulação do capital. Note-se que, tanto na circulação do capital quanto no caso da unidade familiar, temos ao nível formal  $D - M - D + d$ . Mas "d" tem significado profundamente diferente em ambos os casos. No caso do capital, "d" é equivalente da reprodução do proprietário do dinheiro e da ampliação do processo de reprodução de seu capital. É reempregando "d" que dá sentido e possibilidade à acumulação implícita na fórmula  $D - M - D'$ . Por outro lado, a reprodução da força de trabalho não faz parte de "d", mas sim de D. Se num período de produção tivéssemos  $D^0 - M - D^1$  ( $D > D^0$ ), no período seguinte deveremos ter  $D^1 - M - D^2$ , onde  $D^1 > D^0$  mas  $D^1 < D^1$  (porque há o consumo do proprietário do capital).

Já no caso da unidade familiar, teríamos a fórmula  $D - M - D + d$  tanto no caso da reprodução simples quanto no da ampliada. Mas, aqui, "d" é equivalente da reprodução da força de trabalho e "D" apenas dos instrumentos de trabalho e dos objetos de trabalho. Caso haja reprodução simples, "d" seria totalmente empregado em consumo familiar. Portanto, se num período tivéssemos  $D^0 - M - D^1$ , no seguinte teríamos  $D^1 (= D^0) - M - D^2$ . Caso seja ampliada,  $D^1 > D^0$ . Mas nem mesmo isso é necessário. Por intensificação do uso dos instrumentos e objetos de trabalho,  $D^1$  pode ser igual a  $D^0$ , e com maior desgaste da força de trabalho familiar chega-se a  $D^2 > D^1$ . Portanto, o acesso ao montante de trabalho por laços de parentesco ou por "compra" via troca mercantil provoca leis diferenciais ao próprio nível do processo de circulação do capital, enquanto valor que se acumula.<sup>7</sup>

Voltemos, então, à citação da página 104. Se a "despesa é menos", é que a fração de dinheiro equivalente da compra da *força de trabalho* não aparece para a unidade familiar (comparar esquemas 1 e 2). Só aparece, na produção, a despesa com instrumentos e objetos de trabalho. Afirma o informante também que, "pra todo efeito, no fim do ano ele lucra, é menos, mas a despesa também é menos, não tem despesa, não pagou *trabalhador*". O emprego da categoria *lucro* poderia aqui nos induzir em erro, se lida na sua acepção capitalista, em que é o valor residual do produto descontadas as despesas com meios de

7 Aqui, capital é sempre tomado como valor que se acumula. Tal é sua acepção corrente no mundo dos negócios, tal é sua acepção teórica mais rigorosa (Marx, 1967). Frequentemente, contudo, encontra-se o uso da categoria capital referindo-se apenas a meios de produção. Se tal uso da categoria já existia no tempo dos clássicos, mas não era generalizado nem dominante, ele foi generalizado pela escola neoclássica. Esta correspondência direta entre capital e meios de produção, como vimos aqui, é pertinente se o referente for a unidade de trabalho familiar, pois o dinheiro possuído pelo chefe da unidade de produção é o equivalente valor dos meios de produção. Entretanto, referido à produção capitalista, esta correspondência é absurda, pois a força do trabalho também tem que ser comprada pelo capital.

produção e com força de trabalho <sup>8</sup>. O uso do verbo "lucrar" e do substantivo "lucro" é comum entre os pequenos produtores. Mas seu referencial, como aprofundaremos mais tarde, é bem específico, e poderíamos aproximá-lo da noção econômica de *produto líquido*. Ou seja, *lucro* é a colheita que se obtém na safra, descontadas as despesas com sementes, adubos, ferramentas, etc.

Se o informante fala que o *lucro* "é menos", é que o produto líquido que seria obtido, caso o mesmo número de trabalhadores familiares fosse de *trabalhadores pagos*, seria maior. Se os 5 *filhos* fossem substituídos por 5 *assalariados*, o produto líquido seria maior. Porém, nesse caso, o produto disponível para a unidade familiar não seria mais o montante do produto líquido, mas o produto líquido menos o que o "chefe da produção" teve que pagar sob a forma de *salários* aos *trabalhadores* contratados. Assim, se o produto final é P, no caso da unidade capitalista teríamos:

$$P_c = P.L.c - S \quad (S = \text{salários pagos})$$

Na unidade familiar:  $P_f = P.L.f$

No caso citado, certamente  $P.c > P.L.f$ , porém, como não há "S" no segundo caso, perfeitamente pode ocorrer que  $P_f > P_c$ . Assim, "a despesa é menos, não tem despesa (não tem S), não pagou trabalhador". Uma análise economicista poderia objetar que, se não há "S", despesa com salários, ela pode e deve ser imputada, pois também há despesas com os trabalhadores da unidade familiar <sup>9</sup>. A imputação poderia ser feita atribuindo-se o salário normal de mercado a cada unidade de tempo trabalhada por trabalhador familiar, ou considerando-se que as despesas com a reprodução da mulher e dos filhos seriam uma "massa salarial". Note-se que ambas as coisas estariam sendo feitas pelo pesquisador, a partir do que tem em sua cabeça, pouco se importando que tal procedimento apareça como absurdo para os grupos

8 Não se pode deixar de perceber a correspondência entre esta noção dos pequenos produtores e o conceito de *produto líquido* da escola fisiocrática (Quesnay, 1969). Em ambos os casos há em jogo a concepção de que só o trabalho agrícola é produtivo, e que o produto final de uma dada economia é o resultado da colheita descontadas as despesas materiais com o cultivo da terra

9 Mesmo na época de Chayanov isto já era prática corrente entre os economistas ocidentais, sendo um dos expoentes desta corrente Ernst Laur, com quem Chayanov debate em seu livro (Chayanov, 1966, chapters 6 e 7). Tepicht aponta que os métodos de Laur inspiram ainda hoje a publicação anual do *Institut National de Gestion et d'Economie Rurale*, em Paris: *Resultats Economiques des Exploitations Agricoles* (Tepicht, 1973, p.31). Embora a metodologia não esteja explicitada, este procedimento parece presidir a publicação da Fundação Getúlio Vargas, *Características Econômicas das Explorações Rurais - 62/64*, cujos dados foram utilizados neste trabalho no Apêndice Estatístico

pesquisados. A primeira forma de cálculo tem sido frequentemente usada, e chega-se por vezes a resultados em que a unidade familiar é uma "empresa" que opera com déficits, sem que "quebre" <sup>10</sup>. Como tem sido apontado, das duas uma: ou é falha dos conceitos que pensam os mecanismos desta "empresa", ou esta "empresa" é dotada de um *know-how* que todas as outras gostariam de possuir, mas que não conseguem saber desse seu segredo. Quanto à segunda possibilidade, de considerar as despesas com a mulher e os filhos como "massa salarial", ela põe a nu o problema verdadeiro pelo próprio absurdo da idéia que a preside. É que os membros de uma unidade familiar têm que ser reproduzidos socialmente, e é esta relação social que dá forma e conteúdo à família. Assim, os membros de uma família teriam que ser reproduzidos em qualquer circunstância <sup>11</sup>. Se, por seu *trabalho*, conseguem o necessário para sua reprodução, daí não se segue que "comprem" com seu trabalho a sua reprodução.

10 Para marcar a especificidade do cálculo económico na unidade camponesa, Tepicht descreve casos de salários imputados aos trabalhadores familiares que levam a exploração camponesa a déficits: "Pour faciliter la compréhension de notre point de vue sur ce mécanisme (cálculo específico ao campesinato) et les causes qui l'engendrent, nous commencerons par un exemple local, mais qui concerne un phénomène connu dans l'agriculture européenne. Les économistes ruraux de cette zone où l'agriculture paysanne a connu son apogée au début du XX siècle, connaissent bien les calculs comparés des spéculations qui démontrent la non rentabilité de l'élevage. Qu'il s'agisse de la production du lait, de la viande ou des oeufs, ces calculs démontrent qu'après déduction des charges réelles (amortissement du capital fixe, frais du capital circulant, etc), la part qui rest pour rémunérer une journée de travail dans la production animale est sensiblement inférieure à une rémunération correspondante dans la production végétale. Ceux des économistes qui, en plus, font le comptes des "charges calculées", à savoir la fameuse rémunération des facteurs, obtiennent parfois comme "salarie" pour le paysan un déficit net, comme si le paysan, en s'occupant de ses bêtes, s'entêtait à défier la rationalité économique. Exemple instructif, non de la sottise ou de la philanthropie, paysanne, mais de l'erreur qui consiste à croire qu'il n'y a la qu'une seule rationalité économique dans le temps et dans l'espace" (Tepicht, 1973, pp. 35, 36). Witold Kula faz um exercício análogo com domínios feudais na Polónia, para mostrar a necessidade de se pensar outros sistemas económicos com outras categorias, ou com diferente articulação entre as categorias económicas usadas na análise do sistema capitalista. (Kula, 1972, chapitre I).

11 Este ponto é enfatizado por Franklin (1969), que o toma mesmo, através de seu conceito de *chef's labour commitment*, como central na definição de camponês como sistema de produção. No trecho seguinte ele confronta a posição diferencial do trabalhador frente ao chefe da unidade de produção, no caso do campesinato e no capitalismo: "With the introduction of the capitalist system labour became a commodity, like any other commodity to be purchased or dispensed with, hired or sacked, according to the needs of the firm and the state of the market. For the peasant *chef d'entreprise* such freedom of action can never exist. His labour force consists mainly of his kith and kin; his wife, his children and their dependants, his elderly parents. To hire and fire them according to the dictates of some external regulatory mechanism would be at once, inhuman, impractical and irrational. Inhuman because only in exceptional circumstances are alter-

O *roçado* é o produto do trabalho coletivo da família, e é o pai que o encarna. O *trabalho no roçado* é o *trabalho do pai*. Se os filhos também trabalham, porque cumprem as mesmas tarefas produtivas que o *pai*, mais especificamente os *filhos ajudam o pai*, o que marca a subordinação de suas atividades no *roçado* à vontade do *pai*. A ordem em que o informante expõe o caráter familiar do trabalho é significativa deste ponto de vista: "Mas, nessa época, ele trabalhava 5 quadros, mas já tinha a gente. Turma pequena, tá certo, mas a gente trabalhava, todos ajudavam os filhos". Quem trabalha mesmo é o *pai*; os *filhos* e a *mulher ajudam*.

É no *roçado* que a família se materializa enquanto unidade de produção. É através dele que a família obtém os meios necessários para se reproduzir. O produto do *roçado* serve para abastecer a casa, direta ou indiretamente<sup>12</sup>. A *casa* representa a unidade de consumo. Portanto, é o *roçado* que dá as condições mesmas de existência da *casa*. Se as atividades do *roçado* geram produtos, as atividades da casa se ligam às condições de seu consumo, de sua *queima*. O trecho abaixo, da entrevista de um pequeno proprietário, aponta a oposição *casa - roçado* como fundamental em seu mundo. Note-se que ele se refere à situação de seu avô, também pequeno proprietário, mas que teria terra suficiente para viver do produto do *roçado*. Seu avô não precisava, portanto, como no seu caso, de ter no *negócio* uma fonte de renda. Se há idealização do passado, marcando o tempo de seu avô como de abundância de terras, ela reforça o modelo *casa - roçado* em seus "traços ideais", apontando como opera na ordenação da vida deste grupo social:

"I - Ele (seu avô) não ven... ele não... não especulava, nem andava de negócio. O dele era somente trabalhar, trabalhar essas terras por aí fora. Nesse tempo a terra era dele só, pois bem. Todo o

native employment opportunities ever generally available. Impractical because members of the labour force, as members of the family are entitled to a share in the ownership of the means of production; because historically the enterprise is the sum of the labours of the generations. Irrational because the objectives of the enterprise are primarily genealogical and only secondarily economic; because the aim of the chief is to maximize the input of labour rather than maximize profit or some other indicator of efficiency. In contrast to the capitalist entrepreneur, the peasant chief's labour commitment may be deemed to be total. Peasant society has therefore always been a great creator of work and employment, with varying degrees of underutilization of labour arising out of particular combinations of technology, eco-system and social order. Its historic significance stems from this commitment, which underlies its capacity, demonstrated throughout the centuries, to colonize, to ameliorate, to support and to persist" (Franklin, 1969, pp. 1,2).

12 Pelo autoconsumo, ou vendendo os produtos e, com o dinheiro obtido, comprando os produtos de que se necessita.

ano ele trabalhava. O dele era trabalhar... e fazer um saquinho de farinha, vender pra comprar aquilo que precisava. E daquilo não só safa pra uma feirinha assim pra... Belém, Lagoa dos Gatos ou Catende. A feira mais perto. Pra vender uma carga de farinha assim. Só era a feira que ele safa. Vendia pra comprar o sal, o açúcar, uma coisa que ele preci... que fosse preciso. Ele não era homem de negócio como eu e muitos aqui. Conheci ele. Conheci muito ele (...) Meu avô. Ele morreu aqui mesmo. Ele não era homem de negócio, de andar assim... Ele não andava assim... carregando um caminhão, nem essas coisas, nem, nem fazendo feira em canto nenhum. *O dele era da casa pro roçado.*"

É na *casa* que se *queimam* os produtos do *roçado*. O tamanho da casa, seu aspecto, dependem mesmo da possibilidade de realizar um *trabalho* no *roçado* além daquele que será necessariamente *queimado* pelo consumo periódico familiar<sup>13</sup>. É na *casa* que a família se realiza enquanto unidade de consumo. As regras que definem quem vai ter acesso a que tipo de produto, quanto e de que forma, são regras da casa. As atividades na *casa* são atividades ligadas ao preparo dos bens a serem consumidos e da reprodução das condições de consumo. Estas atividades são da esfera da mulher do pequeno produtor, enquanto *mãe de família*, e por ela organizadas (preparar alimentos, arrumar a casa, varrer o terreiro, fazer vassouras, lavar roupa, buscar água, apanhar lenha). Estas atividades não são consideradas *trabalho*. A oposição *casa-roçado* organiza o campo do *trabalho* e do *não trabalho* e as esferas específicas de autoridade do homem e da mulher dentro da família.

Na verdade, a unidade familiar tem seu momento constitutivo no casamento, o qual deve corresponder ao estabelecimento de uma *casa* e de um *roçado*. Nesse período do ciclo familiar pode ser observado mais diretamente o modelo em operação, na distinção do papel do homem e da mulher<sup>14</sup>. Ao homem cabe o *trabalho* no *roçado*, a decisão do que produzir, quando e como fazê-lo, assim como o destino do produto. Pode levar os produtos diretamente do *roçado* para *casa*, ou

13 Beatriz Heredia recolheu, em entrevista feita com pequenos produtores na Mata Norte, estas palavras que acentuam como é o *roçado* que dá as condições mesmas de existência da *casa* (cf. Heredia e Garcia, 1971): "A gente se esforça pra ter uma casa direitinha, passar fome pra endireitar a casa morando no campo, não adianta não. Agora, se eu tivesse muita saúde, então que pudesse trabalhar bem, lutar bem e pudesse fazer uma puxada na minha casa, eu poderia até melhorar uma situação na minha casa. Mas não posso, então tem que ser assim mesmo. Logo, eu não tenho casa, tenho essa besteirinha... não dá pra nada. A mais a casa só serve pra queimar o que produz o roçado. A gente traz as lavouras e na casa acaba logo com elas."

14 A análise do casamento como momento fundamental da reprodução da unidade doméstica de produção e de consumo é feita por Meyer Fortes (1958).

pode vendê-los e, com o dinheiro obtido, comprar produtos necessários ao consumo familiar. As responsabilidades do homem delimitam-se em prover a *casa*. A partir de então, a administração do uso destes bens é feita pela mulher. Embora não se trate de mera disposição dos bens, pois as tarefas que a mulher pratica exigem esforço físico<sup>15</sup>, não é socialmente considerado que isto seja *trabalho*. Sobretudo as tarefas ligadas ao preparo de alimentos, na cozinha, não são consideradas *trabalho*<sup>16</sup>. Assim, as atividades desenvolvidas no *roçado*, ou diretamente ligadas a ele, são consideradas *trabalho*, e as atividades na *casa*, ligadas à *queima* do *roçado*, não são consideradas *trabalho*. No *roçado* o homem é quem decide tudo, é quem se encarrega do esforço nas tarefas básicas e é o responsável pelo provisionamento da *casa*. Na *casa* é a mulher quem decide a disposição dos bens e quem reproduz as condições sociais de consumo. Portanto, é o homem quem normalmente *trabalha*, embora a mulher possa, na medida em que *ajuda* o homem no *roçado*, *trabalhar*.

## 2.1 – Condições materiais do *roçado*

As condições materiais do *roçado* são controladas pelo *pai de família*, pequeno produtor. É ele quem calcula o que é necessário para que a força de trabalho de seu grupo doméstico possa se materializar no *roçado*. Em primeiro lugar vem o acesso à *terra de trabalho*, terra em que pode *botar roçado* com a ajuda de sua família e assim prover sua subsistência. Esta é uma condição *sine qua non*, que especifica a existência do pequeno produtor, como acentua um pequeno proprietário a propósito de como se faz face ao consumo familiar:

“I – Eu sei que o céu dá cobertura a ninguém! Mas lá no céu tem é chuva, que bate na terra pra trabalhar. Mas tem onde trabalhar. Se não tiver terra, vai ficar que nem esses passarinhos, com a boca aberta pendurado no meio do ninho!”

A terra em que se *bota roçado* não é necessariamente terra de propriedade da família. Ao contrário, a situação normal é os pequenos proprietários possuírem terras de dimensões bem inferiores às que poderiam cultivar pelo uso da força de trabalho do grupo doméstico. Têm, assim, que fazer uso constante de arrendamento nas grandes propriedades circunvizinhas (Apêndice Estatístico, III). Cabe ao *pai de*

15 Carregar água e lenha são bons exemplos.

16 Note-se que não se encontram homens cozinhando em suas casas, pois isto é tarefa eminentemente feminina. Não que não saibam ou nunca o façam, pois durante a safra da cana migram sós, e neste tempo eles mesmos cozinham. Mas cozinhar é sempre considerado atividade feminina.

*família*, pequeno produtor, arranjar terras arrendadas, tratando pessoalmente de sua localização, extensão, qualidade e condições de pagamento. Os compromissos pela terra arrendada são assumidos pelo *pai de família*, encarnando o próprio grupo doméstico.

Muitas vezes, arrendar a terra é também a forma de ter acesso a uma terra mais fértil. De um lado, porque as terras ocupadas por grandes proprietários são as de melhor qualidade. De outro, porque o uso constante de sua própria terra faz com que esta perca a fertilidade natural. Este fato é bastante acentuado pelos pequenos proprietários, que dizem ser necessário dar periodicamente um *descanso* à terra possuída para ver se nos anos seguintes ela "dá uma lavourinha melhor". Ter terra própria para *botar roçado* inclui a noção de uma fertilidade mínima a ser reproduzida. Por conseguinte, mesmo usando intensivamente a terra em seu poder, o pequeno produtor pode, ciclicamente, fazer maior uso ora de sua terra, ora de arrendamentos em terras dos grandes proprietários. Note-se que o *roçado* é uma cultura por "queimada". A terra onde se materializa não é terra nua, mas uma terra coberta por *mato*. O próprio nome do *roçado* vem da primeira operação agrícola, *roçar o mato*, que é o corte da vegetação espontânea que cobre a terra, seja ela uma mata natural ou capoeira de terras em *descanso*. Queima-se em seguida os troncos e folhas cortados. Este tipo de agricultura provoca uma perda rápida da fertilidade do solo, fazendo com que os agricultores abandonem uma terra cultivada após breve período de cultivo<sup>17</sup>. Na área estudada, o cultivo sucessivo de uma mesma terra é de dois anos, não se plantando mais aí em seguida. Pode haver entre os cultivos efetuados neste período aqueles que duram mais do que dois anos. Portanto, não é necessário que a terra passe a um período de pousio a cada dois anos. Contudo, ao término do ciclo produtivo de todos os cultivos de um *roçado*, a terra deve entrar em pousio. Interessante observar que o caráter itinerante deste tipo de agricultura marca profundamente a própria categoria *roçado*. O *roçado* não é associado a um lugar previamente determinado senão durante um ciclo produtivo dado, não sendo nunca um ponto fixo ao longo dos anos. A própria expressão *botar roçado* conota que é algo que se faz num espaço móvel. Pode-se entender, assim, que não há equivalência perfeita entre *terra de trabalho* e *roçado*, bem como ambas as categorias não implicam em terra de propriedade do pequeno produtor. Toda terra possuída é *terra de trabalho*, mas há *terra de trabalho* de que não se é proprietário. Bota-se *roçado* em *terra de trabalho*, mas

17 Sahlins examina esta característica a partir de uma análise sistemática dos dados disponíveis sobre o cultivo por queimada em unidades domésticas de produção (Sahlins, 1974, chapter I).

nem toda *terra de trabalho* é coberta por *roçado*, pois há aquela deixada em pousio. Aonde se vai *botar roçado* e em que extensão, é, portanto, um dos elementos básicos de cálculo do *pai de família*, pequeno produtor. Ter terra é poder *botar roçado* a qualquer tempo, mas o uso continuamente renovado da mesma terra pode levá-la ao esgotamento. Isto contrabalança o dinheiro que terá que despender por unidade de terra arrendada.

Tendo que prover o necessário ao consumo familiar e frente à escassez de terra disponível, a resposta do pequeno produtor é intensificar o trabalho familiar por unidade de área. Com isto, embora diminua a produtividade por trabalhador, aumenta a produtividade por unidade de área e, conseqüentemente, o produto total que será apropriado pelo consumo familiar. Esta resposta é comum a todo campesinato livre que se defronta com escassez de terra (Chayanov, 1966; Galeski, 1972; Tepicht, 1973), e explica por que é justamente esta pequena agricultura, desprovida de meios materiais, que apresenta freqüentemente os mais altos índices de produtividade valor por unidade de área (Apêndice Estatístico, IV). Um maior desgaste da força de trabalho familiar tenta obter, da pouca terra disponível, a produção necessária à reprodução desta mesma força de trabalho.

Se a extensão de terra a que tem acesso o pequeno produtor já é limitada, um outro fator redobra, por assim dizer, os limites do uso da terra que ele pode cultivar. Só a terra úmida é objeto de trabalho. O cultivo da terra depende de chuvas com certa abundância, o que limita a uma parte do ano o período em que pode haver plantio. Localmente, designa-se por *inverno* o período onde há chuvas abundantes, que tem seu início em meados de março ou começo de abril. Bota-se *roçado* assim que chegam as primeiras chuvas, podendo haver novo *roçado* em julho, após a colheita do milho e do feijão do primeiro *roçado*. Do fim de setembro, ou começo de outubro, a março-abril do ano seguinte não há chuva suficiente para novo plantio; este período é designado por *verão*. As *primeiras chuvas*, ou *primeiras águas*, não são algo de evidente, um fenômeno natural que se impõe por si mesmo. Durante o desenrolar da pesquisa houve várias chuvas fortes que não foram consideradas como *primeiras chuvas*. Havia mesmo discussão entre os pequenos produtores se aquela preenchia ou não os requisitos necessários para ser considerada como tal. Um dos elementos determinantes nesta avaliação era se a chuva tinha conseguido amaciar a terra, pois a terra seca é dura, sendo impraticável seu cultivo.

O cultivo da terra disponível é feito pelos membros da família do pequeno produtor. Assim, o cálculo sobre a quantidade de trabalho a ser fornecida por cada membro da família e sua especificação é o segundo ponto fundamental para a concretização do *roçado*. Neste pon-

to é necessário precisar melhor o conceito de família aqui utilizado. Ao falarmos da unidade *casa - roçado* e do conjunto de pessoas que trabalham e consomem conjuntamente, estamos na verdade nos referindo a *grupo doméstico*. É o *grupo doméstico* que constitui a unidade de residência e que organiza a reprodução física e social de seus membros. A distinção entre *família* e *grupo doméstico* é necessária para se dar conta do fato de que nem toda relação familiar é uma relação entre membros de um mesmo grupo doméstico. Geralmente concebe-se família como um conjunto de pessoas relacionadas por laços de consaguinidade e afinidade, laços que são sacralizados e cujas pessoas envolvidas guardam entre si uma relação de solidariedade mecânica. Família implica sempre uma regra social determinada de incesto/exogamia, e que define o comportamento de cada indivíduo desde que nasça até que morra. Sob este aspecto pode-se dizer que um indivíduo determinado sempre será membro de uma mesma família (enquanto grupo constituído por laços de filiação, por exemplo). O casamento implica geralmente na mudança do *grupo doméstico*, ao menos para um dos dois cônjuges. Há, assim, mudança de *grupo doméstico* na vida de um indivíduo, redefinindo-se as relações de solidariedade que ele tinha com os membros do *grupo doméstico* de origem. É claro que ambos os fenômenos estão relacionados, pelo próprio fato que casamento e filiação são momentos fundamentais em ambos os casos. Mas identificá-los é impedir uma série de distinções conceituais necessárias. A solidariedade familiar, por exemplo, não se esgota na solidariedade entre os membros de um mesmo grupo doméstico. O surgimento de um novo grupo doméstico exige a redefinição das relações de cada um dos cônjuges com o grupo doméstico de origem, o que não é um rompimento. Há uma ordenação entre grupos domésticos cujos membros são de gerações diferentes, que articulá sempre grupos mais amplos que os grupos domésticos efetivamente existentes.

O *roçado* é produto dos membros que residem numa mesma *casa*; portanto, membros de um mesmo *grupo doméstico*. O grupo doméstico é constituído, em sua maioria, por família elementar de duas gerações, isto é, o casal e seus filhos. Há casos em que o pai do homem, a mãe do homem, o pai da mulher ou a mãe da mulher habitavam junto com o casal que encarna o grupo doméstico. Não se mencionou nenhuma impossibilidade a que um casal já idoso habitasse junto ao casal constituído por um de seus filhos. Contudo, a observação mostrou que mesmo os velhos tendiam a viver junto com seus filhos solteiros e a residir sós se todos os filhos casavam. A residência com um filho já casado parece estar associada à morte de um dos cônjuges, com o fim do casal de origem. Por outro lado, com o casamento, o novo grupo doméstico deve ter uma *casa* própria e um *roçado* próprio. Se nem

sempre a terra possuída por uma das famílias de origem é suficiente para permitir o *roçado*, a herança por partilha da terra funciona permitindo a construção de uma nova *casa*. De qualquer forma, *grupo doméstico* está sempre associado à existência de um casal<sup>18</sup>.

A autoridade dentro do grupo doméstico cabe ao homem casado, que, neste contexto, é dito *pai de família*. Como tal, cabe a ele cuidar da reprodução física e social dos membros de seu grupo doméstico. Enquanto pequeno produtor, ele obtém os meios materiais para fazer face à sua função mediante o trabalho de seu grupo doméstico no *roçado*. Pertencer ao grupo doméstico não significa, porém, pertencer necessariamente à unidade de trabalho familiar no *roçado*. Todos os membros de um mesmo grupo doméstico devem *ajudar* o pai de família, pequeno produtor, a obter o necessário ao consumo familiar. Porém, a *ajuda* requerida de cada membro depende da situação do grupo doméstico e da sua posição frente aos demais membros deste grupo doméstico. A existência de filhos pequenos, em idade que não possam *ajudar*, pode exigir um volume maior de trabalho do grupo doméstico e, portanto, a *ajuda* da mulher, o que pode não se repetir quando as crianças crescerem. A doença de um dos membros, e sobretudo a do *pai*, pode exigir um maior volume de trabalho dos membros restantes, etc. A *ajuda* ao *pai* implica apenas numa posição de disponibilidade de todos, em que é o *pai* quem julga da necessidade da solidariedade entre os membros de um mesmo grupo doméstico jogar neste ou naquele sentido. Variando a situação do grupo doméstico, e a de cada membro, varia a maneira mesma pela qual esta solidariedade deve operar.

É claro que há situações no grupo doméstico, como a da criança pequena, de velhice ou de doença, que impossibilitam que o membro da família trabalhe no *roçado*. Contudo, se estas idéias fornecem uma imagem para não se identificar o grupo doméstico com a unidade de trabalho familiar, elas estão longe de dar os limites ao uso da força de trabalho do grupo doméstico pelo *pai*. Uma questão importante é a delimitação da atividade da mulher no *roçado*. É socialmente aceito que não cabe à mulher o trabalho no *roçado*, sendo esta uma área de atividades masculinas. Isto significa apenas que as atividades da mulher podem se restringir basicamente às tarefas da *casa*. Contudo, é muito freqüente encontrar mulheres trabalhando no *roçado*, e isto se deve a dois tipos de considerações. Em primeiro lugar, há tarefas no

18 O que foi mencionado no caso de pais e filhos, pode ser estendido a irmãos e irmãs solteiros. Para uma análise brilhante da impossibilidade da condição camponesa coadunar com celibatários residindo sós, ver Bourdieu, (1962).

*roçao* consideradas próprias para as mulheres, e mesmo algumas específicas às mulheres (por exemplo, colocar as sementes na terra). Este fato não derroga a percepção de que a mulher não trabalha no *roçado*, pois neste contexto as tarefas femininas não são consideradas *trabalho*, reservando-se esta classificação àquelas tarefas do *roçado* próprias dos homens. Em segundo lugar, o consumo considerado necessário ao grupo doméstico pode superar o que pode ser obtido apenas pelo uso dos homens do grupo doméstico. Neste caso, cabe às mulheres *ajudar o pai* na obtenção do produto necessário. Neste contexto, o *trabalho* feminino é sempre percebido como manifestação de uma situação difícil em que está o grupo doméstico (Apêndice Estatístico, V). Outra questão importante é a partir de que momento o trabalho dos filhos passa a ser utilizado. Este limite inferior é bastante variável, sobretudo se é primeiro filho ou não, se antes deste filho ou filha já há outros filhos homens que *ajudam o pai*; mas o limite pode ser localizado em torno dos dez anos. Antes disso, contudo, as crianças podem também realizar as tarefas no *roçado* próprias das mulheres. O limite superior da utilização do *trabalho* de um filho é seu casamento, pois antes ele estará sempre submetido à autoridade paterna.<sup>19</sup> É importante observar que o *pai* pode chegar à conclusão de que o produto necessário exige mais trabalho do que as possibilidades de seu grupo doméstico. Isto acontece sobretudo nos momentos de pico do ciclo agrícola, em que o trabalho então realizado determina o montante do trabalho nas outras fases do ciclo. O *pai* pode, então, solicitar a *ajuda* de um membro de sua família que não pertença a seu grupo doméstico, ou mesmo de um vizinho. Pode também fazer uso do *alugado*, nestas circunstâncias. Nenhuma destas práticas derroga o caráter familiar do processo de trabalho e, ao fazer uso delas, o pequeno produtor diz que "botou alguém para ajudar".

Vistas as determinações de terra e força de trabalho, falta ainda examinar os instrumentos e meios de trabalho de que dispõem os pequenos produtores. Pode-se observar que a regra fundamental é a utilização intensiva dos meios materiais já disponíveis, limitando-se as despesas em dinheiro. Há, contudo, despesas forçadas em dinheiro, como as partes metálicas das ferramentas. Não há desconhecimento de equipamentos, como tratores, bombas d'água para irrigação, nem de adubos químicos. Ao contrário, o pequeno produtor não só sabe da existência e funcionamento dessas coisas nas propriedades maiores,

19 Os conflitos advindos da "menoridade de homens adultos" são conhecidos em todo lugar onde o campesinato tem importância. Galeski (1972) e Tepicht (1973) ressaltam o fato com relação à Polônia.

como tem contato constante com essas propriedades, seja para realizar *negócio*, seja para aí trabalhar *alugado*, ou ainda quando de sua migração sazonal para a área canavieira. Se ele não pensa em fazer uso dos processos baseados nesses equipamentos (Apêndice Estatístico, VI) é porque eles exigem um desembolso de dinheiro que não pode realizar. Mesmo o crédito para compra de equipamentos exige como garantia a propriedade da terra. Caso não consiga realizar o valor de sua produção, por má colheita ou por queda dos preços, o pequeno produtor estará expropriado da terra. Assim, a mudança dos instrumentos e meios de que se utiliza mostra-se inviável, porque só aumentaria o risco em reproduzir sua condição do pequeno produtor. Sob este aspecto, o *roçado* é oposto ao *plantio*, onde o *trabalho* na terra se realiza em condições bem diferentes. Observe-se as palavras de um pequeno proprietário, que confronta sua própria situação com a de *sítios* maiores que praticam um cultivo especializado:

"I - Lá planta cenoura, planta pimentão, planta maracujá. Sim! Mas a maior parte... quantos têm dessa qualidade aqui? Muito pouquinho! Ali tem um: Compadre J. Tem E. Bem. Agora, os sacrifícios pra lutar com isso, só vendo! O senhor pensa que é só chegar na terra, plantar e depois limpar, é? O camarada gasta é trinta e cinco, quarenta milhão! Bem. De adubo, a cultivar a terra, e de adubo e de veneno. Acontece de ter gastado trinta e cinco milhão e não tirar cinco. Que nem eu vejo. Eu vejo pelo Dr. S, que a terra dele é do Estado. Agora, com o plantio, o Estado pou! (executou a hipoteca sobre a terra). Com o dinheiro do Estado; ora, pou! Igual a cachorro gordo. A história aqui é essa."

Limitar as despesas em dinheiro com instrumentos e meios de trabalho é condição básica de seu cálculo, para que sua condição de pequeno produtor não dependa das flutuações do mercado dos produtos de seu trabalho. A todo instrumento ou meio de trabalho que compre como mercadoria terá que corresponder a venda de uma parte de sua produção. Se a colheita for ruim ou se os preços dos produtos de seu trabalho caírem, a reposição das condições materiais de produção só pode ser efetuada às expensas de consumo familiar. Ao contrário, a utilização mais intensa de elementos materiais que sejam produto do próprio trabalho familiar permite um maior controle da própria unidade sobre a reposição de suas condições materiais de produção. Tepicht (1973) denomina esta característica do campesinato *auto-consumo intermediário*. A questão fica mais clara se analisamos as decisões sobre o uso de fertilizantes.

Distinguem-se *adubo* e *estrume*.<sup>20</sup> *Adubo* é o produto químico que tem que ser comprado a dinheiro, enquanto *estrume* é o excremento dos animais possuídos pelo grupo doméstico ou folhas secas. É sabido que a terra em que se usa *adubo* tem uma produtividade muito maior. Contudo, o acesso a *adubo* exige um desembolso de dinheiro. Portanto, tem que vender algum produto para poder comprá-lo. O *estrume* é obtido como subproduto de outras atividades familiares e só exige novas atividades familiares para que possa ser aproveitado.

O custo do *estrume* é em atividades do grupo doméstico, enquanto o custo do *adubo* é em dinheiro (Apêndice Estatístico/VII). Isto reforça a percepção de que o preço do *adubo* é alto e incompatível com seu poder aquisitivo, como se observa na seguinte entrevista de um pequeno proprietário:

"I - Tem *adubo* aí que... Diz que no Recife tem *adubo* bom. Mas é muito caro. Só quem pode comprar é o rico mesmo. O pobre não pode.

P E o *estrume*, o senhor não usa?

I Senhor?

P *Estrume*?

I *Estrume*? *Estrume* somente do... dos bichos que a gente possui, não é? Do gado, cavalo, a gente aproveita."

A tendência a que faça maior uso possível do trabalho familiar na obtenção dos instrumentos e meios de trabalho de modo algum significa que não tenha que obter parte do que é necessário como mercadoria. As *ferramentas* que utiliza têm uma parte metálica que tem que ser comprada, mas os cabos que servem a seu manuseio são obtidos pela própria unidade doméstica. Note-se que todo o cultivo é feito manualmente,<sup>21</sup> não se utilizando nem mesmo o arado no preparo da terra. As unidades domésticas possuem cavalos e burros, mas são utilizados exclusivamente para transporte dos membros da família e de carga. Com frequência bem menor possuem gado, mas sua criação está ligada ao fornecimento de leite e/ou ao abate posterior. Das ferramentas necessárias ao trabalho no *roçado*, as mais frequentes são as seguintes: enxada, enxadão, enxadeco, foice, machado, estrovenga, facão. As unidades domésticas também estão equipadas com ferramentas que lhes permitem fazer, manter e reparar as ferramentas utilizadas no *ro-*

20 Esta oposição foi apontada por Beatriz Herédia (1979).

21 O cultivo manual é uma característica tradicional na agricultura dos municípios estudados. Pelo Censo Agrícola de Pernambuco em 1960, Bonito apresentava 99% dos estabelecimentos usando apenas *força humana*. O Centro Agrícola discrimina ainda *força animal*, *força mecânica*, *força animal e mecânica*.

çado, como: serrote, serra; martelo, pedaço de trilho (em que se amola as ferramentas), etc.

Uma característica importante do trabalho agrícola é que o montante de trabalho a ser despendido em todo o ciclo depende da quantidade de trabalho efetuado nas fases de pico, ou seja, nas épocas em que o volume de trabalho é maior. A sazonalidade do trabalho é ainda mais marcada por este fato, pois, para tentar utilizar toda força de trabalho da unidade doméstica ao longo do ciclo, é necessário aumentar o esforço despendido nestas épocas.<sup>22</sup> O período de maior trabalho no roçado vai de março a outubro, e é nesta parte do ano que o esforço do grupo doméstico se concentra no roçado.

## 2.2 - Tarefas e produtos do roçado

O esforço despendido pela unidade doméstica no roçado varia, segundo as fases do ciclo agrícola, não só em quantidade quanto na forma como é avaliado. Efetivamente, nem todas as tarefas desempenhadas no roçado são consideradas da mesma maneira, fato que se marca, por exemplo, na classificação de certas tarefas como próprias para os homens e de outras tarefas como próprias para as mulheres. O exame da seqüência das tarefas cumpridas no roçado<sup>23</sup> permite precisar este ponto.

Antes que caiam as primeiras chuvas, próximo à época em que são esperadas (em fins de fevereiro ou princípio de março), prepara-se a terra. Preparar a terra consiste em quatro operações. Primeiro roça-se o mato, isto é, derruba-se a vegetação espontânea que cobre a área do futuro roçado. Esta operação é realizada com o uso de machado, foice e estrovinga. Em seguida vem a coivara: reúne-se os pedaços de tronco das árvores, os galhos, as folhas, empilhando-os em montes no centro do terreno. Procedese, então, à queimada, ateando-se fogo aos montes. Antes que a queimada seja efetuada, cava-se valas com enxadas ao redor do terreno a ser plantado, para que o fogo não extrapole estes limites. Limpa-se então o terreno, removendo-se o que restou. Frequentemente há tocos que se conservaram enraizados à terra. A remoção destes tocos, tarefa considerada como particularmente dura, denomina-se destocar, operação realizada também com enxadas. A terra nua

<sup>22</sup> Chayanov (1966, Chapter V) enfatiza o fato e analisa como está no centro da questão da acumulação de meios de produção específica a unidades camponesas. Georgescu-Roegen (1963) chama a atenção para a irrecuperabilidade de tempo na agricultura: o que deixou de ser realizado numa época, não pode ser recuperado na seguinte.

<sup>23</sup> Beatriz Heredia, 1979. A maior parte das observações que se seguem são inspiradas neste seu escrito.

aguarda as chuvas para haver o plantio. Todas estas operações são consideradas tarefas masculinas. Efetivamente, é muito menos frequente observar-se mulher realizando estas operações. Quando o fato ocorre, um motivo particular é apontado para explicá-lo, como o caso de doença do chefe da unidade doméstica. Ou seja, a *ajuda* de mulheres materializando-se nestas operações denota uma conjuntura difícil porque passa o grupo doméstico. Normalmente, é o homem, *pai de família*, que perfaz estas tarefas, com a *ajuda* de seus filhos solteiros mais velhos, se os tiver. Logicamente, todas estas tarefas se encontram facilitadas, ou podem mesmo ser desnecessárias, caso o terreno já tenha sido trabalhado no ano anterior, fosse ali local de *roçado* ou mesmo de um sítio, quando o terreno está ocupado por lavouras permanentes (árvores frutíferas, cultivos comerciais como café, etc.).

Tendo chovido, inicia-se o plantio. Primeiramente revolve-se a terra com a enxada. Então *cava-se covas*, onde são colocadas as sementes das lavouras do *roçado*. As *covas*, no caso da mandioca, do milho e do feijão, são montes de terra preparados com enxada, sendo a semente colocada dentro do monte, mas a uma altura superior ao nível de todo o terreno. Em outros casos, como o cará, são efetivamente buracos abertos na terra com um golpe de enxada. Em ambos os casos, contudo, *cova* refere-se também à abertura que é deixada na terra, mediante golpes de enxada, onde são depositadas as sementes. *Cavar covas*, operação feita com enxada, é tarefa masculina. Depositar as sementes na cova e cobri-la de terra com o pé é tarefa feminina, podendo ser feita também pelos filhos e filhas menores. *Cavar covas* e *plantar* são tarefas realizadas simultaneamente, concentrando-se os homens na primeira e as mulheres na segunda. *Plantar* é uma atividade considerada própria para as mulheres, e também é percebida como atividade complementar a de *cavar covas*. Embora no *roçado*, local masculino, esta é uma atividade necessária especificamente feminina. É importante notar que, por relação às atividades que faz na *casa*, é considerado que esta atividade da mulher no *roçado* seja *trabalho*, mas, por relação às tarefas consideradas masculinas no *roçado*, *plantar* não é considerado *trabalho*. Esta dupla avaliação do que seja *trabalho* das mulheres explica a hesitação de um pequeno proprietário ao enumerar a unidade de trabalho no *roçado*, quando questionado pelos pesquisadores:

- P1 - E para plantar assim... é o senhor com os filhos do senhor?  
I - É somente com a família.  
P2 - Quem trabalha com o senhor? O senhor e...  
I - Trabalha é esse...esse rapaz que tava aqui e mais dois que tem aí (...) E as meninas também. Tudo, tudo trabalha.  
P2 - As meninas também trabalham?  
I - Elas trabalham. Elas não cavam cova, não é? Mas plantam."

Entre o plantio e a colheita, a unidade doméstica tem que cuidar para que não nasça uma vegetação espontânea que prejudique o desenvolvimento das plantas que foram semeadas. As *limpas* consistem na remoção da vegetação espontânea (*mato*), e são realizadas a cada mês ou de dois em dois meses. Assim, dependendo do ciclo produtivo da planta do *roçado*, ela exigirá uma ou várias *limpas*. O feijão e o milho, por exemplo, exigem apenas duas ou três *limpas*, enquanto a mandioca exige várias. Esta tarefa é realizada por meio de enxadas. Estando os homens presentes na unidade doméstica, são eles que efetuam as *limpas*. Contudo, no período de outubro-março, o trabalho exigido pelas *limpas do roçado* decai muito, sendo sempre muito inferior ao trabalho familiar cumprido em outras épocas do ciclo agrícola. Os homens podem, então, migrar para a área da cana e deixar as *limpas* ao encargo das mulheres e dos filhos menores. Note-se que a *limpa* não é uma tarefa com "tempo marcado". Ela permite que seu desenrolar se faça sob maior controle da unidade de trabalho familiar. Finalmente há a colheita, operação executada manualmente. Esta atividade, contudo, não se dá de uma só vez para todos os produtos do *roçado*, pois o ciclo produtivo das diferentes plantas que o compõem é bem diferente. Assim, o *milho* é colhido em fins de junho,<sup>24</sup> enquanto o feijão e a fava são colhidos de junho a agosto e a mandioca poderá ser retirada da terra em vários momentos a partir de seis meses da época em que foi plantada.

O *roçado* não é uma plantação de uma determinada lavoura, mas é sempre um cultivo onde estão associadas várias lavouras. Recorrentemente, três lavouras aparecem todas as vezes que se fala em *roçado*, bem como podem ser observadas em todo e qualquer *roçado* entre abril e junho: mandioca, milho e feijão (e/ou fava). Na verdade, são estas três lavouras que fornecem a própria imagem do *roçado*. São as que são plantadas em maior quantidade e de cultivos associados. A rigor, as operações descritas anteriormente têm por base o cultivo associado destas três lavouras. A mesma cova feita para a mandioca é utilizada para o cultivo de milho e feijão. O plantio da mandioca se faz numa das extremidades da *cova*, dita *frente da cova*, onde se coloca dois ou três *rebolos de maniva*. *Maniva* é o caule da mandioca, que é cortado em pedaços de palmo e meio aproximadamente, chamados *rebolos*. O caule da mandioca apresenta nós regulares, sendo que cada *rebolo* compreende de cinco a sete nós. É a partir do *rebolo* enterrado que a planta cria raízes, novo caule e folhas.<sup>25</sup> Já o milho e o feijão são

24 A festa de São João, em 24 de junho, é associada à colheita do milho do *roçado*.

25 Esta forma de cultivo da mandioca é recorrente no território brasileiro, usada também por grupos indígenas (Carlos Borges Schmit, 1958).

colocados na extremidade oposta da *cova*, dita *bunda da cova*. Ali são depositados de três a cinco grãos de milho junto a três a cinco caroços de feijão e/ou fava. De abril a junho crescem as três plantas. Em fins de junho começam a abrir as palhas que envolvem as espigas de milho, ocasião em que algumas espigas são colhidas. O pé de milho é então *virado*, ou seja, quebra-se a haste para que sirva de suporte ao crescimento do pé de feijão, permitindo a conserva das espigas não colhidas no *roçado*. A colheita do feijão pode estender-se até o início de setembro. A mandioca pode ser colhida por esta época, pois o prazo mínimo que se dá para o crescimento destas raízes é de seis meses. Contudo, normalmente, deixa-se ficar mais tempo sob a terra ao menos parte do cultivo. Assim, das plantas do *roçado*, é a mandioca que perdura durante o *verão* e fornece sua imagem por esta época. Como a mandioca também é conhecida por *roça*, nome atribuído a uma área em que a mandioca é cultivada, a *roça* coincide, por vezes, com o próprio *roçado*. Ressalte-se que, ainda durante o *inverno*, pode haver novo plantio de milho e feijão em começos de julho, depois de colhido o que foi plantado em abril/maio. A colheita se estende, então, por outubro/novembro. Note-se ainda que, embora mais freqüente, a forma anterior de associação dos três cultivos não é a única mencionada. Uma variante é uma *carreira* de um tipo de planta, isto é, pés de uma determinada lavoura dispostos em linha reta, entremeados por *carreiras* de outras plantas.

Contudo, o *roçado* não se resume à mandioca, milho, feijão e/ou fava. Associados a estes cultivos aparecem muitos outros, mas sem a mesma importância. Listando as lavouras que foram mencionadas pelos pequenos produtores como constando do *roçado*, ou podendo fazê-lo, temos: mandioca, milho, feijão, fava, algodão, tomate, vagem, coentro, cebola, batata, cará, inhame, jerimum, melancia, maxixe, quiabo, maracujá, abacaxi, pimentão, alho, alface, repolho, pepino, chuchu. A lista serve mais para ilustrar a amplitude de cultivos que abarca o *roçado*, do que para fornecer um levantamento exaustivo destes cultivos. Normalmente a resposta à pergunta do pesquisador sobre o que planta no *roçado* apresenta sempre uma enumeração em aberto, que começa invariavelmente com *mandioca* ou *roça*, *milho*, *feijão* e *fava*. Por vezes, a enumeração é precedida de uma afirmação genética: "Eu planto de tudo". Note-se que as lavouras citadas também conhecem uma subclassificação, ligada a particularidades no cultivo e/ou ao tipo de consumo que propiciam, ou ainda como este consumo é avaliado. Assim, distingue-se *macaxeira* de *mandioca*, bem como há uma grande variedade de mandiocas e diferentes qualidades de feijão, de milho, etc. A uniformidade de produtos não é regra no *roçado*. Assim, também o ciclo dos produtos plantados varia durante o *inverno*, ha-

vendo mesmo a possibilidade de que um cultivo suceda a outro dentro das terras do *roçado*, durante esta época. Isto tudo faz com que a seqüência "preparar a terra, plantio, limpa, colheita" não se apresente tal e qual. Fornece, entretanto, um modelo de referência fundamental porque se aplica a todo e qualquer cultivo realizado durante o *inverno*, e porque está calcado nos produtos mais importantes do *roçado*. Isto explica também porque, alternativamente, o *inverno* seja visto como época em que há *trabalho* todo o tempo.

Além dos cultivos citados anteriormente, onde predominam aqueles em que, para se obter o produto socialmente desejável, é necessário renovar o plantio após a colheita, designados localmente por *lavouras*, há cultivos associados ao *roçado* de plantas em que o fruto é o produto, podendo um mesmo plantio fornecer várias colheitas sucessivas. Tal é o caso das *árvores ou pés de pau*<sup>26</sup>, que podem ser listadas aqui sem pretensão à exaustividade: mangueira, cajueiro, abacateiro, jaqueira, bananeira, mamoeiro, pé de cajá, goiabeira, pé de graviola, pé de ingá, coqueiro, limoeiro, laranjeira, pé de mamona, cafeeiro. As árvores não se localizam apenas no *roçado*, mas também, e principalmente, em torno da *casa*, delimitando o *terreiro*. Quando localizados em terra onde se *bota roçado*, as árvores podem ter dois significados diversos. Pode haver uma grande variedade de árvores plantadas e seu cultivo ser assistemático, plantadas menos para fornecer produtos necessários à subsistência familiar do que para fixar os limites da terra em poder do grupo doméstico. Mas pode haver também um cultivo sistemático com vistas à venda do produto, e este era o caso do *café* na área. Em ambos os casos, é comum a referência ao terreno plantado com árvores como *sítios*, sendo que no caso do cultivo sistemático ele é dito *sítio* deste cultivo (*sítio de café*, por exemplo). O *sítio* representa a ocupação permanente da terra, por oposição à permanência restrita no tempo do *roçado*. Note-se que *sítio* e *roçado* podem coexistir de

26 Esta diferença entre dois tipos de lavouras é classificada por fontes estatísticas, como o IBGE, como *lavouras temporárias* e *lavouras permanentes*. O Recenseamento Agrícola de 1950 apresenta uma definição destes tipos de lavoura, que tenta combinar o tempo de ciclo vegetativo da planta com a periodicidade com que é plantada em relação à colheita. Na verdade, este último critério é que permite situar a questão por relação ao trabalho agrícola necessário, em quantidade e qualidade. São as seguintes as definições do Censo Agrícola de 1950: "*Lavouras Permanentes* - compreendendo terras ocupadas com culturas de longa duração, tais como: café, laranja, cacau, banana, uva, etc., que, após a colheita, não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos. *Lavouras Temporárias* - abrangendo áreas ocupadas com culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitam, geralmente, ser plantadas após cada colheita, tais como: arroz, algodão, cana-de-açúcar, milho, trigo, flores e hortaliças. Incluíram-se também nesta categoria as plantas forrageiras destinadas a corte".

duas formas. Ou no início de um *sítio*, ao ser formado, quando o plantio dos cultivos do *roçado* é feito simultaneamente ao das árvores.<sup>27</sup> Ou quando se *bota roçado* em terras já ocupadas pelas árvores do *sítio*. Contudo, pode-se deixar uma terra *descansar*, não se *botando roçado* aí, sem que isso signifique eliminação das árvores do *sítio*. Não é necessário que *sítio* e *roçado* coincidam especialmente, embora isso possa ocorrer freqüentemente. Na verdade, a escassez de terra crescente para a pequena produção, ligada ao fato de que os grandes proprietários não cedem mais terra arrendada onde se possa ter *sítios*, leva a que a plantação do pequeno produtor seja basicamente de cultivos de *roçado* e não de *sítio*. Significativamente, *roçado* passa a ser uma palavra para designar toda e qualquer plantação de pequena produção. Já a categoria *sítio* só aparece referida ao passado ou às várias árvores que delimitam as terras em poder do grupo doméstico.

De qualquer forma, tanto a categoria *sítio* como *roçado* implicam na associação de vários cultivos no terreno onde se materializam. Um traço distintivo básico da pequena produção é justamente a importância que aí assume a associação de cultivos num mesmo terreno (Apêndice Estatístico, VIII): Foi freqüentemente ressaltado, durante a pesquisa de campo, que *lavoura de pobre* era tudo misturado porque contava com pouca terra, enquanto *lavoura de rico* era "uma em cada canto", porque a terra possuída o permitia. Assim, a escassez de terra controlada pelo grupo doméstico leva à intensificação de seu uso. Esta intensificação significa, na prática, usar a fundo as possibilidades de cultivo associado e as de sucessão de cultivos de ciclo curto. Isto não se faz sem que diminua a *produtividade física* de cada lavoura por unidade de área (Apêndice Estatístico, IX), fato que é ressaltado pelo próprio pequeno produtor. Entretanto, esta prática permite aumentar o produto total que é obtido em uma determinada área, tanto em termos físicos, como em valor.

A associação de cultivos supõe que os cultivos principais sejam a mandioca, o milho e o feijão (e/ou fava), produtos que fornecem a dieta básica do grupo doméstico. Assim, pode-se também notar, para os outros cultivos do *roçado*, a predominância dos cultivos que propiciam o consumo doméstico. A predominância de cultivos que possam servir ao consumo doméstico tem levado uma grande quantidade de autores a classificar este tipo de pequena produção como "*agricultura de subsistência*". Implicitamente considera-se que os produtos cultivados vão diretamente do *roçado* para a *casa*, sem passar pela mediação do "mercado", sendo também muito comum considerá-la como um caso

27 Neste contexto emprega-se expressões como *roçado de café*.

de "economia natural". Estas classificações do mundo científico supõem que a categoria "mercado" defina o campo de relações propriamente econômicas, e a ausência de relações consideradas "mercantis" é confundida com a ausência de leis econômicas. Não se pergunta qual o lugar do "mercado" para estas unidades de produção, mas supõe-se conhecido o conteúdo da categoria "mercado", cuja presença, ausência ou grau de presença vai caracterizar as relações econômicas em jogo.<sup>28</sup> A predominância de lavouras cujos produtos estão na base do consumo doméstico é assimilada à "pouca importância do mercado". A única verdade que esta afirmação encerra é que, no *roçado* do pequeno proprietário, nem toda produção é uma produção diretamente mercantil. Há no *roçado* uma produção diretamente mercantil, denominada no primeiro capítulo "lavoura comercial", e uma produção que tanto pode ser vendida quanto autoconsumida, denominada no primeiro capítulo "lavoura de subsistência". A literatura especializada, em inglês, apresenta os termos *cash crop* opondo-se a *food crop*, que denotam mais precisamente os fatos em questão.<sup>29</sup> *Food crop*, ou "lavoura de subsistência", é o cultivo cujo produto tem a propriedade da *alternatividade*: pode ser vendido ou consumido diretamente. O produto deste cultivo é valor de uso para a unidade camponesa que o produz e valor de uso para quem o compra. *Cash crop*, ou "lavoura comercial", é o cultivo cujo produto é destinado à venda, isto é, é sempre mercadorias. O produto deste cultivo não é valor de uso para a unidade camponesa que o produz, mas é valor de uso para quem o compra. Isto pode ser aplicado tanto a alimentos quanto a matérias-primas, e neste sentido as expressões inglesas perdem em eficácia. Se o algodão não é beneficiado pela própria unidade doméstica, ele necessariamente é *cash crop*, mas se este beneficiamento é interno, ele passa a ter as propriedades de uma "*food crop*".

28 Tepicht (1973) ressalta o lugar específico do "mercado" para o modo de produção camponês, opondo-se à classificação de "agricultura de subsistência": "Rapports de l'économie paysanne avec le marché - Ces rapports pourraient être résumés comme on le fait dans la plupart des cas, en désignant cette économie comme "partiellement marchande". Chacun de ces deux mots a son importance. Le premier distingue le paysan du "farmer" américain ou australien par exemple, dont la production est entièrement commercialisable. Le second s'oppose à l'identification de l'économie paysanne à "l'économie de subsistance", terme assez ambigu par ailleurs: Il est tantôt employé dans le même sens qu'"économie naturelle", tantôt dans le sens de ce qu'un marxiste appelle "reproduction simple", ce qui ne signifie pas la même chose". (Tepicht, 1973, p. 27).

29 Daniel Thorner (1971) aponta a existência de *cash crop* em praticamente todos os casos concretos de campeonatos estudados como exemplo da falácia da oposição "agricultura de subsistência" - "agricultura de mercado"

A explicação da predominância das "lavouras de subsistência" no roçado está na própria dificuldade de se obter o necessário ao consumo familiar, segundo os padrões socialmente estabelecidos. Em outras palavras, a razão está na reprodução ameaçada do grupo doméstico enquanto pequeno produtor independente. Com "lavouras de subsistência", ele pode garantir diretamente uma faixa fundamental do consumo familiar. Com "lavouras comerciais", ele teria que realizar o valor de sua produção vendendo-a e, com o dinheiro assim obtido, adquirir os produtos necessários ao consumo familiar. Neste último caso, há sempre o risco que todo o trabalho concreto cristalizado nas mercadorias se torne inútil, caso as mercadorias não cheguem a ser vendidas por preço compensador. Mais precisamente, a realização do valor das mercadorias tem que cobrir necessariamente, ao menos, as despesas com "capital constante" (objetos e instrumentos de trabalho) e com "capital variável", ou seja, com o equivalente valor da subsistência familiar.<sup>30</sup> Caso não se obtenha esta renda monetária, não se reproduz a unidade de trabalho familiar enquanto tal. Tratando-se de "lavouras de subsistência", a impossibilidade de realizar seu valor no mercado é contrabalançado pela possibilidade de "autoconsumi-las". Sempre terá que fazer face às despesas com o "capital constante" necessário, mas é brutalmente diminuída a ordem de grandeza de seu problema. Sobretudo se considerarmos que a tendência ao *autoconsumo intermediário* é apenas uma outra face da mesma questão.<sup>31</sup>

30 Tepicht (1973) ressalta a passagem de Marx em *O Capital III*, onde está explícito que o *preço de produção*, em que se inclui o capital constante, o capital variável e a taxa média de lucro, é válido para unidades capitalistas, ms não necessariamente para o campesinato parcelar. A passagem é a seguinte: "L'exploitation parcelaire n'a pas pour barrière le profit moyen du capital, pour autant que le paysan est un petit capitaliste, ni la nécessité d'une rent, por autant qu'il est propriétaire foncier. Por le petit capitaliste qu'il est, la seule limite absolue est constituée par le salaire qu'il s'attribue à lui-même, déduction faite de ses frais proprement dits... Pour que le paysan parcelaire puisse cultiver sa terre ou en acheter, il n'est nécessaire, comme c'est le cas dans des conditions normales de la production capitaliste, que le prix de marché monte suffisamment pour lui rapporter le profit moyen, ni, *a fortiori*, um excédent fixé sous forme de rente, sur ce profit moyen. Il n'est donc pas nécessaire que le prix de marché atteigne la valeur ou le prix de production du produit. C'est là une des raisons qui font que le prix des céréales, dans les pays où prédomine la propriété parcelaire, est plus bas que dans les pays à production capitaliste. Une partie du surtravail effectuée par les paysans que travaillent dans la fixation des prix de production où dans la création de valeur en général. Ce prix moins élevé résulte par conséquent de la pauvreté des producteurs et nullement de la productivité de leur travail" (Tepicht, 1973, p. 210).

31 A alternatividade do produto do trabalho camponês é acionada em toda fase da crise, seja de realização valor de produção, seja social (guerra), fato muitas vezes descri-

A alternatividade das "lavouras de subsistência", entre ser vendida ou consumida, permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se atender aos requisitos do consumo familiar. Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender sua produção, guardando o dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar. Com os preços baixos, caso não tenha dinheiro, lança mão do próprio produto na obtenção do necessário ao consumo familiar. Assim, tanto a comercialização da própria produção quanto ao autoconsumo destes produtos levam em consideração a flutuação dos preços de mercado, não havendo nenhuma falta de sensibilidade a estas flutuações, mas uma forma própria de fazer face a elas. As citações abaixo, de entrevistas com um pequeno proprietário, por um lado, e com uma mulher de pequeno proprietário, por outro, mostram a forma de encarar a venda dos produtos diante de flutuação possível dos preços:

- 1) "P - (A roça) é só pro consumo da casa?  
I - Só pra casa. Aqui por esse preço não pagava nem o feitió. Não arrancava nem um quadro.  
P - Mas quando dá bom preço o senhor vende?  
I - Vendo. Vendo.  
P - O senhor vende na feira? Aonde?  
I - Às vezes vendo na feira. Às vezes vendo aqui mesmo"
- 2) "I - (mulher) se der no preço nós vende, se não der, nós come."

Para ter a marca da alternatividade, é necessário que o produto seja valor de uso para a unidade doméstica, que se apropriará dele da forma socialmente prescrita ao consumo familiar. No caso da mandioca, o fundamental não é o consumo direto das raízes, embora também isto seja comum, mas, sim, o consumo de *farinha de mandioca*. Produto básico na dieta da *casa*, a *farinha de mandioca* é o único produto alimentar cujo beneficiamento, incluindo cozimento, é feito fora da *casa*. O chefe da unidade doméstica tem que prover a *casa de farinha de mandioca* e não simplesmente de mandioca, como é o caso do milho ou feijão. Também o produto que é vendido é a *farinha de mandioca*. A colheita da mandioca inclui, portanto, tanto o recolhimento das raízes

---

to como "desligamento do mercado". A maior ou menor facilidade com que isto ocorre depende da importância do cultivo de "lavouras comerciais" (reconversão do produto) e da possibilidade de reposição dos meios de produção utilizados (utilização dos mesmos meios para outros cultivos e/ou reconversão dos meios de produção).

quanto a transformação da mandioca em farinha. A primeira operação tem a denominação de *desmanchar*, enquanto a confecção da farinha é dita *farinhada*. Ambas as operações são comandadas pelo chefe da família, e se utilizam dos homens e mulheres da unidade doméstica, embora em tarefas diferentes. A *farinhada* pressupõe um local próprio, em que há instrumentos que permitem a transformação da mandioca em farinha. Este local é conhecido por *casa de farinha*.

Nem toda unidade doméstica é proprietária de uma *casa de farinha*. Mas há sempre unidades domésticas, de pequenos proprietários, tendo *casas de farinha* entre os parentes e/ou vizinhos de uma determinada unidade doméstica. Ou seja: toda unidade doméstica tem sempre acesso a alguma *casa de farinha*, em que pode transformar a mandioca que cultivou. Quando não se é proprietário da *casa de farinha*, o acesso a esta depende da combinação com o chefe das unidades domésticas a quem pertence. Pertencendo a um parente, ou vizinho a quem se é chegado, é comum nada se pagar pelo uso das instalações. Geralmente se presta contribuição nas épocas em que se faz algum melhoramento ou reposição. Outras vezes o proprietário da *casa de farinha* exige que se retribua em produto. É a *conga*, que na área estudada era de uma *cuia*<sup>32</sup> para cada dez *cuias* de farinha fabricada. Recentemente introduziu-se motor a diesel para mover a roda que permite ralar a mandioca. Neste caso, conhecida por *casa de farinha a motor*, o proprietário pede sempre uma contribuição da unidade doméstica que ali faz a *farinhada*, para cobrir as despesas com o motor e com o combustível. A *casa de farinha* tem, geralmente, a forma de uma construção sem paredes, um local aberto, em que quatro pilstras, em madeira, sustentam os travessões onde repousam as folhas de palmeiras (ingá) que cobrem o espaço retangular. Neste espaço há sempre três peças necessárias à *farinhada*: a armação que serve para ralar a mandioca, a *pressa* e um forno. A armação que serve para ralar a mandioca varia segundo a força utilizada na movimentação da roda. Tratar-se-á de uma *casa de farinha a braço*, a *motor* ou a *água*. Quando é a *braço*, há uma grande roda em madeira, cujo eixo dá origem a duas manivelas, uma de cada lado. Estas manivelas permitem que duas pessoas movimentem a grande roda: Um fio de corda está preso à face externa da roda e serve de polia para movimentar um eixo preso a uma pequena roda no extremo oposto. Esta última roda terá, assim, uma velocidade maior de rotação. Esta pequena roda, dita *rodete*, é que apresenta na face externa um ralador em metal, móvel, que é conjugado a um ralador fixo co-

32 Medida local para farinha. Apresenta variações de tamanho por município, mas considera-se que contenha dez litros.

locado no ponto em que a mandioca pode ser introduzida. Quando se trata de *casa de farinha a água*, há uma calha oblíqua a uma roda de madeira, cuja face externa é escavada em forma de "pequenos degraus". A força da água ao cair faz girar a roda, movimento que é transmitido por um eixo ao *rodete*. Quanto ao *motor*, trata-se de motor a óleo diesel, que impulsiona diretamente o *rodete*. Neste último caso, o *motor* não é deixado na *casa de farinha*, mas guardado em casa por seu proprietário, devido ao seu alto valor. A *prensa* é uma grande peça de madeira, formada de duas partes. A parte inferior é fixa, um tronco cuja superfície superior é escavada, de forma a ali receber a massa de mandioca. Apresenta furos por onde escorre o caldo da massa prensada. A parte superior tem uma de suas extremidades fixadas, enquanto a outra apresenta um grande parafuso em metal, enterrado perpendicularmente no chão, no qual está encaixada. Este parafuso propicia o movimento da parte superior, sobretudo ao comprimir o conteúdo da parte inferior.<sup>33</sup> A superfície inferior (face voltada para o chão) desta parte superior tem uma forma convexa complementar ao pedaço escavado da parte inferior, seu rebaixamento significando, portanto, a compressão de tudo que esteja depositado na área escavada. O movimento da parte superior é semelhante ao de uma cancela; a diferença é que a força que o provoca é acionada mediante o deslocamento de uma "porca", ligada a uma barra, que, girando, força a extremidade sobre a qual está assentada para baixo. O *forno* é uma construção em tijolos, geralmente revestido de barro batido. Tem a forma de um cilindro de larga base e de pequena altura. As bordas do cilindro na parte superior são um pouco mais altas que o círculo onde efetivamente a massa é cozida. Junto ao chão há um buraco por onde é introduzida a mandeira e ateado o fogo. É interessante notar que as três peças estão dispostas sempre numa certa ordem. A armação das rodas ocupa o lado oposto ao forno, as peças dispostas paralelamente sempre ao longo dos dois lados maiores do retângulo que é o espaço da *casa de farinha*. A *prensa* ocupa um espaço intermediário entre os lados antes referidos, formando um triângulo com as duas outras peças. Tomando como ponto de referência o caminho que dá acesso à

33 Carlos Borges Schmidt (1958) diz que este tipo de prensa combina a prensa de parafuso com a prensa de alavanca inter-resistente, encontráveis em outras partes do país, sendo o tipo de prensa mais eficiente. Assim como no caso de operação de ralar, seu livro mostra que há várias técnicas possíveis em cada operação, estando o beneficiamento da mandioca longe de ser algo estático e imutável e muito menos reprodutor de técnicas indígenas. A recorrência básica que pode ser recebida é que todas as operações possam ser realizadas por uma equipe constituída por relações de parentesco e/ou vizinhança. Trata-se sempre de uma cooperação simples, em bases familiares.

*casa de farinha*, a armação de ralar se encontra à esquerda de quem entra, o forno à direita, e a prensa ocupando uma faixa intermediária, mas recuada ou em avanço em relação às outras peças. A *farinhada* leva os participantes a um movimento giratório que termina no forno.

A *desmancha* é feita no mesmo dia em que é realizada a *farinhada* ou no dia imediatamente anterior. A quantidade de mandioca que é tirada do *roçado* é decidida pelo *pai de família*, pequeno produtor, em função da quantidade de farinha que ele quer obter naquele momento. Uma *desmancha* não esgota toda a plantação de mandioca de um *roçado*. A raiz da mandioca é extraída da terra puxando-se o caule com a mão. Quando se crê que restaram algumas raízes dentro da terra, a enxada é usada para descobri-las. Os tubérculos são separados de todo o resto e colocados em grandes cestos de varas trançadas. São transportados, então, em cima da cabeça até a *casa de farinha*, ou em animais de carga. Estas operações são consideradas da órbita masculina. Chegada à *casa de farinha*, toda a mandioca a ser moída é depositada no chão, formando um monte. Ocupa uma faixa intermediária entre a armação de ralar e o forno, no lado oposto ao da prensa. Em torno forma-se uma roda de pessoas agachadas ou sentadas, que *raspam a mandioca*. *Raspar a mandioca* consiste em tirar a casca por meio de pequenas facas que só são usadas nessa ocasião. É tarefa considerada própria para as mulheres, no que podem ser *ajudadas* por crianças. A mandioca raspada é posta num cesto, colocado ao lado de quem rala a mandioca. É uma mulher, que fica sentada junto ao *rodete*, que se ocupa de introduzir a mandioca para ser ralada, tarefa designada por *cevar*. Na *casa de farinha a braço*, dois homens impulsionam a grande roda, formando um triângulo com a mulher que *ceva*. A massa, produto da mandioca ralada, é aparada numa peça de madeira escavada. Esta massa é, em seguida, *prensada*, para que dela saia o caldo, que é considerado venenoso, operação a cargo dos homens. É então peneirada, tarefa em geral a cargo das mulheres, mas que pode ser realizada por homens. Contudo, levar a massa ao forno para o cozimento da farinha é tarefa masculina. No forno, a farinha tem que ser *mexida* por longo tempo, o que se faz mediante uma pá de madeira presa a uma longa vara, objeto que tem a forma semelhante à parte metálica de uma enxada, porém de maior largura e menor altura. É o homem que se ocupa de mexer a farinha. Cozida a farinha, ela é posta em sacos de pano e transportada para *casa* pelos homens. A equipe que se ocupa da *farinhada* compõe-se de todos os membros da unidade doméstica. É comum, porém, que a unidade doméstica não possua o número ou o tipo de pessoa adequada à sua execução. Veja-se, como exemplo, o caso de uma unidade doméstica onde os filhos são crianças pequenas e a *casa de farinha* é a *braço*: há necessidade de, ao menos, dois homens adul-

tos. Pede-se então *ajuda* a um parente e/ou vizinho, que executará determinadas tarefas e a quem se fica devendo *ajuda* quando esta for solicitada. Para *raspar a mandioca*, contudo, é muito freqüente que haja participação de muitas pessoas, pois a *farinhada* é também uma ocasião em que se reúnem pessoas do local.<sup>34</sup> Ficam conversando durante o seu desenrolar e alguns podem preencher esta função sem que isto chegue a ser considerado uma *ajuda* a ser retribuída.

A *farinhada* não é realizada numa determinada época do ano, mas, sim, ao longo de todo o ano, bastando para tanto ter mandioca no *roçado*. De fato, o que difere a mandioca das outras plantas de *roçado*, e que lhe imprime a característica da alternatividade, entre autoconsumo e/ou venda por excelência, é exatamente o fato de ser ela uma lavoura que pode ser colhida nos mais variados momentos do ano. Mesmo que a *farinhada* exija mais trabalhadores do que dispõe, em quantidade e/ou qualidade, uma determinada unidade doméstica, seu caráter repetitivo possibilita que seja sempre beneficiada a partir de equipes articuladas por laços de parentesco, tendo por base a unidade doméstica e sob a autoridade do *pai de família*, pequeno produtor. Não é necessário *desmanchar* toda a roça a um só tempo, ou num curto espaço de tempo. Ao contrário, desmancha-se segundo o cálculo do *pai de família* das necessidades do consumo familiar, tanto ao usá-las para autoconsumo como para venda. Esta propriedade da mandioca era expressa pelos pequenos produtores ao opor as *lavouras de tempo marcado do roçado à roça*, passível de ser colhida a qualquer tempo. Como na entrevista seguinte de um pequeno proprietário:

I - A roça é uma lavoura, como diz a história, que plantando ela é ela mesmo.

P - Senhor?

I - A roça! A roça, entendeu?

P - Sim.

I - Plantando ela é ela mesmo. Planta ela agora de primeiras águas. Bom, digamos que com um ano dê farinha. Entendeu? Mas, bem, se faz, muitos faz, porque se o camarada não tem nada no tempo em que ele tá meio assim, com fome na época de verão, só tem ela, então faz e come. Mas, quem pqde, dá a ela um ano, dois, três, quatro. Acontece isto assim. Mas esta lavoura pequena tem o tempo dela marcado."

Note-se que a mandioca é uma *lavoura*, isto é, precisa ser replantada uma vez colhida, o que a distingue de qualquer *árvore*. Mas, diferen-

34 Essa reunião de pessoas pertencentes a unidades domésticas diferentes fica patente no fato muito lembrado de que a *farinhada* é local de namoro.

temente das outras lavouras, não há uma época em que obrigatoriamente tenha que ser colhida. Considera-se geralmente que, a partir de seis meses, a mandioca já dê *farinha*. Contudo, ela pode ser conservada na terra por período mais longo, sendo 18 meses a época mais citada, e três anos o seu limite extremo.<sup>35</sup> Além das *limpas* necessárias, para que se possa conservar debaixo da terra, é preciso que a cada início de *inverno* as plantas restantes sejam decepadas das hastes, prática conhecida por *esgotar a mandioca*.<sup>36</sup> Isto porque o acúmulo de água na terra poderia provocar o apodrecimento dos tubérculos.

Se predominam no *roçado* as plantas que têm a alternatividade entre serem consumidas diretamente ou vendidas, e se dentre elas a que encarna esta propriedade é a mandioca, nunca deixa de haver plantas que só sejam cultivadas visando a venda de seu produto, as *cash crops*, ou "lavouras comerciais". Efetivamente, o que distingue este tipo de cultivo é que seu resultado é equivalente ao valor de produtos necessariamente consumidos pela unidade familiar, mas que não são produzidos dentro da unidade familiar. Seu valor de uso está no seu valor de troca, isto é, no acesso que permite a valores de uso considerados essenciais que já são obtidos por compra a dinheiro. Se há sempre destas lavouras, é que há sempre produtos que compõem a subsistência doméstica que não são produzidos internamente. Realizar o valor desta parte do cultivo da unidade doméstica é, assim, condição *sine qua non* da reprodução da unidade doméstica. Neste caso, não há razão para que as "lavouras comerciais" sejam as mesmas ao longo do tempo, pois serão cultivadas aquelas que possibilitarem uma rentabilidade adequada e segura, tudo calculado em termos monetários. Este é, particularmente, o caso de lavouras que tenham um circuito comercial especial que ofereça garantias e preços determinados, além de outras facilidades possíveis. Em Bonito, era este o caso do *maracujá*, cujo plantio era estimulado por uma grande fábrica de sucos que se instalara no município. No passado, o *café* e o *algodão* é que preenchiam esta função, o que acontece atualmente em escala restrita.<sup>37</sup> O trecho seguinte, da entrevista com um pequeno proprietário e sua mulher, ressalta estas propriedades investidas no *maracujá*, que são contrapostas às do feijão e outras "lavouras de subsistência", que também cultivava:

35 Três anos foi o tempo máximo citado várias vezes, mesmo pelo pequeno proprietário da citação anterior. Os quatro anos, da citação anterior, possivelmente trata-se de força de expressão, embora não seja uma impossibilidade.

36 Cf. Beatriz Heredia, 1979. Carlos Borges Schmidt (1958, p. 26) diz ser uma prática recomendada pelos técnicos.

37 O café foi mesmo "erradicado" no Município por volta de 1966/67, ou seja, o IBC pagou por pé de café destruído, o que foi feito em larga escala. Fechou, também, o armazém local de beneficiamento de café.

“P – O senhor planta maracujá pra vender pra X (fábrica de sucos)?

I – É!

P – Maracujá é pro gasto também ou não?

I – É não! Maracujá aqui não serve, não (...) Somente pra vender.

Mulher de I – Somente pra vender. Maracujá é uma coisa.

I – É somente pra vender.

Mulher de I – Coisa de gasto de casa não tem nada.

I – Não tem nada. Chupa-se dois ou três.

Mulher de I – Chupa dois ou três, mas ninguém aqui chupa. O que a gente chupa é laranja, de algum pezinho pra chupar, né? Deixa manga pra chupar. Mas maracujá, não. Maracujá é... é a conta. Se tirou, vendeu. Se tirou, vendeu (...) Só tá dando duas coisas agora de... de... de preço. Só deu esse ano o preço: maracujá e café. Só que foi o que deu o preço (...)

P – O senhor desculpe... Como é que... por exemplo... o senhor sabe que dá preço no ca... como é que o senhor... diz que o café dá mais... tá melhor que o feijão, por exemplo? (...)

Mulher de I – (...) Por isso que a gente diz que só dá preço café e... e maracujá. Porque um milheiro de maracujá tem dado até 60 contos aí na X. E pra tirar este milheiro de maracujá a gente tira com uma área, ou duas áreas, como daqui àquele pé de manga. Só pra tirar o milheiro. Só pra tirar o milheiro (...) Num instantezinho se tira. E quando carrega, carrega mesmo. E as outras coisas nós morre de trabalhar e não faz nada. A gente morre de trabalhar, olhe. Se trabalha na roça, se trabalha na roça, isto dá um trabalho! A gente morre de trabalhar na roça, a gente trabalha muito no feijão, trabalha muito no milho. E se trabalha muito, não dá pra fazer 100 contos. Já dá... mais trabalho do que nada. E no café, não. Dá! Se dá um saco, a gente sabe que é um saco. Tome 150 contos. Pronto. Maracujá, a pessoa plantou, tirou: um milheiro. Já sabe: 50 contos. Vá lá: quando muito barato, 40. (...)

I – É a coisa melhor que tem é o maracujá. Em agricultura é a melhor que tem por aqui.”

Há nesta citação clara oposição entre cultivos *pra vender* ou de *preço*, representados pelo maracujá e o café, e os cultivos *pro gasto*, representados pela mandioca, milho e feijão. A firma-se que a produtividade valor em relação à área e em relação ao trabalho necessário é maior no caso do primeiro tipo de cultivo que no caso do segundo. No entanto, um tipo de cultivo não elimina o outro. Neste caso, a ênfase no maracujá leva a ressaltar a rentabilidade em termos monetários dos cultivos, o que provoca uma minimização do papel das “lavouras de subsistência”, reduzidas ao autoconsumo. É interessante porque con-

trasta com as afirmações freqüentes de que tudo que é produzido visa o abastecimento direto da *casa*, minimizando o papel dos "cultivos comerciais". Mas, num caso como no outro, é sempre possível observar a coexistência destes dois tipos de cultivo, bem como a predominância da área destinada às "lavouras de subsistência".<sup>38</sup> Ambos os cultivos fornecem o necessário ao consumo familiar. Os "cultivos de subsistência" podem fornecê-lo diretamente ou passando por sua realização valor. Os "cultivos comerciais" fornecem a renda monetária necessária para que se adquira os bens necessários de que não se é produtor. Cobrem, portanto, ou podem cobrir, esferas diferentes do consumo familiar socialmente necessário. O lugar que ocupa a categoria "mercado" num caso e no outro é diferente, seu significado varia, mas em ambos os casos há uma só lógica: possibilitar o atendimento do necessário ao consumo doméstico e a reprodução das condições sociais de produção.<sup>39</sup>

### 2.3 – Existência de um nível de consumo socialmente necessário ou nível de subsistência

O cálculo econômico do *pai de família*, pequeno produtor, está centrado em obter do *roçado* os elementos necessários ao consumo da *casa*, bem como o necessário para repor as condições de produção da unidade doméstica no ciclo produtivo seguinte. Idealmente, o produto do *roçado* tem que ser suficiente para pôr e repor os instrumentos e objetos de trabalho e propiciar o necessário ao consumo doméstico. O desgaste total ou parcial dos instrumentos e objetos de trabalho se dá durante o ciclo agrícola e na medida da intensidade em que são usados. Há uma equivalência, portanto, entre o tempo do ciclo produtivo

38 Embora não tenhamos os dados exatos, a área ocupada por mandioca era bem maior que a reservada ao maracujá, no caso do pequeno produtor da citação acima.

39 Neste ponto, é importante relativizar certas afirmações quanto à especificidade do cálculo econômico camponês ser dada pelo fato de que seria um maximizador de renda monetária, em oposição a unidades capitalistas maximizadoras de lucro (Alves, 1972, onde consta abundante bibliografia). Ao olhar os dados globais de produtividade de valor por hectare, esta tendência poderia ser reforçada, sobretudo porque é fortemente impregnada da "legitimidade pela estatística" (ou seja, só a estatística é dado). Isto afastaria a possibilidade de se entender por que os cultivos de maior produtividade valor por hectare não predominam sempre na unidade de trabalho familiar. Precisamente, a maximização de renda só é válida para as unidades totalmente voltadas para "cultivos comerciais"; o que só é o caso dos *farmers*. Impossibilita, também, entender as leis que determinam uma maior ou menor especialização de cultivos no campesinato, fenômeno fundamental a seu desenvolvimento e sua articulação com o modo de produção dominante (Galeski, 1972, chapter VI).

e o tempo do consumo produtivo ou intermediário. Outra é a situação do consumo doméstico, pois o tempo do ciclo agrícola nem sempre coincide com o tempo em que a *casa* tem que ser aprovionada para possibilitar o consumo doméstico. O tempo em que os produtos são obtidos e se perdem, caso não sejam consumidos, difere do tempo em que são necessários ao consumo doméstico. Fazer a mediação entre o *roçado* e a *casa* significa que o *pai de família* tem que aprovionar a *casa* ao longo de todo o ano, segundo uma periodicidade dada, o que difere do período em que se obtém os produtos do *roçado*, antes que se tornem imprestáveis para o consumo. Não se nega que haja variações no consumo doméstico segundo o momento do ciclo produtivo. Entre junho e outubro, o consumo de milho é possivelmente superior a qualquer outra época do ano. Mas esta variação se dá em torno de um consumo necessário ao longo de todo o ano. Caso o consumo alimentar da *casa* viesse todo e diretamente do *roçado*, com autoconsumo total, seria necessário que o *pai de família* calculasse o montante de consumo alimentar entre uma colheita e outra, em quantidade e qualidade, e tivesse meios de anular a perecibilidade dos bens e possuísse uma estrutura de armazenamento dimensionada para as maiores colheitas. Qualquer falha de previsão, ou mesmo pela simples variação entre colheitas, significaria passar da abundância à escassez. A possibilidade de realização de valor de parte da produção no mercado permite diminuir estes riscos, diminuir também o trabalho necessário para contrarrestar a perecibilidade dos produtos e para propiciar a estocagem necessária. Em suma, o dinheiro obtido com a venda possibilita um consumo diferido, que permite enfrentar as flutuações de produção e diminuir o volume de trabalho socialmente necessário. Portanto, a compra e venda de produtos é uma forma de fazer a mediação entre o *roçado* e a *casa*, mesmo sem considerar aqueles produtos necessários à *casa* que não são fornecidos pela unidade doméstica. É o *pai de família*, pequeno produtor, que opera o cálculo da produção necessária entre uma colheita e outra, e a partir daí calcula o esforço coletivo necessário aos membros da unidade doméstica para atingir este volume, acrescido do necessário para pôr e repor os instrumentos e objetos de trabalho. É o *pai de família*, pequeno produtor, que decide o destino da produção obtida, seja vendendo ou levando o produto para *casa*, assim como é ele quem tem de aprovionar regularmente a *casa* dos meios necessários ao consumo doméstico.

É claro que o consumo doméstico necessário varia segundo o tamanho e a composição da unidade doméstica, variação que se dá entre unidades domésticas e variação que se dá ao longo do "ciclo de vida" de uma determinada unidade doméstica. Estas variações de modo algum anulam a existência de padrões socialmente definidos de consu-

mo necessário. Estes padrões significam que qualquer *pai de família* deve proporcionar à sua unidade doméstica quantidades mínimas de certos produtos num tempo dado para que seja possível o consumo doméstico. A manifestação da existência desses padrões é a oposição consumo normal-privação, onde a privação aparece cada vez que não há suprimento de certos bens na quantidade desejável e/ou sem a regularidade necessária. O próprio modelo de autoridade doméstica está referido a estes padrões: um dos componentes de um *bom pai de família* é a capacidade do chefe da unidade doméstica fornecer o necessário para seu consumo. A atualização das regras sobre o consumo necessário sofrem variações segundo a situação objetiva de cada unidade doméstica. O tempo em que os suprimentos dos bens tem que ser feito é também variável. Não aparece, por conseguinte, de imediato, a existência de um nível de consumo socialmente considerado como mínimo, ou ela não se expressa em categorias verbais únicas.<sup>40</sup> É preciso considerar ainda que este nível de consumo está referido a apenas uma parte das unidades domésticas, ou seja, tem por referente os *pobres*, por um lado, e dentre eles os pequenos produtores.<sup>41</sup>

Contudo, é comum haver formulações sobre situação de privação por que passou ou passa um determinado grupo doméstico. Estas formulações revelam, por contraposição, os padrões de consumo que se tem por aceitáveis. Há unidades de tempo diferentes na avaliação da privação, segundo o produto em questão e/ou necessidade que permite satisfazer. As formulações mais frequentes referem-se aos padrões de habitação, de vestir e de comer. São necessidades supridas diferentemente, e o tempo necessário de reposição do estoque de produtos que propiciam seu atendimento são bem diferentes. Designam situações de privação extrema: o *pé da ponte*, o *andar nu* ou *todo rasgado*, o *passar fome*. É interessante notar que o tempo diferente, de cada pro-

40 Acentua-se este ponto, pois consideramos que de forma alguma o consumo necessário depende apenas da subjetividade de cada *pai de família* ou da soma de subjetividade dos membros de cada unidade doméstica. Estes supostos aparecem nos modelos econômicos de fundo marginalista que tratam das unidades familiares (ver Amaratya Sen, 1966). Observe-se que tampouco fazemos aqui apelo à média estatística, já que consideramos que o consumo efetivamente realizado é efeito de várias determinações a serem consideradas, e não a realização de uma variável ou de um conjunto de variáveis.

41 Uma das faces dessa questão é que não há coincidência alguma entre o que aqueles que estão classificados como *ricos* consideram que seja privação para este grupo, e o que este grupo considera ser privação para si mesmo. As entrevistas com grandes proprietários e com funcionários urbanos mostrou isto abundantemente. As redes de parentesco e vizinhança entre os pequenos proprietários fornecem os horizontes de comparabilidade e de solidariedade no cumprimento desses padrões, funcionando como seus suportes materiais.

duto que pode atender as necessidades a que se referem estas expressões, permite entender os contextos diferentes em que são usadas e a força de cada uma. Assim, dificuldades com os padrões de comer é algo avaliado semanalmente e designa, geralmente, uma situação de privação passageira. Já o *pé da ponte*, por exemplo, designa uma situação de privação duradoura, pois se dorme sob algo coberto, mas que não tem nenhuma das características sociais associadas à noção de *casa*. A renovação das vestimentas se dá em prazo anual, designando uma situação intermediária.<sup>42</sup> Este prazo de renovação diferente dos produtos está associado à percepção de que uns são "pré-condição" ou "suportes" para outros.

Uma unidade doméstica *passar fome* significa que a *casa*, onde reside, preenche, os requisitos sociais necessários, mas não há produtos alimentares adequados que propiciem o comer.<sup>43</sup> A ausência de *casa* qualifica uma situação de privação tal que o comer aí nem se coloca, pois sua realização supõe a *casa*. Por outro lado, o atendimento constante das necessidades cobertas por produtos de menor prazo de renovação é condição para melhoria, em quantidade ou qualidade, dos produtos de maior prazo de renovação. Neste sentido, não se aceita que uma *casa* melhor, por exemplo, leve a unidade doméstica a privações no comer. Todas estas necessidades são, portanto, a certo nível, consideradas essenciais, pois todas elas definem conjuntamente o padrão de consumo socialmente necessário. Entretanto, há uma ordenação em que o atendimento das necessidades supridas pelos produtos de menor prazo de renovação tem prioridade sobre os demais. O comer aparece, assim, como item prioritário.

O período de tempo em que se avalia o necessário ao comer é a semana. É neste período que o *pai de família* tem que abastecer a *casa* dos produtos necessários, para que sua mulher providencie diariamente as refeições. Mais precisamente, este é o tempo em que se dá a me-

42 E também algo de consumo individualizado, em oposição aos outros dois, cujo consumo se dá sempre coletivamente. Este fato não é sem conseqüências, como será explorado no capítulo IV.

43 É bom que se note que *fome* designa ausência de alimento, mas não que haja ausência total de coisas comíveis, e sim daquelas socialmente consideradas importantes. Como exemplo, veja-se os seguintes casos onde pequenos proprietários *passaram fome*. Entrevistando um pequeno proprietário, fomos apresentados a um vizinho seu, que se teria alimentado de jacas durante o verão do ano anterior, porque só havia destas frutas disponíveis em seu *sítio*. Em outra oportunidade nos foi apresentado um saco de feijão enviado pela AID durante a seca de 1970. Embora se tenha passado fome por esta época, não se consumiu aquele feijão, pois considerava-se o feijão de difícil cozimento e de sabor desagradável. *Fome* não significa, nestes casos, estado de inanição, mas ausência dos produtos socialmente considerados como comida.

dição entre o *roçado* e a *casa*. Os produtos a serem consumidos pela unidade doméstica neste prazo constituem o *gasto* semanal. Fornecer o necessário ao *gasto* semanal pode ser feito através da apropriação direta da produção do *roçado* ou através de compras. As compras efetuadas semanalmente são designadas por *feira*. Como há produtos necessários ao *gasto* que não são produzidos pela unidade doméstica, como o sal e o açúcar, a realização da *feira* semanal se faz permanentemente. A realização de uma *feira* implica sempre uma despesa monetária, mas não que as compras sejam efetuadas em local determinado. O *pai de família*, pequeno produtor, tem como elementos de cálculo o *gasto* necessário à unidade doméstica numa semana, por um lado, e a possibilidade de apropriação direta dos produtos do *roçado* e/ou a *feira*, por outro. O montante da *feira* depende deste cálculo, já que dela constam tanto os produtos que a unidade doméstica produz, como aqueles que a unidade doméstica consome, mas não produz.<sup>44</sup> Este cálculo permite abastecer a *casa* dos produtos de consumo coletivo da unidade doméstica naquele período, tanto o comer, como outros produtos essenciais para a *casa*, como o querosene para a iluminação. O prazo semanal marcado pelo uso da categoria *feira* fixa o tempo cíclico em que este cálculo tem que ser efetuado, ou melhor, reavaliada a correspondência entre as necessidades da *casa* e os meios de seu atendimento.

Este cálculo é particular a cada unidade doméstica, isto é, é individualizado quando da existência de um casal. Neste sentido, o casamento marca o momento em que o homem passa a ser responsável pela *feira*. O pequeno proprietário da citação abaixo formula isto claramente, a propósito de um de seus filhos já casado, cuja residência está localizada em suas terras. Este filho tem uma *feira* independente, embora o *sítio* seja o mesmo. Ressalve-se que o filho também tem *roçado* independente do pai:

"I - Quer dizer que... da feira mesmo daqui é uma só, não é? Agora ele, como é casado, não é, ele tem que ir para fazer a feira dele, não é? Ele é casado, tem a casa dele, não é? Ele tem obrigação de... se virar também, não é? Fazer a feira. As mercadorias é do sítio, não é, mas ele leva pra feira "

44 Da *feira* podem constar os seguintes produtos: farinha de mandioca, feijão, milho, arroz, macarrão, café, açúcar, sal, carne verde, peixe, charque, *verduras* (tomate, pimentão, coentro, etc), *frutas* (compreende-se neste contexto tanto as frutas de árvores, como banana, manga, jaca, e tubérculos como: cará, inhame, etc) e produtos necessários à casa, como querosene, sabão, etc.

A feira marca, neste contexto, a responsabilidade do *pai de família*, pequeno produtor, pelo aprovisionamento dos produtos de consumo coletivo de sua unidade doméstica. Os bens de consumo individual do *pai*, como despesas com bebida e fumo, considerados *vícios*, não fazem parte da *feira*. Por outro lado, os bens cujo prazo de renovação superam a semana não constam do cálculo periódico da *feira*, embora façam parte de *feiras* determinadas. Regra geral, a aquisição destes bens é localizada em épocas do ano em que se considera que o montante despendido com eles não ameaçará a realização desse consumo periódico mínimo.

A realização de uma *feira* está sempre associada ao *gasto* de uma unidade doméstica naquele período. Contudo, *gasto* e *feira* não são categorias que cobrem os mesmos fenômenos. O *gasto* de uma família numa semana pode ser proporcionado por uma *feira*, mas parte do *gasto* também pode ser proporcionada pelo autoconsumo dos produtos do *roçado*. Quando um produto é levado diretamente do *roçado* para a *casa*, diz-se que aquele produto é *pro gasto*. O cálculo da forma como é suprida a *casa*, pela apropriação direta dos produtos do *roçado* ou pela *feira*, tem como ponto central a diferença entre o tempo em que os produtos do *roçado* são consumíveis e o tempo em que o consumo doméstico se dá. Isto, evidentemente, é restrito àquela parte do consumo necessário em que há produção da unidade doméstica. Neste caso, a produção obtida pela unidade doméstica pode ser superior ao *gasto* do período em que esta produção se perderia. Em outras palavras, a quantidade obtida de pimentão, por exemplo, pode ser superior ao *gasto* das semanas em que o pimentão fatalmente apodreceria. Diz-se, então, que a produção é *mais do que o gasto*. O *mais do que o gasto* é geralmente vendido.<sup>45</sup> A propósito de seu avô, também pequeno proprietário, formula um pequeno proprietário a regra que ele mesmo segue:

- "I - Plantava mandioca, feijão, milho, fava, algodão... É a mesma coisa que nós planta. É a mesma coisa. Ele era agricultor.  
P - Agricultor?  
I - É.  
P - E vendia na feira também?  
I - Vendia. A farinha. Também feijão, milho, quando sobrava da feira, quando sobrava do gasto, ele vendia. E, quando não sobrava, só dava mesmo pro consumo, não é?"

45 No capítulo III, explora-se como o *mais do que o gasto* em lavouras pode ser apropriado para a criação de pequenos animais. A lógica em jogo é a mesma, e será explicitada mais adiante para não complicar desnecessariamente a análise.

Formulações como esta são extremamente comuns na área estudada. Não deve ser só aí, pois não menos freqüente é a referência da literatura especializada a este fenômeno como "excedente camponês". Expressamente considera-se "excedente camponês" a produção que está acima do consumo da unidade doméstica. Como poderia sugerir o trecho citado acima, ir a mercado está associado a ter sobras. A parte da produção que seria comercializada teria, invariavelmente, um caráter residual. Como não há nenhuma especificação de tempo, não poucas vezes esta idéia tem estado associada à entrada esporádica do camponês no mercado, só quando "sobraria produção". Aparentemente, também, acaba-se esquecendo de dizer qual o destino da renda monetária obtida com a venda do "excedente" (desperdiçável como o produto que lhe dá origem?). Estas idéias esquecem um princípio básico de qualquer circulação mercantil: só há venda de mercadoria se há compra de outra mercadoria, e vice-versa.<sup>46</sup> Se o pequeno produtor vende o *mais do que o gasto* é porque tem a possibilidade de dar uma destinação específica ao dinheiro obtido com esta operação.

Na verdade, a renda monetária obtida com a venda do *mais do que o gasto* pode propiciar apenas uma *feira* futura que possibilite o *gasto*. Em outras palavras, o *mais do que o gasto* pode ser apenas um consumo diferido do mesmo bem que é vendido, por um lado; ou o consumo de um outro bem necessário ao *gasto*, por outro. Nestes casos, o *mais do que o gasto* é uma forma própria de ajustamento entre o ciclo de produção da unidade doméstica e a periodicidade do consumo familiar. Ou então, uma forma própria de ajustamento entre o uso dos "produtos de subsistência" e a compra daqueles bens de que se é consumidor, mas de que não se é produtor. Isto explica por que o *mais do que o gasto* das lavouras do *roçado* fica no estrito domínio do *pai de família*, que calcula seu montante e o momento em que tem que ser vendido. O trecho da entrevista citada na página anterior tem seu seguimento com a insistência do pesquisador em ver como é calculado o *mais do que o gasto*. Aparece, então, nitidamente que a venda do *mais do que o gasto* propicia a compra de produtos normais ao próprio *gasto*, bem como do caráter necessário e imprescindível do *mais do que o gasto*, caso se possa viver só de *roçado*:

46 Não se trata, aqui, de entesouramento de dinheiro, que pode acontecer para casos outros sem ser os do campesinato estudado. Mesmo neste caso, tratar o fenômeno como algo "sobrante" ou "excedente" apresentaria questões análogas.

“P – E vendia na feira também?

I – Vendia. A farinha. Também feijão, milho, quando sobrava da feira, quando sobrava do gasto, ele vendia. E, quando não sobrava, só dava mesmo pro consumo, não é?

P – Agora... Isso é... Uma coisa que eu queria saber: como é que a gente sabe quando sobra do gasto? Por exemplo, a farinha?

I – Sabe, sabe. Porque o senhor faz... faz um saco de farinha, né, faz dois, faz três, tem de vender, tem, muita mandioca, planta muita mandioca, planta muito milho, planta muita fava, planta muito feijão, tem de tudo com fartura. Aquilo só a sua família não dá pra gastar aquilo tudo, tem que vender um pouco. Pra comprar, a roupa, pra comprar... Comprar outras coisas. Se o senhor não tem feijão, vende a farinha e compra o feijão, não é? Não tem a... carne, vende a farinha e compra a carne, compra o açúcar, compra o café. E tem que tirar dali. Você não trabalha alugado, não tem um... não é funcionário público, que ganhe do Governo, ou que ganhe de qualquer coisa, não tem um negócio, só pode ser agricultor, e é fraco, não é? Então o senhor tem que dar do seu, da sua agricultura (...). Então a gente tem que fazer isto, não é? Só tem um saco de farinha, não tem o açúcar, tem que vender a metade pra comprar o açúcar, pra comprar o café, pra comprar um pedaço de carne, pra qualquer coisa, pra se manter, pra misturar, não é? E assim vai vivendo (ri). Todos esses proprietários é assim. Esses agricultores fraco. Às vezes sobra... não... às vezes não sobra, às vezes não sobra, mas o cabra tem que vender aquilo. Vende um pouquinho a pulso. Porque falta de tudo.”

Note-se que o trecho finda com “às vezes sobra, às vezes não sobra, mas tem de vender aquilo”. O que está em jogo é que, efetivamente, o *mais do que o gasto* é uma forma de propiciar o consumo socialmente necessário através da realização valor de parte da produção. Neste contexto, não pode mais aparecer apenas como algo que sobra. Na verdade, ao formular que a produção do *roçado* se destina ao *gasto*, o que o pequeno produtor está enfatizando, muitas vezes, é que sua produção visa o consumo familiar, e não é uma forma de “ganhar dinheiro” como para as grandes propriedades. Mas isto não significa que a produção seja não vendável. Mesmo porque, há produtos necessários ao consumo familiar de que não se é produtor. Sistematizemos as situações de venda da produção. Em primeiro lugar, há as “lavouras comerciais”, onde o *gasto* nem se coloca. Sua produção prende-se à obtenção de renda monetária para aquisição de produtos que se consome, mas que não se produz. Em segundo lugar, há o *mais do que o gasto* das “lavouras de subsistência”, sob duas formas. Uma forma é quando o *mais do que o gasto* permite preencher funções análogas às

“lavouras comerciais”, ou seja, a renda monetária a que dá origem permite adquirir produtos necessários ao consumo de que não se é produtor. As “sobras eventuais”, os “excedentes” devido a uma boa colheita, são somente um caso particular desta forma geral. A ampliação dos circuitos mercantis dos “produtos de subsistência” pode reforçar esta forma, fazendo com que as “lavouras de subsistência” possam ser mais rentáveis que as “lavouras comerciais”.<sup>47</sup> A segunda forma é quando o *mais do que o gasto* é apenas uma forma de diferir o consumo daquele produto que é vendido no tempo. Isso foi observado particularmente em relação à farinha. A *farinhada* exige uma mobilização da força de trabalho familiar que nem sempre é compensadora se só se produz para o autoconsumo. Isto porque se considera que a *farinha* pode ser estocada por quinze dias ou vinte, tornando-se *azedada* a partir de então. Mas a produção necessária a apenas quinze dias de consumo pode ser de muito inferior ao potencial da produção de uma farinhada. Faz-se, então, uma produção maior e vende-se o *mais do que o gasto*, isto é, o que excede ao consumo dos quinze dias. Como já se tratou anteriormente, o *mais do que o gasto* amplia-se nos momentos em que se julga dar bom preço, e reduz-se nos momentos em que se julga não haver preço compensador. O dinheiro arrecadado pode ser apenas o equivalente do *gasto* futuro em *farinha*.

Vê-se, portanto, que o *mais do que o gasto* não é nenhuma forma do “excedente sobre o consumo”, mas uma maneira específica de adequar o ciclo de produção ao ciclo em que se processa o consumo familiar. Não é, sobretudo, uma produção a que a unidade doméstica não tem acesso. Esta é uma das conotações com que a categoria excedente tem sido usada: uma produção, ou parte de uma produção, que é extraída sem contrapartida equivalente aos trabalhadores responsáveis por ela.<sup>48</sup> Isto seria totalmente falso se aplicado ao fenômeno a que se refere o *mais do que o gasto*. Em verdade, a idéia, implícita no uso da categoria excedente, só tem rigor quando aplicável à relação social entre trabalhador e não trabalhador, como no caso da *mais-valia* para o modo de produção capitalista. O excedente camponês se manifesta nas variadas formas em que as classes sociais dominantes se apropriam do produto de seu trabalho ou de seu próprio trabalho, esteja ele sob o modo de produção capitalista, sob a forma de renda da terra, lucro comercial, juros ou venda da força de trabalho. O mercado ou os

47 Esta tendência pode estar ligada ao processo de proletarianização dos *moradores* da área canavieira, onde o acesso à subsistência familiar passa a ter no *salário* o seu meio único. (Sigaud, 1977).

48 A categoria excedente tem dado lugar a um longo debate em Antropologia Econô-

mercados podem articular formas de extração de excedente do campesinato, mas isso não é forçoso, bem como não é a única forma de extração de excedente.<sup>49</sup>

Este ponto é importante para se entender o significado diferencial dos circuitos mercantis a que tem acesso o pequeno produtor, tanto para vender sua própria produção quanto para comprar os produtos de que tem necessidade. A possibilidade de *levar para feira* sua própria produção é um ponto importante no cálculo do pequeno produtor. A *feira*, aqui, significa a praça de mercado onde são efetuadas transações mercantis com uma periodicidade semanal. Na feira, o pequeno produtor trava contato, sobretudo, com outros *pobres*, pequenos produtores, *moradores*, trabalhadores residentes na *rua*. Predominam neste caso relações horizontais.<sup>50</sup> O controle que o pequeno produtor tem sobre este circuito é muito diferente do controle dos circuitos onde predominam relações verticais. Assim é, quando tem produtos a vender a comerciantes atacadistas ou a grandes empresas, como é o caso do maracujá em Bonito. Contudo, o circuito vertical pode oferecer "vantagens" especiais, como crédito, preços seguros, distribuição de sementes, que permitem uma maior rentabilidade de "lavouras comerciais". Não se especializar nesta produção tem, às vezes, o significado de não ficar numa dependência muito grande desses circuitos. Para as compras do necessário ao consumo familiar há diferenças análogas. Pode-se *fazer feira* ou nas *vendas*, estabelecimentos comerciais fixos, ou nas *feiras*, enquanto praças de mercado semanais. Considera-se que as *feiras* apresentam um preço bem inferior ao das *vendas*, fato associado à multiplicidade de vendedores que aí expõem suas mercadorias. As *vendas* apresentam como "vantagem" a possibilidade de comprar *fiado*. Assim, nas épocas em que não tem possibilidade de obter o necessário ao consumo doméstico, seja *in natura*, seja em dinheiro, o pequeno proprietário recorre ao endividamento nas *vendas*.<sup>51</sup> Visto

---

mica. Neste sentido, ver Pearson, 1957; Dalton, 1960; Harris, 1959; Godelier, 1968.

49 Tepicht chama a atenção que uma das lutas do campesinato, sob o feudalismo, foi a de ter a possibilidade de livre circulação mercantil. O mercado, no caso, permitia romper com a forma dominante da extração do excedente (Tepicht, 1973, p. 28).

50 Esta diferença entre preços de mercado onde predominam relações horizontais ou verticais é apontada por Mintz, 1959.

51 Há endividamento também nas *feiras*. Contudo, na *feira*, os vendedores dispõem de pouco dinheiro para movimentar o *negócio* e não podem conceder prazos grandes e/ou grande montante de crédito. A possibilidade de endividamento aí é mais restrita, assumindo o prazo normal de uma semana de diferença entre a compra e o pagamento em dinheiro. Isto faz com que o prazo de oito dias para pagamento nem seja considerado fiado. Fiado é quando se julga que o montante de dinheiro devido possa fazer falta

como recurso para eventualidades, ter a possibilidade de se endividar é algo considerado positivamente. Porém, o endividamento é a forma mesma pela qual a *venda* reproduz a relação com seu cliente. Não só há cobrança de preços mais altos, como há em jogo a tentativa de assegurar uma dívida contínua, embora limitada. Neste sentido, é comum a recriminação a quem está *enganchado em venda*, pois quem aí se abastece, quando "paga um débito já tá devendo outro". Para os que estão *enganchados*, a possibilidade de escolha de produtos é menor, deteriorando-se o tipo de abastecimento da *casa*. Neste contexto, aparece a figura do *retetêu de venda* (coisas ruins). Abastecer-se na *feira* significa, por oposição a *vendas*, preços não controlados, maior escolha de produtos e independência em relação ao vendedor. Note-se que a decisão do local de compra é do pai de família, pequeno produtor, e o crédito de que possa dispor depende de sua relação com o vendedor. Muitas vezes, contudo, pode ser necessário uma compra menor durante a semana, que seja realizada por um *filho*, pagando em *moeda ou pondo na conta da venda*. Mesmo estas compras para o abastecimento da casa são feitas sob o controle do *pai*, que *manda o filho* fazê-las. Da mesma forma, o *dono da venda* só atenderá a um *filho*, quando é para *por na conta* da família, se este tem autorização do *pai* para fazê-lo.

ao credor. Um pequeno proprietário, que tem no *negócio* com verduras uma fonte importante de renda, formula assim a questão:

"P - Mas quando é na venda eles deixam para pagar depois, comprar fiado?"

I - Deixam. De oito em oito dias. Isto não é fiado.

P - Ah, de oito dias não é fiado?

I - Não. O fiado que se fala é de oito por diante. De trinta dias por diante. Fiado! (retificando)

P - Ah, de trinta dias por diante?

I - Mas fiado de oito dias, de quinze, não é fiado. Se hoje é segunda-feira, digamos, eu pego esses dois animais e vendo ao senhor por quatrocentos contos, pro senhor me dar de hoje a oito. De hoje a oito o senhor me dá, não é fiado, não. Que não me interrompeu nada na vida. Não é fiado, não. Agora, é fiado de trinta dias por diante."

Se há possibilidade de "interromper o *negócio*", então é *fiado*:

"P1 - De oito dias o senhor considera fiado na feira?"

P2 - De um sábado pra outro, é fiado?

I - Eu? E. Se fala fiado, porque não trouxe no bolso, né? Se fala fiado, mas não é fiado. É fiado pro homem que tá favelado.

P2 - Senhor?

I - É fiado pro homem que tá favelado, sem dinheiro. Porque, se eu compro fiado aqui, entendeu? Eu compro na quarta, na quinta e na sexta, e preciso quando chegar no domingo de pagar todo mundo. Tá entendendo? E se eu lá vendo fiado, pra receber com oito dias, aí quer dizer que não fiz *negócio*, não. E eu pagar aqui, vou pagar com quê? Com que que vou pagar?

É preciso considerar ainda que o produto do *roçado* pode não ser suficiente para proporcionar o consumo periódico da unidade doméstica. Isto pode ocorrer por escassez de terra e/ou insuficiência de produção. Nestes casos, o *pai de família* tem que encontrar alternativas que possibilitem uma renda equivalente ao consumo necessário. Pode, então, haver venda da força de trabalho, tanto pelo próprio *pai* quanto por outro membro da unidade doméstica que o *pai* designe, como é o caso do *trabalho alugado*. Pode também realizar um *negócio* esporádico que propicie esta renda monetária necessária.<sup>32</sup> Deve-se diferir, neste ponto, duas ordens de questões: a insuficiência accidental da insuficiência crônica, pela própria posição da unidade doméstica. No primeiro caso, fazer face a situação de privação é algo estritamente delimitado no tempo. No segundo caso, o *alugado* e o *negócio* são indicadores da insuficiência do *roçado* da unidade doméstica, e tendem a assumir importância como formas de garantir o consumo doméstico. Isto é particularmente nítido no caso do *negócio*, que se torna uma atividade cumprida regularmente, toda semana, pelos membros da unidade doméstica.

Também é preciso considerar que a insuficiência da produção do *roçado* pode estar associada às épocas diferentes do ano, ou seja, ao *verão*. Neste caso, a migração para a área da cana aparece como a possibilidade mesma de propiciar o consumo doméstico. É importante ressaltar que, como o *verão* provoca uma grande diminuição do trabalho no *roçado*, *descer para o Sul* como *corumba* pode estar associado tanto à obtenção do *gasto* como do *mais do que o gasto*. Não havendo produção doméstica suficiente, a renda monetária que o *pai* envia do *Sul* pode representar a possibilidade mesma de fazer a *feira* por esta época. Mas a venda da força de trabalho no *Sul* pode significar apenas a possibilidade de acumular renda monetária suficiente para cobrir aquela parte do consumo necessário que tem de ser obtida via circulação mercantil. Neste caso, a venda da força de trabalho cumpre papel análogo ao das "lavouras comerciais" e ao *mais do que o gasto*. De qualquer forma, está em operação a mesma lógica: o abastecimento da *casa* para o consumo socialmente necessário tem que ser obtido através do uso da força de trabalho da unidade doméstica no *roçado*. As condições em que se realiza o *roçado* podem exigir que o uso da força de trabalho da unidade doméstica se estenda a outros campos de aplicação.

<sup>32</sup> Chayanov (1966) aponta a relação inversa entre a renda proveniente de venda de força de trabalho e/ou realização de pequeno comércio *versus* a renda obtida pela produção familiar.

Apêndice Estatístico II – Esta comparação entre as relações de trabalho na grande plantação canavieira e na cultura familiar do *roçado* pode ser referendada por dados estatísticos. A pesquisa por amostragem da FGV, para todo o Estado de Pernambuco no período de 1962/64, apresenta dados por cultivo principal do estabelecimento. Temos, então, a cana-de-açúcar, por um lado, e a mandioca, principal produto do *roçado*, por outro. Os dados sobre remuneração do trabalho mostram que, enquanto no estabelecimento produtor da cana 99% era *pagamento efetivo* em dinheiro à força de trabalho, na mandioca só 37% era *pagamento efetivo* a pessoal contratado. A própria denominação da FGV de *pagamento efetivo* denota que só há desembolso de dinheiro neste caso. A *remuneração da família* é calculada pelos pesquisadores. Os dados precisos estão no quadro 2-I, abaixo.

Quadro 2-I  
Remuneração do trabalho por exploração predominante no estabelecimento  
Pernambuco 1962/64

Tipo de remuneração	Tipo de estabelecimento	Total da amostra	Cana	Mandioca
Remuneração do trabalho		100	100	100
Pagamentos efetivos		90,47	99,01	37,12
Remuneração da família		9,53	0,99	62,88

FONTE: Características Econômicas de Explorações Rurais 1962/64 – FGV – Maio 1974.

Se, ao invés de tomarmos os dados em valor, observarmos os dados de número de trabalhadores, a mesma tendência pode ser confirmada. Note-se que aqui trata-se do número total de trabalhadores de cada tipo, não sendo especificado quanto tempo trabalhou. Na plantação de cana, o número de trabalhadores pagos é de 97%, enquanto na plantação de mandioca é de apenas 36%, e os trabalhadores membros da família do responsável pelo estabelecimento representam 3% na cana, contra 64% no cultivo de mandioca. Os números exatos estão no quadro 2-II.

Quadro 2-II

Categorias de trabalhadores por exploração predominante no estabelecimento  
Pernambuco 1962/64

Categoria de trabalhador		Tipo de estabelecimento	Total da amostra	Cana	Mandioca
Total de trabalhadores			100	100	100
Trabalhadores	Mensalistas		7,82	17,86	0
	Diaristas		64,17	78,82	35,8
Pagos	Subtotal		71,99	96,68	35,8
Membros da família			28,01	3,32	64,2

FONTE: Características Econômicas das Explorações Rurais 1962/64 - FGV - Maio 1974.

É importante que se observe também a diferença de utilização de *mensalistas* e *diaristas*. Note-se que, na exploração da mandioca, só há *diaristas*. Efetivamente, o *alugado* é pago na base de diárias, assim como os *moradores*. Remunerados em bases mensais são os *empregados*, conforme as análises do capítulo I. A inexistência de *empregados* na exploração da mandioca deve estar ligada ao controle direto do chefe de família do próprio processo produtivo. Já na cana, a relação entre o *usineiro* ou o *senhor de engenho* e os trabalhadores é sempre mediada por *empregados*.

Apêndice Estatístico, III – Dados estatísticos referentes a todo o Estado de Pernambuco mostram mesmo que o arrendamento assume uma importância maior no caso do pequeno estabelecimento:

Arrendamento e renda líquida por área do estabelecimento

Pernambuco 62/64

Classes de área	Rendimentos					
	0 – 5 ha	5 – 10 ha	10 – 50 ha	50 – 100 ha	100 – 1000	1000 –
Arrendamentos pagos Cr\$	137,00	56,00	36,00	0	3.290	0
Renda líquida Cr\$ (valor de produção-consumo intermediário)	5.385,00	8.246,00	22.615,00	13.401,00	198.877,00	126.167,00
Arrendamentos Renda líquida	2,5%	0,7%	0,16%	0%	1,6%	0%

FONTE: Características Econômicas das Explorações Rurais 1962/64 – FGV maio 1974.

Note-se que os estabelecimentos de 0 a 5 ha superam todos os outros em porcentagem de sua renda paga a proprietários da terra. A alta porcentagem dos estabelecimentos de 100 a 1000 ha está, provavelmente, relacionada ao fato de que aí há arrendatários utilizando mão-de-obra paga, como os *rendeiros* na área da cana. O arrendamento, neste caso, tem sentido diferente da agricultura em bases familiares. Por outro lado, dispomos de dados apenas do Censo de 1950 quanto à utilização, por um mesmo estabelecimento, de terras próprias e de terceiros. Este recenseamento considera explicitamente que um estabelecimento pode ser constituído de terras próprias, de terras de terceiros ou de terras próprias e de terceiros (Censo Agrícola de Pernambuco – 1950 – p. 13). Contudo, as terras de terceiros foram computadas como terras próprias, o que diminui a porcentagem de *terras de terceiros* nos pequenos estabelecimentos. Ainda assim, o percentual de *terras de terceiros* nos estabelecimentos de menos de 10 ha é mais do que três vezes superior ao de todas as outras classes de estabelecimento. Veja-se o quadro abaixo.

Discriminação Classe de área	Estabelecimentos	Hectares	Terra própria	Terra de terceiros	Terras próprias	Terras de terceiros
0 — 10	122.466	431.350	321.033	110.317	74%	26%
10 — 100	41.296	1.223.726	1.155.679	68.047	94%	6%
100 — 1000	8.008	2.211.155	2.026.963	184.192	92%	8%
1000 —	497	1.156.451	1.097.213	59.238	95%	5%
TOTAL	172.267	5.022.682	4.600.888	421.794	92%	8%

FONTE: Censo Agrícola de Pernambuco - 1950

Apêndice Estatístico, IV - Todos os dados estatísticos a que tivemos acesso, variando a fonte ou o ano de referência, foram consistentes com esta tendência básica: a mais alta produtividade valor por hectare nos menores estabelecimentos. Observe-se os dados da pesquisa da FGV para todo o Estado de Pernambuco no período 62/64, no quadro abaixo.

QUADRO  
Valor da produção, renda líquida e renda disponível por classe de área

Classe de área Rendimentos Cr\$	0 — 5 ha	5 — 10 ha	10 — 50 ha	50 — 100 ha	100 — 1000	1000 —	Total
Valor da produção/ha	52,86	33,71	17,57	16,41	14,97	12,04	14,33
Renda líquida/ha	44,50	26,69	14,05	14,82	10,61	9,77	10,83
Renda disponível/ha	37,96	20,35	10,80	11,68	2,55	4,37	4,12

FONTE: Características Econômicas das Explorações Rurais - 62/64 - FGV Maio 1974.

Os dados de valor de produção eram disponíveis na publicação citada, obtendo-se a renda líquida subtraindo-se ao valor da produção os dados de consumo intermediário e obtendo-se a renda disponível subtraindo-se à renda líquida os juros e arrendamentos pagos e o montante efetivamente despendido em dinheiro com pagamento a trabalhadores. Vê-se que a produtividade valor por hectare dos estabelecimentos de zero a 5 é superior à média, qualquer que seja o indicador, em no mínimo 3 vezes e meia. Os dados do INCRA para todo o Estado de Pernambuco, em 1974, podem ser observados no quadro abaixo. Trata-se de um levantamento que pretende abarcar todos os imóveis existentes. Permite também que o estudo seja feito não sobre a área total ocupada pelo estabelecimento (como no caso das outras fontes), mas sobre a *área explorada*. Ganha-se, assim, em precisão quanto a indicador de intensidade de cultivo por unidade de área.

QUADRO  
Valor de produção por classe de área

						Pernambuco 1972
Discriminação	Classe de área do imóvel ha					Total
	0- 10 ha	10- 50 ha	50- 100 ha	100- 1000 ha	1000-	
Cr\$ 1.000 Valor de produção	59.510	93.577	50.091	190.614	195.407	589.180
Área explorada ha	206.191,4	576.431,9	363.681,8	1.366.658,4	722.184,1	323.514,76
Valor produção Cr\$ ha	288	162	137	139	270	182

FONTE: Estatísticas Cadastrais 1972 - INCRA.

Neste caso, nota-se que os estabelecimentos de 0 - 10 ha têm uma produtividade valor por hectare só igualada pelos estabelecimentos de mais de 10.000 ha. Um exame mais cuidadoso desses dados mostra que só os estabelecimentos acima de 10.000 ha chegam a superar a produtividade dos estabelecimentos de menos de 10 hectares. Há dados do Censo Agrícola de 1940 para um dos municípios estudados pela pesquisa, Bonito, que apesentam a mesma tendência. Veja-se o quadro adiante.

## QUADRO

Valor da produção por classe de área de Bonito - 1939-1940

Classe de área do estabelecimento							
Discriminação		0- 10 ha	10- 50 ha	50- 100 ha	100- 1000 ha	1000-	Total
Valor de produção por hectare	1939	608	353	223	382	(*)	383
Cr\$/ha	1940	896	805	753	852	(*)	838

FONTE: Censo Agrícola de Pernambuco - IBGE - 1940.

\* Só havia um estabelecimento acima de 1.000 ha e, para não identificá-lo, seus dados foram fornecidos pelo IBGE, junto com os dados da classe de 100 a 1000 ha.

Como as terras a que tem acesso a pequena agricultura são de pior qualidade que as terras possuídas por grandes proprietários, esta mais alta produtividade valor por hectare só pode ser explicada pela intensificação de seu cultivo. Mais trabalho por unidade de área significa, para a pequena agricultura, um grau maior de utilização do trabalho familiar. Esta maior utilização do trabalho familiar faz baixar a produtividade valor por trabalhador. Assim, é às custas da queda da produtividade do trabalho que se aumenta a produtividade da terra cultivada, a substituição terra por trabalho na expressão de Tepicht (1973, p. 26). Veja-se o quadro adiante, obtido a partir dos dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, onde é nítida a relação inversa entre renda líquida por trabalhador e renda líquida por hectare, o que demonstra que quanto menor a renda líquida por hectare, maior é a renda líquida por trabalhador.

## QUADRO

Renda líquida por trabalhador e por hectare segundo classes de área - Cr\$

Pernambuco 1962-64

Classes de área								
Discriminação		0- 5 ha	5- 10 ha	10- 50 ha	50- 100 ha	100- 1000 ha	1000-	Total
Renda líquida por trabalhador		30,60	41,02	48,22	119,65	212,02	477,90	173,47
Renda líquida por hectare		44,50	26,69	14,05	14,82	10,61	9,77	10,83

FONTE: Características Econômicas das Explorações Rurais 62/64 - FGV - Maio 1974.

Note-se que são os baixos níveis de produtividade valor por trabalhador que são, muitas vezes, apontados como prova da baixa produtividade da pequena agricultura e mesmo de sua "irracionalidade". Compara-se, neste último caso, a produtividade por trabalhador num dado período com o salário vigente no mesmo período. Como a produtividade valor por trabalhador está abaixo do salário vigente, e isto contraria o dogma neoclássico de que a racionalidade de qualquer unidade produtiva (leia-se capitalista) é que o salário igual a produtividade marginal do fator trabalho, decreta-se sua irracionalidade. Este cálculo pode ser efetuado com os dados da Fundação: dividindo-se o montante pago a diaristas pelo número de diaristas, obtém-se Cr\$ 37,49, valor mais alto que a produtividade por trabalhador dos estabelecimentos de 0 a 5 ha (Cr\$ 30,60). Isto não nos leva a decretar a irracionalidade da pequena agricultura, mas a buscar que racionalidade específica ela é portadora.

Apêndice Estatístico, V – Os dados da FGV permitem observar certas tendências aqui descritas. Assim, verifica-se que os trabalhadores femininos representam um número muito menor que os trabalhadores masculinos. Vê-se também que é o grupo de 0 a 5 ha que mais emprega o trabalho das esposas (38,45% do total das esposas que trabalham), decaindo a importância deste tipo de trabalho com o aumento do estabelecimento (são os menores estabelecimentos que têm que intensificar o trabalho familiar). Por outro lado, o trabalho dos filhos homens é superior ao das filhas. Note-se que todos os dados apresentados referem-se ao número de trabalhadores, não especificando o número de dias trabalhados, nem o tipo de trabalho desenvolvido.

#### QUADRO

Trabalhadores da família do responsável pelo estabelecimento por classe de área

Pernambuco 62/64

Discriminação \ Classe de Área		Pernambuco 62/64						Total
		0 – 5 ha	5 – 10 ha	10 – 50 ha	50 – 100 ha	100 – 1000	1000 –	
Trabalhadores familiares	Total trabalhadores	75,57%	57,71%	47,97%	46,43%	7,57%	3,03%	28,01%
	Responsável	28,98%	22,39%	13,65%	13,39%	2,66%	1,89%	9,49%
Esposa	Total trabalhadores	5,68%	3,98%	1,28%	0,89%	0,1%	0%	1,20%
	Filhos	39,77%	27,36%	30,49%	30,36%	4,47%	1,44%	16,06%
Outros membros da família	Total trabalhadores	1,14%	3,39%	2,56%	1,79%	0,3%	0%	1,25%

Filhos homens	Total filhos	64%	69%	75%	71%	98%	33%	74%
Filhas mulheres	Total filhas	36%	31%	25%	29%	2%	67%	26%

FONTE: Características Econômicas das Explorações Rurais - FGV - Maio 1974.

Apêndice Estatístico, VI - Os dados da FGV podem fornecer uma imagem desta questão do uso de equipamentos "modernos", confrontando-se o uso de equipamentos em estabelecimentos cuja exploração predominante é cana com os de mandioca. Observa-se que os estabelecimentos produtores de mandioca concentram 95% do valor dos equipamentos, máquinas e veículos que usam em *outros*, categoria residual na pesquisa da FGV enquanto os estabelecimentos produtores de cana apresentam apenas 11% nesta categoria e o conjunto dos estabelecimentos pesquisados, apenas 13%.

#### QUADRO

Valor das máquinas dos veículos e equipamentos existentes, segundo a exploração predominante

Equipamento \ Exploração Dominante	Mandioca	Cana	Total de estabelecimentos da amostra
Trator	0	30,69	28,19
Veículos	0,11	52,16	52,65
Arados	0	2,21	2,12
Grades e rolas	0	3,22	2,96
Semeadeiras	0	0	0,01
Pulverizadores	0	0,11	0,44
Chocadeiras	5,05	0	0,06

Carpideiras	0,27	0,12	0,25
Cortadeiras	0	0	0
Outros	94,58	11,50	13,33

Os dados por classe de área de estabelecimentos mostram que nos estabelecimentos de 0 a 5 ha, 96,15% dos equipamentos estão na categoria *outros*.

Apêndice Estatístico, VII - Os dados da FGV permitem a comparação entre consumo intermediário de origem agrícola e consumo intermediário de origem não agrícola. Logicamente, se a produção é interna à unidade produtiva, ela estará classificada como consumo intermediário de origem agrícola. Nas explorações produtoras de mandioca, 77% do consumo intermediário era de origem agrícola. Das 23% de origem não agrícola, 19% (ou 84% do consumo intermediário de origem não agrícola) eram "utensílios e ferragens". Veja-se a comparação com os estabelecimentos produtores de cana no quadro abaixo, em que predomina, ao contrário, o consumo intermediário de origem não agrícola, sobretudo fertilizantes e correlatos (52% do total do consumo intermediário).

#### QUADRO

Valor do consumo intermediário segundo a exploração predominante  
Pernambuco 62/64

Estabelecimento Consumo intermediário	Mandioca	Cana	Total dos estabelecimentos da amostra
De origem agrícola	76,85	29,63	34,56
De origem não agrícola	23,15	70,37	65,44
TOTAL	100	100	100

FONTE: Características Econômicas das Explorações Rurais - FGV - Maio 1974.

Apêndice Estatístico, VIII - Os dados da FGV permitem um confronto entre a importância do cultivo de *lavouras isoladas* e a do cultivo de *lavouras consorciadas* para todo o Estado de Pernambuco. Nas explorações de cana, 99% da área ocupada por lavouras era coberta por *lavouras isoladas*, contra 1% de *lavouras consorciadas*, enquanto nas explorações de mandioca, 69% era de *lavouras isoladas* contra 31% de *lavouras consorciadas*. Veja o quadro abaixo.

#### QUADRO

Utilização das terras com lavoura, segundo o tipo de exploração predominante

Pernambuco 62/64

Exploração Lavoura	Cana	Mandioca	Total das explorações da amostra
Isolada	99%	69%	86%
Consoiciada	1%	31%	14%
TOTAL	100%	100%	100%

FONTE: Características Econômicas das Explorações Rurais - Maio 1974.

Os dados por classe de área, sobre lavouras temporárias, mostram que os estabelecimentos até 100 ha apresentam *lavoura consorciada* praticamente na mesma proporção que a *isolada*, enquanto há predomínio de *lavouras isoladas* nos estabelecimentos de área superior a 100 ha. Se o confronto de dois tipos de estabelecimentos ressalta um padrão diferencial no uso da *lavoura isolada* ou *consorciada*, é de se notar que a *lavoura consorciada* não vai além de 60% da área, e mesmo tem importância menor nos estabelecimentos de 0 a 5 ha que nos de 10 a 50 ha, apresentando tendências opostas às sugeridas no texto. Julgamos que isso deva estar ligado à forma como é computada a área de lavoura, pois a periodicidade do questionário pode fazer que seja considerada *isolada* uma lavoura que, na verdade, foi *consorciada* quando de seu cultivo. Tal seria o caso do *roçado* no verão, quando a mandioca aparece como lavoura isolada. Infelizmente, também não há na publicação a discriminação do que se entende precisamente por *lavoura isolada* e *lavoura consorciada*. Os dados por classe de área são fornecidos no quadro abaixo:

QUADRO  
Utilização das terras com lavoura por classe de área

Pernambuco 62/64

Classe de área Lavoura temporária								Total
	0-5 ha	5-10 ha	10-50 a	50-100 ha	100-500 ha	500-1000 ha	1000	
Isolada	58	56	48	41	95	99	95	97
Consoiciada	42	44	52	59	5	1	5	6
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: Características Econômicas das Explorações Rurais - FGV - Maio 1974.

Apêndice Estatístico IX - O Censo Agrícola de 1950 fornece dados sobre *cultivo associado* e *cultivo simples* por município. Foi possível calcular a produtividade física por hectare de mandioca, do algodão, do milho e do feijão nos dois casos para Bonito. Observa-se claramente que a produção física de cada lavoura é bem menor quando está *associada*.

QUADRO  
Produtividade física de cultivos simples e associados -  
Em toneladas por hectare - 1950 - Bonito - PE

Lavoura	Forma de cultivo	I	II	I/ II
		Simples T/ha	Associado T/ha	
Algodão		0,55	0,20	2,7
Mandioca		6,90	4,63	1,5
Milho		0,84	0,39	2,1
Feijão		0,48	0,22	2,2

FONTE: Censo Agrícola de Pernambuco - IBGE

CAPÍTULO 3  
A CASA E O CONSUMO  
FAMILIAR

Embora tenhamos enfatizado, no capítulo anterior, que a oposição *casa-roçado* é que organiza as esferas do trabalho e do *não-trabalho*, poder-se-ia pensar, pelo que já foi exposto, que *trabalho* se liga a arranjar os produtos para a subsistência familiar e o *não-trabalho* ao consumo destes produtos. No entanto, devemos considerar que nem toda atividade da *casa* é uma atividade de consumo, pois há atividades necessárias para propiciar este consumo. Há mesmo atividades que não se restringem a apropriar os produtos de forma a tornar possível o consumo doméstico, mas que dão origem a produtos necessários, que geram o próprio objeto de consumo. Tal é o caso da construção de *casas*, tal é o caso do trato de animais domésticos.

Fundamental para a construção de uma nova *casa* é ter *chão de casa*, isto é, dispor de um terreno onde ela possa ser construída. Não se trata, contudo, apenas da disponibilidade física de um terreno, mas das relações sociais que definem as obrigações e direitos da unidade doméstica que se instalará naquela *casa*. Assim, se o terreno pertencer a alguém de sua família, esta unidade doméstica dirá que *mora no que é seu*. Caso o terreno pertença a um grande proprietário, o *chão de casa* articula a subordinação do *morador* ao *patrão*. Note-se que a diferença, extremamente importante para a vida da unidade doméstica,

pode ou não se materializar no especto das construções e nos materiais com que é feita.<sup>1</sup> A construção propriamente se faz com madeira, barro e folhas de palmeira (*ingá*) o que tradicionalmente se conseguia com certa facilidade. Isto porque os materiais de construção não eram obtidos, em sua maior parte, como mercadorias a serem adquiridas. Exigiam apenas atividades que permitissem sua localização, apropriação e transporte até o local de construção. A técnica empregada na construção de *casas* é de domínio comum de praticamente todas as famílias.

Uma nova *casa* é, em geral, construída com a constituição de um novo casal. A nova *casa* materializa a formação de uma nova unidade doméstica, que permite a reprodução física e social da família de pequenos produtores, e também a constituição de uma nova unidade de produção, pois o novo casal terá um *roçado* próprio e uma *feira* semanal própria. É o casamento que marca a ruptura com a *casa dos pais* e a formação de uma nova unidade. Relata um pequeno proprietário, a propósito do terreno pertencente à sua mãe, onde reside junto com dois irmãos:

"I - E pra morar tudo nesse pedacinho só. Aqui mesmo. Só nesse trechinho, óia (aponta pela janela). Ali que o senhor tá vendô, uma ali, outra ali e outra aqui. Tá vendo. Não pôde fazer mais pra lá porque o terreno não dava.

P - Aqui é de um irmão?

I - É de um irmão. E essa daqui, doutro, óia!

P - E essas casas foram sendo feitas assim... já existiam ou.. ?

I - Já. Meu irmão "A", quando casou-se, fez aquela dacolá.

P - Ele fez quando casou?

I - Foi. Esse aí casou-se e foi morar ali pra baixo. Desceu ali pra baixo."

É claro que a questão só se coloca caso as famílias de origem tenham mais filhos do que aqueles que se casam, ou seja, para o caso dos filhos que não herdarão a *casa* paterna. Normalmente, a forma de fazer frente à escassez de terra é permitir que os *filhos* que se casem em primeiro lugar construam suas *casas* em terras de propriedade dos *pais*, e o último a casar fica com a *casa* paterna.<sup>3</sup> Obviamente, se

1 Esta diferença podia não ser visível ao pesquisador, num primeiro momento, levando-se em consideração apenas o aspecto externo das habitações. Entretanto, o acesso às habitações, para entrevistar o chefe da unidade doméstica, impunha um corte entre ambas. Para se falar com um *morador*, era necessário o consentimento do grande proprietário, enquanto o acesso ao pequeno proprietário dependia apenas da vontade dele.

2 O uso de telhas vem se tornando cada vez mais freqüente, em substituição ao telhado de palha.

3 Esta regra foi observada por Beatriz Heredia. (1979).

houver a possibilidade de aquisição de nova terra, a *casa* será construída aí, mas este não é o caso presente. De qualquer forma, o que interessa ressaltar é que uma nova *casa* está freqüentemente associada a novo casal.<sup>4</sup>

A construção da *casa* pode ser feita a partir da própria família ou por cooperação de parentes e vizinhos: o *adjunto*.<sup>5</sup> Estas eram as formas tradicionais de se construir *casas*. Mais recentemente, a expansão da pecuária obrigou a migração de parte dos pequenos produtores, desorganizando relações de solidariedade por laços de parentesco e vizinhança, e com isto expandiu-se o *alugado* na construção de *casas*. O relato da viúva de um *foreiro*, hoje residente na *rua*, fornece o modelo das construções segundo a tradição:

P1 - A casa fazia de quê?

I - De barro. De barro e palha. Com varal e toda de barro.

P2 - Agora, quando fazia a casa assim era, por exemplo..., é, por exemplo, o pai da senhora fazia com a mãe da senhora?

I - Como é?

P2 - Ou chamava pessoas pra ajudar a fazer a casa?

I - Sim, fazia.

P1 - Fazia adjunto ou fazia...?

I - Ou adjunto ou com a família mesmo. O que podia fazer adjunto fazia. O que não podia, fazia com a família mesmo.

P1 - Podia fazer adjunto como?

I - Tivesse com que dar de comer aquele trabalhador, aquele pessoal. Fazia como uma festa. Fazia como uma festa.

P2 - Uma festa?

I - Sim! Matava peru, matava bode. Fazia compra de aguardente pra quem gostava de beber. Fazia aquela festa. Num dia dava conta de uma casa do tamanho desta.

P2 - E chamava em geral quantas pessoas pra fazer a casa, pra fazer a festa?

I - É, quem podia, fazia assim, quem não podia, ia fazendo aos poucos, não é?

P1 - Agora...

I - Podendo, tacava uma paredinha.

P1 - Quem é que vinha pra fazer o adjunto?

I - Os vizinhos mesmo. Vinha aquele bando de vizinhos. Vamos ajudar fulano! Que ele hoje vai fazer, tapar a casa dele. Vamos

4 No caso de *moradores* ou dos antigos *foreiros*, uma nova *casa* pode estar associada a deslocamentos da terra de um proprietário para a de outro. Foram também observados casos em que pequenos proprietários construíam uma nova *casa* para a mesma unidade doméstica, considerando que melhoravam o padrão de habitação.

5 Em outras partes do Brasil, a mesma forma de cooperação é designada por *múltrão*.

ajudar. Juntava dez, doze, vinte vizinhos. Naquele dia, numa sexta... Tapava aquela casa. Pronto. Agora, então, ele ia tomar do conta. Rebocando, fazendo uma portinha. Uma janelinha. Até terminar.

PI - Agora, tinha gente que fazia casa com a família?

I - Eia, poi! Era! Não podendo fazer adjunto, tinha que fazer com a família. Todo dia fazendo uma paredinha, até acabar de fazer.

PI - O pai da senhora fez como?

I - Fez assim mesmo.

PI - Com a família?

I - Com a família.

Ambas as formas de reunir as pessoas que constroem a *casa* são formas de solidariedade articuladas pelo parentesco, ou formas próximas a ele, como os laços de vizinhança. Mas o *adjunto* é a forma social prescrita de construção de uma *casa*. Quando o *pai* de família, ou o dono da futura *casa*, não pode arcar com as despesas do *adjunto*, ele faz a *casa* com a ajuda apenas de seu grupo doméstico. Não é só uma questão de tempo em que a casa é construída. Este é, sem dúvida, um dos pontos objetos de cálculo. Ao contrário do que se poderia imaginar, a equipe normal de construção de uma *casa* é constituída, também, por parentes e vizinhos, e é só eventualmente que é feita pelo grupo doméstico. Há, assim, uma oposição simétrica entre as equipes do *roçado* e do *adjunto*, pois no caso do *roçado* só eventualmente é que se lança mão de parentes e vizinhos.

Note-se que o *adjunto* está associado a uma festa. As despesas do *adjunto* são despesas com a comida e a bebida distribuídas na festa. Se a construção da *casa* se dá num só dia, este dia tem um caráter festivo. Na época da pesquisa, o *adjunto* já não se fazia mais na sexta-feira,<sup>6</sup> mas, sim, na segunda-feira, dia que é reservado para descanso pelo pequeno produtor, que *feira* no sábado e no domingo. De fato, se a informante fala em *trabalhador* para aqueles que constroem a *casa*, logo especifica que o que reúne "aquele pessoal" é uma festa. As atividades realizadas no *adjunto* não são consideradas *trabalho*. Como a *trabalho* associa-se esforço físico, em certos contextos onde esta idéia deve ser ressaltada aparece, por vezes, a categoria na designação de tarefas do *adjunto*. Mas *adjunto* tem um caráter festivo que aparece em toda ma

6 A sexta-feira a que se refere a informante deveria ter, seguramente, o mesmo caráter que hoje tem a segunda-feira, isto é, o dia reservado ao descanso do pequeno produtor. Note-se que este dia não pode coincidir com a *feira* semanal, pois o *negócio* tem um caráter essencial. O advento do *salário* no Sul mudou a importância das *feiras* da área canavieira, que se realizam no sábado e no domingo, e, portanto, alterou o calendário semanal dos pequenos produtores.

nipulação da categoria. E isto marca uma quebra do cotidiano e, portanto, reenquadra mesmo as tarefas mais penosas realizadas durante o *adjunto*.

*Adjunto* articula a solidariedade de grupo de vizinhos e parentes na construção de uma casa, cuja manifestação e retribuição é a festa. Mas tal forma de solidariedade só é socialmente existente neste contexto. Observadores de outras classes sociais, ao presenciarem esta forma de solidariedade (*adjunto* local ou *mutirão* em outros lugares), pensaram que se tratava de forma indiferenciada, que poderia aplicar-se a qualquer domínio do social, o que é seguramente um erro.<sup>7</sup> A hipótese que adiantaremos aqui é a de que o *adjunto* tenha um conteúdo explicitamente extradoméstico porque está em jogo a constituição de uma nova unidade doméstica, ou melhor, do estabelecimento de seu domínio privado. O estabelecimento de um espaço privado implica no reconhecimento desse caráter pelos outros membros do mesmo universo social, isto é, tem que ser um reconhecimento público. Assim como o casamento, a *casa* teria um caráter público no seu início, pois a festa que marca ambos anuncia a delimitação de uma nova unidade familiar e do espaço que lhe é próprio. O fato de construírem juntos a *casa* implica no reconhecimento de que ali estará uma unidade de mesma qualidade das que já existem socialmente, num certo comprometimento em garantir os limites que a nova unidade imporá. E comer e beber juntos reproduz, coletivamente, um dos fatos cotidianos da casa, indicando uma comunidade de interesse e valores.

É interessante uma comparação entre as equipes que realizam as tarefas do *roçado* e as que realizam as tarefas de construção da *casa*. Ambas são constituídas por laços de parentesco e vizinhança. Entretanto, no *roçado*, atua normalmente o grupo doméstico, baseado na família nuclear, que, eventualmente, recebe ajuda de parentes e vizinhos. Na construção da *casa*, o normal é o *adjunto*, em que os parentes e vizinhos participam, e o eventual é a construção ser feita apenas por um grupo doméstico. Só quando o grupo doméstico não pode realizar todo o *trabalho* do *roçado*, do qual precisa para garantir sua subsistência, é que apela a parentes e vizinhos. Em relação à *casa*, quando não se tem meios suficientes é que se faz uso tão somente do grupo doméstico. O *roçado* fornece, direta ou indiretamente, os meios materiais que

7 A Igreja vem tentando dar origem, em seu trabalho de "comunidades de base", a "rocas comunitárias", tentando aplicar aos trabalhos propriamente agrícolas as redes de solidariedade existentes em outros contextos. Estas experiências não têm tido muito sucesso, conhecendo uma série de problemas. Laís Moufão (1975) apresenta uma excelente análise de avaliação de uma dessas experiências no Maranhão.

garantem semanalmente o consumo doméstico. Mas a *casa* é o local onde o consumo doméstico se materializará em todo o ciclo do grupo doméstico (desde sua constituição, até seu fim). Note-se que, se o *roçado* pode ser *botado* em diferentes lugares, isto é, pode haver variação dos locais em que se materializa, a *casa* é um ponto fixo.

Quando aqui estamos nos referindo à *casa* como local de reprodução, não estamos apenas falando dos elementos materiais que compõem esta reprodução (como comida, por exemplo), mas que tal é o local onde são reproduzidas as regras e formas sociais de existência do grupo, isto é, sua ideologia. Se a *casa* delimita uma esfera privada em relação aos outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade, é que nela há, implícita, um modelo de autoridade interna, em que o responsável por ela (no caso, o *pai de família*) responde por isto frente a esta sociedade, ou seja, serve de mediador entre o "mundo interno" e o "mundo externo". Ao homem cabe a responsabilidade pela "ordem" em sua *casa*, isto é, garante, frente aos outros, que certos padrões sociais são cumpridos ali. Isto implica uma não ingerência em *casas* homólogas à sua, mas não implica que dirija todas as tarefas de sua *casa*, que, como já vimos, pertence à esfera feminina. Este modelo pode ser visto nas observações de um *pai de família*, pequeno proprietário, sobre as normas de seu comportamento

"I - Posso passar numa casa, tá brigando todo mundo, não me pertence, vou me embora". (...) "Que eu não sei da casa de ninguém, sei da minha. E só sei da minha quando eu tô em casa. Quando eu tô fora, não tô sabendo" (...) "Eu sou um homem pra garantir, como diz a história, a minha casa e a do vizinho. Mas a minha casa é de respeito."

Na primeira frase fica patente que, mesmo quando caracterizada uma situação de desordem (briga) numa *casa*, o responsável pelo restabelecimento da ordem não é um elemento externo à *casa*. Ou melhor, a *casa* já contém um modelo de autoridade para restabelecimento da ordem. Na segunda, refere-se explicitamente à sua área de competência específica, que é a *sua casa*. Note-se, contudo, que mostra os limites do próprio domínio, que é *quando está em casa*, pois durante o dia supõe-se que estará fora. Interessante ver que ele saberá os problemas das *casas quando dentro* e nunca *quando fora*,<sup>8</sup> que implica no corte de dois mundos e na sua responsabilidade de mediação entre ambos. <sup>8</sup>

<sup>8</sup> É interessante notar que do comportamento feminino não é esperado o mesmo: a mulher pode saber o que se passa nas outras *casas*. Mas o controle feminino sobre o comportamento dos outros é mediante palavras, as *fofocas*, enquanto do homem são esperadas atitudes diretas.

Na terceira frase mostra que sua competência específica não é atributo individual, mas definida socialmente, porque de *respeito*, e porque pode garantir frente a outros homens o cumprimento destas regras sociais. Na ênfase dada ao fato de que pode garantir sua *casa* e até a do vizinho, ele mostra que todas essas *casas* são suportes das mesmas regras sociais de comportamento, ressaltando que dispõe de um crédito social de confiança para além do que seria necessário ao exercício da autoridade no estrito âmbito de seu grupo doméstico.

A existência de padrões de comportamento dentro de uma *casa* está associada ao fato de que a *casa* é o espaço social próprio onde acontecem certos fatos básicos à reprodução física e social do grupo estudado, como: o ato sexual, o nascimento, a morte, o comer, o tratamento de doenças, etc. Uma das formas de se estudar as atividades desempenhadas na *casa* é examinar a ligação entre a distribuição do espaço interno à *casa*, "sua planta", e os fatos que têm lugar em cada "local".<sup>9</sup> Efetivamente, todas as *casas* visitadas apresentavam um mesmo padrão de distribuição dos compartimentos, dos móveis associados a cada um desses compartimentos e das funções sociais que ali eram desempenhadas. Assim, não era só no aspecto externo que se assemelhavam, mas também nos aspectos "mais internos". "Internos" também no sentido de protegidos, pois não se pode circular livremente pela *casa* a qualquer momento, sobretudo quando não se é do grupo doméstico que nela reside. Pois na *casa* têm lugar os atos mais circunscritos socialmente. Não é de se admirar que a divisão espacial da *casa* seja percebida como algo dado, "que é", os padrões aí presentes sendo vistos como imutáveis, fato comum a todos os pontos centrais de uma ideologia determinada.<sup>10</sup> A pesquisa encontrava sempre os mesmos padrões, mas a explicitação de alguns destes padrões só apareceu quando se falava sobre a construção de uma *casa*. A entrevista com a viúva de um *foreiro*, hoje residente na *rua*, participante de inúmeros *adjuntos*, é significativa sob este aspecto. Para tentar obter explicações sobre os fundamentos da repartição da *casa*, comparou-se com os nossos padrões de classe média urbana, padrões estes difíceis de serem concebidos pela informante (atitude, aliás, igual à da classe média ur-

9 A análise exemplar da relação entre o universo simbólico de um grupo campones e sua expressão no espaço de uma habitação típica foi feita por Bourdieu (1972), a propósito da *Maison Kabyle*.

10 A ideologia é uma forma de representação/explicação do mundo que se apresenta a um determinado grupo social, em que as contradições objetivamente existentes são negadas. Percebe, assim, como dado e natural aquilo que é uma forma social de existência. (Cf. Althusser, 1966).

bana, que supõe inexistir padrões próprios a tais grupos, tomando os seus por universais).<sup>11</sup>

"P - Como é que era?

I - Uma salinha de janta, uma sala de visita, uma cozinha e um quarto.

P1 - Sala de visita, sala de janta...

I - A cozinha e um quarto. Somente. Quando tinha família pouca, e quando tinha muita...

P1 - Família pouca é quanto?

I - Dois, três. Por exemplo, o senhor com sua senhora, né, aparece um menininho é três. Enquanto for novinho, dorme no quarto. Quando ficar sabidinho, bota prouto canto pra dormir, né? É assim.

P2 - A senhora já fez uma casa também?

I - Já, minha nega. Já fiz muita. Ih, já!

P1 - E assim, da mesma maneira, a senhora fazia com sala de janta, sala de visita e...

I - O senhor não foi na minha ali? Do mesmo jeito.

P2 - Fomos.

I - É do mesmo jeito.

(...)

P2 - É por que que quando a gente entra numa casa, primeiro tem a sala de visita, depois tem a sala de janta, ao lado tem o quarto e depois tem a cozinha?

I - É.

P2 - Por que isto?

I - Por que isto? Porque é o repartimento da casa, né. Os compartimentos da casa são esse.

P1 - São esses?

P2 - Lá no Rio não é igual.

P1 - Lá no Rio é diferente.

I - Não é não, né.

P2 - Por isso que... eu tou perguntando à senhora, entendeu?

I - Sei (...)

P2 - Pra dar um exemplo, só pra senhora entender: aonde a gente mora tem a sala.

P2 - A sala de jantar logo.

P - A sala de jantar logo.

I - É! É! É!

P1 - E uma cozinha ao lado. Aí, depois, tem os quartos e depois pronto, acabou.

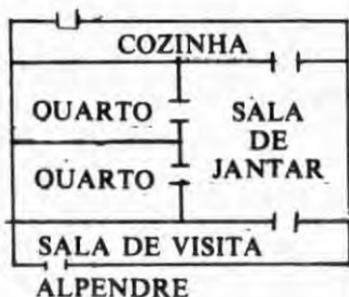
P2 - E o banheiro.

P1 - E o banheiro.

<sup>11</sup> Um bom exemplo são as representações da classe média sobre a favela e os favelados.

- I - Não. Aqui não! Essa mesma aqui tem a sala de visita, é essa, tem a sala de janta, é aquela, a cozinha. E os quartos do lado, né? E lá só tem esse negócio?
- P1 - Sim.
- I - É troncho.
- P2 - É troncho? Por que é troncho?
- I - Porque não são como essas daqui!
- P2 - A senhora pode me explicar por que é troncho minha casa e... porque esta casa é melhor?
- I - Porque é bem repartida! (...) Porque assim é bem repartidazinha. Tem a divisão. Tem a divisão da casa. Porque a casa só assim não tem jeito não!"

A planta típica das casas pode ser vista na figura abaixo, que reproduz o que foi observado pelos pesquisadores, e também o modelo consciente dos próprios informantes.



(pode haver inversão entre os quartos e a sala de janta, isto é, esta na esquerda aqueles na direita).

A casa pode ter ou não alpendre na parte da frente, dependendo das possibilidades do *pai de família*, mas os outros compartimentos são invariantes, encontráveis em todas as casas.<sup>12</sup>

Há duas entradas na casa: uma pela sala de visitas, outra pela cozinha. Esta última é reservada, em geral, às mulheres da vizinhança e/ou da família, enquanto a entrada pela sala de visitas é de acesso generalizado.<sup>13</sup> A porta de entrada da sala de visitas é dividida ao meio, no sentido vertical, isto é, uma parte indo do chão até a metade da al-

<sup>12</sup> Graciliano Ramos (1962) fornece numa crônica de *Viventes das Alagoas*, excepcional descrição de uma "casa sertaneja". À parte certas pequenas variações (como existência de quarto para criadas, compartimento especial para o algodão), a repartição parece ser muito semelhante. Transcrevemos, em apêndice, no final do capítulo, na íntegra, sua descrição.

<sup>13</sup> Observe-se que as mulheres entram normalmente pela cozinha; só entram pela porta da frente em ocasiões especiais, sobretudo nas ocasiões formais.

tura da porta, a outra regulando com a altura das janelas. Cada uma dessas partes é constituída por tábuas dispostas umas ao lado das outras, perpendiculares ao chão e reunidas por tábuas horizontais nas quais as outras são pregadas. Podem ser trancadas por meio de tramelas em madeira ou por trinco em metal. Quando há gente em *casa*, a parte superior fica sempre aberta, enquanto a outra permanece trancada. As paredes de toda a *casa*, tanto interna quanto externamente, são de barro, atingindo uma altura por volta de dois metros. O teto é composto por troncos trançados que sustentam a palha ou as telhas. Estes troncos servem também para a sustentação das redes, seja na sala de visitas, nos quartos ou na cozinha. Na sala de visita e na cozinha, quando usadas como local de dormir, as redes são armadas à noite e desarmadas ao romper do dia. Não há forro. Os sons produzidos em qualquer canto da *casa* são, portanto, audíveis nos outros compartimentos. O chão é terra endurecida. As *portas* entre os compartimentos são vãos nas paredes de barro internas à *casa*. As que separam os quartos têm um tecido que cobre a largura do vão, e este tecido se estende do alto até 50cm do chão. Algumas vezes há tecido entre a sala de visita e a de janta, ou entre a sala de janta e a cozinha, embora seja menos comum.

Um estranho, ao ser recebido em uma *casa*, entrará só na *sala de visita*, também designada *sala de chegada*. Significativamente, aí foi realizada a maior parte das entrevistas. Este é, também, o lugar onde fica o homem da *casa*, quando está nela.<sup>14</sup> A sala de visita tem, paralelamente à porta de entrada, uma janela, também em madeira, de forma idêntica à porta. Nesta sala há, em geral, dois ou três bancos compridos, em madeira, que são uma tábua comprida apoiada em duas curtas, com a parte que toca o chão tendo um vão triangular. Há dois ou três banquinhos em madeira maciça, de quatro pés, e que podem ser carregados para qualquer lugar da *casa*. Apenas a parede oposta à porta e à janela é enfeitada com rostos femininos, paisagens, assim como imagens de santos ou do padre Cícero. Esta é a parede que recebe a luz proveniente de fora da *casa*. As paredes contíguas à porta ou as laterais não são enfeitadas. Junto à parede oposta à porta de entrada pode constar uma mesa com jarro de flores, um oratório, um rádio (muito comum) e máquina de costura (quando há). A sala de visita é o local da *casa* onde se dá a mediação com o mundo exterior à família, daí seu caráter predominantemente masculino. Ela está sempre ar-

14 É possível observar a seguinte recorrência com os padrões apresentados pela *Stratagem Kabyle* (Bourdieu, 1972): o lugar do estranho é o local masculino da residência, e é aquele em que a luz do sol clareia mais durante o dia.

rumada, porque ela é que dará a imagem da *casa* aos de fora. Ao mesmo tempo, ela barra o acesso de qualquer pessoa aos outros compartimentos. A entrevista com a viúva de um *foreiro*, hoje residindo na *rua*, explicita esta sua função:

"I - Chega uma pessoa estranha, ninguém não sabe quem é, não conhece, não sabe se aquela pessoa tá preparada, mode qualquer pessoa que chega ali e entrar, não sabe se está em mau estado, fica com vergonha. E assim, não! Nós aqui sabemos o que tem lá dentro? Nós sabe o que tá se fazendo lá dentro? Pronto! Pronto. E a altura é essa.

P2 - Quando a gente entra nessa sala, todos os enfeites são nessa parede.

I - É, não é?

P2 - Pois é. Em todas as casas que eu fui aqui, os enfeites estão naquela parede. Por que isso?

I - Porque é decente. Tá na sala de visitas as paredes tudo bonitinho, tudo enfeitadinho, tudo bonitinho. E pra tirar esses enfeites da sala de visita, pra botar na sala de jantar, fica a sala de visita tudo triste, sem enfeite. E o enfeite só é bom pra todo mundo ver. Quando vai chegando, vai vendo logo, né? Não é mais bonito? (...) Vai agora conversar, tá vendo aquelas coisinhas que tem, aqueles enfeitinhos. Se isso fosse lá na cozinha, quem via isso? Tava perdido, tava escondido, né? E isso é pra todo mundo ver. Pronto. Ficou bonito."

Esta função de mediação da sala de visitas fica patente numa série de outros fatos. Durante o dia ninguém fica nos quartos, a menos que esteja doente.<sup>15</sup> Com os homens fora de *casa*, as mulheres realizam certas tarefas - que não o cozer dos alimentos nem o *limpar a casa* - na sala de visitas. Quando os homens estão em *casa*, sobretudo se há estranhos junto, as mulheres se retiram para os outros compartimentos. Ao chegar do *roçado*, ou de outro lugar situado fora da *casa*, os homens têm o hábito de lavar as mãos e os pés. A lavagem é feita na sala de visitas, a água trazida numa gamela, em madeira, da cozinheira *mãe* ou por uma *filha*. A sala de visitas serve também de local onde são armazenadas as mercadorias que o pequeno produtor carregará para vender na feira. Se a sala de visita serve de local de mediação com o mundo exterior à família, é que as tarefas próprias à *casa* são realizadas em outro espaço. A mesma informante ressalta este caráter essencial da sala de visita:

<sup>15</sup> Na segunda-feira, dia de descanso do pequeno produtor, o homem poderá dormir durante o dia, mas o fará numa rede armada junto a árvores, fora da *casa*.

"1 - Porque é bom assim. O pessoal chega e tem onde se sentar, conversar, palestrar, essas coisas, né? E os outros fica pra lá, pra cuidar das obrigações."

A *obrigação* fundamental a que se refere é o preparo de alimentos, que a mulher faz na cozinha. A *cozinha* é um compartimento escuro, sem janela, onde há uma mesa, podendo ser feita de barro batido que faz corpo com o chão, prateleiras com instrumentos de cozinha, um pilão de moer café, uma jarra de barro de quase um metro de altura que serve de reservatório d'água, uma outra jarra pequena com farinha de mandioca. Este espaço, que é murado, é separado do local onde fica o fogão, que também é coberto, mas não murado. O fogão é feito em barro batido, com bocas embaixo para enfiar lenha, e em cima para botar as *trepes* onde repousam as panelas de barro durante o cozimento dos alimentos.<sup>16</sup>

A cozinha é o local da *mãe de família*. Se todas as atividades do *roçado* eram encarnadas na pessoa do pai, todas as atividades de preparo de alimentos na cozinha são encarnadas pela *mãe*. Se há *ajuda* dos filhos ao *pai* no *roçado*, as atividades das meninas na cozinha são de *ajuda à mãe*. As tarefas da cozinha não se restringem ao preparo dos alimentos, mas compreendem coisas como obter os meios pelos quais são preparados, como lenha e água. Isto também não é *trabalho*. A cozinha pode servir, também, de local onde são realizadas as refeições, servindo então não só ao preparo dos alimentos como à sua distribuição. As refeições são realizadas na parte murada da cozinha.

Note-se que a *cozinha* serve a um outro tipo de mediação do mundo exterior com a *casa*: é na *cozinha* que os elementos do mundo animal, vegetal e mineral são transformados em alimentos pelas mãos da mulher; é aí que são estocados. Se a *casa* é o lugar da mulher, dentro desse espaço a *cozinha* é seu local próprio. Entretanto, é preciso ressaltar que a mediação da *cozinha* não é com o mundo exterior à família e/ou vizinhança, nem pelas pessoas que podem ter acesso a ela, nem os elementos materiais que são apropriados pela *cozinha*. Se isto fica claro no caso dos produtos alimentares, em que o homem é quem provisiona, também é verdade para obter coisas como lenha e água. A lenha e a água devem ser obtidas em local onde vigoram redes de solidariedade articuladas pelo parentesco e/ou vizinhança.<sup>17</sup> A *cozinha*

16 A explicação obtida para essa separação do local de cozimento do resto da *casa*, e mesmo do resto do local destinado ao preparo e à armazenagem dos alimentos, foi uma explicação "técnica": a separação seria devido à fumaça provocada pelo fogão a lenha.

17 Fora destes locais, ou se for para derrubar *mato*, é o homem que se ocupará de obter estes elementos.

associa-se duplamente à *queima* dos produtos do *roçado*: pelo cozimento, ela dá a forma socialmente requerida ao consumo dos alimentos e pode proporcionar o local de sua ingestão.

A *sala de janta* tem uma porta dando para a *cozinha*, outra do lado oposto para a *sala de visitas*. Nesta sala há uma janela, do mesmo tipo daquela da sala de visitas. Há uma mesa, coberta por uma toalha branca quando não é hora de refeição, bancos de madeira e, por vezes, caixotes servindo de bancos. Há ainda uma cristaleira ou uma cômoda, onde se guardam os pratos, os copos, as xícaras, talheres, além de remédios, fumo e bebidas. Vê-se, por vezes, flores tanto na mesa quanto na cristaleira ou na cômoda. Nela são feitas em geral as refeições, sobretudo quando há alguém de fora da *casa* para comer. A sala de janta serve também de corredor entre a sala de visitas e a cozinha.

São três as refeições diárias, regra geral. Uma ao nascer do sol, por volta de cinco horas da manhã, o café. O almoço, que se dá por volta de onze horas, no *verão*, e durante o *inverno*, ao se voltar do *roçado*, por volta de uma ou duas horas. A janta se faz ao cair do sol, por volta de seis horas. Em todas estas refeições, o *pai* é o primeiro a ser servido e senta-se em geral só, por vezes acompanhado de um filho considerado *grande*. A mulher o serve ficando em pé, e só come depois que o marido acaba. Assim também as filhas que *ajudam a mãe*.

Numa disposição de simetria em relação à sala de janta estão os quartos. Sem janelas. Há um quarto onde dormem o *pai* e a *mãe*, e mais um quarto para os *filhos*. Se há cama, esta é do *pai* e da *mãe*. Normalmente dorme-se em redes, que são presas nos troncos trançados que sustentam o telhado. Há também caixotes aí onde se guardam roupas, e os produtos para o corpo, como sabonete, talco, pó (para as mulheres), além de objetos de uso pessoal. As portas dos quartos são protegidas por tecidos que caem dos travessões que sustentam o telhado.

Os *quartos* só são ocupados à noite, permanentemente escuros durante todo o tempo, pois mesmo à noite a reunião do grupo doméstico se dá na *sala de jantar* ou na *sala de visitas*, onde ficam os lampiões.<sup>18</sup> Pode-se *entrar no quarto*, durante o dia, para trocar de roupa, mas a própria expressão denota a instantaneidade. Observe-se que se a *sala de janta* é uma só, onde todos comem, embora o acesso à mesa seja ordenado no tempo, o quarto é um elemento concebido sempre no plural

18 Neste ponto também é possível fazer um paralelo com a *Maison Kabyle* (Bourdieu, 1972): os locais de dormir e do ato sexual são os locais mais escuros da residência, tanto por referência à "luz do dia" como à "luz da noite". Também no caso dos *Kabyle*, estes são os locais de tratamento dos doentes.

(os *quartos*). Enquanto o casal não tem filhos, pode ser um *quarto* só. Como figura na citação da página 168, quando o *filho* nasce e fica "sabi-dinho, bota prouto canto pra dormir, né?" É a regra de incesto que diferencia os *quartos* enquanto locais de dormir. As únicas relações sexuais permitidas na *casa* são entre o *pai* e a *mãe*. Diferenciar os locais de dormir entre o local reservado aos *pais* e aos *filhos* permite que o dormir tenha significado diferente, sem que seja perceptível, ao nível imediato, o real caráter da classificação de locais. Fato não menos significativo é que os *filhos* vão mudando de *quarto* segundo sua classe de idade, passando a certo momento a serem diferenciados por sexo. Quando *pequenos*, podem dormir junto aos pais ou junto aos irmãos. Por volta de dez anos, os meninos são separados das meninas, passando a dormir em quartos separados. Quando só há dois *quartos* na *casa*, são as meninas que dormem nos *quartos*, compartimentos protegidos, e os meninos vão dormir na *sala de visitas*.<sup>19</sup>

Interessante notar que há uma equivalência entre sala de janta e quartos, que é percebida pelos próprios informantes, e que pode ser vista na planta da *casa*. Na entrevista com a senhora anteriormente citada, a propósito da construção de *casas*, ela diz ainda:

"I - Porque os quartos são obrigados a ser na sala de janta. Os quartos.

P2 - Os quartos são obrigados a ser na sala de janta?

I - É. Fica na sala de janta. Reparou nisso, não?"

P2 - É."

Na *sala de janta* tem lugar a ingestão de alimentos, enquanto nos *quartos* tem lugar o dormir e o ato sexual. Ambos os compartimentos propiciam a reprodução física e social do grupo doméstico. Porém, se para a ingestão de alimentos todos os membros do grupo doméstico podem ser considerados como equivalentes, porque podem ocupar o mesmo espaço com o mesmo fim,<sup>20</sup> a possibilidade do ato sexual distingue o dormir dos membros do grupo doméstico, corte que se exprime também ao nível espacial. São estes dois tipos de compartimento que organizam o encontro/não encontro dos elementos masculinos e femininos no grupo doméstico, o interior da *casa* propriamente dito. No caso da *sala de jantar*, este encontro se dá durante o *dia* ou, mais precisamente, sempre que há luz, enquanto os *quartos* são ocupados à *noite*.

19 Não se dorme na *sala de janta*. Mas, quando há muitas pessoas na *casa*, e possível usar a *cozinha* como local de dormir. Neste caso, são os meninos mais moços que dormem na *cozinha*. Isto, numa situação temporária, como a da visita de pesquisadores.

20 Embora, como já foi explicado, haja uma ordenação no tempo.

Há janela na parede lateral da *casa* correspondente à *sala de janta*, mas não há janelas nas paredes laterais correspondentes aos *quartos* <sup>21</sup>.

Assim:

	FEMININO		
	F	F	
NOITE	M.F	↓ M	DIA
	MASCULINO		

Pode-se, assim, notar que na casa há um local feminino por excelência, a *cozinha*, que se opõe ao outro extremo da casa, ao seu compartimento predominantemente masculino, a *sala de visitas*. E entre ambos, opostos entre si, estão os compartimentos que organizam o encontro não encontro dos elementos femininos e masculinos da unidade doméstica, a *sala de janta* e os *quartos*.

Se a *casa*, oposta ao *roçado*, é um local feminino, o local da *casa* onde se realizam as tarefas mais específicas à mulher é a *cozinha*. Aí ela transforma os produtos que servirão ao consumo alimentar dos membros do grupo doméstico. Nos *quartos*, o dormir; na *sala de janta*, o comer; na sala de visitas, o contato com o mundo exterior à família. Note-se que as atividades artesanais domésticas, como costurar, que se destinam à venda ao mundo exterior, à rede de parentesco e vizinhança, se realizam na parte "mais externa" da *casa*, a *sala de visita*. Aí também tem lugar o palestrar, conversa informal com pessoas de outras unidades domésticas, e as rezas, em que há reunião de várias pessoas para um culto religioso a domicílio; é aí que se ouve rádio, é aí que se dá o namoro e o noivado. É na *sala de visita* que pode haver os mais variados tipos de encontro com elementos que não pertençam ao grupo doméstico, é na *sala de visita* que são realizadas tarefas femininas destinadas ao mundo exterior ao grupo doméstico. <sup>22</sup>

O caráter masculino da parte da "frente da casa" é marcado ainda pela existência do alpendre, onde fica o homem alternativamente à *sala de visita*, e por um compartimento a que só se tem acesso por fora

21 Não se trata, por conseguinte, de uma impossibilidade técnica.

22 Como foi ressaltado anteriormente, a mulher pode ocupar a *sala de visita* durante o dia, quando supõe-se que o homem estará fora. É a noite, em geral, que estas reuniões com membros de outros grupos domésticos se dão, ou ao menos fora do horário em que o trabalho no *roçado* se dá.

da *casa*. Este compartimento diminui o espaço da *sala de visita*, mas entre ambos há uma parede sem portas. A porta que dá acesso a esse compartimento tem o mesmo aspecto que a porta de entrada da *casa*, também dispondo de um dispositivo que permite trancá-la. Este compartimento serve de depósito de todas as ferramentas utilizáveis no *roçado*, ou que permitam o conserto das ferramentas, além de todos os apetrechos para o transporte em animais, seja de carga, seja de pessoas (tanto as *selas* de montaria, quanto os *caçuás* para transporte de carga). Em suma, aí são colocados todos os instrumentos que permitem ao homem exercer sua área de competência específica. Note-se que esse compartimento se localiza no extremo oposto onde são depositados os instrumentos que permitem à mulher exercer sua área de competência específica.

Mas a *casa* não é apenas a parte coberta onde circulam os membros do grupo doméstico. Segundo formulação corrente, o *terreiro* faz corpo com a *casa*. No *terreiro* há um local, em geral atrás da cozinha, onde se toma banho. É um cercado de folhas de *ingá* em espiral. Transporta-se a água necessária num balde, usando-se por vezes bacia. Pode haver um outro cercado de folhas de *ingá*, destinado a que aí se defeque. No local apropriado há pedras, sendo que as fezes e o papel utilizado são removidos pelas mulheres várias vezes ao dia, deixando o local permanentemente *limpo*.<sup>23</sup> Entretanto, este segundo cercado só foi observado onde a fragmentação das pequenas propriedades tinha levado a um grande acúmulo de *casas* contíguas. Muito mais freqüente é que se aponte o *mato*, local onde não há plantações, como apropriado para se defecar.

O *terreiro* é, sobretudo, o local onde certos animais são criados pela unidade doméstica: vaca, cabra, porco, peru, pato, marreco, ganso, galinha, etc. Estes animais são classificados da seguinte forma: *cabra, porco e aves de pena*. Criar animais é cuidar deles, sobretudo quanto à sua alimentação, tarefa basicamente feminina. Estes animais podem ser *criados* soltos em torno da *casa*, como presos. Quando há uma só cabra ou um só porco, estes podem ser presos por uma corda a

23 A categoria *limpeza* está associada à percepção física da *sujeira*, ou seja, algo que pode ser observado a olho nu. Evidentemente, não há lugar para os "microorganismos" nem para as práticas de higiene associadas a essa percepção. Dentro dessa lógica material, a preocupação com *limpeza* é seguida rigorosamente. Remover folhas espalhadas pelo chão é algo que se impõe, o varrer sendo freqüente sob este aspecto. Já cuspir no chão não apresenta problemas, pois o *escarro* desaparece em poucos minutos. É possível formular a hipótese de que o não uso de fossas, enquanto buracos escavados na terra, possa estar ligado a este tipo de percepção, pois bastaria remover as fezes do local onde estão, e um buraco não facilitaria a operação.

alguma árvore do *terreiro*. Mas mesmo para as *aves* há necessidade de prendê-las em um cercado durante o *inverno*, quando há plantação perto do *terreiro* que possam estragar.

Cuidar e alimentar estes animais são tarefas basicamente femininas. Os animais domésticos distinguem-se dos animais de transporte (cavalo, égua, burro), designados por *animais*, todos de trato masculino. Os *animais* são guardados e alimentados num *estábulo*, construído em madeira e coberto por folhas de palmeira (*ingá*). Quando o grupo doméstico possui uma vaca, designada por *gado*, esta também é guardada num *estábulo*; mas este animal ocupa posição ambígua, pois tanto pode ser de trato masculino quanto feminino. Devido ao alto valor do *gado*, este animal cai, em geral, na órbita masculina. A *criação* de pequenos animais, da esfera feminina, serve a dois objetivos básicos: pode ser apropriada para o autoconsumo doméstico ou pode ser vendida para a compra posterior de determinados artigos industriais para a *casa* (toalhas, pratos, etc) ou de uso individual feminino (roupa, calçados, produtos de beleza, etc). Os *animais*, da esfera masculina, permitem o transporte das pessoas do grupo doméstico e dos produtos vendidos pelo grupo doméstico, bem como dos produtos adquiridos pelo grupo doméstico. Eles permitem que o *pai de família*, pequeno produtor, desempenhe sua função específica. O *gado* pode servir tanto para fornecer leite para o grupo doméstico, como forma de se obter dinheiro, com sua venda, que possibilite uma grande despesa do grupo doméstico (como a construção de *casa* ou compra de terras para *roçado*). Se pelo primeiro aspecto ele cai na órbita feminina (distribuir alimentos), pelo segundo cai na órbita estritamente masculina. Esta oposição entre animais domésticos da esfera feminina e animais domésticos da esfera masculina pode ser observada no seguinte trecho da entrevista de um pequeno proprietário:

“1 - Esse negócio de criação... comigo eu não sei contar de terreiro, não. Negócio de criação... Só se for nos burros, no cavalo, uma coisa, um cachorro. Mas negócio de ave de pena, da casa, não. Isso é... é a dona da casa. É! Os animais (de carga) porque tem que ser os homens, não é? Com os animais. Um burro, um cavalo... um gado, uma coisa qualquer. Isso é dos homens. Agora, isso é da dona da casa. Dona da casa é quem mexe com esse negócio. Eu não sei nem... se me perguntar quantas tem, eu não sei arresponder. Agora, me perguntando quantas enxadas tem pra cavar a terra, eu digo: isso aí tem tantas”.<sup>24</sup>

24 O mesmo modelo aparece quando se entrevista as mulheres dos pequenos proprietários. Observe-se este trecho da entrevista da mulher de um pequeno proprietário, quando só suas filhas estavam presentes:

A alimentação destes animais é proporcionada por atividades do grupo doméstico. Pode ser produto agrícola, provenha ele diretamente do *roçado* ou seja adquirido na *feira* semanal, pode se tratar de conduzir os animais a um *mato* próximo e vigiá-los, ou pode ser ainda ir cortar *capim* para fornecer aos *animais*. São atividades do grupo doméstico que permitem a reprodução física dos animais que ele possui. No caso da *cabra*,<sup>25</sup> do *porco* e das *aves*, estes animais proporcionam também alimentos para o grupo doméstico (leite, carne, ovos). Assim, são alimentados pelo grupo doméstico e servem de alimento ao grupo doméstico. Sob este aspecto, a *criação* cai totalmente na esfera feminina, já que é a mulher que controla a distribuição e o preparo dos alimentos. Se preparar alimentos e distribuí-los dentro do grupo doméstico não é considerado *trabalho*, distribuir alimento aos animais, matá-los e prepará-los também não é considerado *trabalho*. Eventualmente, para marcar o fato de que a *criação* exige um certo esforço físico ou provoque cansaço em quem delas se ocupa, pode ser empregada a categoria *trabalho*. Mas cuidar da *criação* não é *trabalho*.

Se a *criação* pode fornecer o necessário ao *gasto*, o autoconsumo da carne dos animais abatidos só se dá em ocasiões especiais. Normalmente, as refeições da *casa* proporcionam um pequeno pedaço de carne a cada um, um *taquinho de carne* ou de *peixe*, que é adquirido na *feira* semanal. Isto quando pode haver carne nas refeições, fato raro e muito valorizado. O abate de animais do grupo doméstico se dá em ocasiões especiais: quando há alguma *feira* ou quando há *precisão*. A *precisão* se caracteriza por ser uma situação considerada não rotineira a que a unidade doméstica tenha que fazer face. Tanto pode ser a doença de uma pessoa do grupo doméstico, quanto uma visita inesperada, ou mesmo a insuficiência de produção do *roçado*. Trata-se sempre de permitir o *gasto* necessário, mas este *gasto* tem um caráter episódico: seja porque se trata de um *gasto* excepcional, seja porque o *gasto* não pode ser proporcionado por outros meios. O abate não tem

---

"I - Aqui tem animais, aqui tem cabra, aqui tem porco, aqui tem galinha.

Filhas de I - Cavalo, cavalo...

I - Já disse: animais é o cavalo (risos). Essas quatro criação que a gente cria.

P - Agora, quem cria, quem é que cria os animais? É o Seu L. (o marido)?

I - É, os animais é ele que cria, e as galinhas, e o porco e a cabra, a gente é que cria.

Quer dizer que a gente agora não tem cabra em casa, mas tudo cria, não é?

P2 - E essas criações?

I - É essas criação. É cabra, olhe: é cabra, é porco e é galinha. Três. A gente cria três criação."

25 A *cabra* é a principal fonte de leite para crianças pequenas, já que o *gado* exige posses que a unidade doméstica raramente tem. Quando há *gado*, pode ocupar o lugar da *cabra*.

um tempo certo, mas, ao contrário, permite atender as flutuações "anormais" do *gasto* da *casa*. Observe-se o seguinte trecho da entrevista com a mulher de um pequeno proprietário.

"P1 - Agora, a senhora pega a galinha pro *gasto*:

I - Pro *gasto* a gente sempre pega, né? Sempre come, né? Sempre mata duas, umas duas ou três, né? Depende do tempo que se come: quem come do terreiro não tem quantidade. A quantidade é quando a precisão aperta. A precisão chegou, pronto! Não tem quantidade de galinha, né?

P1 - Como é que é?

I - Tô dizendo, a precisão do terreiro a gente come, a gente não tem quantidade, é o que a precisão marca.

P1 - Como é que a precisão marca?

I - A precisão marca que... só tem dia que só tem feijão puro. Aí nós come uma galinha, não é? Chegou outra pessoa naquele dia, num dia de domingo, numa coisa, a gente mata outra galinha, não é? Aí nós não marca quanto *gasta* por ano, quanto marca... Nós não tem essa compreensão de ver assim: vou marcar quantas tinha no terreiro por ano. Nós não tem quantidade, porque a quantidade da gente é quando a precisão chega, né? Chegou, nós mata. Uma galinha hoje, vai amanhã, chega outra pessoa de Recife, ou de São Paulo, ou de outro canto... Ah! Não vamos comer charque, não, vamos matar uma galinha. Aí nós come, né? Nós não tem quantidade de matar. Não tem, assim, coisa marcada não. Nem de marcar, nem de comer, nem de criar. (...) Porque, se tiver vinte galinhas a gente só tem vontade de criar trinta, não é? Se tiver trinta, não pode fazer cinquenta, não é? E assim nós não tem quantidade de criar. Só tem vontade de aumentar. De aumentar, sim, a gente não tem criação marcada, não. Eu não tenho quantidade de comer, nem quantidade de criar. A quantidade da gente criar, a gente só, quanto mais tem, mais quer, não é? Todo mundo. Todo mundo. Se a senhora cria um bocado de boi, né? A senhora, quando tem dez vaquinhas, a senhora diz: vou ver se para o ano eu tenho quinze, não é? É assim, todo mundo é assim. A criação aqui das capoeira é essa."

Contudo, a *criação* de *cabras*, *porcos* e *aves* pelas mulheres não se destina apenas ao *gasto*, à *apropriação apenas para o autoconsumo*. Como as "lavouras de subsistência", estes animais têm a propriedade da alternatividade: podem ser autoconsumidos ou vendidos. É com o dinheiro obtido pela venda de sua *criação* que a mulher faz face a certas despesas. A *criação* serve de meio para a compra de certos produtos que a unidade doméstica não produz, através da realização de seu valor. Estes produtos podem ser: roupas, calçados, utensílios domésticos (panelas, toalhas de mesa, toalhas, roupas de cama, talheres, pratos, co-

pos, etc), produtos de uso pessoal (sabonete, perfume, desodorante, etc), remédios. Note-se que são bens em que o ciclo de renovação para consumo é superior à semana. Fica estabelecida uma hierarquia de bens e de necessidades, onde, no primeiro plano, estão os produtos alimentares que proporcionam o *gasto* e todos aqueles que compõem a *feira semanal*; e, no segundo plano, aqueles expressos acima, em que o prazo de renovação é mais longo. A *criação* provê uma mediação perfeita entre ambas as classes de bens. Caso haja *precisão*, os animais podem servir diretamente para autoconsumo ou, mesmo, de sua venda resultar o dinheiro da *feira* necessária.<sup>26</sup> Caso não haja *precisão*, a *criação* se apresentará como *mais do que o gasto* e permitirá atender estas necessidades colocadas em segundo plano. Portanto, a *criação* pode servir para atender as necessidades menos imediatas, sem perder seu caráter de poder atender as necessidades mais imediatas e permanentes, a qualquer momento. Este papel da *criação* de possibilitar uma outra faixa do consumo doméstico necessário,<sup>27</sup> por oposição ao papel do *roçado*, pode ser observado nos trechos seguintes de entrevistas com mulheres de pequeno proprietário:

- I<sup>o</sup> "I - Que do roçado eu não visto, nem calço (...) Sim. E, se fosse, se fosse do roçado, nem visto, nem calço, nem eu, nem minha família, nem nada. Eu crio galinhas também. Vivo criando galinhas mode dar roupa às meninas (suas filhas).  
 P - A senhora vende bem as galinhas?  
 I - Vendo. Vende bem. Mês passado vendi uma por dez mil."  
 "P - E a senhora tava falando que, quando a senhora vende galinha, é, o dinheiro da galinha é pro vestido, é...  
 I - É pro vestido. O dinheiro da galinha é pra gente vestir, pra comprar, comprar essas roupinhas pros meninos, comprar essas percatinhas (alpercatas). É tudo assim. O lucro das galinhas só é esse. Vende os ovos pra comprar o milho do mês, pra eles comerm, que a terra não dá (...)  
 P - E quando é assim que a senhora vende o porco é... é gasto pra vestido também?  
 I - É. Gasto pra vestido. Porque senão não tem outra coisa de vestir. Nós tem que criar criação e ajudando a vestir, né? Aí vou lá

26 Chayanov (1966) aponta uma função análoga da criação de gado, ao notar que nos anos de má colheita o preço da carne baixava. Este fato, "paradoxal", foi observado por Patrick (1972) nos anos de "seca" do Nordeste brasileiro, embora apresente uma outra explicação.

27 A existência de classes de bens que são trocáveis por bens da mesma classe, mas só em determinadas condições trocáveis por bens de outras classes, a que não pertencem, foi explorada por Dalton (1965) e por Bohannon (1962), a propósito do significado dos conceitos de *moeda* e de *mercado*.

com uma criação compro um lençol, compro uma toalha de mesa, compro uma coisa assim pra casa. Um prato. A gente compra coisa só pra casa."

Embora mais explicitamente na primeira citação, aparece em ambas a oposição do *roçado* à *criação*. O *roçado* deve atender as necessidades prioritárias, mas seu produto, devido à escassez de terra, não é suficiente para suprir necessidades como roupa e calçado, cobrindo apenas a área limitada pelo *gasto* semanal. A *criação* tem uma função complementar à do *roçado*, mas seu caráter subordinado é claramente marcado. Por um lado, a *criação* atende a necessidades socialmente consideradas menos prioritárias, e a faixa que ela cobre depende das condições mesmas que o *roçado* proporcione. Se o produto do *roçado* fosse bem maior, certas necessidades, hoje cobertas com o dinheiro obtido pela venda da *criação*, poderiam ser atendidas por ele, reservando-se o equivalente valor da *criação* para outras esferas, consideradas menos essenciais. Por outro lado, a *criação* pode ser apropriada para o consumo alimentar, faixa que idealmente deve ser coberta pelo *roçado*, cada vez que o produto do *roçado* se mostre insuficiente. Trata-se, assim, de uma produção da *casa* que preenche a mesma lógica, exposta no capítulo II, do *mais do que o gasto* dos "produtos de subsistência" do *roçado*. Além disto, o *mais do que o gasto* da *casa*, dado pela *criação*, depende das flutuações do *mais do que o gasto* proporcionado pelo *roçado*. A expansão ou contração da *criação* depende das condições de realização do *roçado*. O crescimento da *criação* supõe que mais alimento seja destinado aos animais, maior disponibilidade de tempo dos membros femininos do grupo doméstico para o trato de animais e menor frequência de abate e/ou venda antes da reprodução física dos espécimes possuídos. A contração da *criação* pode provir de menor disponibilidade de alimentos, de menor tempo disponível dos membros femininos do grupo doméstico e maior frequência de abate e/ou venda. Isto explica as seguintes palavras da mulher de um pequeno proprietário, citadas na página 179.

"I - Nós não tem quantidade, porque a quantidade da gente é quando a precisão chega, né? (...) Nós não tem quantidade de matar. Não tem, assim, coisa marcada, não. Nem de marcar, nem de comer, nem de criar. (...) Porque, se tiver vinte galinhas, a gente só tem vontade de criar trinta, não é? Se tiver trinta, não pode fazer cinquenta, não é? E assim nós não tem quantidade de criar. Só tem vontade de aumentar. De aumentar, sim, a gente não tem criação marcada, não. Eu não tenho quantidade de comer, nem quantidade de criar. A

quantidade da gente criar, a gente só, quanto mais tem, mais quer, não é? Todo mundo. Todo mundo. Se a senhora cria um bocado de boi, né? A senhora quando tem dez vaquinhas, a senhora diz: vou ver se para o ano eu tenho quinze, não é? É assim, todo mundo é assim. A criação aqui das capoeira é essa."

É preciso ressaltar que a *criação*, tarefa feminina, visa a obter renda monetária suficiente para cobrir certas despesas da órbita feminina. Em primeiro lugar, é com a venda da *criação* que a *mãe de família*, mulher do pequeno produtor, obtém o dinheiro para compra dos objetos indispensáveis ao consumo doméstico (utensílios de cozinha, toalhas, pratos, etc.). A renda que proporciona as atividades do *pai*, pequeno produtor,<sup>28</sup> deve pôr e repor os instrumentos de trabalho necessários às atividades de seu grupo doméstico no *roçado*, e a *criação* deve fornecer à *mãe*, mulher do pequeno produtor, a renda necessária para pôr e repor os "instrumentos de consumo".<sup>29</sup> A *criação* serve, portanto, como "objeto de consumo" e como fonte de "instrumentos de consumo". Note-se que os "instrumentos de consumo" podem ser feitos pelas mulheres diretamente, como era o caso das panelas de barro ou o fogão de certas unidades domésticas. Assim também a conservação, reparo, limpeza destes instrumentos, são atividades femininas. Portanto, a *criação* subministra os meios através dos quais a mulher do pequeno produtor, enquanto *mãe de família* e *dona da casa*, exerce sua área de competência específica dentro do grupo doméstico.

Por outro lado, é através da realização do valor da *criação* que a *mãe* obtém dinheiro para fazer face às suas próprias necessidades pessoais (em vestimenta, calçados, produtos de beleza, etc). Assim, a *criação* serve para cobrir as despesas pessoais femininas. Estas necessidades pessoais femininas não são só as da *mãe*, mas abrangem as necessidades pessoais de todas as *filhas*. Toda *criação* é encarnada pela *mãe*, é de sua esfera própria. Contudo, se o produto-valor da *criação* é para atender as despesas das *filhas* na sua esfera pessoal, a responsabilidade da *criação* passa para cada filha, que neste contexto dirá que a *criação* é "sua". Em verdade, este era o caso em jogo numa das uni-

28 Provenha ela do *roçado* ou das formas suplementares, como o *negócio* e o *alugado*.

29 Leilah Assumpção (1973) chamou a atenção para a importância deste fato no seu trabalho do curso de "Sociedades Camponesas". Assim também foram suas observações sobre a existência de uma área masculina no espaço feminino e uma área feminina no espaço masculino que levaram às análises anteriores sobre a *casa*. Posteriormente tive acesso ao trabalho de Bourdieu (1972), em que estes pontos são desenvolvidos.

dades domésticas antes citada, em que a *criação* cobria a “esfera de consumo coletiva”, as despesas pessoais da *mãe* e despesas das *filhas*, que cuidavam cada uma “de suas galinhas”. Mas isto fica mais claro na citação seguinte, em que a sobrinha da *mãe* de família citada anteriormente (p. 179), na *casa* desta, sendo ela mesma *filha* de pequeno proprietário, fala de *sua criação*:

I - Eu tinha uma galinha, uma galinha. Ela punha. Aí vendia. Eu vendi por sete contos.

P - E aí, o que é que você fez?

I - Eu comprei uma farda, não sabe? De escola. De escola, não sabe? Aí dei pra outra (moça) costurar. E a outra filha dela (da galinha) tá em casa.

P - Tá em casa?

I - Tá sim senhora.

P - E você vai vender daqui a pouco? Que que você vai comprar?

I - É sim senhora. Eu só vou vender quando ela pôr. Pra ela, pra ela criar os pintinhos. Aí, quando eles crescer, eu vou vender ela. Quando ela ficar velha, não é? Quando ela ficar velha, eu vendo ela e vou comprar um sapato.

P - E com a perua que você vendeu?

I - Com a perua que eu vendi eu comprei uma sandália.”

Vê-se nesta citação que é a *filha* que toma decisões quanto à venda de *sua criação*, bem como decide que necessidades pessoais vai cobrir com o produto dessa venda. É ela também que deve cuidar da *criação*. Assim, a criação pode definir uma esfera própria da *filha* dentro do grupo doméstico. Mas é uma esfera dentro do grupo doméstico e não uma esfera autônoma. Isto se marca por dois pontos básicos. Um, é que a mãe pode se apropriar da *criação* das *filhas*, se há *precisão*, quando necessita dela para o *gasto*. Ficar, então, em dívida com a filha, tendo que proporcionar-lhe, no futuro, aquilo a que se destinava a venda da criação.<sup>30</sup> Assim, a *criação* individual, enquanto atendendo a necessidades individuais, subordina-se às necessidades de consumo coletivo dos membros da família. Por isto, a *mãe* encarna toda e qualquer *criação*, pois encarna a esfera da *casa*, a esfera do consumo doméstico. Em segundo lugar, a venda de qualquer animal de *criação* pode ser feita pelo *pai*, pois a venda de qualquer produto familiar é tarefa própria do *pai*, já que cabe ao *pai* a função de mediação entre a esfera doméstica e a esfera pública. Mas a venda pode ser feita também diretamente por um *filho*, ou pela própria *filha*, mas sempre acompanhada por um irmão, mesmo que este não partici-

30 Cf. Beatriz Heredia (1979), que apresenta um caso concreto em que isto se passa.

pe da transação comercial. Interessante notar que isto ocorre sempre que a venda implicar em ir à *feira*, ou à cidade para venda da *criação*. A presença de um elemento masculino da família será sempre fundamental. A venda de uma *criação*, se realizada em *casa*, para um negociante que passe no *terreiro* pode ser efetuada pelos membros femininos da família, sem a presença de um elemento masculino. Isto só reafirma a condição da *casa* como espaço propriamente feminino, oposto ao mundo externo às redes de parentesco e vizinhança. Note-se que é bem mais freqüente a interferência masculina na venda do produto do que na compra posterior do bem desejado pela filha ou pela mulher. O grupo doméstico controla mais diretamente os meios de atender as necessidades de cada um de seus membros, do que o atendimento destas necessidades. Mas, provavelmente, isto deve estar ligado ao fato de que o comprador é alguém indefinido, sendo de menor previsibilidade qual o seu comportamento, enquanto o vendedor a quem o elemento feminino terá acesso pode ser alguém conhecido. O *negócio* não é uma mera troca de bens de valores equivalentes, mas uma relação social entre pessoas estruturadas dentro de uma mesma sociedade, daí o caráter assimétrico entre as normas para as operações de compra e as operações de venda.<sup>31</sup>

Há um outro fato sobre a *criação* que também marca as citações femininas já apresentadas: a venda de uma *criação* é realizada quando sua reprodução física já se deu. Diferentemente do *roçado*, a *criação* se auto-reproduz fisicamente, e cuidar da alimentação é a atividade doméstica fundamental e tarefa feminina. Exceto no caso de doenças, a *criação* é uma atividade que assegura a própria reposição de seus elementos materiais. Ela permite atender as necessidades a que se destina, seja apropriada para o *gasto*, seja pela venda e compra de outros produtos, recriando suas próprias bases materiais. É, portanto, uma atividade ideal de reserva e de acumulação.<sup>32</sup> De reserva porque permite conservar no tempo a propriedade de propiciar o consumo necessário, tanto em sua faixa prioritária, como nas outras, tanto para fazer face ao consumo coletivo do grupo doméstico, como para fazer face ao consumo individual de cada membro. Torna-se, portanto, um instrumento de diferir o consumo no tempo. Acumulação porque, não havendo necessidades prementes de consumo (*precisão*), basta garantir a

31 Marie France Garcia (1974) apresenta a análise das operações de troca mercantil numa *feira de Usina* da Zona da Mata, onde o grupo estudado aparece como vendedor e os *moradores da Usina* como compradores.

32 O que, em linguagem da economia neoclássica, poderia ser chamado de *poupança*.

alimentação em escala apropriada para que a reprodução física da criação se dê em escala ampliada.<sup>33</sup>

O gado, como a cabra, é fonte de leite para as crianças pequenas. Neste contexto, ele cai na órbita feminina. Contudo, seu valor é muito grande dentro do patrimônio familiar, e sua criação é fonte de uma renda que não tem comparação com aquela dos bichos de terreiro. Em geral, sua posse permite à unidade doméstica acumular recursos para fazer face a uma grande despesa que mude suas condições de vida. Tal é o caso de compra de terras. Assim, também, o gado é a fonte de recursos para todas as despesas que envolverão o casamento de um dos membros da família. Afetando as condições mesmas da unidade doméstica como um todo, o gado pode ser controlado diretamente pelo pai de família. Portanto, a posse do gado pode estar associada a um momento de ciclo familiar (existência de crianças pequenas, casamento de um dos seus membros), ou a tentativa de melhoria das próprias condições de operação da unidade doméstica. Conforme o que estiver em jogo, ele pode ficar na esfera feminina ou masculina.

Ameaçada sua reprodução enquanto pequeno produtor independente, o gado aparece geralmente associado à esfera masculina das unidades domésticas que o possuem. Neste contexto, o gado é o instrumento de reserva de valor e de acumulação por excelência.<sup>34</sup>

Devido a seu alto valor, é pouco comum a posse de vacas pelas unidades domésticas. Isto não significa que a acumulação deixe de ser feita mediante a posse de animais. É então o porco que preenche esta função. E este fato se marca pela passagem deste animal da esfera feminina para a esfera masculina. Ressalte-se também que no momento que antecede o casamento pode-se encontrar o gado, ou o parco, como forma de reserva de valor para as despesas necessárias de cada um dos cônjuges. Há ainda um traço comum ao gado e ao porco que os distancia das aves: o abate de ambos é proibido dentro das unidades domésticas, devendo ser feito nos matadouros públicos. Para o porco, sobre-

33 Note-se que a citação da página 180 permite ver que há possibilidade da própria criação fornecer os meios para que seja alimentada:

"O lucro das galinha só é esse. Vende os ovos pra comprar o milho do mês, pra eles comerem, que a terra não dá."

34 O papel do gado como instrumento de acumulação fica expresso na seguinte citação, recolhida na Mata Norte por Beatriz Heredia: "O gado dá lucro, porque a criação de gado de qualquer jeito dá lucro. Na criação de gado, a comida está no mato. E de qualquer jeito dá lucro porque todo ano é um bezerro. Um bezerro, hoje, é 700 contos. Porque comprar terra em nosso caso é difícil, é muito cara. O sujeito tendo um pouquinho de dinheiro não dá pra isso, então emprega o dinheiro no gado, ele dá lucro." (cf Heredia e Garcia, 1971)

tudo os de menor porte, é mais fácil burlar a legislação, e ainda há abate doméstico; mas tal não é o caso do *gado*. Com isto, estes animais podem perder a propriedade da alternatividade quanto à carne,<sup>35</sup> servindo apenas de equivalente valor dos produtos a serem adquiridos pelo grupo doméstico.

Se os animais de *criação*, referidos anteriormente, fornecem alimento para o grupo doméstico e são alimentados pelo grupo doméstico, e por isto caem na esfera feminina, há animais dentro da órbita doméstica que pertencem à esfera masculina. Tal é o caso dos animais de carga, designados por *animais*: cavalos, éguas, burros. São animais de trato masculino, em geral de responsabilidade dos *filhos* menores. Note-se que são animais que fazem a mediação entre o mundo doméstico e o mundo externo à unidade doméstica. Os *animais* são indispensáveis aos pequenos produtores como transporte que viabiliza o *negócio*. Ressalte-se que animal nenhum é usado para tração, não havendo o uso de arado.<sup>36</sup> É para transporte, humano e de carga, que os *animais* são fundamentais, e é porque são peças indispensáveis para efetuar as operações mercantis que permitem vender a produção do *roçado* e realizar a *feira* semanal, que toda unidade doméstica tem que possuí-los.<sup>37</sup> Por isto, são de uso direto do *pai de família*, pequeno produtor, e o trato dos *animais* é diretamente controlado pelo pai.

Há ainda outros animais na *casa*, cuja função é diferente das já analisadas: o *cachorro*, o *gato*, o *passarinho*. São também alimentados pelo grupo doméstico, mas nem servem de alimento para o grupo doméstico, nem de fonte de renda, nem para ajudar em alguma tarefa necessária ao *roçado*. O *cachorro* tem o atributo de defesa da *casa*, tanto com relação a animais, quanto a pessoas estranhas. Por outro lado, acompanha o homem na caça, atividade eminentemente masculina. O *cachorro* está na órbita masculina, pois opera como mediador, entre os animais da *casa* (*criação*) e os animais que aí os atacam; e também é mediador entre os homens e os "animais selvagens" na caça, bem como é mediador entre as pessoas da *casa* e as *de fora*. O *gato* cai na esfera feminina, pois defende o interior da *casa* de roedores que possam

35 Mas não quanto ao leite, no caso do *gado*.

36 Se este fosse o caso, é bem provável que tal animal estivesse na órbita masculina, pois seria um instrumento de trabalho, consistente com a representação dos pequenos produtores, cujo trabalho é materializado no cultivo da terra.

37 A posse de *animais* permite ao pequeno produtor trabalhar na grande plantação canavieira, durante a moagem, no transporte da cana. Trabalha no *cambite*, isto é, transporta a cana do ponto em que ela é cortada ao ponto até a estrada de ferro ou de rodagem. Além disso, permite, hoje, que tenha no *negócio* uma fonte de renda que possibilita reproduzir sua situação de pequeno produtor.

atingir as reservas domésticas de alimentos. Já os *passarinhos* são da órbita estritamente masculina. São considerados um *esporte*, para *alegrar a casa*. Quando presos em gaiolas, são alimentados pelos filhos menores, ficando as gaiolas no alpendre ou na *sala de visita*. Quando soltos, encontramos mesmo formulações que justificavam a presença de certas árvores frutíferas em frente às *casas*, como o mamoeiro, como forma de alimentar os passarinhos.<sup>38</sup>

É importante observar que, se certos animais domésticos caem na órbita masculina, *dar comida* não deixa de ser reconhecido como tarefa feminina. A *casa*, por oposição ao *roçado*, é um espaço predominantemente feminino. Mas, considerado apenas o espaço da *casa*, há locais mais propriamente femininos e locais mais propriamente masculinos. Isto também acontece na classificação dos animais domésticos. É na *casa* que se recebe alimentos que garantem a reprodução física. Isto aproxima os animais das pessoas do grupo doméstico. Preparar e distribuir alimentos é tarefa feminina. Os animais que recebem alimentos do grupo doméstico, e são alimentos para o grupo doméstico, caem na órbita estritamente feminina. Mas os animais da esfera masculina apenas recebem alimentos do grupo doméstico, preenchendo outras funções sociais que não as de serem alimento para o grupo doméstico. A estes animais, são os *filhos* menores que têm a incumbência de alimentar. Porque os *filhos* menores são os elementos "mais femininos" dentro da órbita masculina. Desde o nascimento, o menino passa gradativamente da órbita feminina para a órbita masculina, o que acontece durante seu ciclo de vida. Há mesmo um tempo, quando bem pequenos, que os meninos podem realizar tarefas de *ajuda à mãe* iguais às realizadas pelas meninas. Uma das etapas do ciclo de vida dos meninos, quando não há mais indiferença entre as tarefas realizadas por meninos ou meninas, é o trato dos animais próprios à esfera masculina e, em particular, dos *animais*. *Dar comida aos animais* é uma das primeiras tarefas masculinas ainda na esfera da *casa*, isto é, na órbita feminina.<sup>39</sup>

38 É interessante notar que, quando soltos, são os únicos animais não pertencentes à esfera doméstica que entram e saem do *terreiro* sem provocar reações especiais de antagonismo por parte dos membros do grupo doméstico. Quando presos, simbolizam o trato de animais que não apresenta resultado material. Reclama a mulher de um pequeno proprietário: "Eu não gosto disso não, que não dá resultado. Eu gosto... eu só gosto de criar galinha, criar porco, criar... bode, criar peru, criar essas coisas que me ajude, né? Essas coisas que só dá prejuízo, somente para comer e ficar na gaiola?"

39 Bourdieu (1972) vê a *Maison Kabyle* como um espaço feminino por oposição ao "mundo de fora", que seria o espaço masculino. Contudo, a ordenação deste "espaço feminino" apresenta nova oposição homem-mulher, havendo um local feminino-masculino e um local feminino-feminino, cujo padrão seria  $a:b :: b_1 : b_2$ .

Há trocas mercantis envolvendo tanto os animais da órbita feminina como os da órbita masculina. Em certo sentido, qualquer animal doméstico pode ser vendido e comprado. Não é a possibilidade de circulação mercantil que diferencia tais animais, mas sim o significado das transações mercantis que envolvem cada uma das classes de animais domésticos. A *criação* da mulher permite atender ao *gasto* e, caso vendida, adquirir os instrumentos necessários ao consumo doméstico e os bens de uso pessoal dos elementos femininos. A troca mercantil de um animal da esfera masculina, quando tem lugar, visa repor algum espécime ou realizar o valor de algum espécime para além das necessidades do grupo doméstico. A troca mercantil, neste último caso, é de regra apenas no caso dos animais de carga, devido à sua importância fundamental e ao seu alto valor, sendo o dom extremamente comum no caso de *cachorro* e *passarinho*.<sup>40</sup> Receber *comida* que garanta sua reprodução física coloca todos os animais possuídos pelo grupo doméstico na órbita da *casa*. Mas apenas parte destes animais serve para que a mulher organize a *queima* própria à *casa*, seja servindo de objeto de consumo, seja proporcionando a obtenção de instrumentos de consumo.

A *criação da dona da casa* é específica à lógica de articulação entre o *roçado* e a *casa* dentro das unidades domésticas de pequenos produtores. São os produtos do *roçado*, já disponíveis, que servem de *comida* para a *criação*, ou mesmo é o resto da *comida* da *casa* que serve de *comida* para os animais (como a lavagem do porco). Ou, então, a *comida* do animal está no *mato*. O que alimenta a *criação* é o produto obtido por alguma atividade do grupo doméstico, numa outra forma de *autoconsumo intermediário*.<sup>41</sup> As despesas com ração são diminutas, embora se reconheça que a ração permite um desenvolvimento maior dos

40 Note-se, contudo, que, no caso dos passarinhos, há mesmo um setor em cada *feira* semanal (praça de mercado) especializado em trocas mercantis destas aves, setor designado por *feira de passarinho*, de frequência exclusivamente masculina.

41 Tepicht (1973) faz da articulação do plantio com a criação de animais domésticos o cerne da questão do autoconsumo intermediário. Nota, por outro lado, que isto permite empregar o *trabalho marginal* da família ou a *força de trabalho não transferível*, ou seja, a mulher e os filhos do casal. Pois, como mostram as experiências das fazendas coletivas que examina, a criação, passando para órbita extradoméstica, passa a ser atividade exclusivamente masculina, e que tem de fornecer uma remuneração correspondente à reprodução de toda a unidade familiar. Mesmo dentro da esfera doméstica, a criação de galinhas e porcos por homens foi observada por Moacir Palmeira entre *moradores* da Mata Norte de Pernambuco. Neste caso, os animais eram criados em construções especiais, à base de ração, sendo o programa financiado por uma cooperativa de pequenos produtores. Forneciam não uma renda adicional, mas uma renda fundamental para atingir o consumo doméstico socialmente necessário. A criação tinha, neste caso, o papel funcional do *roçado*.

animais. Ou melhor, se pode dar ração, o grupo doméstico dará, mas a ração não é condição para a *criação* ser efetuada. A mulher de um pequeno proprietário explica, assim, que a *criação* está na esfera feminina por “não ter comer marcado”. Opõe a *criação* nos sítios à criação dos mesmos animais em *granjas*, propriedades em que se usa trabalho assalariado no trato de animais:

“P – Agora, cabra, galinha e porco é... é só mulher que cria?

I – É! Só mulher que cria. E cria também homem sendo... sem ser no sítio. Sendo em granja na cidade, quem cria assim porco, que nem ali, naquela, naquela que tem uma granja de porco, tem uma granja de galinha, tem, tem uma, é tudo os homens que cria pra lá. Mas sendo aqui no sítio, só quem cria essas besteira é mulher, aqui no sítio.

P – Por que no sítio só é mulher que cria?

I – Sabe por quê? Porque não são os homens que trabalha e a gente cria solto. É uma coisa mais fácil do que em granja. É mais fácil do que em granja. Porque em granja parece que a comida é separada, não é? Carece que é aquele tratador continuado, e aqui no sítio não carece. A gente sai dali, compra milho e bota o milho pra galinha. A gente cria aquelas galinha, olha, deita a galinha e sai aquele pintinho, aquele pintinho já dá xeréu (farinha de milho) e vai crescendo. Depois, quando cresce, a gente dá milho. Pronto. Aí é as mulher que tem que criar. As mulher que corta mandioca pra botar pras galinha, pros pintinho novo e vão aumentando, aumentando e fica aquela porção. (...) O lucro da galinha é só esse. Vende ovos pra comprar milho do mês, pra eles comerem, que a terra não dá (...) Se apuro pouquinho. Se apuro cinco contos é o quilo de milho, que é cinco contos. Se apurar dez contos, aí nós fica com cinco e compra cinco de milho. Tem que comprar toda semana, toda semana, toda semana. As galinhas é que precisam. Na semana que não tem, a gente tem que botar da gente. As galinhas. Agora, quem tem granja, não, compra aquela porção bem grande, paga aqueles empregados, compra, compra aquela vitamina lá da cooperativa, né? E a gente, a pessoa que possui e não pode, a criação não dá, a gente dá milho. E lá nas granja não dá milho não, só dá aquele pó, que, que, como é que chama aquela vitamina que dá? (...). No sítio nós só cria com milho e mandioca (...). O porco? A gente compra aquele porco, quando acabar, soca. Se tiver chiqueiro, a gente bota no chiqueiro. Uns quatro ou cinco porcos. Atira mandioca, atira farelo, aquilo é o que a gente quiser dar. E a galinha, não. Isto é o que a gente quiser dar. Que nem eu tenho esse porquinho aí pra ser solto. Agora só dou farinha, dou mandioca, dou macaxeira, dou batata, dou o que tiver. Não tem comer separado não. Tem dia eu compro farelo, quando é um porco bem bom, que desenvolve logo, a gente compra farelo. Que no farelo aumenta mais, um pou-

co de farelo. Mas esse pequinininho daí nunca comeu farelo, que eu nunca comprei, e que farinha agora tá mais barata do que farelo, dou farinha (...) A quinhentos cruzeiros o quilo (de farelo) e um litro de farinha por quinhentos, não, um litro de farinha por quatrocentos, é melhor dar farinha, né? É mais barata a farinha. A gente dá farinha. As criação daqui do sítio só é isso que a gente dá. Todo mundo. Dá milho, mandioca, farinha e pronto."

#### Apêndice

#### HABITAÇÃO

"Aqui, com pormenores inúteis do realismo, a descrição duma casa sertaneja, vista há algum tempo nos cafundós de Pernambuco.

Baixa, de taipa, cheia de esconderijos, lúgubre. O teto, chato, acaçapado, quase sem declive, é negro; é negro o chão sem ladrilho, de terra batida, esburacado e sujo; negras as paredes sem reboco, com o barro que as reveste a rachar-se, deixando ver aqui e ali o frágil madeiramento que serve de carcaça.

Três portas de frente e duas janelas. As portas têm altura suficiente para que possa entrar uma pessoa de média estatura sem curvar-se. As janelas, aberturas pequenas, quase quadradas, estão situadas lá em cima, perto da telha. Para atingi-las, trepa-se a gente a um caixão. Têm dobradiças de couro e trancam-se com pedaços de pau roliços, envernizados pelo uso, que se introduzem em buracos abertos nos batentes, presos a cordéis amarrados em pregos. As portas fecham-se interiormente com taramolas.

Em frente há um alpendre, o copiar, sustentado por esteios baixos, grossos, resistentes ao caruncho. Limita-o uma plataforma que se ergue meio metro acima do solo, de terra solta e pedra. É ali que dormem hóspedes sem importância, na desagradável companhia dos bodes e das cabras, que lá vão fazer idílios.

Na sala principal há três redes armadas em paus recurvos que saem do esqueleto das paredes. A um canto, um enorme traste de pernas descomunais, que atravessam uma tábuia de dez centímetros de espessura, magnífico para rasgar a roupa de quem nele se senta. Aqui e ali, em tornos de madeira, penduram-se chapéus de couro, gibões, peiteiras e peitorais. Alguns sacos e surrões de milho e feijão substituem as cadeiras. Enormes cordas de laçar, cabrestos de cabelo, encerados, cangalhas, alpercatas, sapatões de montar, com grossas esporas de rosetas incríveis, espalham-se desordenadamente.

Sobre uma tosca mesa, lavrada a enxó, um oratório envolto numa coberta vermelha, de florões. Há dentro dele uma litografia de Nossa Senhora, desbotada, em caixinho sem vidro, um crucifixo, alguns santos de barro e de gesso, enfeites de papel, uma lamparina e uma vela benta. Na mesa, uma gaveta, e aí um museu — rolos de cera, novelos de barbante, agulhas para sacos, pedaços de sola, um tabaqueiro, um couro de fazer rapé, um martelo, uma torquês, sovelas, chifres de veado, pontiagudos, pacotes de orações, sementes, bolas de sebo, látégos, chocalhos, pregos, fivelas, um macete e um Lunário Perpétuo.

À direita de quem entra há um cubículo cheio de algodão.

À esquerda, um salão mal-assombrado, onde se misturam montanhas de queijo, castos, caçuás, selas de campo, cavaletes, pedras de amolar, samburás, rolos de fumo, cuícas, cabaços, gamelas, arame farpado, facões, espingardas de pererneira, machados, foices e enxadas.

Da sala principal segue para os fundos um corredor estreito e sombrio, preto de pumã e teias de aranha. Dão para ele dois quartos fronteiros. Um, das meninas, nunca se abre. O outro, dos donos da casa, deixa ver, através da porta meio aberta, algumas arcas, onde se aferrolha o tesouro da família, e uma cama baixa, sem colchão, com o lastro

de couro de boi, em cabelo, gasto pelo atrito de algumas gerações que ali se fizeram, viveram e morreram.

O corredor desemboca na sala de jantar. Há ali uma pequena mesa, que raramente se forra, toda escalavrada, cheia de altos e baixos, pelo hábito de picar-se fumo em cima dela, à faca de ponta. Ladeiam-na dois bancos. Perto, uma velha máquina de costura em cima dum caixão vazio. Um pote sobre uma forquilha plantada no chão. Nas pontas das varas que saem das paredes, candeeiros de folha, pendurados pela asa, de torcidas de algodão, negras, fumegantes e fedorentas.

Com a sala de jantar confinam a cozinha de um lado, do outro o quarto das criadas, duas pretas que nasceram escravas e ali continuam, porque não sabem que fazer da liberdade. Uma delas, de luxo; dorme em cama de varas, a isidora, erguida sobre quatro estacas pregadas no chão. A outra dorme na esteira. Possuem caixas de pinho, onde guardam a roupa, e combucos cheios de bugigangas – espelhos, voltas de contas, alfinetes, frasquinhos de perfume, anéis, brincos, pulseiras, rosários.

A cozinha é pequena. Uma grossa camada de fuligem dá-lhe um novo teto. Um jirau substitui a dispensa. Amontoam-se nele mochilas de sal, résteas de cebola, espigas de milho, botijões de manteiga. Mantas de carne, lingüiças, panos de toucinho penduram-se a uma corda que vai duma parede a outra. O fogo é feito no chão, entre pedras dispostas em trempe. A um canto, um monte de cinza e carvões apagados. Todos os dias uma preta, de côcoras, varre aquilo, a vassourinha. Frigideiras, caldeirões, panelas, marmitas de folha, ralos, canecos, abanos formam o sistema planetário dum tacho velho, rachado, coberto de nódoas verdes. Em cima dum pilão, deitado, um gato ronca. Junto ao lume há, quase sempre, uma velhota acendendo o cachimbo de canudo de taquari com uma brasa espetada a um garfo. Encostada à trempe, uma banda de casca de coco presa num pau, a quenga. Na parede, o caritó, pequena cava em forma de concha, onde se guardam objetos miúdos – pedras de sal, pontas de cigarros de palha, dentes de alho, cordões, retalhos de pano, agulhas, peles de fumo que se oferecem a Santa Clara, a troco de pequeninos milagres caseiros.

Uma janela baixa, onde se senta um rapagão indolente, dá para o quintal, nu, com um barreiro cheio de água turva, coberto pela sombra escassa duma árvore morta.

Junto ao quintal, o jardim, povoado de algodoeiros, verduras, vasos de alecrim e losna, urtigas e flores, tudo protegido pela ramagem duma baraúna velha.

Do lado oposto, três currais de cercas eternas, mourões gigantescos.

Um pouco afastado, o chiqueiro das cabras.

Em frente, um grande pátio, branco, limitado por árvores sempre verdes que escondem montes distantes.

No terreiro, no pátio, na calçada, confraternizam galinhas, bacorinhos, carneiros, cabritos, alguns cachorros com extravagantes coleiras feitas de rodela de sabugo queimado, enfiados em pedaços de imbirá.

Uma habitação horrível, como vêem. Contudo, viveu ali, sem se queixar, uma família decente, religiosa e pastoril, domesticada no regime patriarcal.

Desapareceu tudo. Provavelmente aquilo está hoje reduzido a tapera.”



CAPÍTULO 4  
ROÇADO E ROÇADINHO:  
O CICLO DE VIDA

Os capítulos anteriores apresentaram as diferenças de tarefas desenvolvidas no *roçado*, segundo o sexo, idade e posição no grupo doméstico, assim como diferenças análogas na posse e no trato dos animais pertencentes ao grupo doméstico. Mostrou-se que o *roçado* é que dá as condições necessárias para que o consumo doméstico se efetive. Ao tratar dos animais, no capítulo III, observamos que havia uma *criação* que permitia atender a uma esfera de consumo individual, por oposição ao consumo efetuado coletivamente por todo o grupo doméstico<sup>1</sup>. No entanto, não se viu, até agora, nenhuma diferenciação no próprio processo produtivo que cumpra função análoga à de parte da *criação*: ser equivalente valor de esferas de consumo individualizadas. Este é o caso do *roçadinho*: plantação efetuada sob o controle de cada membro da unidade doméstica que não o *pai*, cujo produto é vendido para proporcionar a seu detentor a aquisição de uma determinada mercadoria. Opõe-se ao *roçado*, pois é realizado individualmente e visa a cobrir despesas individuais. O diminutivo que o especifica apon-

1 O comer e o dormir foram apresentados como exemplos mesmo do consumo coletivamente organizado.

ta sua posição subordinada. Ao observador de outra classe social, a própria existência do *roçadinho* pode permanecer opaca. Não há diferenças de produtos plantados. Não há diferenças nos processos de cultivo. Não há fronteiras aparentes que o delimitem. Uma primeira abordagem do grupo doméstico tem, necessariamente, que passar pelo *pai de família*, pequeno produtor, e é ele quem encarnará todas as atividades desempenhadas por "sua" unidade doméstica e, sobretudo, as atividades desempenhadas no *roçado*. A afirmação mais freqüente é: "tudo isso é meu"<sup>2</sup>. O convívio e a observação prolongada da unidade doméstica proporciona, contudo, a percepção da existência do *roçadinho*. Observe-se a formulação abaixo de um pequeno produtor, colhida por Beatriz Heredia na Mata Norte de Pernambuco (Heredia e Garcia, 1971, pp. 12, 13):

"A semana tem seis dias. Então elas (suas filhas) trabalham quatro dias para o consumo da casa, e dois dias para elas. Porque, para trabalhar todo o mundo no meu roçado, então, para eu vestir a elas é mais sacrificoso. Porque, ao fim das contas, uma quer uma coisa melhor, outra quer... E eu, para vestir a todas essas pessoas, eu não posso. Então elas se interessam para elas. Porque elas têm dois dias e então elas vão lutar até de noite porque é para elas, é melhor para elas. E então, quatro dias que elas trabalham no roçado mesmo, que é (também) delas mesmas, porque é para consumo da casa, tudo o que se lucrar fica para elas mesmo. O roçadinho delas é para elas mesmo, e quanto mais lucrar será melhor para elas. Então elas, se pegar um dinheirinho maior, podem comprar um bichinho e ter ele para lucrar, para um dia aparecer um casamento e elas poder se arrumar. Então, não é sacrificoso para mim arrumar a elas."

Há em jogo nesta citação, dois tipos de *roçado* claramente distintos: o *roçado* da unidade doméstica ("meu, na palavra do pai) e o *roçadinho* das filhas<sup>3</sup>. O *roçado* da unidade doméstica é que propicia a *gasto da casa*, ou seja, os bens necessários ao consumo coletivo da unidade

2 Note-se que nos baseávamos na leitura de Chayanov (1966), que enfatizava a *indivisibilidade do produto familiar*, o que se encaixava com estas formulações. Contudo, o texto de Chayanov opõe-se à repartição do produto familiar pelas categorias *salário* e *lucro*, e não há incompatibilidade com uma outra lógica de repartição do produto familiar. Efetivamente, o *roçadinho* nada tem a ver com a categoria *salário*, mas sim com a especificidade da *unidade de trabalho familiar*.

3 A existência de plantio individualizado, do *roçadinho*, foi percebida, primeiro, no caso das atividades das *filhas*, o que se deveu ao próprio processo de pesquisa. Foi no caso das moças, em que o *trabalho no roçado* não tinha a marca da necessidade, que o fato ficou aparente quando explicavam por que iam *trabalhar*. Os rapazes, geralmente, não falam na presença do *pai*, e o *trabalho* fessaltado era sempre o desempenhado junto ao *pai*. Contudo, a "ordem de descoberta" parece ser inversa da "ordem de importância".

de doméstica, enquanto o *roçadinho*, plantação individual dos membros do grupo doméstico, visa a satisfazer certas necessidades individuais de seu detentor. Estas necessidades cobrem uma faixa de bens, como vestimentas, calçados, etc., definidos socialmente como de menor prioridade, tendo um prazo de renovação superior aos bens necessários ao consumo alimentar. No caso acima, trata-se de *filhas* que *botam roçadinho*, portanto, cobrem uma esfera análoga à *criação*. Mais comum ainda são os *filhos* de idade superior a 10 anos *botarem roçadinho*. É possível encontrar normalmente *filhas* tendo *roçadinho* e *criação*, e os *filhos*, apenas *roçadinho*; eventualmente, os *filhos* podem ser detentores de um *porco* ou *gado* como forma de acumulação, para fazer frente a uma grande despesa futura. O *roçadinho* é a forma básica pela qual os *filhos*, a partir de certa idade, fazem face a certas despesas pessoais, forma esta extensiva às *filhas* e à própria *mãe*<sup>4</sup>.

A dominância do *roçado* do grupo doméstico é marcada, na citação anterior, pelo maior número de dias *trabalhados* nele (4 dias em 6), pois é este *roçado* o responsável pelo *consumo da casa*. No *roçado*, os membros da unidade doméstica *ajudam o pai*, sob as ordens de quem todas as atividades são realizadas. É o *roçado* que fornece os elementos materiais para o consumo doméstico dos bens socialmente considerados prioritários, e também a renda que permite repor os meios de trabalho. Caso fosse o único *roçado* existente, ele seria fonte de renda para atender toda e qualquer necessidade de consumo. O *pai de família*, pequeno produtor, controlaria diretamente a quantidade e a intensidade de trabalho de cada membro no *roçado* e também o atendimento de cada necessidade de consumo. Isto poderia ser *sacrificoso*, porque o *pai* teria que avaliar com cada membro do grupo doméstico todos os aspectos de sua vida. A própria individualização de cada membro seria problemática, porque ela se daria apenas na relação com o *pai*, pois cada "uma quer uma coisa melhor, outra quer...". A margem de conflitos possíveis aumentaria inevitavelmente. O *roçadinho* leva a uma partição das necessidades do consumo socialmente necessário, em que aquelas consideradas prioritárias ficam sob a responsabilidade do *pai*, que organiza o esforço coletivo no *roçado*; e as necessidades socialmente consideradas menos prioritárias devem ser atendidas pelo esforço pessoal de cada membro da unidade doméstica. Cada membro do grupo doméstico pode fazer o balanço entre suas necessidades e a quantidade e intensidade de *trabalho* que seu atendimen-

4 Cf. Herédia (1979).

to requer. É importante observar que, neste contexto, aparece sempre a expressão *interessar para eles* (ou elas), numa referência direta a este cálculo individual. Note-se que, na citação, o *pai* faz questão de enfatizar que o "*roçado mesmo*", o do grupo doméstico, também é de suas *filhas*, pois elas participam do consumo da *casa*, ao qual o *roçado* é destinado. Enquanto as decisões no *roçado* são tomadas diretamente pelo *pai*, no *roçadinho* as decisões são tomadas pelos *filhos*; a dominância do primeiro tipo de *roçado* sobre o segundo reproduz a dominância de um personagem social (o *pai*) sobre os outros (a *mãe* e os *filhos*), já que o *pai* encarna o próprio grupo doméstico como entidade, sendo o responsável pelo atendimento do consumo socialmente prioritário.

É a relação *pai-filho* que permite a constituição do *roçadinho*, já que o *pai* é quem dá as condições materiais e quem "dá" o tempo disponível para que o *filho* trabalhe para si. Já se explicitou a questão do tempo de trabalho. Quanto à terra, o *pai* reserva a de melhores condições para o *roçado* do grupo doméstico, atribuindo outros locais para o trabalho dos *filhos*. A administração da terra em que se materializa é do *pai*, seja dentro ou fora dos limites da propriedade familiar. O arrendamento de terras é freqüente e sempre efetuado pelo *pai*, pequeno produtor<sup>5</sup>. Note-se que o *pai* poderá arrendar uma terra de maior fertilidade que a possuída pelo grupo doméstico e nela "*botar roçado*", deixando a terra de sua propriedade para o *roçadinho*. Pode também arrendar terra apenas para o *roçadinho*. Atribuída uma faixa de terra para o *roçadinho*, a decisão do que plantar, do ritmo de trabalho, da intensidade e da época da colheita depende de seu detentor. As ferramentas são de propriedade do grupo doméstico, se bem que certas ferramentas, como a enxada, podem ser de uso individual, pois é o desgaste sucessivo da ferramenta que provoca sua passagem da mão dos *pais* para a dos *filhos*<sup>6</sup>. As sementes e implementos agrícolas (estrume,

5 Veja-se Capítulo II, 2, 1

6 A Revista *Banas* (12/8/1974) apresenta sua reportagem de capa com o diretor de vendas da Açotupy, Waldir Farias, empresa que é apresentada como "maior empresa de ferramentas agrícolas, dominando 65% do mercado." A entrevista mostra que esse uso prolongado das ferramentas agrícolas faz parte dos cálculos conhecidos pela gerência de vendas. Ou seja, o *marketing* tem que levar em conta o valor de uso da mercadoria para seu grupo consumidor. Mais especificamente, o trecho é este:

"Banas - Pode-se calcular a vida útil de uma enxada?"

Farias<sup>3</sup> - Mais ou menos. Uma enxada, que é usada diariamente, dura de seis a oito meses. Sob esse aspecto, descobrimos uma coisa curiosa: conforme ela vai diminuindo de tamanho, vai passando para a mulher e o filho do trabalhador, sendo finalmente aproveitada para a fabricação de outro objeto de uso doméstico."

(Revista *Banas* - 12/8/1974 - p. 46)

adubo, defensivos) são geralmente fornecidos pelo *pai*. Assim, é o *pai* quem controla os recursos que são utilizados no *roçadinho*. O *roçadinho* marca uma esfera de individualização, mas que está subordinada aos princípios de autoridade doméstica. Não se trata, portanto, de uma esfera de autonomia em relação à unidade doméstica.

O *roçadinho* é também uma forma de socialização dos *filhos*. Através dele os *filhos* aprendem as técnicas e internalizam as normas do grupo sobre o *trabalho*. Em especial, o *roçadinho* proporciona uma forma de operarem os cálculos entre suas necessidades e o esforço que deverão despende para atendê-las. Capacita, assim o *filho* a administrar futuramente o *roçado* de seu grupo doméstico e, por extensão, prover sua *casa*. Esta função educativa do *roçadinho* se expressa nas formas de *ajuda* entre os membros da unidade doméstica, nas várias tarefas que compõem o ciclo de produção de um *roçado*. A citação abaixo apresenta um trecho de uma entrevista com filhos de um pequeno proprietário, uma moça e um rapaz:

- “P – Me explica o seu roçado, como é que você faz?  
I (moça) – O roçado era assim no mato. Painho e eu fui traba...  
P – Era mato, era?  
I (m) – Era sim senhora. Aí eu fui, limpei. Pai cavou, eu encoivarei. Eu encoivarei, pai cavou. E plantou. Aí eu plantei, plantei milho, feijão, fava.  
P – Quem é que plantou milho e fava?  
I (m) – Eu plantei milho e fava. E depois dei duas limpas nele, não sabe? Dei duas limpas nele. E ele agora tá... Somente isso.  
P – Quem é que botou fogo?  
I (rapaz) – Foi eu!  
I (m) – Quem botou fogo foi meu irmão.  
P – É. Seu irmão tem também um roçado?  
I (m) – Tem um roçado.  
P – É, você tem um, não é?  
I (r) – Tenho um roçadinho de nada, somente.  
P – E como é que você trabalhou no seu roçado?  
I (r) – Eu rocei, encoivarei, entalhei as manivas, meu pai limpou...  
P – Quem é que limpou?  
I (r) – Meu pai. Tinha muita uca, não sabe? O roçado já tá todo nas painhas.”

É interessante notar nesta citação que há ajuda do *irmão* à *irmã* e do *pai* a ambos. Quando a *filha* começa a falar de seu *roçadinho*, ela descreve todas as operações que compõem o ciclo de produção do *roçado*. Contudo, não é ela só que perfaz todas as operações. Note-se que, quando há *mato*, ela vai *trabalhar* junto com o *pai*. Diz, entretanto, que quem fez a limpa foi ela, só falando da tarefa cumprida pelo *pai* no cavar as covas para plantio, que foi feito por ela, bem

como as limpas sucessivas no *roçado* já plantado. A queimada foi realizada por seu *irmão*, mais velho que ela. Portanto, pode-se ver que a filha tendeu a se concentrar nas tarefas socialmente prescritas como femininas, embora participe de todas, apreendendo sua seqüência. Observe-se que o terreno trabalhado pela moça não apresentava dificuldades semelhantes às do rapaz, pois o irmão *roçou mato*, tarefa que a moça não realizou (só *limpou*), e, depois da *queimada*, o *pai* teve que ajudar o *filho* arrancando *uca*. *Uca* é como se denomina localmente um tipo de capim, difícil de ser removido da terra, um *capim bravo*. A ajuda do *pai* ao *filho* concentra-se numa tarefa particularmente difícil, tendendo o rapaz a fazer tudo sozinho. Enquanto a ajuda à *filha*, tanto da parte do *pai* como do *irmão*, tende a preservar a moça das tarefas mais *pesadas*, consideradas próprias à esfera masculina.

Esta divisão de tarefas entre o *pai*, os *irmãos mais velhos* e o detentor do *roçadinho* depende do sexo e da idade do detentor, do número de membros da unidade doméstica de mais idade, por sexo, e da aprendizagem já realizada nas tarefas *menos pesadas*<sup>7</sup>. Beatriz Heredia (1979) apresenta uma diferenciação feita pelos pequenos produtores entre os *filhos* que *botam roçadinho* (a partir de 10 anos). Os *pequenos* são aqueles que começam o aprendizado do *trabalho*, e os *grandes* são aqueles que já sabem *trabalhar* (por volta de 13 anos). Nota ainda que não há marcos cronológicos rígidos que delimitam as idades em que se começa a *botar roçadinho*. O que marca a passagem de *pequeno* a *grande* é o *saber trabalhar*. Isto varia de um grupo doméstico a outro, segundo sua composição por sexo e idade.

Este aspecto socializador do *roçadinho* é relevante para explicar por que constam dele os mesmos produtos que os do *roçado* do grupo doméstico. Também no *roçadinho* predominam as "lavouras de subsistência", em particular a mandioca, o milho e o feijão (e/ou fava), produtos que têm a marca da alternatividade: podem servir para o autoconsumo ou para a venda<sup>8</sup>. O *roçadinho*, caso visasse apenas a venda de seus produtos para a aquisição posterior de mercadorias desejadas por seus detentores, poderia ser composto apenas de "lavouras comerciais". Este fato, entretanto, raramente ocorre. O normal é o *roçadinho* ter a mesma composição de produtos que o *roçado* do grupo doméstico, embora quem decida o que se vai plantar seja o detentor do *roçadi-*

7 Galeski (1972, chapter 3) ressalta que o *status* de um indivíduo no campesinato depende da situação de sua família e da posição que ele ocupe dentro desta família em relação aos outros membros.

8 Para maiores detalhes, ver capítulo II.

no. É através do *roçadinho* que o aprendizado do ciclo de produção dos produtos principais para este grupo social se faz em detalhes. Através dele se dá a internalização das regras próprias à pequena produção, onde o detentor do *roçadinho* é levado a perfazer tarefas que não faz, necessariamente, no *roçado* do grupo doméstico. Ele terá que aprender que dose de trabalho exige cada tarefa do ciclo agrícola, se pode realizá-la sozinho ou se precisa de outrem. Aprenderá, assim, a solicitar a *ajuda* de outro membro da família, incorporando os mecanismos de solidariedade próprios ao parentesco. Depois do casamento<sup>9</sup>, ao ter sua própria unidade doméstica, haverá momentos do ciclo familiar em que o trabalho necessários ao consumo doméstico excederá as disponibilidades de trabalho da nova unidade doméstica, e ele terá que fazer apelo a parentes e/ou vizinhos.

A colheita e a venda dos produtos do *roçadinho* são decididas por seu detentor, assim como o destino da renda monetária que for seu equivalente valor. Porém, como já foi acentuado, o *negócio* é uma atividade eminentemente masculina. É, portanto, comum o *pai* vender o produto do *roçadinho* e depois dar o dinheiro para o detentor deste, podendo ser um *irmão mais velho* quem realize a comercialização. Se é o *pai* e/ou o *irmão* que controlam a venda dos produtos do *roçadinho*, a compra da mercadoria que se desejava é feita diretamente pelo detentor do *roçadinho*. Observe-se o caso abaixo, de um *roçadinho* de duas filhas de pequeno proprietário<sup>10</sup>, ambas da mesma idade:

"P1 - E aí, quem é que colhe?

I1 - Nós.

I2 - A gente mesmo (as duas).

P1 - E aí, dá pro seu pai?

I1 - É.

P1 - Aí ele leva lá, lá pra... Usina? (onde o pai fei a).

I2 - Leva.

P1 - Depois, como é que faz? Dá o dinheiro pra vocês?

I2 - É!

Mãe de I1 e I2 - Dá!

9 A plena masculinidade está associada ao casamento, momento em que deixa de ser *rapaz* para ser *homem*. No caso masculino, isto está associado à responsabilidade do prover uma *casa*, mas não a preceitos sexuais. No caso feminino, a passagem de *moça* a *mulher* está ligada à perda da virgindade. É muito comum na área referir-se a mulheres idosas solteiras como *moças velhas*.

10 Neste caso, é interessante observar que o *roçadinho* é conjunto e não individual. Contudo, é o mesmo fenômeno que está em jogo, pois o cultivo se destina a produtos de uso pessoal das duas irmãs e não ao *gasto da casa*. Como têm aproximadamente a mesma idade, ambas procuram satisfazer conjuntamente necessidades similares.

- P1 - Afí vocês compram o que com o dinheiro do roçado?  
 I1 - As coisas.  
 P1 - As coisas?  
 Mãe de I1 e I2 - Compra perfume...  
 P1 - Senhora?  
 I2 - Roupa, perfume, sabonete.  
 P1 - As duas juntas, ou tem um roçado para cada uma?  
 I1 e I2 - É junto! É junto.  
 P2 - E quando vocês vão comprar roupa, vocês vão pra feira?  
 I1 e I2 - É! É! (...)  
 P2 - Vocês vão quando? Quantas vezes?  
 I1 - Todo ano.  
 P1 - Quando vocês vão, vocês vão sozinhas ou vai mais seu L. (o pai)?  
 I1 - Não. Vai eu e ela sozinha.  
 Mãe de I1 e I2 - Vão com os meninos também, né?  
 I1 - É.  
 P1 - Mais J. (irmão mais velho)?  
 I1 - Não. Vai nós, mais esses meninos pequenos. Esses irmãos pequenos."

É interessante ressaltar que o papel oposto, o da operação de compra e venda, fica explícito pela qualidade de irmão que deve ajudar a uma filha detentora de *roçadinho*: na venda, um mais velho; na compra, irmãos menores. A operação de venda é a mais controlada pela família, podendo mesmo ser feita diretamente pelo *pai*. O *pai* tem também a possibilidade de se apropriar do *roçadinho*, caso se configure uma situação de *precisão* na família, seja usando o produto do *roçadinho* para o *gasto*, seja ficando com a renda monetária obtida pela venda do *roçadinho*. Se a solidariedade familiar opera em cada momento da constituição do *roçadinho* no sentido da unidade doméstica para o detentor do *roçadinho*, quando o consumo prioritário da unidade doméstica está ameaçado a solidariedade familiar opera em sentido contrário, isto é, do detentor do *roçadinho* para a unidade doméstica. Quem decide, em última instância, em que sentido opera a solidariedade familiar é o *pai*, porque ele encarna o grupo doméstico e, em especial, as atividades do *roçado*.

Como é o *pai* quem dá as condições de constituição do *roçadinho* e quem controla a venda de seus produtos, sua própria posição permite, normalmente, que se aproprie do *roçadinho*, em nome da unidade doméstica como um todo. Esta apropriação pode se referir aos produtos plantados, à renda monetária proporcionada pela venda dos produtos, ou ao tempo do membro do grupo doméstico que seria dedica-

do a *botar roçadinho*. Em todos esses casos, o *pai* contrai uma dívida com o *filho*, obrigando-se a fornecer, no futuro, o dinheiro equivalente ou os próprios bens que o detentor do *roçadinho* tinha a intenção de comprar. Com isto, é reconhecida a existência do *roçadinho* e de seus fins próprios, mesmo nas épocas críticas, assegurando-se apenas a predominância das necessidades coletivas do grupo doméstico sobre as necessidades individuais de cada um de seus membros.

Um caso de dívida contraída por um *pai*, pequeno proprietário, pôde ser observado em uma das unidades domésticas visitadas. Esta unidade doméstica passava por sérias dificuldades econômicas, isto é, tinha dificuldades mesmo para obter o necessário à subsistência semanal. O *pai* tinha arrendado um lote de terra e o atribuiu a duas *filhas*, para que aí *botassem roçadinho*. As *filhas* tinham a intenção de usar a renda obtida para comprar tecido para fazerem vestidos. Colhido o *roçadinho* e vendido o produto, o *pai* não tinha dado o dinheiro para as *filhas*. Comprou-lhes lenços (de cobrir a cabeça) para retribuir o esforço que tinham despendido. As *filhas* protestaram veementemente, ameaçando não *botar mais roçado* caso não fossem atendidas. Observe-se o relato da mulher do pequeno proprietário, como *mãe de família*:

“1 – Ela (refere-se a uma das filhas) disse: ‘Pai disse (assim): vou lucrar o feijão e vou dar um vestido pra vocês’. (Entretanto) O feijão só deu mesmo pra pagar o foro da terra. Foi (o marido) pra venda e comprou cada qual um lenço pra cada. Foi o que deu a elas daquele roçado (Imitando as filhas) ‘Óia o que pai me deu daquele roçado! Vou trabalhar mais nada. Não vou mais! Não vou mais, não vou não! Se pai não me der nada do roçado, enganou a gente também.’ Quando elas precisa de sabonete, ele dava, dá pasta a elas, dá Mistral (desodorante) (...) É pó, é tudo ele traz pra elas (...) Ele não é mau pai de família, não! Agora as bichinhas querer, só quer o que é bom, e ele não pode dar, né?”

Note-se que o que põe em risco a existência do *roçadinho* no ciclo de produção seguinte é que o *pai* tentou saldar o compromisso com a compra dos lenços, ou seja, tentou, assim, liquidar a dívida. Foi o *pai* quem arrendou a terra, quem comercializou a produção, quem pagou o arrendamento. Mas o controle dessas tarefas estratégicas não é questionado, e sim o atendimento ou não dos objetivos das *filhas* ao trabalharem no *roçadinho*. Estes objetivos eram reconhecidos por ambas as partes (pais e filhas), e a única forma de saldar o compromisso sem problemas era satisfazê-los. Neste caso, a crise por que passava a unidade doméstica exigia que o *pai* adiasse o atendimento indefinidamente, daí ter tentado acabar com a dívida fornecendo coisas de menor valor. A *mãe* justifica, em seu relato, a posição do *pai*, dizendo ser a pro-

dução obtida suficiente apenas para cobrir o preço do arrendamento, e tentando mostrar que o *pai* atende as necessidades individuais de suas *filhas* na medida de suas possibilidades. A própria argumentação ressalta a possibilidade do *pai* apropriar-se do produto do *roçadinho* no interesse geral do grupo doméstico, mas reconhecendo que contrai uma dívida com o atendimento das necessidades individuais dos detentores do *roçadinho*.

Se o *pai* tem a possibilidade de se apropriar do trabalho materializado num *roçadinho*, ele também tem a possibilidade de se apropriar do tempo de trabalho de um membro da unidade doméstica que poderia ser dedicado à constituição de um *roçadinho*. As tarefas masculinas do *roçado*, de um *negócio*, ou do trato de *animais* podem ser superiores às que o *pai* pode cumprir sozinho, seja pelo montante, intensidade, velhice ou doença<sup>11</sup>. Tal é o caso também das tarefas da *casa*, em que a *mãe* pode se ver impedida de cumprir todas as tarefas em sua órbita, por montante, intensidade, velhice ou doença. No primeiro caso, será o mais velho dos *filhos* homens quem assumirá certas funções de *pai*; no segundo, a *filha* mais velha que assumirá certas funções da *mãe*. Em ambos os casos, se o filho já não pode mais *botar roçadinho*, o *pai* deve atender diretamente suas necessidades pessoais. Beatriz Heredia (1979) observou ambos os casos, tanto de *filho* mais velho assumindo funções do *pai*, quanto da *filha* mais velha assumindo funções da *mãe*. Segundo as formulações dos próprios pequenos produtores, o *pai* deve, então, proporcionar diretamente os bens que seriam obtidos pelo produto da venda do *roçadinho*. No caso de morte do *pai* ou seu desaparecimento, o *filho* mais velho assume as funções produtivas e de controle do *pai*<sup>12</sup>, e se morre a *mãe* ou *foge*, a *filha* mais velha assume seu papel.

Até agora vimos duas formas pelas quais as necessidades individuais dos membros da unidade doméstica são atendidas, em contrapo-

11 A doença que impede de trabalhar é fato comum na área estudada. Um dos pequenos proprietários entrevistados tinha uma hérnia que o impedia de trabalhar normalmente. Seu filho mais velho tinha então que fazer o grosso do esforço necessário.

12 Um dos pequenos proprietários entrevistados tinha assumido as funções de "chefe de família" ainda rapaz, pois seu *pai* havia *deixado a casa*. Ele relata, assim, sua vida:

"1 - Eu fui o mais velho de minha mãe, de minha mãe eu sou o mais velho, mas eu fui tão puxadosinho, oxe, que nem homem. Eu peguei trabalhar desse tamaninho.

P - Começou a trabalhar em quê?

1 - Na enxada braba!

P - Na enxada?

1 - Hum, hum! Cortando mato, em todo serviço, tratando de animal. Era um repuxo danado. Fui me criando. Depois *pai* deixou a casa, fiquei cuidando da família. Lá vai, lá vai, até que, com a idade de 23 anos, me casei."

sição a uma área de consumo coletivo: a *criação* e o *roçado individual*. Enquanto a *criação* é atividade basicamente feminina, realizada pela *mãe* e por suas *filhas*, o *roçadinho* é uma atividade que pode ser desenvolvida por qualquer membro da unidade doméstica, à exceção do *pai*. Esta assimetria deve ser explicável porque não se trata de atividades equivalentes, já que as atividades de *criação* não são consideradas *trabalho*, mas as atividades do *roçado* o são. O que as aproxima é o fato de poderem ser apropriadas numa situação de *precisão*, além de propiciarem o atendimento de uma esfera de consumo individualizada e socialmente considerada de menor prioridade. Há ainda uma terceira atividade que desempenha papel análogo ao *roçadinho* e à *criação*: é a coleta e venda dos frutos das árvores do *terreiro*, em torno da *casa*. A renda monetária obtida com esta atividade serve para cobrir as despesas das *crianças* da *casa*, em geral, menores de 10 anos. Como para as duas outras atividades, o *pai* é quem comercializa a produção, e poderá ficar com a renda obtida, caso dela necessite para as despesas com o consumo do grupo doméstico<sup>13</sup>. Próximas nas funções que cumprem e no caráter de subordinadas aos interesses coletivos do grupo doméstico, estas atividades diferem por seus realizadores e beneficiários, segundo sexo e idade. Em especial, note-se que a coleta de frutas atende a esfera de consumo individual até 10 anos. Depois desta idade, é o *roçadinho* que o fará. É a atividade desenvolvida pelo membro da unidade doméstica que marca a classe de idade a que pertence. Os 10 anos podem constituir um marco variável, porque não é a cronologia da vida de cada membro que determina o que ele faz no grupo doméstico, mas sua posição dentro do grupo doméstico e as condições objetivas em que seu grupo doméstico se encontra.

A hipótese que desenvolvemos aqui é que estas atividades são diferenciadas porque marcam a passagem progressiva da criança da esfera da *casa*, sob o domínio da *mãe*, para a esfera própria a seu sexo. Caso seja homem, o ciclo de vida será marcado por um distanciamento progressivo das tarefas próprias à *casa*, para as tarefas próprias ao *roçado*, sob o domínio do *pai*. Caso seja mulher, o ciclo de vida se marca no tipo de tarefa que cumpre na esfera da *casa* e no grau de responsabilidade que lhe é atribuída. Esta passagem é também de uma posição de total dependência, em que recebem dos *pais* todas as coisas, para uma posição de individualização progressiva. A verdadeira autonomia só virá com o casamento, pois enquanto solteiro (mesmo sendo

13 Observamos diretamente um caso em que um *filho* de 8 anos colheu mangas e pediu ao *pai* para vendê-las na *feira*, para dar um presente a uma irmã já casada. Como a "feira foi ruim", o *pai* só deu o dinheiro ao *filho* três semanas depois.

“maior de idade”, segundo a lei nacional), viverá na *casa* paterna e será *obrigado ao pai*<sup>14</sup>. O *roçadinho* e a *criação de bichos* podem servir mesmo de fonte de “acumulação prévia” para as despesas com o casamento. É importante notar que o marco dos 10 anos de idade é aquele em que os *filhos* passam a *botar roçadinho*, e também é aquele em que os meninos são separados das meninas, ganhando locais próprios para dormir<sup>15</sup>. Isto mostra que é a posição dos *filhos* dentro do grupo doméstico que está se alterando.

Examinando mais detidamente a hipótese formulada acima, vejamos em primeiro lugar a consistência da associação *fruta-criança* por oposição a *roçadinho - rapaz/moça*. As frutas coletadas pelas crianças são as das árvores em torno da *casa*. Podem ser apropriadas para o *gasto* do grupo doméstico. É comum admitir-se que as frutas podem ser apropriadas por parentes e vizinhos, membros de outros grupos domésticos, bastando o consentimento de alguém da *casa* quando vão ser colhidas. Podem ser também distribuídas aos parentes e vizinhos. A circulação das frutas é feita normalmente sob a forma de dons e contradons, principalmente entre as unidades domésticas pertencentes a redes de parentesco e vizinhança. A troca mercantil se dá excepcionalmente e com indivíduos situados fora destas redes de parentesco e vizinhança. As frutas não são consideradas *comida*, isto é, não fazem parte das refeições normais, e não se considera que proporcionem a energia necessária ao *trabalho*. São, normalmente, consumidas entre as refeições, de forma esporádica, e não exigem cozimento antes de servirem de alimento. Seu consumo é episódico e considerado supérfluo. As árvores são plantadas em torno da *casa* visando não apenas as frutas que poderão fornecer. A existência de árvores no *terreiro* compõe a imagem da *casa*<sup>16</sup>. A árvore marca a perenidade daquele espaço social e das relações sociais que aí se estabelecem, à imagem do longo ciclo de vida destas plantas<sup>17</sup>. As árvores frutíferas têm propriedades simétricas opostas às plantas que compõem o *roçado*. As plantas do *roçado* fornecem a *comida*, exigem cozimentos, seu ciclo de vida é cur-

14 C.f. Beatriz Heredia (1979).

15 Como vimos no capítulo III, pode haver construção de novo quarto que permita separar os meninos das meninas ou, simplesmente, os meninos passam a dormir na sala de visitas.

16 Como já se mencionou, estende-se as redes para o repouso semanal dos homens junto às árvores do *terreiro*.

17 Note-se que o *sítio* do *foreiro* era delimitado por árvores que havia naquela terra, onde *botava roçado*. As árvores constituíam um marco da perpetuação do acesso à terra. O *corte dos sítios* significava ameaçar diretamente a reprodução das condições de acesso à terra. Ver capítulos I e II.

to, e o plantio tem que ser renovado a cada colheita. Se as árvores exigem *trabalho* quando de seu plantio, ele é efetuado uma vez por muitos anos, enquanto o *trabalho no roçado* tem que ser renovado anualmente.

A safra das frutas tem um caráter de dom, expresso no uso da categoria *lucrar*, que designa o aspecto aleatório de boas e más safras. Note-se que, no caso das árvores, isto é ressaltado porque a safra independe do *trabalho* efetuado naquele ano, pois o mesmo *trabalho* "renderá frutos" por muitos anos. Sendo um "dom", é também pelo dom que as frutas devem circular. Dentro da unidade doméstica, são as crianças que estão para os *pais* numa posição de receptor a doador, que devem e podem tudo receber sem nada dar em contrapartida. A associação *fruta-criança* marca uma posição de receptor numa relação de dom. O caráter excepcional e esporádico das vendas de frutas associa-se ao caráter excepcional e esporádico das necessidades das crianças. Note-se que as crianças podem ter suas necessidades supridas, de roupa e calçados, por exemplo, diretamente pela *mãe*, por renda obtida com seu *roçadinho* ou por renda fornecida pelo *pai*. Pois as necessidades das crianças menores são equivalentes das despesas essenciais da *casa*.

Nesta primeira etapa do ciclo de vida, as crianças realizam tarefas de *ajuda à mãe na casa*, o que é válido também para as crianças do sexo masculino. Quando chegam a participar das atividades do *roçado* do grupo doméstico, perfazem apenas as tarefas *maneiras*, prescritas para as mulheres. Ao passarem para as tarefas *pesadas* do *roçado*, próprias para os homens, começam também a *botarem roçadinho*, ou seja, começam a *trabalhar para o pai* (para o grupo doméstico) e a *trabalhar para si*. A inserção do *filho* no mundo do *trabalho* é também o momento de sua individualização, que o prepara para a "maioridade efetiva" quando do casamento.

Para os garotos, este momento marca a passagem da órbita feminina, ou órbita da *mãe*, para a órbita masculina, ou órbita do *pai*. É por esta época que passam a acompanhar o *pai* na ida à *feira*, praça de mercado semanal, sendo assim socializados no *negócio*. Por vezes, chegam a acompanhar o *pai* na migração sazonal para a área canavieira. É interessante notar que este contato com o mundo exterior à família e/ou vizinhança vem acompanhado do recebimento de *faca* ou *facão*, que todo trabalhador carrega na cintura.<sup>18</sup> A ruptura com a posição de criança mostra-se de forma mais aparente no caso de um *rapaz* do

18 Mais tarde portará também revólver na cintura, como todo *homem*.

que no de uma *moça*. Para as meninas, como seu mundo será o da *casa*, esta passagem não se apresenta de forma tão marcante. Mesmo ter *criação* pode colocar-se antes desta faixa etária.

Contudo, ter *roçadinho*, para as meninas, representa a socialização feminina no conjunto de tarefas masculinas do *roçado*. Mesmo que se espere que as *filhas* não vão ser obrigadas a *trabalhar* depois do casamento, é preciso que conheçam o trabalho necessário ao grupo doméstico. Estarão preparadas, assim, para qualquer eventualidade que atravesse sua unidade doméstica de origem e/ou sua unidade doméstica depois de casada, podendo prestar, então, a *ajuda* necessária ao *pai* ou ao *marido*. Isto não nega a norma social de que a mulher não *trabalha* e que seu lugar é a *casa*, mais especificamente a *cozinha*.<sup>19</sup> Apenas especifica que a solidariedade que deve existir no grupo doméstico pode exigir que a mulher, frente a certas situações, desempenhe tarefas masculinas. A *criação* é a forma própria pela qual os elementos femininos do grupo doméstico fazem face as suas necessidades individuais. Que o fato de a mulher não *trabalhar* seja legítimo, pode ser constatado no caso citado abaixo, em que a mulher de um pequeno proprietário compara suas três filhas: duas que *botam roçadinho* e a mais velha, já casada, que “nunca *trabalhou*”:

“I – Trabalho muito. Essas meninas, não, por causa do sol, pra não se queimarem. Uma vez bota calça cumprida, que fez aí de um pano, e de vez em quando veste um casaco. Só vai lá de vez em quando. E tá certo. Elas nunca foram acostumadas a trabalhar. Tá vendo aquela grandona que se casou, a M.?”

P – É!

I – Nunca L. (seu marido) deixou ela trabalhar! Foi! Nunca deixou, ela trabalhar.

P – E essas meninas (as outras duas filhas), tão trabalhando?

I – Depois que ela casou, ele botou as duas no trabalho. Mas M., que era a mais velha, nunca trabalhou.”

19 Observe-se a seguinte citação, colhida por Beatriz Heredia, de um pequeno produtor, em que ele acentua o lugar de *repouso* da mulher na *cozinha*, por oposição ao mundo do *trabalho*:

“I – As mulheres usam todas as ferramentas que os homens usam. Não é todas (mulheres), não, é aquelas que têm disposição de trabalhar com as ferramentas que o homem trabalha. Mas tem mulher por aí que não gosta de ver nem a enxada como trabalha; não querem trabalhar com ela. Roçar mato, não é todas que roçam, não, é algumas mulher que pega umia foice que o homem trabalha com ela, com estrovença. Roçar mato é algumas mulher, e nem toda trabalha de enxada. Só querem viver na casa, em repouso, na cozinha.” (Heredia e Garcia, 1971, p. 17).

Este caso é tão mais significativo porque as mulheres deste grupo doméstico *trabalhavam* no momento da pesquisa. A doença que afligia o *pai de família* o impedia de *trabalhar*, e o grupo doméstico enfrentava sérias dificuldades. Na citação acima, a *mãe* se refere a momentos em que o *pai* não exigia o *trabalho* das *filhas* e data isto do casamento da *filha* mais velha. Mas o que parece ser determinante foi a doença do *pai*. Note-se que o fato de uma *filha* não *trabalhar* significa apenas que não desempenha tarefas no *roçado*, como fica claro pela referência ao sol, já que na *casa* reina "a sombra". Nada implica, no relato da *mãe*, que essa *filha* não a *ajudasse* nas tarefas da *casa*. Interessante observar que uma *mãe*, mulher de pequeno produtor, reclamava a Beatriz Heredia da *ajuda* de uma de suas *filhas* ao *cuidar da casa*, enquanto o *pai* dizia tratar-se de sua *filha* mais *trabalhadeira*, paradoxo que fica claro pela diferenciação das tarefas do *roçado* e da *casa*. O modelo social prescrito é que à mulher são reservadas as tarefas da *casa*, mas a solidariedade própria ao grupo doméstico pode exigir seu *trabalho* no *roçado*. Se a mulher pode se recusar a *trabalhar*, ao *trabalhar* a mulher mostra a identificação com seu grupo doméstico, o que explica a conotação positiva que recebe, por vezes, o *trabalho* feminino no *roçado*. Por outro lado, como o *trabalho* feminino é um bom indicador de situação difícil (*privação*) pela qual atravessa a unidade doméstica, em todos os contextos onde essa idéia fica aparente o mesmo *trabalho* terá uma conotação fortemente negativa.

É o *trabalho* no *roçado* que dá as condições de vida na *casa* e, portanto, também o da *criação*. A *criação* permite acumular para uma época de *precisão* ou para despesas que permitam a unidade doméstica, ou um de seus membros, mudar as condições de vida. A *criação* tem, assim, um caráter subordinado, mas complementar, ao do *roçado*. Complementar, normalmente, porque pode ser fonte de alimentos que se combinam aos do *roçado*. Também porque permite prover a unidade doméstica de sua faixa de consumo prioritário, caso as atividades do homem, em especial no *roçado*, não sejam suficientes para tal (situação de *precisão*). Subordinada, porque sua expansão ou contração depende do tempo e dos recursos disponíveis, dadas as atividades do *roçado*.<sup>20</sup> O esquema *roçado* → *casa* permite prover a unidade

↖ criação ↗

doméstica de seu consumo socialmente necessário, e garanti-lo ao longo do tempo. Interessa observar que esta integração, feita ao nível da unidade doméstica como um todo, entre *roçado* e *criação*, pode ser reproduzida ao nível do *roçadinho*. O produto do *roçadinho* pode servir à

20 Ver capítulo III.

aquisição e à manutenção de um animal doméstico, como forma de fazer face a uma grande despesa futura. A integração *roçadinho* → *criação* denota o ponto de individualização máxima do *filho* ou *filha* dentro do grupo doméstico, pois prescinde da mediação do *pai* e da *mãe* para assegurar suas próprias atividades pessoais. Note-se, contudo, que não se trata de autonomia em relação à unidade doméstica, pois o *roçadinho* e a *criação* têm um caráter subordinado e complementar ao esquema *roçado-casa*. Nesta fase do ciclo de vida, o *filho* continua a beneficiar-se do consumo coletivo da *casa* e a *trabalhar no roçado* do grupo doméstico. As palavras do pequeno produtor, citadas na página 194, abriam a possibilidade de integração *roçadinho* – *criação*:

"I – (...) O roçadinho delas é para elas mesmo, e quanto mais lucrarem será melhor para elas. Então elas, se pegar um dinheirinho maior, podem comprar um bichinho e ter ele para lucrar, para um dia aparecer um casamento e elas poder se arrumar. Então, não é sacrificoso para mim arrumar a elas."

Esta integração permite mesmo a acumulação de recursos para fazer face a uma grande despesa por parte do detentor do *roçadinho*. O exemplo fornecido, não por acaso, é a própria reprodução da unidade doméstica pelo *casamento* de um de seus membros. A formação de uma nova unidade doméstica exigirá as despesas com o estabelecimento de uma *casa*, com o necessário a um novo *roçado* e com as festas que reúnem os membros das famílias e/ou vizinhos.<sup>21</sup> O casamento marca a maioridade real, passando-se da posição de *filho/a obrigado ao pai/mãe*, para a posição de *homem/mulher*, de *pai/mãe* ao longo do ciclo de vida da nova unidade doméstica. Neste momento, passam a ser responsáveis por um novo *roçado* da unidade doméstica, no caso do *homem*, e por uma nova *casa*, no caso da *mulher*.

Se antes explicitou-se que os *filhos* não cuidavam de *criação*, isto tem que ser especificado. Realmente, não cuidam de *aves* ou *cabras*. Mas é perfeitamente possível que possuam um *porco* ou *gado* como forma de acumulação para uma grande despesa futura. Note-se que isto ocorre da mesma forma que o *pai* pode ter um desses animais

21 As despesas com o casamento podem ser bem superiores ao que seria possível acumular pelo esquema *roçadinho-criação*. Muitas vezes os *filhos* migram para locais onde possam *ganhar dinheiro*, tentando acumular por este meio. Isto pode ocorrer mesmo através do trabalho assalariado. A "proletarização temporária" não representa a negação da situação de pequeno produtor independente, mas pode representar um momento necessário no ciclo de vida. É óbvio que este caminho abre possibilidades de não retorno à situação camponesa. Mas é importante ressaltar que este caminho não tem sentido único.

como meio de obter dinheiro para uma despesa que mude as condições de vida da unidade doméstica (como compra de terra). Inversamente, uma *filha* pode restringir-se à *criação* (em especial de *aves*), mas pode também ter *roçadinho* como forma de atender as suas necessidades pessoais. Mas, se no caso dos *filhos*, o *roçadinho* é condição *sine qua non* para a posse de *bichos*, isso não é verdade para o caso das *filhas*. Em outras palavras, o *filho* tem que *trabalhar*, a *filha*, não necessariamente. Portanto, o *roçadinho* é um marco mais importante no ciclo de vida de um *filho* do que no de uma *filha*. Pode-se observar que as atividades desenvolvidas pelos vários membros da unidade doméstica, como esfera individualizante – coleta de frutas, *criação*, *roçadinho* – marcam e materializam o próprio ciclo de vida familiar, com todas as suas vicissitudes. Especialmente marcam a passagem da *casa*, esfera da *mãe*, onde começam numa posição de receptor, para o *roçado*, esfera do *pai*, em que *ajudam* a obter o produto necessário ao consumo doméstico, onde se vão individualizando e aparecendo às diferenças sexuais.

A oposição *casa-roçado* permite, portanto, organizar o campo de *trabalho* e de *não-trabalho*, não só a um momento dado da vida da unidade doméstica, mas também em todo o ciclo de vida da unidade doméstica e de cada um de seus membros.<sup>22</sup> A dominância do *roçado*, do campo de *trabalho*, sobre a *casa*, manifesta a dominância das atividades que proporcionam os elementos materiais da reprodução doméstica, essenciais para que as atividades de reprodução física e social do grupo doméstico se dêem. Além disto, é o próprio modelo de autoridade doméstica que está em operação, e que estabelece a forma de articulação da unidade doméstica com o universo social em que está inserida.

22 O conceito de ciclo de vida do grupo doméstico foi elaborado a partir da leitura de Fortes (1958).



## CAPÍTULO 5

# TERRA DE TRABALHO E TERRA DE GADO

Cultivar a terra com a ajuda de sua unidade doméstica, é a forma pela qual o *pai de família*, pequeno produtor, proporciona os elementos necessários à reprodução física e social de sua unidade doméstica. É o *trabalho* da unidade doméstica no *roçado* que propicia os meios necessários à *queima* da *casa* e, em particular, o comer. Pelo *trabalho*, os homens destroem a vegetação espontânea, que cobre a terra, o *mato*, que não serve de alimento nem para os homens nem para os animais domésticos, e provocam a reprodução de plantas que servem a este fim. A terra é percebida como a única fonte de riqueza,<sup>1</sup> porque são as plantas que a cobrem que permitem a reprodução física, direta

1 Lygia Sigaud (1980) mostra que a categoria *trabalho*, para os *moradores* da grande plantação açucareira da Zona da Mata de Pernambuco, tem por referente o trabalho ligado ao cultivo da terra ou aquele realizado sob o sol. Assim, os *moradores* julgam serem eles os trabalhadores, mas negam esta qualidade aos operários das Usinas de açúcar. Leite Lopes (1976), estudando este último grupo, ressalta a concepção "smithiana" do trabalho entre os operários por oposição à concepção fisiocrática do trabalho entre os moradores. Mais próximos da concepção de trabalho dos moradores estudados por Lygia Sigaud, os pequenos produtores estudados pela presente pesquisa apresentam uma concepção que ressalta sua posição de trabalhadores familiares independentes.

ou indiretamente, dos homens e dos animais. Não há referências diretas à terra, neste contexto, mas apenas à vegetação que a cobre, seja *mato* ou *lavoura*.<sup>2</sup> Pelo *trabalho*, os homens substituem a mediação entre a terra e si mesmos, eliminando o *mato* e forçando a reprodução das plantas que servem à sua reprodução física e social.

Nossa hipótese é que o modelo de *trabalho* seja o de um *ato de fecundação* que os homens realizam sobre a terra.<sup>3</sup> É por seu esforço e sacrifício que o homem introduz na terra a *semente*, um elemento capaz de dar origem a uma nova planta. Nutrindo-se da terra, este ele-

2 Laís Mourão (1975, capítulo 3), estudando pequenos produtores da baixada maranhense, chama a atenção para o fato de que não há discurso, neste contexto, diretamente sobre a terra. O discurso dos pequenos produtores, sob este aspecto, restringe-se à qualidade das plantas que cobrem a terra.

3 A idéia de ver o modelo de *trabalho* como um ato de fecundação foi desenvolvida a partir da análise de uma história contada por um pequeno produtor, que analisamos como um mito (Garcia Jr., 1974). Esta história tratava da origem da cachaça. Nossa análise baseou-se largamente nos estudos de Leach sobre o *Genesis* (Leach, 1969a) e sobre o mito grego de *Cronus* (Leach, 1969b). O ponto central de Leach, neste último escrito, é que o ato de fecundação fornece um modelo social pelo qual as pessoas de determinadas sociedades pensam e vivenciam o tempo, representação social que está articulada às concepções de vida e morte. Nosso ponto central foi mostrar como a agricultura de *roçado* era vista como a agricultura da vida, e como a agricultura da cana era vista como a agricultura da morte, e que a vida e a morte dependiam do que fosse plantado na terra e de quem plantava. A cana era vista como agricultura da morte porque o responsável por seu cultivo foi o *Cão, o Diabo*. Procurando desenvolver estas idéias, encontramos a passagem abaixo de Bourdieu (1963), ao analisar a conduta econômica em relação ao tempo do camponês *Kabyle*. A concepção descrita por Bourdieu para os *Kabyle* guarda grande paralelismo com as concepções de trabalho do grupo estudado. Estas concepções são expostas e analisadas ao longo deste capítulo. O trecho de Bourdieu é o seguinte: "Les conduites du paysan Kabyle et L'ethos qu'elles dévoilent trouvent une expression symbolique dans le système rituel dont l'analyse structurale permet de ressaisir l'intention: tout se passe comme si le cycle annuel des rites était habité par la fin de résoudre la contradiction qui est au coeur de l'agriculture. La nature, laissée à elle-même, va à gauche, à la friche, à la stérilité. L'action fécondante de l'homme et de ses techniques, quoique nécessaire et inévitable, est criminelle, d'abord parce qu'elle est viol et violence et ensuit parce qu'elle met en oeuvre des instruments dont le maniement est par soi coupable et redoutable, à savoir les instruments fabriqués par le feu: soc, métier à tisser, couteau, faucille. Les grands moments de l'année agricole, les labours et la moisson, constituent les sommets d'une tragédie qui se joue entre deux personnages, l'homme et la nature, drame de l'agriculteur qui est contraint de faire violence à la terre pour la féconder et lui arracher ses richesses. Cette intention profondément enfouie, que l'analyse découvre, affleure parfois au niveau des attitudes et des idéologies. La terre n'est jamais traitée comme matière première, comme matériau vulgaire qu'il s'agirait seulement d'exploiter. "La terre, dit-on, exigera des comptes". Elle saura tirer réparation, par exemple, des mauvais traitement que lui inflige le paysan précipité et avide (et ahamag) ou maladroit" (Bourdieu, 1963, p. 41).

mento se desenvolve sob a forma de planta. Crescida a planta, ela pode fornecer o necessário ao consumo humano. A apropriação das plantas do *roçado*, para o consumo humano, implica na morte da planta. É a raiz da mandioca que propicia o consumo, mas sua extração implica na eliminação de toda a planta. É a espiga de milho ou a vagem do pé de feijão que interessam, mas só há uma colheita por plantio. A vida do homem é reproduzida mediante a morte da planta. O que morre é a planta, elemento de mediação entre a terra e o homem. É a terra que possui os elementos necessários à vida, que só serão fornecidos ao homem pelas plantas. O consumo humano das plantas, forma básica de assegurar sua reprodução física, implica na eliminação da mediação com a terra. Só pela renovação do mesmo ato de fecundação podem os homens garantir receber da terra os elementos necessários à vida. A morte da planta é a vida do homem, mas é pelo seu esforço e sacrifício que o homem dá origem a uma nova planta. Estas concepções fornecem um modelo ordenador do tempo, onde o tempo é percebido como um movimento pendular entre dois pólos.<sup>4</sup> Os pólos são a terra e os homens. O pêndulo, elemento mediador, são os elementos da vida. Num momento são os homens que dão vida a uma nova planta pela fecundação da terra, no outro momento é a terra que fornece aos homens os elementos da vida. Veja-se o esquema que se segue:

4 Leach (1969b) propõe que a idéia de *tempo (time)* nada tem de experiência empírica, mas é sempre uma representação social que tenta harmonizar a idéia de que certos fenômenos são repetitivos com a idéia de que certos fenômenos são não-repetitivos. Os trechos de seu artigo reproduzidos abaixo fornecem a matriz das idéias aqui utilizadas: "C'est la religion et non pas le sens commun qui persuade les hommes d'inclure des oppositions si variées dans une seule catégorie telle que celle de *temps*. Le jour et la nuit, la vie et la mort ne sont des paires logiquement semblables que dans le sens ou elles sont chacune des paires de contraires. C'est la religion qui les identifie, qui nous abuse jusqu'à nous faire penser la mort comme la nuit de la vie, et qui nous persuade ainsi que les événements non répétitifs sont en réalité répétitifs. La notion selon laquelle le processus temporel est une oscillation entre des opposés – entre le jour et la nuit ou entre la vie et la mort – implique l'existence d'une troisième entité – la "chose" qui oscille, le "je" qui à un moment se trouve dans la lumière du jour et au moment suivant dans l'ombre de la nuit, l'"âme" qui à un moment donné se trouve dans le corps vivant, et à un autre dans la tombe" (pp. 214/215). "Si donc, comme je l'ai suggéré, les Grecs concevaient les oscillations du temps par analogie avec celles de l'âme, ils utilisaient une métaphore concrète. Il s'agit fondamentalement de la métaphore du coit sexuel, du flux et du reflux de l'essence sexuelle, entre le ciel et la terre (avec la pluie comme semence), entre ce monde et le monde souterrain (...), entre l'homme et la femme. Le mâle, dans l'acte de copulation, communique un peu de son âme de vie à la femelle, elle la reproduit à nouveau en accouchant. Le coit est vu ici comme une sorte de mort pour le mâle; l'accouchement comme une sorte de mort pour la femelle." (Leach, 1969b, p. 216).

Tempo I                      homem                      vida                      Terra (vida /  
 (sacrifício)                      →                      planta)

Tempo II                      homem                      vida                      Terra (morte /  
 (alimento)                      ←                      planta)

Contudo, não há uma simetria entre os dois pólos, pois a terra e o homem não têm propriedades equivalentes. A terra pode reproduzir suas propriedades (a fertilidade) e a vegetação que lhe cobre sem interferência das atividades humanas. Quando a terra *descansa* por um tempo suficiente, ela reproduz sua fertilidade natural. Mas o homem não pode prescindir das plantas para sua reprodução física. Sua sobrevivência depende de obter da terra, via plantas, os elementos de vida. É pelo *trabalho* que os homens forçam a terra a reproduzir em quantidade adequada as plantas que fornecem o que socialmente é alimento.

Os animais estão em situação paralela à dos homens: ambos obtêm sua reprodução física, ao nível alimentar direta ou indiretamente, das plantas. Tiram seu sustento da terra mediado pelas plantas. Ou de outros animais, o que é apenas uma nova mediação. Por outro lado, a reprodução física dos homens e dos animais quanto ao surgimento de um novo espécime se dá através da fecundação entre dois espécimes de mesma natureza, mas opostos sexualmente. O aparecimento de novo exemplar, humano ou animal, independe da relação com a terra, mas sua manutenção, enquanto exemplar vivo, depende da relação com a terra. A reprodução física sexual dos homens e dos animais independe da relação com a terra, mas a reprodução física alimentar depende, direta ou indiretamente, da relação com a terra. A concepção da terra como fonte de vida é ainda marcada por sua posição quando da morte dos homens, dos animais e mesmo das plantas: a terra absorve qualquer elemento depois de sua morte; tudo se reduz à terra quando de seu fim. Esta observação de elementos mortos só renova a fertilidade da terra. Mas a terra não "morre", ela perde em fertilidade quando *cansada*, podendo, no limite, não dar vida a nenhuma planta. Mais especificamente: é quando os homens extraem da terra os elementos de vida por longo período, ou muito intensamente, que a terra *cansa*. A terra *cansa* porque não pode produzir naquele momento; analogia com os homens que, quando cansados, não conseguem trabalhar. Cansaço implica apenas em descanso no período seguinte, o que basta para reproduzir as *forças*. As imagens que reduzem o "tempo da terra" ao "tempo do homem", implícita nos verbos e expressões que atribuem à terra propriedades cíclicas características dos homens, ressaltam um ponto:

não há analogias entre a morte do homem e a morte da terra. Há alternâncias entre produção e descanso para a terra, como há alternância entre produção e descanso, dia e noite, acordado e dormindo, para os homens. Só há analogia com tempos em que um homem, já existente, se reproduz fisicamente, em que a alternância movimento-repouso é condição fundamental desta reprodução física. Pelos mesmos motivos, se não há limite último para a terra, porque "não morre", também não há limites iniciais, a terra "não nasce". A terra é fonte de toda a riqueza, porque é fonte de toda a vida: só a terra produz, isto é, pode dar origem a novos elementos, às plantas, que se reproduzem a partir da terra e que constituem a base da sobrevivência dos homens e dos animais.<sup>5</sup> Esta assimetria terra-homens + animais é claramente marcada. Porém, a terra não é concebida como o único elemento sem par oposto, de quem dependa sua fecundidade efetiva. No sistema de representações, a "terra é de Deus", origem de toda a vida, representação que reconstitui a oposição pai-mãe, homem-mulher, macho-fêmea, como ordenadora do tempo e da oposição vida-morte. Fato freqüentemente ressaltado é que "Deus manda a chuva", e só a terra molhada é fecunda. A reprodução física dos homens e dos animais, depende, assim do par Deus-Terra.

O *trabalho* é a negação da vegetação espontânea, do *mato*, onde os homens forçam a terra a gerar plantas que são socialmente consideradas úteis. É significativo que as tarefas de *roçar o mato* e *queimar* são masculinas, as mulheres só entrando no *roçado* depois que a vegetação anterior foi destruída pelo fogo. Particularmente, cabe ao homem a tarefa de *cavar covas*, quando ele abre um buraco na terra onde a mulher deposita a semente. É o homem que é responsável pela fecundação da terra, a mulher *ajuda*, transmitindo à terra a semente da planta a ser reproduzida. A relação entre o homem e a terra é mediada pelos instrumentos de que ele se utiliza, em especial a enxada, enquanto a mulher, ao *plantar*, tem contato físico com a terra. Há dois tipos de plantas, socialmente úteis, cuja reprodução depende do *trabalho*: as *árvores* ou *pés de pau* e as *lavouras*. As *lavouras* exigem que o *trabalho*, enquanto ato de fecundação da terra, se renove a cada colheita, em ciclos curtos, enquanto as *árvores* exigem *trabalho* uma vez por longo período de tempo. Contudo, o produto das *lavouras* fornece a *comida*, aquilo que

<sup>5</sup> A essência comum entre a terra e os homens é explicitada nos "mitos de origem" dos homens, como no caso da criação de Adão por Deus a partir do barro (Garcia, 1974). Estas concepções de base religiosa buscam resolver a oposição homem-terra, postulando um momento inicial em que o homem foi feito a partir da terra. Como o homem se reduz à terra no seu início, ele se reduz à terra no seu fim (morte), dependendo da terra durante toda sua vida.

é consumido normalmente durante as refeições diárias, enquanto o produto das *árvores* são as *frutas*, que não são consumidas com frequência regular. Isto se marca também quanto ao cozimento: as frutas são consumidas sem nenhum preparo, enquanto toda *comida* é objeto de cozimento anterior: São as mulheres as responsáveis pelo preparo e cozimento dos alimentos, e também por seu oferecimento aos homens. No tempo II, a posição feminina assume, portanto, o primeiro plano, passando os homens da posição de "doador" para a de "receptor". O modelo de *trabalho*, tal como foi apresentado anteriormente, tem como seu referente imediato o cultivo das *lavouras* e a apropriação de seus resultados, pois são estas atividades que proporcionam o comer. Em particular, pode-se afirmar que têm como referente imediato o cultivo e a apropriação do *roçado*.

Este modelo de *trabalho*, enquanto relação entre os homens e a terra, mediada pela vegetação, representa uma exclusão dos animais. É verdade que os produtos de origem animal, como carne, leite, ovos, podem fornecer o comer; serão obtidos através da *criação*, da *caça* ou da *pesca*, mas nenhuma destas atividades é propriamente *trabalho*. Pode-se verificar que os animais são classificados por sua posição relativa frente ao "mundo do *trabalho*". Mais precisamente: se os homens e os animais conseguem sua reprodução física alimentar da terra, os homens e os animais estão em posição de competidores potenciais pelos "meios de vida". A classificação dos animais vem demonstrar as formas concretas pelas quais os homens buscam ordenar a reprodução física dos animais segundo as conveniências da reprodução física e social dos próprios homens. Todos os animais estão excluídos do *roçado*,<sup>6</sup> pois sua simples circulação pelo espaço ocupado pelo *roçado* poderia prejudicar o crescimento das plantas. Há animais ou no *mato* ou na *casa (terreiro)*, ou seja: há animais cuja reprodução física sexual e alimentar se passa fora do domínio das atividades da unidade doméstica, e há animais cuja reprodução física sexual e alimentar se passa sob o domínio das atividades domésticas. Aqueles cuja reprodução física se passa fora do domínio das atividades domésticas podem ser objetos do comer, sendo então objetos de *caça* e *pesca*, atividades masculinas. Entre os animais cuja reprodução física se passa sob o domínio da família, há aqueles que tanto são alimentados pela família quanto são fonte de alimentos: constituem a *criação*. Neste último caso, a reprodução física alimentar dos animais está sob o controle direto da família, esteja a comida do animal no *mato* ou sejam alimentados com pro-

<sup>6</sup> Lembre-se de que o grupo estudado não utiliza nenhum animal para trabalhar a terra.

dutos ou subprodutos do *roçado*. Os animais da esfera doméstica podem ser alimentados com plantas do *roçado* ou do *mato*, mas o fundamental é que tais animais só têm acesso aos alimentos através da mediação dos membros da unidade doméstica. Distribuir alimentos e controlar a distribuição de alimentos é atividade feminina, estando portanto o controle da *criação* sob o domínio da mulher da unidade doméstica. A *criação*, a *caça* e a *pesca* podem fornecer o comer do grupo doméstico. Nestes casos, a morte dos animais dá a vida aos homens, mas nenhuma destas atividades é considerada propriamente como *trabalho*.

A *criação*, em particular, pode ser alimentada a partir do produto do *trabalho*, já que visa a reprodução física alimentar da unidade doméstica. Pode haver produção diretamente ligada à *criação*, com o pode haver apropriação de subprodutos da alimentação doméstica, ou mesmo de seus restos. Os alimentos que servem à reprodução física alimentar dos membros da unidade doméstica e cuja reprodução depende da unidade doméstica, podem ser obtidos de duas formas: ou pela apropriação dos produtos das plantas do *roçado* ou através da *criação*. Assim:

*Trabalho (Roçado)* —————→ *casa* (cozinha-comida)

*Trabalho (Roçao)* —————→ *casa (criação)* —————→ *casa* (cozinha-comida)

A *criação* pode fornecer o comer da unidade doméstica normalmente, como no caso do leite para as crianças da *casa*, ou esporadicamente, nas épocas de *precisão*. A *criação* supõe, suplementa e completa o *roçado* no fornecimento do comer da *casa*. Em quantidade, a *criação* de uma unidade doméstica depende de como o *roçado* proporciona o atendimento do comer da *casa*. Por um lado, porque sua quantidade depende das necessidades de abate e/ou venda dos exemplares possuídos; por outro lado, porque o aumento da *criação* só depende da unidade doméstica poder dispor de alimento para tal fim em quantidade necessária. Assim, a reprodução física alimentar depende diretamente da unidade doméstica; porém, a reprodução física sexual se faz dentro do espaço ocupado pela unidade doméstica, mas fora de seu controle. A *criação* se auto-reproduz desde que possa haver alimentos em quantidade adequada. Permite, assim, dar continuidade ao fornecimento da *casa*, atenuando as flutuações entre plantio e colheita, *verão* e *inverno*. Permite, portanto, que se constitua em “reserva de consumo”, e que também sirva de mediação para a aquisição de mercado-

rias não produzidas pela unidade doméstica, de “reserva de valor” para despesas em dinheiro que podem ser diferidas no tempo.

Dentro do esquema apresentado anteriormente, ter *gado* é algo altamente valorizado. Contudo, muito mais freqüente é a referência dos pequenos produtores à *criação de gado*, dentro das grandes propriedades como uma ameaça direta. É que a recente expansão da pecuária, nessa área, com a formação de pastos, elimina as terras que antes eram atribuídas aos *roçados dos pequenos proprietários*. O *capim* passa a concorrer com o *roçado* por terras, o alimento do *gado* impede a produção de alimentos para os homens em quantidade adequada. Isto inverte o papel que a *criação* ocupa na lógica dos pequenos proprietários: a *criação*, neste caso, não é subordinada e complementar ao *roçado*, mas é a negação do *roçado*. Nega mesmo todo o modelo de *trabalho*. Sobretudo na parte de Bonito mais próxima ao Agreste, a pecuária expandiu-se, em passado recente (por volta de 1967), com a formação de pastos, plantando-se o capim conhecido por *pangola*. O processo de formação de pastos utilizou formas tradicionais de arrendamento de terra a pequenos proprietários, jogando com a escassez de terra própria com que contam estas famílias. Como já vimos, os pequenos proprietários dependem do arrendamento de terras das grandes propriedades para poderem *botar roçado* em escala adequada. Os grandes proprietários, desejosos de criar gado, passaram a exigir, como pagamento pelo terreno arrendado pelo pequeno proprietário, o plantio de capim pangola no fim de dois anos. Durante dois anos, um pedaço de terra determinado é atribuído a um pequeno produtor. Nesta terra ele pode *botar roçado* por dois anos sucessivos, ou melhor, em dois *invernos* sucessivos. No fim do segundo período, o pequeno produtor deve semear o *capim pangola*. Este tipo de contrato poupa o grande proprietário de despesas com trabalhadores e com as ferramentas de que se utilizam. Pois, para *botar roçado*, as unidades domésticas desmatam o terreno, destocam-no, limpam-no e deixam semeado o capim, sem que isto custe um centavo ao proprietário da terra. A despesa do grande proprietário limita-se às sementes que são fornecidas. A “fome de terra” dos pequenos proprietários e dos trabalhadores que moram na *rua* é suficiente para forçá-los a formar pastos em escala adequada à expansão da pecuária. Para “arranjar o que comer”, as famílias são obrigadas a desmatar, limpar a terra e semear o capim pangola. O problema ressentido pelos pequenos proprietários não se resume a isto. O fundamental é que a terra ocupada pelo capim pangola não volta a ser trabalhada com a freqüência tradicional. Em outras palavras, o ciclo *roçado - mato - roçado - mato...* é alterado profundamente. Os pequenos proprietários apontam para este fato ao chamar a atenção de que “ninguém trabalhará mais naquela terra”, como se

uma vez plantado o capim este nunca mais precisasse ser replantado. Esta percepção enfatiza a redução efetiva do estoque de terras das grandes propriedades que é arrendado normalmente aos pequenos produtores. A ameaça que este tipo de pecuária representa para os pequenos proprietários pode ser observada no seguinte diálogo entre o pesquisador e dois pequenos proprietários:

- "P - O senhor trabalha sempre em terra do senhor ou o senhor trabalha em outra terra também?  
I1 - Eu trabalho em outra terra também, não sabe? Nas terras dos homens que têm muito.  
P - O senhor tava falando...  
I2 - Ele trabalha também em terra d'outros. Também.  
P - Terra d'outros?  
I1 e I2 - Sim!  
P - Aí, como é que faz? Paga foro, alguma coisa?  
I1 - Pra plantar capim.  
P - Pra plantar campim?  
I1 - É.  
I2 - O homem dá capim pra plantar.  
P - Como é, como é que é?  
I1 - Trabalha num ano, trabalha num ano, no outro ano vai plantar capim. O foro é o capim.  
I2 - ... do fazendeiro.  
P - Há muito tempo que é assim?  
I1 - Há muito tempo, há muito tempo.  
P - Sempre foi assim?  
I2 - Sempre foi assim o quê? Uma porção de anos... Pra plantar capim. Trabalha dois anos numa terra, pronto! Aquela ali nunca mais ninguém trabalha não.  
P - E aquela terra, como é que faz?  
I2 - Planta capim e fica pra criar gado. Aquela terra ele nunca mais trabalha nela.  
P - E passa pra outra?  
I1 - Às vezes passa, às vezes não passa. Mas é duro pra passar. Às vezes a gente trabalha numa terra lá. Se ele queria pra boi, tinha que passar proutra, por causa do boi.  
P - E aí, como é que o senhor faz?  
I1 - O trabalho de enxada mesmo por aqui. Sem dar produto mesmo, nenhum.  
P - Sem dar produto?  
I1 - O produto é quase tudo morrer de fome, quase. Não é isso, é?  
I2 - Aqui não é mole, não! Aqui é bom pros ricos, tem que entender.  
I1 - Pra nós, não dá pra fazer dois sacos. Mas a gente tem que viver, né? Pra não morrer de fome, tem que viver. Tá tudo com fome. Não tem conforto nenhum, não."

A introdução do capim pangola muda o ciclo de produção/descanso das terras das grandes propriedades a que a pequena agricultura está habituada. Muda a temporalidade do uso da terra, o que resulta objetivamente num menor volume de terras por ano onde se possa *hortar roçado*. Neste sentido, a *terra coberta de capim* opõe-se tanto à terra coberta por *mato* como por *roçado*. Por um lado, altera-se a periodicidade com que a terra é cultivada, em que o *trabalho* é materializado no *roçado*, e que supõe a destruição do *mato* que antecede o *roçado*. Portanto, onde há *mato* pode haver *roçado*, mas não haverá *roçado* onde há *capim pangola*. Por outro lado, vários elementos essenciais aos pequenos produtores são obtidos do *mato*, como a lenha, o alimento dos animais de carga, da cabra, etc. A ocupação permanente da terra pelo capim pangola restringe, assim, duplamente as atividades produtivas dos pequenos produtores. A diminuição do estoque de terras disponíveis para arrendamento nas grandes propriedades leva os pequenos proprietários a aceitar terrenos que exijam esforços adicionais das famílias. Em outras palavras, passam a ter acesso a terras em piores condições: seja porque se encontram mais distantes da *casa*, exigindo maior caminhada; seja porque exijam mais trabalho, por serem difíceis de roçar e destocar; seja simplesmente por ter menor fertilidade, ou mesmo que subam os preços dos arrendamentos. A forma atual de pecuária impede, assim, que os pequenos produtores tenham acesso à terra suficiente para materializar o trabalho de suas unidades domésticas em *roçados*. Ou pioram suas condições de existência – diminuindo a produção disponível para o consumo familiar ou aumentando o esforço despendido para obter o necessário ao consumo familiar – ou tentam, na migração, passar para outras formas de “ganhar a vida”. Este dilema fica expresso no seguinte diálogo entre o pesquisador e um pequeno proprietário:

“I – Eu mesmo tô com vontade de ir me embora pra São Paulo, porque não tenho onde trabalhar.

P – Mas aqui... o senhor já tinha esse sítio há muito tempo?

II – Já. Eu já tenho... eu nasci e me criei aqui, já tô com 48 anos. (...) Quando não plantava pangola, a situação aqui era outra. Que tinha onde trabalhar, com fatura, tinha onde plantasse o feijão, o milho, algodão, roça. E agora, quem quer uma conta de vagem... Uns vinte, uns vinte conto. Uma conta de terra pro camarada trabalhar, vinte cruzeiros?”

Este dilema entre os pequenos proprietários levou alguns a venderem suas terras para os grandes proprietários das proximidades. A pecuária extrapolou, portanto, o limite anterior das grandes propriedades, restringindo ainda mais as terras ocupadas por pequenos proprietários. Esta expansão da pecuária é vivida pelos pequenos proprietários.

rios como um processo absurdo, pois o *pangola* e o *gado* passam a ocupar os locais de *roçado*, ou seja, a reprodução física do *gado* se faz às expensas da reprodução física das unidades domésticas de pequenos produtores. Neste sentido, aparece a oposição *terra de trabalho* – *terra de gado*. *Terra de trabalho* é onde os homens podem obter sua subsistência mediante a fecundação da terra, enquanto *terra de gado* é aquela onde só nasce o *capim*, que serve à reprodução física do *gado*. É o *roçado* que passa a ficar subordinado à expansão da *criação de gado*, e não o inverso. Neste contexto, a imagem de que “o boi está substituindo o homem” aplica-se perfeitamente. Na concorrência por tirar da terra os elementos de vida, o *gado*, através do *capim pangola*, passa a ter primazia sobre os homens, através dos *roçados*. Vejam-se a definição de uma senhora idosa residente na *rua*, viúva de *foreiro*, a propósito de *terra de trabalho*:

P – O que é terra de trabalho?

I – Terra de trabalho é terra solta, pura, que não tem gado dentro. Isso que é terra solta de se trabalhar. Mas isso não tem mais, não. Não tem mais, não. Se o governo não der um jeito, vai morrer o povo de fome nesses poucos dias. Porque não tem mais terra onde se trabalhar de jeito nenhum”.

Para os pequenos produtores independentes, pequenos proprietários ou mesmo trabalhadores residentes na *rua*, há força de trabalho doméstica suficiente para produzir o necessário ao atendimento do consumo doméstico. O que falta é a terra onde essa força de trabalho possa se materializar: a *terra de trabalho*. Por oposição, *terra de gado* designa as formas de exclusão dos pequenos produtores. Em primeiro lugar, o *capim pangola* é plantado, mas “ninguém vai comer capim”. Esta formulação era extremamente comum entre os pequenos produtores, mostrando que os homens estavam excluídos do produto da terra. Frase que sempre estava associada à revolta contra este uso da terra. Em segundo lugar, o *capim pangola*, diferentemente do *mato*, não podia ser usado para alimentar os animais possuídos pelo grupo doméstico. Como os animais de carga são essenciais à economia do pequeno produtor, possibilitando o *negócio*, o fato era duramente ressentido, embora não provocasse a mesma emoção que no caso anterior. Por outro lado, como há possibilidade de se apropriar do *capim pangola* para alimentar os *animais* do grupo doméstico, a questão era normalmente colocada nos seguintes termos: quem pegar *capim pangola* nas grandes propriedades pode ir preso por solicitação do grande

7 Como foi visto no Capítulo I, a escassez de terra para arrendamento é um problema ainda mais sério para os trabalhadores residentes na *rua*.

proprietário, ou mesmo ser punido diretamente por ele. Por último, se a *terra coberta de capim* não alimenta nem a família do pequeno produtor, nem a *criação* do pequeno produtor, o *gado* que se alimenta desta terra também não proporciona a subsistência da família do pequeno produtor. Isto porque o preço da carne de boi é muito alto em relação ao dinheiro disponível para realização de uma *feira*, mesmo se a carne de boi for da pior qualidade. O preço da carne de boi impede que ela seja adquirida na quantidade desejável para atender o consumo doméstico. Pior do que tudo é que o *trabalho* da família do pequeno produtor gera as dificuldades de reprodução física e social destas famílias. Se o *trabalho* no *roçado*, por dois anos sucessivos, fornece o necessário à subsistência familiar, este *trabalho* cria as bases de sua não repetição no futuro. O *capim* semeado impede o *roçado* nos anos subseqüentes. O alimento para o *gado* impede a produção de alimento para a família. O *gado*, assim alimentado, também não vai servir para o consumo familiar. A morte do *gado*, neste caso, não é a vida do homem. Mas é o sacrifício do homem no *trabalho* que produz os elementos materiais para a vida do *gado*. O esquema antes analisado - *trabalho* → *criação* → *queima da casa* - não se completa, e o segundo termo (a *criação*) impede o primeiro (o *trabalho*) de se repetir. Impede, portanto, a reprodução do esquema: *trabalho* → *queima da casa*. Evidentemente, o *gado*, nestas condições, não serve à acumulação das unidades domésticas, nem aos momentos de *precisão*. Ao contrário, conduz as unidades domésticas à *precisão* constante, assentando as bases para uma "desacumulação camponesa", ou seja, leva a uma expropriação dos pequenos produtores. O *gado*, neste contexto, nega o *roçado*, nega a *casa*. Nega, portanto, a unidade de trabalho familiar. Não é sem motivo que famílias de pequenos proprietários expressam todo seu ressentimento contra a *terra de gado*. Como no trecho de uma entrevista com um pequeno proprietário, de que participam sua mulher, seu irmão e seu sobrinho:

"I - Eu? Mas me diga que eu tô errado, em que que eu tô errado, por que é que eu tô errado? Porque eu peno prali é mormaço, peno pracolá é rescaldo, peno pracolá é brasa, pracolá é urtiga! Que que eu tô achando de hom nesse mundo aqui?"

Irmão de I - Nada!

Mulher de I - Nada mesmo!

I - Desse mundo nasci, me criei, nunca vi nada que prestasse. Dagora por diante tá dando a besta fera. Tá dando a hexiga do porco. É pra ficar um ou dois. Boi, nem vaca, nem cavalo, nem jumento, nem cabra, nem bode, eu não sou, nem o que é ruim, pra comer pangola! Isso é o que eles querem. Agora eles podem botar os bois deles pra

comer pangola, bem, e o pobre, se quiser, quando arrumar um quilo de tripa, que é o mais desgraçado que tem; quanto é?

Irmão de I - Três contos.

I - Três contos. Pode morrer de morrinha dos infernos, mas é três contos. Essa semana mesmo a carne subiu. Foi seis contos na Usina (onde feira). Carne de boi.

Irmão de I - Lá foi seis contos.

Filho de Ir. de I - Lá, toda semana sobe. Lá, toda semana sobe.

I - Pra quem é melhor? É pra eu? Vá plantar pangola!"

O avanço das *terras de gado* sobre as *terras de trabalho* é visto pelos pequenos produtores como conseqüência dos *direitos*. Com os *direitos*, qualquer *morador*, ao ser mandado embora de uma grande propriedade, poderia pedir, na Justiça se preciso fosse, uma indenização pelas benfeitorias que tivesse realizado no terreno que lhe coube. Diminuir o número de moradores foi a resposta dos grandes proprietários. A expansão recente da pecuária enquadra-se nessa resposta. Só se precisa de muitos trabalhadores para formar o pasto, sendo diminuta a mão-de-obra contratada posteriormente para o trato dos animais. Assim, a expulsão de *moradores* das grandes propriedades está associada à formação de pastos e, conseqüentemente, à escassez de *terra de trabalho* para os pequenos produtores. A expulsão dos *moradores* das grandes propriedades implica quase sempre na destruição da *casa* que ocupava e o desaparecimento do *roçado* que ele *botava*. Esta imagem era acionada pelos pequenos produtores para demonstrar que a expansão da pecuária se faz às expensas da reprodução de unidades domésticas de trabalhadores. Sob este aspecto, o pequeno proprietário vê materializar-se na vida do *morador* a negação do esquema *casa - roçado*. Neste sentido, a oposição *terra de gado - terra de trabalho* serve para dar conta da situação de várias categorias de trabalhadores da área, tanto dos pequenos proprietários, como dos trabalhadores residentes na *rua* e dos *moradores*. O avanço das *terras de gado* implica na dificuldade e/ou impossibilidade da reprodução social de todas estas categorias. Não é por acaso que o pequeno proprietário usa a categoria *pobre*<sup>8</sup> cada vez que se refere aos problemas trazidos pela expansão da *terra de gado*. É importante notar ainda que há referências ao fato de que o *gado* veio substituir os *sítios* de café e, em particular, ocupou terras onde houve sítios de antigos foreiros. Esta afirmação era feita também por funcionários locais e por autoridades municipais. Parece ter havido simultaneidade entre a erradicação do café no município.

8 Ver capítulo I.

promovida pelo IBC na segunda metade da década de 60, e o período de maior expansão da pecuária com formação de pastos de *capim pangola*.<sup>9</sup> Porém, o processo de expulsão de *foreiros* e *moradores* das grandes propriedades é bem anterior a esta data. Seguramente, não foi apenas a expansão da pecuária que provocou a expulsão dos *moradores*; muito menos foi a responsável pelo desaparecimento dos *foreiros*. A expulsão dos *foreiros* e *moradores* das grandes propriedades resulta das alterações na relação entre *trabalhador* – *patrão* dentro da grande propriedade, alterações que são designadas pelo uso da categoria *direitos*. A expansão recente da pecuária é apenas uma das formas de resposta dos grandes proprietários frente a estas alterações. Sua importância fundamental está em que consolida a expulsão dos trabalhadores residentes nas grandes propriedades, *moradores* ou *foreiros*, e provoca a “expulsão” dos pequenos proprietários da área. Em suma, leva a cabo a expropriação de várias categorias de trabalhadores. Como sintetiza a viúva de um *foreiro*, hoje residindo na *rua*:

“Agora, hoje em dia, os pobre chora pra plantar um litro de milho e não pode mais. Porque a terra está coberta de capim. Pobre chora de fome e não pode botar um roçadinho. Porque não dão mais. A terra está coberta de capim. O gado no meio. Tudo é criador de gado. Não dão mais pra trabalhar. É lá por fora, longe! E quando se arruma, é pra arrancar uca. Um capim bravo, minha filha!”

Os pequenos proprietários apontam ainda um outro fator determinante da expansão recente da pecuária: a facilidade dos *ricos* em arranjar dinheiro. Isto foi importante sobretudo na aquisição de cabeças de gado e na construção de infra-estrutura da grande propriedade, pois os gastos com formação de pastos restringiram-se às sementes. No entanto, sem dúvida alguma, foi elemento fundamental na determinação do crescimento das *terras de gado*, pois a ampliação das áreas cobertas por *capim pangola* dependia do montante de cabeças de gado de posse da grande propriedade. Esta facilidade dos *ricos* em arranjar dinheiro está associada aos créditos concedidos pelo *banco do Governo*, e por vezes há menção a *dinheiro da Sudene*.<sup>10</sup> Se “folgou dinheiro pro

9 Num folheto da Sociedade Pró-Desenvolvimento de Bonito, SOPROBO, elaborado em 1970, afirma-se que Bonito é o município que possui a maior área coberta por *capim pangola* em todo o Estado de Pernambuco. Não se fornece, contudo, em termos exatos, a área ocupada com *capim pangola*. Observe-se que, no recenseamento de 1960, 20% das terras do município foram computadas como *pastagens*, sendo que 96,6% eram de *pastagens naturais* e 34% apenas de *pastagens artificiais*, enquanto em 1950, 22% das terras eram de *pastagens*, sendo 91% de *pastagens naturais* e 9% de *pastagens artificiais*.

10 Há agência local do Banco do Estado de Pernambuco, BANDEPE, que parece ser o maior fornecedor de crédito para a expansão da pecuária. Parece haver também finan-

meio do mundo”, expressão muito usada, só “folgou” para os *ricos*, porque os *pobres* não obtiveram nada. Esta desigualdade na atribuição do dinheiro do *Governo* é agravada pelo fato de que este dinheiro é que propicia o crescimento das *terras de gado*. O dinheiro em abundância serviu também para comprar as terras de pequenos proprietários das vizinhanças das grandes propriedades, a preços mais altos do que os que normalmente eram oferecidos. Um pequeno proprietário vê da seguinte maneira a venda de *sítios* de pequenos proprietários em torno do seu:

“P – O senhor estava dizendo que aqui tem muito sítio...

I – Já teve muito sítio aqui. Muito!

P – Mas era próprio ou...?

I – Era, era propriedade, entende? Cada qual tinha o seu. Era deles. Agora chegou o dinheiro que só a bexiga do porco, e os cabras nunca tinham dinheiro por aí mesmo, foram se iludindo com o rico e o rico foi ajeitando, foi ajeitando ele, foram comprando, comprando, comprando. Hoje em dia termina quase tudo pra um ou dois. E os cabra pedindo esmola. Uns aí que vendeu tão pedindo esmola. Eu queria que tivesse morrido, pro diabo carregar!

P – Senhor?

I – Eu queria que esse um que tá pedindo esmola, entendeu, o diabo tivesse carregado ele pros infernos. Ninguém mandou vender, vendeu porque quis. Vendeu a pulso, não! Não foi a pulso, não. A pulso, não. Vendeu o que torrou. Aqui só tinha o caminho da casa pra vender. Era o que tinha. Abro o olho dele? Que sei, que eu fico mais ele!”

O avanço das *terras de gado* implica em dificuldades crescentes para os pequenos proprietários de reproduzir suas formas tradicionais de existência. Para cada unidade doméstica de pequenos proprietários, a simples manutenção dos níveis de subsistência tradicionais implica

---

ciamento originado de “incentivos fiscais da área da Sudene”. O folheto da SOPROBO, anteriormente citado, faz as seguintes afirmativas entre as explicações quanto a Crédito e Isenções de Imposto no município: “Acrescente-se, além da isenção total ou parcial do Imposto de Renda, da isenção de impostos e taxas sobre importação de equipamentos, da absorção de quantias abatidas da renda bruta de pessoas físicas, das isenções estaduais e municipais, as empresas (tanto industriais como agrícolas) podem realizar no município empreendimentos com esquemas de financiamento que prevêm a participação de recursos próprios em apenas 12,5% do investimento total, alcançando, às vezes, níveis inferiores. Bonito, dentro das normas contidas no IV. Plano Diretor da SUDENE, poderá alcançar a Faixa de Prioridade “A”, o que lhe confere, no mínimo, participação de 75% nas inversões totais do empreendimento, através dos recursos provenientes dos Artigos 34/18”. (SOPROBO – pp. 12/13).

na intensificação do trabalho familiar a cada novo ciclo produtivo. Isto porque as terras que ele pode arrendar para *botar roçado* exigem um esforço maior para se obter a mesma quantidade de produto: seja porque são mais distantes da *casa*, menos férteis, que exigem mais trabalho (como onde há capim *uca* ou *luca*), ou porque tenha que pagar um preço mais alto por unidade de terra arrendada. Alternativamente, ele pode fazer uso mais intenso ou prolongado das terras de sua propriedade, porém a *terra cansada* pouca produtividade tem, e não há possibilidades de mudar das formas de cultivo.<sup>11</sup> Neste caso, é a reprodução simples dos pequenos produtores que está ameaçada. É importante notar que os menores entre os pequenos proprietários já não se julgam com direito de se classificarem como *agricultores*. *Agricultores* são aqueles que podem suprir o consumo familiar apenas com o produto do *roçado*. Vejam-se as observações de um pequeno proprietário, que nega que a pequena agricultura local possa abastecer as *feiras* da região e da Zona da Mata, e mesmo que ainda haja *agricultores*:

"I - Não, senhor. Aqui não tem homem, nesse terreno aqui, não tem homem que planta agricultura que dê pra ele vender três vezes na semana na feira, não senhor. Ele vende a um matuto, ele vende a um ribeirista, sabe como é? Vende a um ribeirista, pega o estoque e vende. Mas ele se chama agricultor. Esses que vendem ao matuto se chama agricultor. Mas hoje em dia, aqui dentro de Bonito, esse mesmo agricultor não tem mais.

P - Por quê?

I - Porque não tem onde trabalhar. Esse legume todo que tem aqui vem de fora. Vem de Triunfo, vem da Bahia, vem de fora. Você pensa que esse legume todo que tem aí, milho, feijão, fava, são daqui, é? O que se arrumar aqui se come maduro. Porque é um tanto assim de terra pro camarada trabalhar. Come maduro. Num tem pra levar pra feira, não. Vem de fora(...) Porque ninguém tem onde trabalhar mais não. A terra que tem onde trabalhar é terra de criar gado. Gado ali, não quer que ninguém trabalhe mesmo. O camarada trabalha um bocado, bota três pés de lavoura, quando tá maduro, come maduro mesmo."

A dificuldade de reprodução das unidades domésticas de pequenos proprietários não é por não terem potencial suficiente de trabalho,

<sup>11</sup> Para análise do uso de fertilizantes e defensivos químicos por este grupo social, ver capítulo II.

mas por não terem acesso à *terra de trabalho* em que possam materializá-lo. Não tendo acesso à terra em quantidade suficiente para utilizar plenamente a força de trabalho do grupo doméstico, e assim prover a subsistência familiar, os pequenos proprietários têm que fazer uso crescente do *negócio* e do *alugado* como formas de complementar a renda necessária à aquisição do consumo familiar. Por um lado, estas atividades representam a negação das formas tradicionais de se obter a subsistência familiar pelo *trabalho*, como fica expresso no abandono da autoclassificação como *agricultor*. Por outro lado, o *negócio* e o *alugado* permitem que o pequeno agricultor se mantenha e reproduza o esquema *casa-roçado*. Não há nestes casos uma negação absoluta da condição de pequeno produtor, mas uma deterioração de suas condições de existência. Esta deterioração pode provocar que alguns pequenos proprietários abandonem esta condição para tentar outras formas de ganhar a vida.

Esta última possibilidade é ainda mais comum para os filhos e filhas de pequenos produtores que atingem a idade de casamento. Até aqui, tratamos da reprodução simples das condições sociais de produção das unidades domésticas já existentes. Contudo, não menos importantes são as condições sociais de produção para as novas unidades domésticas que se constituem pelo casamento entre filhos de pequenos produtores. Dado que o número de filhos por casal é sempre maior do que 2, o estoque de terras necessário para que as novas unidades tenham acesso, pelo menos, ao mesmo montante de terras que seus pais precisaria estar em expansão. Contraindo-se o estoque das *terras de trabalho*, torna-se extremamente difícil proporcionar às novas unidades domésticas as mesmas condições sociais de existência das unidades domésticas que lhes deram origem. A possibilidade de reprodução simples das condições sociais de produção dos pequenos produtores passaria pela resolução deste problema. Na verdade, esta reprodução simples não se dá, pois o que ocorre é o fracionamento da propriedade original. Por vezes, o fracionamento vai a ponto de só proporcionar *casa e terreiro* para as unidades domésticas ali residentes, não havendo local para *botar roçado*. Contudo, as regras de transmissão de patrimônio tentam contrarrestar a inevitabilidade de um fracionamento cumulativo. Os primeiros filhos a casar tentam arranjar outras formas de obter a subsistência de sua unidade doméstica, formas estas que podem estar na própria área ou não. A migração é bastante freqüente sob este aspecto. Note-se que ela pode se realizar mesmo antes do casamento, quando o *rapaz* vai para outra região conseguir um meio de vida e só depois de estabelecido vem se casar. Com isto, preserva-se a terra em poder da unidade doméstica de origem, onde continuam vivendo os pais e os filhos que continuam solteiros. O último filho a ca-

sar fica, normalmente, com a casa paterna. Assim, a reprodução social de novas unidades domésticas de pequenos produtores passa pela transformação de parte dos filhos de pequenos produtores em outras categorias sociais. Em outras palavras, por paradoxal que pareça: faz parte da estratégia de reprodução da família camponesa, enquanto tal, que uma parte de si mesma se transforme em não-camponesa. Entretanto, é importante notar que tanto a unidade doméstica de origem como seu patrimônio servem sempre de retaguarda para as novas unidades domésticas que tentam outras alternativas. Mais explicitamente: se a nova unidade doméstica enfrenta um problema qualquer que ameace sua subsistência, ela pode voltar para a "terra dos pais" e aí construir uma *casa* para si e/ou *botar roçado*, estejam efetivamente estas terras nas mãos dos *pais* ou dos *irmãos* que ficaram. Foi mesmo bastante freqüente, durante a pesquisa de campo, encontrar pessoas que tinham ido a São Paulo e retornado, por várias vezes sucessivas. Por conseguinte, o êxito de estratégia familiar dos pequenos produtores depende de que novas possibilidades de "ganhar a vida" estejam abertas. De qualquer forma, assegurar que a terra fique em mãos dos *pais* ou de *irmãos* é um ponto importante mesmo para os que migram, pois representa uma garantia contra problemas maiores.

Todas estas formas postas em prática pelos pequenos produtores para lutar contra o processo de expropriação de que são objeto acentuam que este processo está longe de ser linear e implicar numa liquidação imediata da pequena produção na área. Fica claro, no entanto, que a diminuição das *terras de trabalho* implica na deterioração das condições de existência dos pequenos produtores como um todo, e que boa parte dos pequenos produtores dessa área esteja forçada a buscar novas formas de vida. O que precisa ser ressaltado é que a terra própria, mesmo diminuta em tamanho, cumpre um papel fundamental neste processo, e desfazer-se dela está longe de ser a melhor alternativa e mesmo a alternativa dominante. Contudo, não é por acaso que os pequenos proprietários falam menos do que ocorre em suas próprias terras do que o que se passa com as *terras de trabalho*, que incluem as terras das grandes propriedades. Na verdade, o que se passa em suas próprias terras, o que se passa com a utilização da força de trabalho de seu grupo doméstico, depende das condições de acesso a *terras de trabalho* em poder da grande propriedade. Se a maior aspiração dos pequenos proprietários é ter terra em quantidade suficiente para fazer pleno uso da força de trabalho de seu grupo doméstico, a ameaça maior que os atinge atualmente é a expansão das *terras de gado*. É bastante interessante, sob este aspecto, o seguinte diálogo de dois pequenos proprietários, entrevistados pelo pesquisador, que começam solicitando que as autoridades contenham o avanço das *terras de gado*

dentro das grandes propriedades, para em seguida opor *viver em terras dos outros a viver no que é seu*:

- "I - Não tem onde trabalhar, pronto. Acabou-se a agricultura. E aí a gente tem que desaparecer. Noutro estado. Porque noutra estado a gente tem de... arrumar o pão. Mas aqui, se não... o Governo não tiver pena. E o Presidente. Mas o resto. O resto quer ver é o pobre se acabar. Agora, se eles dessem onde trabalhar. Abastava dizer: Não planta mais capim! Não carecia fazer mais nada. Não era, I2?
- I2 - Era!
- I1 - Dizer: não planta mais capim! Toda a vida não se criou... esses homens não criou sem plantar capim?
- I2 - Solta a terra pro povo trabalhar!
- I1 - Solta a terra pra esse pessoal trabalhar! E num planta mais capim! De maneira nenhuma! E todo proprietário que tiver terra solta. Mas pra nação trabalhar. A situação não melhorava? Melhorava! Mas se... se der mais facilidade com... pro rico comprar propriedade, comprar uma área ali, um gado, pronto! Eles só pode comprar e colocar o povo todo pra fora. A gente mora num pedacinho de terra, num quadro de terra, um hectare, dois, é mesmo que ser morador dos outros. Não é não, I2?
- I2 - É!
- I1 - O camarada diz: seu Fulano é proprietário, mora no que é dele. Mas com dois quadro de terra, ou um e meio, aquilo é um proprietário? É o mesmo que ser morador.
- I2 - É a mesma coisa.
- I1 - É a mesma coisa.
- P - É a mesma coisa por quê?
- I2 - A gente só vive na terra dos outros.
- I1 - A gente só vive na terra dos outros. Sacrificado. Só vive trabalhando. Pra viver, tem que trabalhar na terra dos outros. É a mesma sujeição do pobre que mora na terra dos outros. Agora, quem possui dez, doze quadros de terra, vinte, esse não! Mas a gente que vive naquele chãozinho de casa pequenininho, é mesmo que morador. Eu aqui não crio uma vaca por quê? Porque não tenho aonde. Não crio uma cabra O que é uma cabra? Uma cabra não... não é nada, não é? Mas não crio uma cabra, porque não posso. Não é o mesmo que morar na terra dos outros? É o mesmo que morar na terra dos outros."

A citação acima mostra que o *gado*, a *criação*, têm seu lugar dentro da produção da unidade doméstica. Mas ter criação está associado a ter *terra de trabalho* em quantidade suficiente, a poder *botar roçado* em dimensões adequadas. O aumento da criação de gado dentro das grandes propriedades rompe com este esquema, porque o *gado dos ricos* passa a ocupar as terras para *roçado*.<sup>12</sup> Impede, assim, a reprodu-

12 Parece ter havido outra forma de criação de gado, na área, que não levantava os

ção física e social das unidades domésticas de pequenos produtores, como é explicitado por um dos pequenos proprietários: "Não tem onde trabalhar, pronto. Acabou-se a agricultura. E aí a gente tem que desaparecer". É interessante notar aqui a associação entre *trabalho e agricultura*: são as tarefas de cultivo da terra que são centrais para estes pequenos produtores, e estas tarefas são cumpridas com a família e para a família. Isto não tem nada a ver com autarquia destas unidades domésticas, ou seja, que elas mesmas produzam tudo o que precisam. Ao contrário, trocar o que produzem pelo que têm necessidade, mas não produzem, em nada modifica o esquema. O fundamental é que o *trabalho*, a *agricultura*, é organizado segundo princípios de autoridade doméstica, e o produto do *trabalho* serve para proporcionar a reprodução física e social dos membros da unidade doméstica. Dentro da unidade doméstica, a *criação* depende da *agricultura*, do *roçado*, e não a *agricultura* que depende da *criação*. A *criação* tem papel complementar e subordinado ao *roçado*. Quando o *gado* ocupa as terras das grandes propriedades antes destinadas a *roçado*, o *gado* passa a representar a negação de toda a economia própria aos pequenos produtores: *negação do roçado e negação da criação*. Neste contexto, os pequenos proprietários percebem a insuficiência das terras próprias, de 1 ou 2 quadros de terra, pois dependem das *terras dos outros* para materializarem o potencial de trabalho de suas unidades domésticas, e sobre a *terra dos outros* não têm nenhum poder. Dependem, assim, da decisão dos grandes proprietários, dos *ricos*, que se tiverem facilidade para expandir a pecuária em suas terras, e se isto for lucrativo, eles o farão. É esta dependência da relação com o grande proprietário, que a diminuição das *terras de trabalho* ressalta, que aproxima a situação de pequeno proprietário do *morador*. A decisão dos grandes proprietários de expandirem as *terras de gado*, enquanto *terras de capim pangola*, rompe

---

mesmos problemas, embora fosse o trabalho dos pequenos produtores que fornecesse o alimento do gado dos grandes proprietários. Tratava-se do seguinte: os pequenos produtores podiam *hotar roçado* durante o *inverno*. Colhido o produto do *roçado* até outubro-novembro, as *palhas* que ficavam serviam de alimento para o *gado*, que era então solto dentro das terras antes ocupadas pelo *roçado*. Se havia conflito entre os pequenos produtores e os grandes proprietários era porque estes soltavam, por vezes, o *gado* antes de colhidos, os produtos do *roçado*, ou antes das datas previamente combinadas. Fora dessa possibilidade, as duas atividades eram complementares no tempo e o *roçado* se reproduzia a cada novo ciclo produtivo. Não se trata, portanto, de uma oposição absoluta entre pecuária e *roçado*. Ao ouvir dizer que "o boi está substituindo o homem", pessoas do mundo acadêmico acham a expressão sem sentido ou exagerada, e lembram que nas áreas em questão sempre houve "pecuária". Esquecem que nenhuma situação social, ou expressão que a designa, ganha sentido fora do desvendamento da teia de relações sociais entre os agentes dessa situação.

com o equilíbrio tradicional que permitia ao pequeno proprietário reproduzir-se como pequeno produtor independente. Em outras palavras, impede que a reprodução física e social da unidade doméstica seja obtida através do trabalho familiar, pois isto supõe o acesso a terras das grandes propriedades.

As unidades domésticas dos pequenos produtores, enquanto unidades camponesas, têm como objetivo básico na produção a subsistência familiar,<sup>13</sup> segundo normas socialmente definidas. Sua concepção de *trabalho* ressalta o papel central do cultivo da terra, atividades basicamente masculinas. As atividades de transformação dos produtos da terra e de reserva e acumulação, como a *criação*, são consideradas secundárias e pertencem à esfera feminina. Estas atividades não são consideradas *trabalho*. Dentro da unidade doméstica, o modelo de *trabalho* ordena a reprodução física e social da unidade. Este modelo classificatório das atividades dentro do mundo familiar serve de molde à percepção das atividades dentro da própria sociedade. Os grandes proprietários, os comerciantes, os *empregados*, os trabalhadores industriais, todos dependem do trabalho realizado na terra. Estes outros grupos sociais vivem do produto do *trabalho* na terra, mas eles mesmos não *trabalham*. O capim para o *gado* impede o *trabalho*, impede a reprodução dos pequenos produtores enquanto unidades camponesas, forçando-os a “desaparecerem”, a migrarem para “outro estado”. É portanto, o próprio modelo de percepção da sociedade que entra em colapso: os *não-trabalhadores* poderiam se reproduzir através do *gado* sem que se reproduzam os *trabalhadores*? Se os pequenos produtores desaparecerem enquanto tais, nada se altera na sociedade, na *nação*? A negação de sua existência enquanto pequenos produtores independentes, enquanto camponeses livres, corresponde à negação dos modelos classificatórios que os inserem em sua prática social. Como formulam os dois pequenos proprietários da citação anterior:

“12 - É bom que os pobres vão se embora e os ricos ficam sozinhos. Agora, sabendo que os pés e as mãos dos ricos é a pobreza, viu?”

11 - Dos ricos e da nação toda. Porque a nação não tendo o povo pra trabalhar, está acabada. Mas eu creio que a nação rica, não tendo a pobreza pra trabalhar, não tá acabada? Porque a gente tem que trabalhar pra produzir, pra manter a nação. E se a gen-

13 Isto não implica que os produtos do grupo doméstico deixem de ser obtidos via circulação mercantil. Subsistência, ao longo de toda a tese, não é exclusiva da categoria mercado, mas a supõe. Para maiores detalhes, ver capítulo II.

te não tem um conforto, não tem a terra, como é que vai se...? Vai passar essa privação? Passa a privação eles e passa a gente. Não pode. Chegou um ano que eu fazia sessenta a sessenta e três sacos de feijão, cento e tantas arrobas de algodão, cem ou duzentos sacos de milho, e essa agricultura tudo não servia... Só servia pra mim? Não servia pra nação toda? Não servia pra, por exemplo, pra São Paulo, pro Rio, Pra Recife, pra Caruaru? E eu não tenho onde trabalhar, eu não produzindo essa agricultura, não vai fazer falta à nação?".

## BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis**  
1966 - *Pour Marx*, Paris, François Maspero.
- ALVES, Eliseu R.A. e SCHUH, G. Edward**  
1972 - "Teste de um Modelo de Equilíbrio Subjetivo nas Condições do Brasil", in *Agricultura e Desenvolvimento*, J. Pastore (ed), Rio de Janeiro, Apec - Abcar.
- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa**  
1972 - *A Arte de Ouro*. Um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte, Tese de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo).
- ASSUMPCÃO, Leilah**  
1973 - *Trabalho Familiar em Zinacantan*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro, Museu Nacional (ms).
- BANAS (revista)**  
12 de agosto de 1974.
- BETTELHEIM, Charles**  
1970 - *Calcul Économique et Formes de Propriété*, Paris, François Maspero.

- BOURDIEU, Pierre**  
 1962 - "Célibat et Condition Paysanne", *Etudes Rurales*, nº 5-6, avril-septembre.  
 1972 - "La Maison ou le Monde Renversé", in *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Genève - Paris, Librairie Droz.  
 1963 - "La Société Traditionnelle: L'Attitude à L'égard du Temps et Conduite Économique", *Sociologie du Travail*, nº 1, 1963.
- CALLADO, Antonio**  
 1980 - *Tempo de Arraes*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CAMARGO, Aspasia Alcântara de**  
 1973 - *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*, Thèse pour le Doctorat du 3<sup>ème</sup> Cycle, Université de Paris, Paris, Centre d'Études des Mouvements Sociaux, École Pratique des Hautes Études (mimeo).
- CHAYANOV, A.V.**  
 1966 - *The Theory of Peasant Economy*, D. Thorner, B. Kerblay, R. F. Smith (eds), American Economic Association, Homewood, Illinois, Irwin.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel**  
 1964 - *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Editora Brasiliense.
- DALTON, George**  
 1960 - "A Note of Clarification on Economic Surplus", *American Anthropologist*, vol. 62, nº 3.  
 1965 - "Primitive Money", *American Anthropologist*, vol. 67, nº 1.
- DALTON, George and BOHANNAN, Paul**  
 1965 - "Introduction", *Markets in Africa*, Anchor Books.
- ECHENIQUE, Vera Maria**  
 1974 - *Novas Meditações de Conflito na Zona da Mata de Pernambuco*, manuscrito preparatório da Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Museu Nacional (ms).
- FORMAN, Shepard and RIEGELHAUPT, Joyce**  
 1970 - "Market Place and Marketing System: Toward a Theory of Peasant Integration", *Comparative Studies in Society and History*, vol. 12, nº 2.
- FORTES, Meyer**  
 1958 - "Introduction", *The Development Cycle in Domestic Groups*, J. Goody (ed.), Cambridge University Press.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho**  
 1974 - *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, Editora Ática.
- FRANKLIN, S. H.**  
 1969 - *The European Peasantry*, London, Methuen.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV)**  
 1974 - Características Econômicas das Explorações Rurais 62/64, vol.

sobre Pernambuco, Centro de Estudos Agrícolas - IBRE, Rio de Janeiro, maio de 1974 (mimeo).

FURTADO, Celso

1969 - *Formação Econômica do Brasil*, nona edição, São Paulo, Editora Nacional.

1964 - "O Processo Revolucionário no Nordeste", *Dialética e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.

GALESKI, Boguslaw

1972 - *Basic Concepts of Rural Sociology*, Manchester, Manchester University Press.

GARCIA Jr., Afrânio Raul

1974 - *Análise do Mito da Cachaça*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Museu Nacional (mimeo)

GARCIA, Marie France

1974 - *Bacurau: Estudo de uma Feira de Usina*, Tese de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Versão Preliminar, Museu Nacional (mimeo)

GEORGESCU-ROEGEN, N.

1963 - "Economic Theory and Agrarian Economics", in *Agriculture in Economic Development*, Eicher and Witt (eds), New York, McGraw Hill.

GODELIER, Maurice

1968 - *Rationalité et Irrationalité en Economie*, Paris, François Maspero.

HARRIS, Marvin

1959 - "The Economy has no Surplus", *American Anthropologist*, vol. 61, nº 2.

HEREDIA, Beatriz Alasia de

1979 - *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HEREDIA, Beatriz Alásia de e GARCIA Jr., Afrânio Raul

1971 - "Trabalho Familiar e Campesinato", *América Latina*, Ano 14, nºs 1/2, janeiro-julho de 1971.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

- *Censo Agrícola do Brasil*, Resultados Preliminares, 1970.

- *Censos Agrícolas de Pernambuco*, 1940/1950/1960.

- *Censos Demográficos de Pernambuco*, 1940/1950, 1960/1970.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA)

1972 - *Estatísticas Cadastrais*, Rio de Janeiro.

JULIÃO, Francisco

1962 - *O Que São as Ligas Camponesas?*, Cadernos do Povo Brasileiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

1968 - *Cambão (Le Joug), la face cachée du Brésil*, Paris, François Maspero.

KULA, Witold

1970 - *Théorie Economique du Système Féodal*, Paris - La Haye, Mouton.

LACERDA DE MELLO, Mário e CORREIA DE ANDRADE, Manuel

1960 - "Um Brejo de Pernambuco (Região de Camocim de São Félix)", *Boletim Carioca de Geografia*, Ano XII, nºs 3 e 4.

LEACH, Edmund

1969a - *Genesis as Myth*, London, Jonathan Cape.

1969b - "Deux Essais Concernant la Représentation Symbolique du Temps", *Critique de l'Anthropologie*, Paris, Presses Universitaires de France.

LEITE LOPES, José Sergio

1976 - *O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MARX, Karl

1967 - *Le Capital*, Paris, Editions Sociales.

MINTZ, Sidney

1959 - "Internal Market Systems as Mechanisms of Social Articulation", *Intermediate Societies Mobility and Communications*, Ray (ed), Proceedings of the 1959 Annual Spring Meeting of the American Ethnological Society, University of Washington Press.

MOURÃO, Laís

1973 - *Colonização e Resistência Cultural* (Um Estudo sobre a Aliança Ideológica Igreja-Estado e sua legitimidade simbólica numa sociedade rural), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo).

1975 - *Pão da Terra*, Tese de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Versão Preliminar, Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo).

PAIVA, Ruy Muller

1969 - "Reflexões sobre as Tendências da Produção, da Produtividade dos Preços do Setor Agrícola do Brasil", *Agricultura Subdesenvolvida*, Caminhos Brasileiros nº 2, Petrópolis, Editora Vozes.

PALMEIRA, Moacir

1971a - *Feira e Mudança Econômica*, Simpósio de Pesquisas Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, (mimeo).

1971b - *Latifundium et Capitalisme: Lecture Critique d'un Débat*, Thèse de Doctorat de 3ème Cycle. Faculté de Lettres et Sciences Humaines de l'Université de Paris, Paris (mimeo).

1974 - *Conflitos de Classe sob Regime Autoritário: O Caso do Nordeste*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo).

1976 - *Morar: a lógica da Plantation Tradicional*. In *Actes du XLII<sup>e</sup> Congrès des Américanistes*, Paris, Vol. I, pp. 305-315.

- PATRICK, George F.  
1972 - *Desenvolvimento Agrícola no Nordeste*. Relatório de Pesquisa nº 11, Rio de Janeiro, IPEA.
- PEARSON, Harry W.  
1959 - "The Economy has no Surplus: Critique of a Theory of Development", *Trade and Market in Early Empires*, New York - Free Press.
- PEREIRA DA COSTA, F. A.  
1965 - *Anais Pernambucanos*. Volume IX, Secretaria do Interior e da Justiça, Recife, Arquivo Público Estadual.
- POLANYI, Karl  
1947 - "Our Obsolete Market Mentality", *Commentary*, 13.  
1957 - "The Economy as an Instituted Process", *Trade and Market in the Early Empires*, New York, Free Press.
- PRADO Jr, Caio  
1969a - *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense  
1969b - "Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil", *Agricultura Subdesenvolvida*, Caminhos Brasileiros nº 2, Petrópolis, Editora Vozes.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de  
1973 - *O Camponato Brasileiro: ensaio sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo - Vozes.
- QUESNAY, François  
1969 - *Quadro Econômico*, Lisboa, Fundação Calouste-Gulbenkian.
- RAMOS, Graciliano  
1962 - "Habitação", *Viventes das Alagoas.*, São Paulo, Livraria Martins Editora.
- RICARDO, David  
1971 - *On the Principles of Political Economy, and Taxation*, Hartwell (ed), Penguin Books.
- SAHLINS, Marshall  
1969 - "On the Sociology of Primitive Exchange", *The Relevance of Models for Social Anthropology*, Banton (ed), A.S.A. Monographs 1, Tavistock Publications.  
1974 - *Stone Age Economics*, London, Tavistock Publications.
- SCHMIT, Carlos Borges  
1958 - *Lavoura Caíçara*, Documentos da Vida Rural nº 14, Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola - Ministério da Agricultura.
- SEN, Amartya  
1966 - "Peasant Dualism with or without Surplus of Labor", *Journal of Political Economy*, vol. 74.

SIGAUD, Lygia

1972 - *Os Direitos e a Idealização do Passado*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro, Museu Nacional (mimeo)

1977 - "A Percepção dos Salários entre os Trabalhadores Rurais". In: Jaime Pinsky (Rd): *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo, Hucitec.

1980 - "Nação dos Homens: uma análise regional de ideologia". In Anuário Antronológico/78. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

SOCIEDADE PRÓ-DESENVOLVIMENTO DE BONITO - SOPROBO

*É Melhor Investir onde seu Dinheiro Vale mais, Em Bonito, Pernambuco, Um Novo Pólo de Desenvolvimento* (sem data)

STEWART, Julian

1959 - "Perspectives on plantations", *Plantation Systems of the New World*, Washington, Pan American Union.

TEPICHT, Jerzy

1973 - *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*, Paris, Armand Colin.

THORNER, Daniel

1962 - "Peasant Economy as a Category in Economic History", *Peasants and Peasant Societies*, Shanin (ed), Penguin Books 1971.

VELHO, Otávio Guilherme Alves

1976 - *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. São Paulo, Difel.

WAGNER, Alfredo

1974 - *Movimentos Migratórios nos Vales do Tapajós e do Xingu*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, Rio de Janeiro, Museu Nacional (ms).

tulo do livro é sugestiva, pois além de fio condutor analítico de toda a obra, é também a chave da identidade social deste campesinato que já surge ameaçado. A expressão *terra de trabalho* possui a força da denúncia e da reivindicação destes camponeses diante da inversão entre homem e coisa, absurda de seu ponto de vista, que é o avanço das *terras de gado* sobre as suas fontes de sobrevivência.

O livro, que agora atinge um público mais numeroso, foi durante os últimos oito anos referência dos especialistas das mais diversas procedências. Além do público voltado para as ciências sociais e à pesquisa sobre o campesinato, *Terra de Trabalho* terá interesse e acolhida do público ligado ao Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e Urbanos, à "educação popular", e de todos aqueles interessados na relação entre a situação dos trabalhadores rurais, a sua cidadania e a democracia neste país.

Este livro trata das condições de vida e trabalho de pequenos produtores periféricos à grande plantação canavieira de Pernambuco. A partir das práticas e concepções dos próprios camponeses sobre o seu trabalho e modo de vida, é analisado o movimento da economia destes pequenos produtores, em particular as determinações do trabalho familiar.

O avanço do gado dos grandes proprietários sobre as terras que antes cultivavam, e delas extraíam seu sustento, é vivido pelos camponeses como uma grande ameaça, simbolizada no fim do próprio *trabalho*. Como ocorreu com os camponeses ingleses de antes da Revolução Industrial, o gado lhes tira as terras de que vivem. Os pequenos produtores têm uma expressão para isto: estão acabando com as *terras de trabalho*.

Mas este livro não é um registro da vida de um grupo em extinção. É uma análise das condições sociais de um processo de transformação, das condições sociais de uma luta do camponato pela terra. Luta cujo destino depende de e condiciona os rumos da sociedade brasileira.



MAIS UM LANÇAMENTO PAZ E TERRA  
UMA EDITORA A SERVIÇO DA CULTURA